

forum

A Insurreição Praieira

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho /
Bruno Augusto Dornelas Câmara

**Entre história e historiografia:
alguns apontamentos sobre a
cultura política, 1820-1840**

lara Lis Schiavinatto

'A Insurreição Praieira':

um comentário

Luiz Geraldo Silva

**A Praieira revisitada: considerações
sobre o debate**

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho /
Bruno Augusto Dornelas Câmara

artigos

**Negociações e reciprocidades:
interações entre potentados locais
e seus escravos armados nas Minas
Gerais na primeira metade do
século XVIII**

Ana Paula Pereira Costa

**O perfil social dos oficiais cama-
rários e o padrão de ocupação dos
postos da câmara, Vila Rica,
c. 1711- c. 1736**

Fernanda Fioravante

**A Nova e Curiosa Relação (1764):
escravidão e Ilustração em Portugal
durante as reformas pombalinas**

Tâmis Parron

Informes de pesquisa

Resenhas

Periódicos em revista



Almanack Braziliense [recurso eletrônico] .- São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2005-

Semestral

ISSN 1808-8139 = Almanack Braziliense

1. Brasil 2. História

sumário

table of contents



forum/forum

"A Insurreição Praieira" / "The Praieira Insurrection"
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho / Bruno Augusto Dornelas Câmara... 5

"Entre história e historiografia: alguns apontamentos sobre a cultura política, 1820-1840" / "Between History and Historiography: Some Observations Concerning Political Culture, 1820-1840"
Iara Lis Schiavinatto.....39

"'A Insurreição Praieira': um comentário." / "'The Praieira Insurrection': a debate"
Luiz Geraldo Silva.....46

"A Praieira revisitada: considerações sobre o debate" / "A Reappraisal of the Praieira Rebellion: considerations concerning the debate"
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho / Bruno Augusto Dornelas Câmara...52

artigos/articles

"Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII" / "Negotiations and Reciprocities: Social Relations Among Local Potentates and their Armed Slaves in Minas Gerais in the First Half of the 18th Century"
Ana Paula Pereira Costa57

"O perfil social dos oficiais camarários e o padrão de ocupação dos postos da câmara, Vila Rica, c. 1711- c. 1736" / "The Social Profile of Municipal Council's Officers and the Patterns of Job Occupations in the Municipal Council of Vila Rica, c. 1711- c. 1736"
Fernanda Fioravante71

"A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e Ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas" / "The Nova e Curiosa Relação (1764): Slavery and Enlightenment in Portugal during the Marquis of Pombal's governmental reforms"
Tâmis Parron92

informes de pesquisa/ research reports

"A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)" / "Understandings of the Portuguese Colonization of America during the Independence of Brazil (1821-1822)"
Cristiane Alves Camacho dos Santos..... 109

"Repensando a *História do Brasil*: apontamentos sobre John Armitage e sua obra" / "Rethinking the History of Brazil: Remarks on John Armitage and his Work"
Flávia Florentino Varella 117

"Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos *padres-políticos* no contexto de formação do Estado imperial brasileiro." / "Religion and Politics in the First Reign and Regency: the Role of Politician-Priests in the Formation of the Brazilian Imperial State."
Françoise Jean de Oliveira Souza 127

resenhas/ book reviews

COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um império a outro*. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX.
Por Alain El Youssef / André Nicacio Lima / Bruno Fabris Estefanes..... 139

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).
Por Ricardo Salles 143

PEDREIRA, Jorge Et COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*.
Por Cláudia Maria das Graças Chaves..... 148

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*.
Por Roberta Giannubilo Stumpf..... 152

periódicos em revista/ journals in review..... 156

envie seu texto / submission guidelines 202

normas de citação / referencing system 206

direitos de publicação / copyright agreement 208

expediente (conselhos e equipe técnica) / editors, boards and staff..... 209

almanack brasileiro

forum

A Insurreição Praieira



A Insurreição Praieira

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Bruno Augusto Dornelas Câmara

Entre história e historiografia: alguns apontamentos sobre a cultura política, 1820-1840

Iara Lis Schiavinatto

"A Insurreição Praieira": um comentário

Luiz Geraldo Silva

A Praieira revisitada: considerações sobre o debate

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Bruno Augusto Dornelas Câmara

A Insurreição Praieira

The Praieira Insurrection

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Professor no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco

Bruno Augusto Dornelas Câmara

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

A Insurreição Praieira (1848) atraiu a atenção de vários historiadores, não apenas devido à sua magnitude, a participação de proprietários rurais e membros do parlamento, mas também devido aos seus aspectos sociais mais amplos. A Praieira está enraizada nas disputas das elites locais pelo governo de Pernambuco, que começaram na Independência do Brasil. Mas ela também teve raízes nas disputas parlamentares na Corte. Na década de 1840, havia duas facções competindo pelo poder na província. Ambas tentaram mobilizar a população urbana e os proprietários rurais. Este trabalho discute a historiografia recente e enfoca as motivações dos participantes na rebelião, tanto das elites como aquelas dos homens livres pobres, os trabalhadores especializados e semi-especializados.

Abstract

The Praieira Insurrection (1848) drew the attention of several historians, not just for its magnitude, the participation of landowners and also members of the Parliament, but also because of its broader social aspects. The Praieira is deeply rooted in the disputes of the local elites for the government of Pernambuco, starting in the Independence of Brazil. But also had deep roots in the disputes in the Parliament. By the 1840's, there were two local factions competing for power in the province. Both tried to mobilize the urban population and the rural landowners. This paper discusses the recent historiography, and focuses on the diverse motivations of the participants in the rebellion, including those of the urban poor, the skilled and semi-skilled workers of Recife.

Palavras-chave

revolta / rebelião, homens livres pobres, práticas políticas

Keywords

uprising / rebellion, poor free people, political practices

Na madrugada do dia 2 de fevereiro de 1849, cerca de mil e seiscentos homens armados marcharam rapidamente desde as matas de Água Preta, na zona da mata sul de Pernambuco, até o Recife. Manobrando habilmente entre florestas, encostas, canaviais e estradas sob forte vigilância, esse pequeno exército conseguiu despistar as tropas comandadas pelo General José Joaquim Coelho que estavam no seu encalço. Enquanto eram procurados no interior, formaram duas colunas e atacaram o Recife, que pensavam estar desguarnecido devido ao deslocamento para o interior das tropas de primeira linha encarregadas de proteger o presidente da província. Os invasores procediam de várias partes da província, inclusive do Recife e Olinda. Liderando o ataque, havia desde militares experientes, como o Capitão Pedro Ivo, que trouxe consigo inclusive alguns índios, até grandes proprietários rurais, comandando guardas nacionais e outros agregados. Também participaram do ataque liberais radicais e um grupo de deputados que, meses antes, compartilhavam do convívio de Pedro II, pois pertenciam ao núcleo de políticos palacianos liderados por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o futuro Visconde de Sepetiba. A luta foi feroz. Durou de 10 a 12 horas. Centenas de combatentes tombaram nas ruas estreitas da cidade. Outros, no desespero da fuga, afogaram-se em um dos rios que cortam o Recife. No final, as tropas que atacaram a capital tiveram 200 mortos e 400 feridos. As tropas do governo, 90 mortos e 197 feridos. Entre as vítimas fatais estava ninguém menos do que o principal líder do partido praieiro, o deputado Nunes Machado, cuja retórica precisa conquistou o respeito dos seus pares na câmara durante o "qüinqüênio liberal" (1844-1845). Apesar da surpresa do ataque, o governo provincial foi capaz de mobilizar guardas nacionais e marinheiros imperiais que, junto a jagunços enviados pelos proprietários rurais das imediações do Recife, estudantes de direito, e toda a sorte de aliados da hora, conseguiram defender a cidade a partir de trincheiras improvisadas. Esse malfadado ataque selou o fim da Insurreição Praieira, iniciada quase três meses antes, em 07 de novembro de 1848.

A desastrosa tentativa de tomar o Recife e derrubar o presidente da província não marcou apenas a derrocada do movimento armado mas, sobretudo, esmagou o partido praieiro em Pernambuco. A rebelião também selou o futuro dos liberais no parlamento, condenados dali em diante ao ostracismo político praticamente pelo "espaço de uma geração", como lembrou Joaquim Nabuco. Quando eles voltaram ao governo, em 1864, o partido estava transfigurado. Alguns dos seus líderes eram justamente os adversários em 1848.¹ De fato, a Praieira encerra o ciclo das insurreições liberais do nordeste com uma retumbante derrota da oposição à oligarquia que vencera a disputa pelo poder na província durante a Independência. A história do movimento praieiro está, portanto, vinculada aos episódios formadores do Brasil como corpo político autônomo, o que não é de estranhar, afinal de contas, a Confederação do Equador ocorrera apenas 24 anos antes. Alguns dos jovens simpatizantes do movimento de 1824 seriam veteranos, liberais históricos como se dizia na época, em 1848. Os simpatizantes e remanescentes de 1824 começaram a voltar à arena política ainda no final do primeiro reinado, agitando e panfletando, ao ponto de Pedro I suspender os direitos constitucionais em Pernambuco em 1829. No período regencial, retomaram e consolidaram posições no aparato estatal. Na década de 1840, principalmente a partir de 1844, não somente disputaram e ganharam as eleições em Pernambuco, mas também foram capazes de montar uma máquina eleitoral própria para se beneficiar da legislação, que garantia ao

¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1.

Ministério nomeado na corte a vitória eleitoral nas províncias. Alcançaram o poder em 1845. Suas bases eleitorais estavam espalhadas tanto pelo interior como na própria cidade do Recife. Não faltavam homens ricos entre eles.

Esse lado oligárquico da Praieira nunca deve ser relegado. O mesmo pode ser dito dos seus aspectos mais radicais. O *Manifesto ao Mundo* de Borges da Fonseca de 1848 e as intensas manifestações nativistas nas ruas do Recife, entre 1844 e 1848, exerceram um verdadeiro fascínio sobre a historiografia engajada brasileira. Caio Prado Júnior, sempre preocupado em explicar a dificuldade da implantação do socialismo no Brasil, não deixou de fazer observações contundentes sobre o movimento. Para ele, a Praieira foi a nossa fracassada revolução burguesa. Um preâmbulo para revoluções ainda maiores. Essa sensação de que ali, nas ruas do Recife, havíamos perdido algo de precioso, acompanhou a historiografia até o final dos anos 1970, quando começou uma reviravolta. Renovando uma antiga hipótese de Barbosa Lima Sobrinho, Isabel Marson e Nancy Naro demonstraram que a Praieira foi, antes de tudo, uma disputa entre facções das oligarquias provinciais pelo poder político local. A historiografia aprofundou o estudo dessas tensões das quais resultaram confronto armado e sangrentas batalhas nos engenhos, fazendas e povoados do interior. Houve até excursões pontuais dos revoltosos a outras províncias, como a Paraíba e Alagoas.

A historiografia recente, todavia, retomou a análise das manifestações de rua, da mobilização de artesãos e outros trabalhadores urbanos, que levaram Caio Prado Júnior, Amaro Quintas e Edison Carneiro a imputarem um caráter verdadeiramente revolucionário ao 1848 pernambucano. Os estudos recentes não se deixaram levar pela retórica panfletária pura e simples. Seguindo uma sugestão de Isabel Marson, deixaram de tomar o partido dos praieiros. Ao invés de reverberar o discurso da imprensa panfletária liberal radical, buscou-se dimensionar a participação das camadas subordinadas no movimento praieiro e entender as motivações dos diferentes grupos envolvidos. A Praieira teve de fato outras facetas, indo além da mera disputa oligárquica. Ela catalisou inúmeras insatisfações da população pobre livre, imprensada entre a escravidão e o desemprego. Jeffrey Mosher observou que a principal bandeira política dos praieiros, a nacionalização do comércio a retalho, era um traço distintivo do programa do Partido Liberal em relação ao Partido Conservador. Esta reivindicação não era apenas uma figura de retórica, pois atendia a um "anseio popular", na expressão de Nabuco. Era como se a nacionalização do comércio a retalho corrigisse as falhas da Independência, que pouco trouxera para o homem livre pobre, marginalizado em seu próprio país. Os praieiros levaram essa reivindicação a sério, incluindo-a até nas discussões da Câmara em 1848.²

O que tem encantado a historiografia, portanto, é essa complexidade da Praieira. Um movimento vinculado às disputas partidárias na câmara, mas enraizado em conflitos políticos localizados no interior de Pernambuco. Uma disputa entre famílias de grossa fortuna, das quais saíram, e saíram, presidentes de províncias, deputados e senadores do império, mas sem descartar a luta dos inúmeros homens livres pobres, a "gente comum", na expressão de George Rudé. Uma rápida leitura nos *Autos do Inquérito* confirma a heterogeneidade dos participantes. Até os líderes partidários que freqüentavam as tribunas do parlamento pegaram em armas. Da mesma forma, participaram do movimento pessoas da cidade envolvidas com as campanhas eleitorais dos praieiros e gente do campo mobilizada nos conflitos locais entre proprietários rurais. Além disso, no mesmo lado do

2

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.91. MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. p.160-161.

campo de batalha havia homens com perspectivas políticas e ideológicas muito distintas, ou mesmo contrárias ao Partido Praieiro, como era o caso do liberal radical Antônio Borges da Fonseca.

Enquanto os praieiros estiveram no poder, entre junho de 1845 e abril de 1848, Borges da Fonseca foi um ferrenho adversário do governo provincial. Como os deputados praieiros pertenciam ao grupo de políticos comensais do paço imperial, liderados por Aureliano, Borges da Fonseca, um republicano, considerava-os tão nocivos, talvez ainda piores, do que o Barão da Boa Vista e os Cavalcanti, que dominaram a província nos anos anteriores. Por suas críticas foi processado pelos praieiros por crime de imprensa, amargando a prisão entre agosto de 1847 e abril de 1848. Segundo a imprensa praieira, Borges pregava uma "cruzada contra todas as testas coroadas", era o "mais famoso anarquista do Brasil", um "energúmeno sans culotte".³ Seus seguidores, como relatava um presidente da província praieiro, eram "verdadeiros proletários"⁴. Quando a rebelião estourou, todavia, Borges não só aderiu como foi capaz de mobilizar um pequeno exército disciplinado e pronto a segui-lo, tornando-se um dos principais líderes da revolta. Do lado dos praieiros lutaram também os índios mobilizados pelo Capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, nas matas de Jacuípe e Barreiros, ao sul de Pernambuco. Além dos mobilizados por Borges da Fonseca, os próprios líderes praieiros também buscaram apoio entre os trabalhadores urbanos, muitos dos quais participaram ativamente da insurreição. Não foi à toa que Nabuco afirmou que a Praieira teve a força de um turbilhão popular, tamanha a diversidade de seus participantes anônimos.

Esse é o ponto comum que fascina os historiadores da Praieira: afinal, o que levou agentes sociais tão díspares a arriscarem suas vidas e bens numa guerra aberta contra o governo provincial e imperial?

A primeira geração a participar da vida política da Independência depois da chegada da família real em 1808 testemunhou mudanças extremas no cotidiano e na cultura política da antiga capitania de Duarte Coelho. A Independência no Nordeste, como há muito observou José Honório Rodrigues, foi um processo cruento. Os rebeldes de 1817 foram esmagados de tal forma que até padres foram executados, algo inusitado no mundo colonial lusitano e que se repetiria em 1824. Nos anos seguintes, as oligarquias disputaram palmo a palmo as posições abertas no aparato estatal, mesmo que os salários oferecidos, quando existentes, fossem baixos. Nos trinta e um anos, entre 1817 e 1848, houve uma série de mudanças que deram uma feição própria ao sistema eleitoral brasileiro e à burocracia estatal. Depois das chamadas "leis reacionárias" de 1841-1842, as eleições provinciais não colocariam mais em risco os planos do jovem imperador e dos sucessivos gabinetes ministeriais, que teriam também um presidente, depois de 1847, protegendo a figura do monarca de ser apontada como responsável pelos fracassos dos ministérios dali em diante. Enquanto isso, nas localidades, a chave da vitória eleitoral era a mesa de qualificação, que decidia quem era votante, quem era eleitor. Presidindo a mesa, estava o juiz de paz, cargo eletivo bastante disputado, mas dependente de arranjos políticos muito acima dos interesses restritos das paróquias do interior. Os presidentes de província e o ministro da justiça, indicados no Rio de Janeiro, garantiam a vigilância final sobre as urnas e o controle sobre os votantes e eleitores, ao designarem os delegados e subdelegados de polícia e os comandantes das guardas nacionais, que também influíam decisivamente nas eleições dos juizes de paz. Onde o respaldo dessas autoridades não era

3

Apud REGO, General Melo. *A Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p.23.

4

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Ministério do Império*, Pernambuco, IJJ 253, 17/01/1847.

suficiente para garantir a vitória nas urnas, mandavam-se milícias comandadas por oficiais de primeira linha à frente dos valentões do lugar, transformados em agentes da ordem imperial.

As eleições tornaram-se freqüentes já no final do primeiro reinado. Mais ainda depois da Maioridade. Como ocorriam em várias freguesias intermitentemente, ao invés de simultânea e definitivamente em todos os colégios eleitorais, como nos dias de hoje, o país vivia sob um permanente período eleitoral. O calendário dos pleitos era bastante elástico. Quando um escrutínio estava apenas começando em uma freguesia, já havia sido concluído semanas antes em outra. Isso era algo inédito em relação aos anos anteriores à Independência e mesmo em relação à república. As eleições podiam ter resultados ilegítimos ou pouco representativos da vontade popular, mas elas aconteciam. Lembra com precisão José Murilo de Carvalho, que um fato destacado da cultura política do Império era a freqüência e regularidade das suas eleições. Apesar dos abalos localizados nas freguesias, nas províncias como um todo, o mecanismo estava sempre em funcionamento.⁵ Entre uma eleição e outra, a mesa de qualificação indicava os votantes que deveriam escolher os eleitores qualificados para tal, que davam a palavra final das urnas. No caminho para o local da apuração, o resultado original das cédulas depositadas ainda poderia mudar.

No Brasil, muito cedo, se aprendeu a votar e a conviver com campanhas eleitorais. Porém, logo se percebeu que elas poderiam, ou não, resolver os problemas mais imediatos da população. As reivindicações dos votantes e dos eleitores menos privilegiados, nem sempre seguiam os canais institucionais. Os resultados mais concretos vinham através da malha clientelar, que vinculava os votantes mais simples naqueles que seriam votados. Era no nível pessoal, e não institucional, que se buscavam as soluções para os problemas do cotidiano.

Ao observar o sistema clientelar, todavia, não se deve supor que as posições na guarda nacional, na justiça de paz e na polícia civil fossem puramente decorativas, meros reflexos do poder de fato dos grandes potentados rurais ou urbanos na década de 1840. Na realidade, essas posições não eram decorativas. Se fossem, que razão haveria para que os grandes proprietários rurais se entregassem de corpo e alma nas violentas disputas eleitorais durante o império, arriscando suas vidas e propriedades?

Ocupar essas posições era imensamente importante, primeiro pelo capital simbólico adicionado ao poder de fato do chefe político local, que assim se tornava um agente do império em sua localidade. Agora sua comunicação com o núcleo do poder, o governo provincial, mudava substancialmente, na medida em que ele se tornava um aliado político direto do presidente e, indiretamente, do próprio imperador que o designara. Ele agora tinha poder não apenas sobre seus próprios dependentes, mas também sobre a mão-de-obra livre de sua jurisdição, inclusive a clientela alheia que ele podia perseguir, prender ou soltar, e, finalmente, enviar para a capital como possível recruta para as tropas de primeira linha. Era praticamente impossível ascender a qualquer dessas posições sem alicerces políticos prévios. Mas a investidura nesses cargos consolidava e aprofundava esses alicerces.

Outro fator que atraía o interesse para esses cargos era o simples fato de que essas ocupações davam a seus detentores alavancagem política nas eleições para as câmaras municipais, assembléia provincial e câmara dos deputados. Ter um representante nessas esferas, significava influir na

5
CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4a edição, 2003. p.30-31.

distribuição dos recursos provinciais, na legislação local e provincial e na nomeação para os cargos públicos remunerados, inclusive na designação dos padres para as paróquias mais rentáveis e respeitáveis, um ótimo emprego para filho de senhor de engenho decadente, como há muito observou Gilberto Freyre. Por último, em momentos de conflito, podia-se contar com os recursos do estado – recursos limitados – porém capazes de fazer a diferença em determinadas circunstâncias. Qualquer leitura apressada da correspondência da justiça de paz e de outras esferas do aparelho repressivo dessa época detecta a distribuição freqüente de armas, munição e soldos por parte dos sucessivos governos provinciais às tropas sob o comando de seus aliados políticos no interior. No caso da justiça de paz havia ainda vantagens pecuniárias evidentes. Além de julgar pequenas causas, eram encarregados de perseguir quilombolas e assim amealhar a recompensa por sua captura – caso os devolvessem.

Aqui, vale lembrar que as prerrogativas, atribuições e jurisdição das várias posições no aparato repressivo eram claramente distintas na letra da lei. Todavia, nas práticas cotidianas da política imperial, essas prerrogativas eram freqüentemente confundidas. Muitas vezes equivaliam-se, de tal forma que aquilo que um juiz de paz fazia, um sub-delegado ou coronel da guarda nacional podia desfazer e assim sucessivamente. Na década de 1840, os cargos não remunerados de oficiais da guarda nacional, delegados e sub-delegados da polícia civil e juízes de paz, eram geralmente exercidos por proprietários. Mas também era possível ocupá-los simultaneamente, uma característica própria da burocracia estatal brasileira. Acrescente-se ainda que, na época da Praieira, ainda estavam vivos muitos capitães-mores. Não importava para eles que as ordenanças estivessem extintas, pois faziam questão de serem assim tratados pessoalmente ou na correspondência, afinal de contas, sua antiga jurisdição era maior do que a de qualquer juiz de paz, coronel da guarda nacional ou delegado. Essa justaposição de hierarquias tinha implicações importantes na política imperial e, vez por outra, gerava conflitos de jurisdição, resolvidos quase sempre de forma violenta, de acordo com o poder dos agentes em disputa.

A ocupação desses cargos também servia para assimilar novas elites ao corpo do Estado. Cada vez que alguém alcançava alguma dessas posições em alguma localidade, tornava-se um agente do império em sua área de influência, por menor que esta fosse. O Estado estendia assim os seus braços e o diapasão de sua legitimidade sem grandes custos diretos. Os custos indiretos fluíam pelas malhas patrimoniais, ligando o centro do poder na Corte aos agentes do Estado nas províncias e localidades. A distribuição de favores, títulos, benesses e inúmeras pequenas vantagens econômicas, que somadas eram muitas, seguiam o caminho dessas malhas cheias de capitães-mores, coronéis da guarda nacional, juízes de paz, delegados e subdelegados da polícia civil. Era essa a planície política, avistada das alturas das câmaras municipais, das assembléias provinciais, e do topo da câmara e do senado.

É nessa questão da legitimidade do Estado imperial que repousa um dos problemas que levou à eclosão da Praieira. Não haveria atritos maiores onde quer que algum potentado rural e urbano ungido por esses cargos imperasse sobre a vontade dos votantes, ocupando univocamente, ou através de alianças, essas diversas posições. O mesmo não ocorria quando havia diferentes facções das elites locais, com poderes equivalentes, disputando esses cargos, constituindo sólidas alianças, unindo riqueza à

capacidade de arregimentar votantes e, principalmente, homens armados para coagir esses mesmos votantes, roubar e emprenhar urnas. Mesmo os adversários dos praieiros reconheciam as sólidas bases eleitorais do partido na grande propriedade agrária. Na retórica dos seus adversários, os praieiros podiam arregimentar toda a sorte de proletários para suas hostes. Mas todos sabiam que eles tinham raízes oligárquicas profundas.

E tudo começou ainda na época da Independência, quando a oligarquia cindiu-se em duas facções. Em outubro de 1821, o governador régio, o General Luiz do Rego, que reprimiu a Insurreição de 1817, deixou Pernambuco. Formou-se uma junta de governo, apoiada militarmente por plantadores majoritariamente da zona da mata norte, tendo a frente o negociante de grosso trato do Recife, Gervásio Pires Ferreira. Nos meses seguintes, Gervásio manteve equidistância tanto do Rio de Janeiro, como das Cortes em Portugal. As rendas provinciais estavam agora à disposição do governo local, à frente do qual estava um homem que passou quatro anos preso por sua participação na Insurreição de 1817.

Em sua correspondência com os dois centros de poder, que mediam forças naquele momento, Gervásio demonstrou sua habilidade política. Sem negar o apoio a Pedro, recusava-se, todavia, a reconhecer no príncipe qualquer poder não autorizado pelas Cortes de Lisboa. Ele sabia que sua eleição fora uma decisão local de suas bases de apoio, seguindo as instruções das Cortes. Não tinha motivos para se arriscar, desautorizando as Cortes em favor do príncipe que estava cercado de ministros vinculados ao antigo regime. O próprio presidente da província derrubado pela Insurreição de 1817, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, estava no Rio de Janeiro, onde gozava da confiança do paço imperial. Gervásio Pires não aderiu à chamada "causa do Rio de Janeiro". Todavia, era impossível manter essa posição de aparente neutralidade entre as Cortes e os partidários de Pedro, o príncipe regente.

O problema dos federalistas pernambucanos era que não só buscavam autonomia em relação às Cortes e ao Rio de Janeiro, mas também alienavam o apoio de ambos os centros de poder. Ao aumentar a pressão sobre a Junta, para que cedesse às demandas de um ou outro lado, a única alternativa parecia ser a independência, mesmo que talvez nem fosse esse o desejo original de Gervásio Pires e seus aliados. Vasconcelos de Drummond, enviado por José Bonifácio para articular um golpe contra Gervásio Pires, escreveu uma carta expressando sua ansiedade, pois temia que os pernambucanos fizessem a independência depressa demais. Era preciso puxá-los para trás.⁶ O puxão veio com um golpe, que derrubou a junta. Tramado por José Bonifácio, o golpe contou com o apoio do Morgado do Cabo, dos irmãos Cavalcanti e de Pedro de Araújo Lima que pretendiam capturar o governo provincial. A chave para o sucesso foi o apoio das tropas de primeira linha, que haviam recebido afagos do príncipe regente em termos de soldos e promoções. Em agosto de 1822, Gervásio Pires informou as Cortes que havia perdido o controle sobre o corpo de tropa. Poucos dias depois, em 16 de setembro, renunciou ao governo provincial.

A nova junta de governo, que aclamaria Pedro I como imperador do Brasil, era formada por senhores de engenho. Logo passou a ser chamada de "governo dos matutos" por seus adversários. A disputa pelo governo provincial, entre a facção liderada por Gervásio Pires contra os Cavalcanti, Araújo Lima e seus aliados, continuaria nos anos seguintes até a derrocada da Confederação do Equador, em 1825, que consolidou o domínio em Pernambuco dos partidários da chamada "causa do Rio de Janeiro". Gervásio

6

Apud RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975, vol. 3. p.177.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Fac-cimular da primeira edição de 1882). p. 369-372. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p. 36-37. QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, II-2. p.193-241. Sobre a formação posterior do partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como partido Praieiro, como reação à liderança de Holanda sobre o partido Liberal em Pernambuco, veja-se: MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. Veja-se ainda: NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese de Ph.D. University of Chicago, Chicago, 1980. MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987. SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa: União, 1994.

Pires estava no Rio de Janeiro em 1824. Fora eleito para a frustrada Assembléia Constituinte e lá se deixou ficar. Escapou assim de se envolver na Confederação do Equador, apoiada por muitos dos seus aliados em 1822. Nos anos seguintes, ele continuaria arregimentando aliados contra seus antigos adversários fartamente recompensados por Pedro I, inclusive com títulos de nobreza, não só pelo apoio às suas pretensões ao trono, mas também pela violenta repressão à Confederação do Equador.

Durante o primeiro reinado, a política provincial seria comandada pelas mãos hábeis de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda) e dos irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Albuquerque) e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Esse último, considerado pelo Marquês de Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, não viveu o suficiente para nobilitar-se como os outros dois. Ainda havia na família um quarto irmão, mais moço, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Camaragibe), que só teria uma posição de destaque da política provincial no final da década de 1840.

Holanda atuou incisivamente no parlamento, mas foi Araújo Lima quem mais cedo ascendeu aos ministérios. No primeiro reinado, poucos políticos tiveram tanto poder quanto ele. Em 1831, quando Pedro I tentou uma última composição com a Câmara antes da Abdicação, Holanda finalmente ocupou uma pasta no ministério. Enquanto isso, o domínio local era supervisionado pelo irmão Cavalcanti mais velho, Francisco de Paula, futuro Visconde de Suassuna, que se tornou quase que um Vice-Presidente permanente da província, onde ficou a maior parte da sua carreira, mesmo depois que se tornou também Senador. Entre 1826 e 1844, ele assumiu a presidência de Pernambuco pelo menos sete vezes.⁷

A oposição a esse sólido bloco oligárquico não condensava apenas liberais radicais urbanos, os herdeiros de Frei Caneca e dos padres de 1817. A derrota da Confederação foi uma derrota militar. As tropas imperiais que desembarcaram em Barra Grande, entre Pernambuco e Alagoas, unidas ao exército particular dos plantadores aliados aos Cavalcanti, saíram vencedores. Mas havia homens de grossa fortuna apostando suas fichas no governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade em 1824. O decreto de secessão, constituindo a Confederação do Equador, em julho de 1824, pode enganar observadores mais incautos. Manoel de Carvalho havia se aproveitado da renúncia do "governo dos matutos", diante da insubordinação da tropa que voltara da guerra de Independência na Bahia, e se elegeu Presidente da Província. Foi votado em duas assembleias. A primeira, em dezembro de 1823, a outra, no dia 8 de janeiro de 1824. O processo seguia as regras estabelecidas pela Revolução do Porto para a formação das juntas de governo antes da Independência.

Nos meses seguintes, Manoel de Carvalho tentou conseguir que Pedro I reconhecesse sua eleição, designando-o presidente da província de Pernambuco. Entre idas e vindas de emissários, foram sete meses de fracassadas negociações com a Corte Imperial. Tudo em vão. Somente quando as tropas imperiais marcharam para destituí-lo e com o porto bloqueado pelo almirante Taylor, é que finalmente se decretou a Confederação do Equador. O decreto estabelecendo a Confederação certamente afastou muitos dos aliados de Manoel de Carvalho. Eram poucos os grandes proprietários rurais dispostos a se arriscar em mais uma aventura contra as tropas imperiais, poucos anos

8

Veja-se: Diário de Pernambuco, Recife, 09/07/1831, 25/10/1831, 05/10/1831, 26/10/1831.

9

Manoel de Carvalho ficou em último lugar com 605 votos. Mas não estava muito longe de Lima e Silva, logo na sua frente, com 629 votos, o que não era de todo ruim para um homem dez anos antes condenado à morte. *Falas do Trono*. Brasília: Instituto Nacional do Livro-MEC, 1971. p.171.

10

Nos anos seguintes, três irmãos Cavalcanti tornaram-se Viscondes e um Barão. O mais importante, todavia, é que três deles tornaram-se senadores do Império. É o único caso de três irmãos senadores na história do Brasil. De acordo com Taunay, somados aos parentes da Paraíba e Alagoas, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX. Para Eul-Soo Pang, se Pedro II tivesse decidido formar uma dinastia brasileira nenhum outro clã teria tanto pedigree para dar um cônjuge à família real do que os Cavalcanti de Albuquerque do Nordeste. TAUNAY, Affonso E. *O Senado no Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.160. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.46. PANG, Eul-Soo. *In Pursuit of Honor and Power: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth Century Brazil*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1988. p.75-76, 200. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Fac-cimular da primeira edição de 1882).

11

Falas do Trono. Op.Cit., 1971. p.184.

depois do massacre de 1817. Nos anos seguintes, todavia, essa oposição se reagruparia. Em Pernambuco, muito cedo, formaram-se duas facções distintas. Eram quase dois partidos, cujas lideranças estavam bem definidas.

Os chamados "liberais pernambucanos" voltaram ao poder durante o período regencial. Gervásio Pires estava à frente das manifestações de 1831, comemorando a Abdicação. Sabia que o pêndulo do poder agora pendia para o seu lado. Em julho de 1831, a imprensa já criticava abertamente a imensa influência dos Cavalcanti sobre a política provincial.⁸ Os quadros da oposição renovaram-se rapidamente entre 1831 e 1835, quando tanto Manoel de Carvalho, quanto o seu irmão, tornaram-se presidentes da província. Joaquim Nabuco e os analistas coevos chamavam a Abdicação de "Revolução do Sete de Abril". Esse termo caiu em desuso, afinal de contas sabemos que, em 1837, começou o regresso e em 1840 veio a maioria, restaurando a monarquia centralista e autoritária. Mas em Pernambuco, em 1831, os perseguidos em 1824 voltaram ao poder. Para os contemporâneos era de fato uma revolução. Em 1834, Manoel de Carvalho, condenado à morte dez anos antes, tornou-se Senador do Império. Já era então presidente da província, sucedendo outros aliados, um dos quais seu próprio irmão, um dos primeiros Presidentes de Pernambuco após a Abdicação. Em 1835 ainda tinha cacife político para candidatar-se a regente.⁹

Foi no governo de Manoel de Carvalho que Nunes Machado tornou-se chefe de polícia da província, iniciando sua vitoriosa carreira política que culminaria com a liderança do partido praieiro. Foi também no seu governo que se teceu o liame entre os liberais pernambucanos e Chichorro da Gama, que mais de dez anos depois viria a ser indicado pelos parlamentares praieiros para Presidente da província de Pernambuco. Em 1834, Chichorro da Gama tornou-se Presidente de Alagoas. Nessa época, a Cabanada (1832-35) incendiava a fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Chichorro encontrou-se com Manoel de Carvalho no cenário da guerra, traçando uma estratégia conjunta para esmagar os cabanos. O sucesso nessa empreitada consolidaria a aliança entre Chichorro da Gama, Manoel de Carvalho e os futuros líderes praieiros, entre os quais, Nunes Machado. Em 1834, Chichorro já era um político experiente. Fora ministro do Império e, antes disso, provara sua ousadia e lealdade a Aureliano (futuro Visconde de Sepetiba) ao assinar a prisão de José Bonifácio. Aureliano tornou-se assim tutor de Pedro II, ganhando uma imensa influência pessoal sobre o futuro imperador. Na década de 1840, Aureliano iria liderar um grupo de políticos que freqüentava o paço imperial, gozando da intimidade de Pedro. Os praieiros fariam parte desse grupo.

O regresso de 1837 colocaria Araújo Lima à frente da Regência. Os herdeiros políticos de Gervásio Pires, falecido em 1836, e os aliados de Manoel de Carvalho, voltavam à oposição praticamente acudados. Amaro Quintas e a historiografia sobre a Praieira costumavam indicar que foi mais ou menos nessa época que a província de Pernambuco viu-se enfeudada nas mãos dos Cavalcanti. De fato, junto com seus aliados pernambucanos, como Lopes Gama, Maciel Monteiro e Araújo Lima, foram muitos os ministros em que tiveram representação direta.¹⁰ Nomeado senador por Feijó, a quem substituiu provisoriamente após sua renúncia, Araújo Lima candidatou-se e foi eleito regente único com 4.308 votos pelo país afora. O segundo candidato mais votado da lista foi Holanda, com 1.981, seguido de Antonio Carlos com meros 597.¹¹ Uma vez regente, Araújo Lima promoveu ao Senado tanto Holanda como seu irmão mais velho, Francisco. Assim, mal

surgiram os partidos, havia um senador Cavalcanti no partido liberal e outro no conservador. O predomínio da aliança local vencedora em 1824 consolidara-se, ganhando expressão além das fronteiras provinciais. A presidência de Pernambuco ficou a cargo de Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista, também membro da oligarquia açucareira.

O imenso poder desse bloco, todavia, não podia deixar de gerar suas contradições. Algumas internas: as vaidades e ambições começaram a se chocar. Também não era possível favorecer todos os apaniguados de tantos chefes ao mesmo tempo, mesmo porque nenhum deles contava com a unanimidade na arena da política parlamentar. De certa forma, os Cavalcanti e seus aliados não agiam quase como um partido apenas na província. Também era assim no parlamento, onde se conduziam com bastante independência em relação às demais lideranças partidárias. Holanda freqüentava a oposição parlamentar desde o primeiro reinado. Mas, também eram tensas suas relação com os outros fundadores do Partido Liberal. Ele não era um liberal doutrinário. A bem da verdade, em Pernambuco, foi sempre um áulico. Como era militar de formação, chegou a comandar tropas contra a Confederação do Equador. Na província, defendia o centralismo monárquico. Já no parlamento, defendia a federação todas as vezes que algum ministério ameaçava interferir nas prerrogativas das oligarquias locais. Holanda nunca esquecia de proteger os interesses e arranjos políticos do seu clã em Pernambuco. Não é à toa que Pedro I não o designou para o Senado, apesar de sua lealdade em 1824. Devido à sua capacidade como orador e às suas conexões em ambos os partidos candidatou-se à regência única em oposição a Feijó, sendo o segundo candidato mais votado em 1835, tendo como aliados Costa Carvalho e Araújo Lima. Todavia, quando os partidos surgiram, aderiu ao Partido Liberal. Assim, qualquer que fosse o gabinete ministerial, os Cavalcanti estavam bem representados. Pode-se entender assim a popularidade do famoso versinho: "quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado, ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado."¹²

Araújo Lima, por sua vez, era o que havia de mais próximo a um corcunda propriamente dito. Esteve sempre do lado do Imperador, ao qual costumava dirigir-se com um estilo "bajulatório" muito próprio, como bem observou José Honório Rodrigues. Mas tinha muita habilidade política, como observou Barman, sendo capaz de sair de situações difíceis sem chamuscar seu prestígio pessoal.¹³ Apesar de sua origem intelectual coimbrã e disciplina para estudo e trabalho, nunca tomou posições doutrinárias explícitas em favor das prerrogativas constitucionais do parlamento, como fizeram em alguns momentos até os mais exatos saquaremas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Eusébio de Queiroz ou Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná). Araújo Lima orgulhava-se e exercia as suas prerrogativas como membro do Conselho de Estado, várias vezes ministro e ex-regente. Suas relações com os saquaremas foram quase sempre tensas. Na maioria das vezes, votava com eles. Sua regência inclusive foi a chave da vitória do Regresso. Foi durante seu mandato que o núcleo central saquarema (Honório, Paulino, Rodrigues Torres e Eusébio) ascendeu ao Senado.¹⁴ Mas, nos anos seguintes, várias vezes entrou em atrito com os grandes tribunos do Rio de Janeiro, que desconfiavam das oligarquias das "províncias do norte", sempre ciosas de si, opostas à hegemonia das "províncias do sul" e ávidas por mais regalias e benesses do imperador. Mais de uma vez, antes do quinquênio liberal, os conservadores

12

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Fac-cimililar da primeira edição de 1882). Veja-se também: QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982.

13

RODRIGUES, José Honório. Prefácio. In: *Atas do Conselho de Estado, 1842-1850*. Brasília: Senado Federal, 1978, vol. III. p. XXVII. BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p.190.

14

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.195.

15

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.58, 67.

16

NABUCO, Joaquim. Op.Cit., p.142. NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831- 1871*. Stanford:Stanford UP, 2006. p.163-164.

17

NEEDELL, Jeffrey. Op.Cit, p.82.

18

NEEDELL, Jeffrey. Op.Cit, p.197.

19

MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. cap.2. NABUCO, Joaquim. Op.Cit, p.48. CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. *"Praieiros", "Guabirus" e "População": As eleições gerais de 1844 no Recife*. 2001. Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. p. 39.

20

MOSHER, Jeffrey C. Op.Cit, p. 95-97.

de Pernambuco confrontaram os saquaremas por não apoiarem adequadamente as suas demandas.¹⁵

Essas divergências entre os saquaremas e a oligarquia dominante em Pernambuco, ficaram claras como a luz do dia em pelo menos duas ocasiões. Honório (Marquês de Paraná) recebeu a incumbência de presidir Pernambuco em julho de 1849, para concluir a repressão à Praieira. Todavia, ao invés de se submeter ao desejo dos Cavalcanti, Araújo Lima e seus aliados, esmagando os praieiros, abrindo a porta para vinganças pessoais, ele procedeu com certa moderação. Por essa razão entrou em choque a oligarquia local vencedora. Conta Nabuco que ele teria dito ao Morgado do Cabo que não veio a Pernambuco para ser levado pelo cabresto.¹⁶ Essas tensões continuariam. Araújo Lima considerava Bernardo Pereira de Vasconcelos pessoalmente insuportável. Sempre resistiu a sua influência sobre o partido conservador.¹⁷ Mas foi com Honório seu maior atrito. Em 1856, Honório teve uma síncope, que o levou a morte, enquanto respondia às agressivas e duras palavras de Araújo Lima contra sua administração. Honório nunca concluiu sua resposta. Caiu no meio do discurso com terríveis dores intestinais. Dizem que, em casa, com febre alta, antes de falecer, o grande Marquês do Paraná, delirante, ainda balbuciava sua resposta ao Marquês de Olinda.¹⁸ Em sua imensa vaidade, o longevo Araújo Lima consolidou seu poder ainda no primeiro reinado. Mas nem ele obedecia aos Cavalcanti, nem os Cavalcanti a ele. Eram aliados, mas cada qual tinha seu campo de atuação própria.

Essas contradições abriram oportunidades para a oposição aos Cavalcanti. Os futuros deputados praieiros evitaram ficar abertamente contra o governo de Francisco do Rego Barros, futuro Barão da Boa Vista, que pouco a pouco adquiriu prestígio próprio devido a sua habilidade política. Mosher percebeu na correspondência do líder praieiro Lopes Neto que Rego Barros pouco a pouco foi se distanciando dos Cavalcanti. Não a ponto do rompimento, mas para ocupar seu próprio espaço político. Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa de Mello, os dois futuros líderes praieiros no parlamento, gozavam de boas relações com Rego Barros. Essa postura conciliatória do Barão, buscando apaziguar a oposição, certamente facilitou sua permanência na presidência da Província de Pernambuco, entre 1837 e 1844, com apenas uma breve interrupção.¹⁹

Esse longo mandato, algo raro no império, não poderia deixar de gerar desgaste. Apesar das ousadas reformas urbanas que muito marcaram a sua administração, não foi possível para o Barão impedir os conflitos no interior da província. Nas localidades onde as disputas eleitorais eram acirradas era difícil pacificar os ânimos. Os exemplos são muitos. Em Goiana, área de antigos engenhos, o futuro líder praieiro Felipe Lopes Neto entrou em atrito direto com a cúpula do Partido Conservador. Em 1840, em Limoeiro, um poderoso chefe político local, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, aliado ao Barão, entrou em choque contra o grupo do coronel Henrique Pereira de Lucena, que mais adiante se tornaria um dos comandantes das forças praieiras que atacariam o Recife. No alto sertão, no distrito de Flores, Francisco Barbosa Nogueira Paz, também alinhado à oposição ao Barão e aos Cavalcanti, entrou em choque com Leonardo Bezerra da Siqueira Cavalcanti, ligado aos conservadores.²⁰

No final de 1842, a política conciliatória do Barão entraria em colapso. Parte significativa dos membros do partido liberal se rebelou contra seus dirigentes e contra a administração do Barão, acusando-o de exercer um

21
MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.49.

22
SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Origem do partido Praieiro. *Clio*, Recife, n.9, 1987. p. 98

23
MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. p. 99-100. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.58.

24
Perfis Parlamentares 3: Nunes Machado. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p.73. MOSHER, Jeffrey C. Op.Cit, p. 99-100.

25
Sobre a formação do partido Praieiro, como reação à liderança de Holanda sobre o partido Liberal em Pernambuco, veja-se: QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. MOSHER, Jeffrey C. Op.Cit. NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese de Ph.D. University of Chicago, Chicago, 1980. SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Op.Cit.

26
NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.56.

monopólio de partido.²¹ Mário Márcio de Almeida Santos indica que essa cisão decorreu do fato de que certos grupos menos favorecidos pelo poder não tinham acesso aos contratos oferecidos pelo Departamento de Obras Públicas – várias vezes acusado de corrupção na imprensa oposicionista – como também aos quadros governamentais. Até os postos de delegado de polícia do interior eram reservados aos mais chegados à família Cavalcanti. Como o autor lembra: "os favores fiscais, o protecionismo da justiça e a conveniência policial não poderia ser estendida a todos. Muitos comerciantes, senhores de engenho e profissionais liberais sentiam-se excluídos do poder".²²

Essas insatisfações iriam ser canalizadas por Nunes Machado, Lopes Neto, Urbano Sabino e Felix Peixoto, que fundariam o Partido Praieiro. Uma vez no parlamento, essas lideranças começaram a se beneficiar dos adversários dos Cavalcanti e de Araújo Lima. O apoio à oposição pernambucana nem sempre vinha do Partido Liberal, que contava com Holanda bem postado no Senado, protegendo os interesses dos seus aliados na província. Um dos mais inusitados apoios veio do núcleo duro dos saquaremas. Paulino (Uruguai) foi um dos protetores dos deputados praieiros, percebidos como áulicos, mas contrafortes à fortaleza de Araújo Lima e dos Cavalcanti em Pernambuco e, portanto, aliados eventuais nas votações do parlamento.²³ Enfraquecer Araújo Lima e os Cavalcanti em Pernambuco era também enfraquecê-los no parlamento.

Devido a esse trânsito complexo, com Holanda no Partido Liberal, é que talvez Nunes Machado tenha ficado de fora do Clube da Maioridade, votando contra o projeto.²⁴ Melhor dizendo, talvez tenha se oposto à idéia de Antonio Carlos de entronizar Pedro com menos de quatorze anos, porque Holanda era uma dos principais defensores da proposta no Senado. Todavia, consolidada a maioria, os praieiros juntaram-se aos liberais, mas navegando com Aureliano, que praticamente tinha um partido dentro do Partido Liberal, pois seu poder vinha de sua influência pessoal sobre o imperador de quem havia sido tutor. Em Pernambuco, todavia, o problema da oposição permanecia: a presença e prestígio de Holanda Cavalcanti no Partido Liberal. Sendo um dos poucos senadores do partido, era difícil para seus pares das demais províncias, não o apoiar em suas demandas. Por essa razão, em 1842, a oposição aos Cavalcanti terminou formando o Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como partido praieiro.²⁵

Uma longa tradição historiográfica diz que esse apelido foi dado pelos conservadores porque a tipografia que imprimia o *Diário Novo*, o jornal do partido, situava-se na rua da Praia, em frente ao rio Capibaribe. Como nas praias do rio que se jogavam os dejetos das casas, carregados nos tigres pelos escravos, o apelido era claramente ofensivo. E de fato era esse o seu sentido principal, mesmo porque os praieiros acolheram todos os insatisfeitos com o predomínio dos Cavalcanti, de Rego Barros, Araújo Lima, Maciel Monteiro, etc, ou seja, receberam tudo o que havia sobrado – o lixo – da política pernambucana.

Todavia, talvez esse apelido ainda carregasse um segundo sentido. Uma gozação explícita. Os praieiros, como vimos, seguiam a batuta de Aureliano, cuja influência pessoal sobre o jovem imperador era tal que, segundo Nabuco, chega a constituir um dos enigmas da história constitucional do país.²⁶ De fato, entronizado com apenas 13 anos, Pedro não era mais do que um adolescente. Tinha 18 anos quando começou o quinquênio liberal. Além de assíduos palacianos, os deputados praieiros freqüentavam

a casa do Mordomo do Paço, Paulo Barbosa, – o chamado clube da Joana – que ficava em Praia Grande, atual Niterói, onde também residia Aureliano. É bem possível, portanto, que o apelido de praieiro também fosse uma alusão a esse convívio de palacianos em Praia Grande, onde, é razoável supor, Pedro devia ir de vez em quando. O apelido era assim uma referência a uma origem cortesã, corcunda até, o que representava o oposto do que apregoavam os praieiros, que se percebiam como liberais autênticos, nunca como agregados, comensais de um imperador quase menino.

Conforme observou Isabel Marson, havia uma grande diversidade política dentro do partido que congregava, desde liberais históricos ou mesmo republicanos, até notórios conservadores insatisfeitos com o monopólio da máquina eleitoral exercido pelos Cavalcanti e pelo Barão da Boa Vista.²⁷ Para Mário Márcio de Almeida Santos, os fundadores do partido pretendiam quebrar o exclusivismo dos Cavalcanti “dentro da ordem”.²⁸ Seus principais fundadores e articuladores, Nunes Machado e Urbano Sabino, eram conhecidos anteriormente por suas relações políticas bastante próximas do Barão da Boa Vista. Todavia, uma vez fundado o partido, passaram a fazer denúncias e críticas à administração provincial do Barão. Surgia assim uma atuante oposição tanto na Assembléia Provincial como na imprensa.

O *Diário Novo* era impresso na *Tipografia Imparcial* de Luís Inácio Ribeiro Roma, um dos filhos do padre Roma, mártir de 1817. Tanto ele como seus outros irmãos, Francisco, João e José Inácio (o General Abreu e Lima) há muito estavam envolvidos na política provincial. Francisco e João envolveram-se em panfletagens contra Pedro I em 1827 e novamente em 1829. José Inácio, por sua vez, escrevera cartas apoiando a restauração de Pedro I, durante a Cabanada. Essa variedade de posições dentro de uma mesma família dá uma idéia da diversidade dos quadros arregimentados pelos praieiros. Além de Luís Roma, também residia na rua da Praia o comerciante de madeiras José Higino de Miranda, que mais tarde seria Delegado de Polícia e um dos articuladores da revolta. Lá, provavelmente, ocorriam muitas reuniões do partido.

Foi no *Diário Novo* que se consagrou o apelido dado aos adversários dos praieiros: “guabirus”. O guabiru é um rato cinza, que se empertiga todo quando ameaçado. É conhecido por ser ladrão de lixo e de comida. Como não é preto nem branco, é cinza, o apelido indicava que os adversários dos praieiros eram empertigados, por se considerarem muito nobres e importantes, mas não passavam de ladrões e nem sequer eram brancos.

O quinquênio liberal (1844-1848) finalmente daria aos praieiros a chance de pleitear o governo provincial. Muito já se escreveu sobre essa breve experiência dos liberais no poder na década de 1840, gerando várias análises sobre a incapacidade dos sucessivos gabinetes liberais de articular uma ação conjunta e cumprir as metas defendidas no parlamento nos anos anteriores. Se antes de 1844, os luzias acusavam os saquaremas de defenderem o tráfico negreiro e de se locupletarem com isso, uma vez no poder, foram incapazes de conter o aumento das importações de escravos africanos no próprio coração do império, o Rio de Janeiro. Se antes criticavam duramente as reformas ao Código Criminal de 1841-42, que levaram os liberais de Minas e São Paulo à rebelião, uma vez no poder, utilizaram todos os mecanismos institucionais conferidos por essa mesma legislação para ganhar as eleições, coagir os adversários e a população livre pobre. Não foi sem razão a frase, atribuída a Antonio Carlos, parafraseando um primeiro ministro inglês, de que nada lembrava mais um saquarema do que um

27

MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.189-190.

28

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Origem do partido Praieiro*. *Clío*, Recife, n.9, 1987. p.86.

29

Os grifos são do próprio autor. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.167-168.

30

BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p.229.

31

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.93. Sobre as relações de Pedro com os saquaremas veja-se ainda NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831- 1871*. Stanford: Stanford UP, 2006 e BARMAN, Roderick. Op.Cit.

luzia no poder. Para Ilmar Rohloff de Mattos, os liberais deveriam "estar no governo do Estado, *mas não o conseguem*".²⁹ Assim eles buscavam e eram capazes de conquistar o poder. Mas eram incapazes de exercê-lo por um período mais longo e cumprir suas promessas de campanha. Barman explica essa dificuldade por causa de uma certa "esquizofrenia" do partido, dividido entre duas personalidades distintas. Uma que queria fazer reformas radicais para transformar o Brasil numa França ou Inglaterra da América Latina. Outra, politicamente mais robusta, que não queria que o Estado interferisse na propriedade, nos interesses e liberdades dos particulares. O resultado era a quase inércia dos gabinetes.³⁰

Não seria fácil, todavia, conseguir o governo de Pernambuco, pois Holanda estava no gabinete de 02 de fevereiro de 1844, que inaugurou o quinquênio liberal. O presidente designado era menos influenciável pelo partido praieiro ou pelo grupo de Aureliano dentro do Partido Liberal. Do alto do Senado e do Conselho de Estado, quem também trabalhava contra as pretensões dos praieiros era Araújo Lima. Ao contrário de Honório e Bernardo Pereira de Vasconcelos, que comandaram a oposição parlamentar contra Pedro I, o futuro Marquês de Olinda fora sempre um fiel vassalo do imperador deposto. Logo depois da abdicação, chegou inclusive a exilar-se voluntariamente em Paris. Provavelmente, essa lealdade foi um esteio da confiança pessoal que Pedro II depositaria nele. Sua relação com o mais graduado chefe guabiru era diferente da que mantinha com o núcleo duro dos saquaremas. No fundo, Pedro sabia que esses desejavam ter ainda mais poder do que o rei, governando o país em nome do imperador, mas relegando-lhe um papel secundário. Depois da Praieira, Pedro ainda requisitaria os velhos saquaremas para missões espinhosas, como a abolição do tráfico, mas, em várias oportunidades, como acontecera pela primeira vez em 1844, cortaria-lhes também as asas quando percebia que suas prerrogativas poderiam ser sobrepujadas pela verve de Bernardo ou pela ousadia e altivez de Honório. Araújo Lima, não. Era mais que um áulico. Segundo Nabuco, foi ele quem conseguiu evitar que os praieiros ganhassem uma pasta nos gabinetes formados durante o quinquênio liberal.³¹

Em 1845, com a queda de Holanda, os praieiros finalmente conseguiram o governo de Pernambuco, ao ser designado para a presidência, primeiro, Manoel de Souza Teixeira, futuro Barão de Capibaribe, e, logo depois, Chichorro da Gama, aliado dos liberais anti-Cavalcantis de Pernambuco desde o governo de Manoel de Carvalho, durante o período regencial. Capibaribe, posteriormente, iria romper com os praieiros. Sentiu-se traído pela falta de apoio nas suas pretensões eleitorais e, talvez, desejasse continuar presidindo a província ao invés de ser substituído por Chichorro.

Com a subida dos praieiros ao poder, várias providências foram tomadas para desarticular os aliados da oposição. Porém, a medida mais radical dos praieiros foi mesmo a demissão em massa de cerca de 650 autoridades, entre delegados, subdelegados da polícia civil e algumas dezenas de comandantes de milícias e guardas nacionais. A nomeação de outros proprietários rurais e urbanos para essas posições foi uma completa gangorra política na província, principalmente para os importantes postos da polícia civil.

A oposição aos praieiros sempre alardeou a arbitrariedade dessa medida nos seus jornais, o *Diário de Pernambuco* e o *Lidador*. Nabuco de Araújo começou sua carreira política na província sob as asas do Morgado do Cabo, dos Cavalcanti, do Barão da Boa Vista e de Araújo Lima. Estudou

32

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1989, vol.1. p.333.

33

FREYRE, Gilberto (Ed). *O Velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"*. Recife: Editora Massangana, 1989. p.11.

34

ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. Sobre o assunto, veja-se ainda: QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. CHACON, Vamireh. Introdução. In: *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira* (1849). Brasília: Senado Federal, 1979. MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.37.

em Olinda e foi promotor do Recife, antes de ingressar na política partidária. É dele o mais famoso texto panfletário defendendo os Cavalcanti, os guabirus e acusando os praieiros de tramarem contra a ordem imperial. Sua *Justa apreciação do predomínio praieiro ou história da dominação da praia* foi publicada em 1847 como um livreto anônimo. A autoria foi reconhecida posteriormente por seu filho, Joaquim Nabuco. A argumentação de Nabuco de Araújo é incisiva. Segundo ele, foram apenas 32 as demissões feitas pelo Barão em seu longo governo. Os praieiros, portanto, teriam agido de forma brutal e irresponsável. Não havia, segundo ele, vantagem nenhuma em substituir toda essa gente, mesmo porque a grande maioria eram proprietários respeitáveis e pacíficos. Todavia, se observarmos a linha do tempo, verificamos que os cargos na polícia civil foram criados quando o Barão era Presidente. Assim, se foram poucas suas demissões, foram inúmeras as nomeações que fez. Foram os ungidos naqueles cargos que se beneficiaram das reformas centralizantes – as chamadas “leis reacionárias de 1841/42 – solidificando os aparelhos repressivos. Como observou Faoro, com aquelas reformas, “os capangas dos senhores territoriais passam a ser capangas do império, conduzidos pela Presidência da Província e seus agentes”.³² Era este um dos significados do “feudalismo” Cavalcanti de que falavam os panfletários praieiros e liberais radicais na época. Em suas memórias, um Cavalcanti reconheceu que os parentes do Barão da Boa Vista causaram-lhe muitos embaraços, pois cometeram diversos abusos confiando na sua indulgência.³³ Quando os praieiros assumiram o governo provincial, o aparato repressivo da província tinha a face dos guabirus estampada. As demissões eram a maneira de mudá-la.³⁴

As nomeações para essas 650 posições no aparato repressivo tiveram graves implicações políticas. A ação da polícia civil praieira detonou a configuração de forças construída nos sete anos do governo do Barão. A magnitude da Insurreição Praieira ofuscou os combates que a precederam. Mas foram esses diversos conflitos menores que, somados, culminaram, em abril de 1848, com um movimento armado que a imprensa e as autoridades policiais praieiras chamaram de “revolta”, ou “revolução guabiru”. Os proprietários rurais que combateram esse movimento iriam depois se envolver na Praieira. Os combates no interior aconteceram devido ao atrevimento dos delegados praieiros que começaram a invadir os engenhos dos seus adversários sob vários pretextos legais, principalmente para apreender armas do Estado, aprisionar criminosos e recuperar escravos furtados. Joaquim Nabuco escreveu dezenas de páginas para defender a atuação de seu pai, Nabuco de Araújo, na luta contra os praieiros. Todavia, admitiu que a invasão dos engenhos foi uma necessidade, pois, pela primeira vez, a lei entrava nos quase-feudos dos grandes proprietários rurais. Mesmo admitindo que a maioria dessas diligências tinham um substrato legal, o argumento do pai de Nabuco, também estava certo: os praieiros só invadiam as propriedades dos adversários.

Seguindo essas demissões em massa, vieram os ofícios do chefe de polícia da província exigindo a devolução das armas do Estado de posse das autoridades destituídas. Os delegados praieiros recém-empossados queriam desarmar seus adversários. Pelo volume dessa correspondência, não eram poucas as armas, mesmo porque a distribuição delas não era recente e correspondia a necessidades variadas, inclusive combater quilombolas e deter criminosos comuns. O caminho inverso ocorria com os recém-empossados, que solicitavam armas e munição. Muitos pedidos foram atendidos.

Mais de 4.000 armas e algumas centenas de milhares de cartuchos foram distribuídos pelo governo praieiro entre seus seguidores.

Uma vez armados, os novos delegados e sub-delegados começaram a invadir os engenhos dos antigos encarregados da ordem local em busca das armas não devolvidas. Esse geralmente era o pretexto mais simples. Houve reação aos chamados "varejamentos dos engenhos". Inúmeros foram os conflitos com mortes. Em alguns casos, os proprietários rurais envolvidos nesses conflitos conduziam-se quase como os caudilhos do Prata, comandando várias dezenas de homens armados em defesa de seus interesses e propriedades. Alguns dos combates extrapolaram os limites dos engenhos. Como muitos desses proprietários procediam de clãs com propriedades em diferentes comarcas, ficava fácil refugiarem-se em diferentes freguesias, e até na Paraíba ou Alagoas quando perseguidos pela polícia praieira.

Na zona da mata norte, foram muitos os conflitos. João Vieira da Cunha, Manoel Pereira de Moraes, Manoel Paulino de Muniz Feijó e Francisco Honório Bezerra de Menezes, todos grandes senhores de engenho assumiram postos na polícia civil em Paulista, Igarassu e Itamaracá, durante o governo praieiro. Todos participariam da Insurreição em 1848. João Vieira da Cunha morreria em combate. Francisco Honório Bezerra de Menezes iria ser um dos vice-presidentes da província e compor a chapa para o senado. Moraes, por sua vez, praticamente iniciou a Praieira ao resistir às tropas que foram prendê-lo no seu engenho Inhaman. Durante o governo do Barão, Moraes havia sido perseguido por um delegado, que era da família Cavalcanti de Albuquerque, refugiando-se no Recife. Uma vez no poder, todavia, essas novas autoridades foram à forra. Vários foram os engenhos varejados, tanto na zona da mata norte, como na zona da mata sul.

Alguns desses engenhos pertenciam à fina flor dos Cavalcanti, como era o caso do engenho Monjope, invadido pelo menos duas vezes pelos proprietários rurais praieiros empossados dos cargos na polícia. O senhor do Monjope não só reagiu, como ainda atreveu-se a invadir a vila de Igarassu para soltar os presos, entre os quais, um de seus capangas, preso por portar armas cujo uso era vedado a civis que não possuíssem cargos no aparato repressivo. Quando o ataque aconteceu, João Albuquerque de Holanda Cavalcanti foi rechaçado e também pronunciado pelo uso de armas proibidas e tentativas de tomada de presos à força de armas.³⁵ Na segunda invasão, em 1847, a polícia praieira foi investigar um suposto assassinato a mando de João Antonio Cavalcanti de Albuquerque e Herculando Antônio Bandeira de Melo, dois proprietários que haviam sido demitidos dos cargos nos aparelhos repressivos pelo governo praieiro. A tropa, todavia, foi recebida à bala e rechaçada, retirando-se com um morto e um ferido. A imprensa guabiru não se omitiu daqueles eventos e, segundo o seu principal panfletário, o futuro Ministro Nabuco de Araújo, até os escravos do engenho Monjope teriam sido surrados para revelarem o esconderijo do filho do dono do engenho, acusado do homicídio.³⁶

Houve vários episódios semelhantes em outros engenhos, envolvendo gente de grossa fortuna. Em Limoeiro e Nazaré, vários grandes proprietários envolveram-se em conflitos armados. Henrique Pereira de Lucena, praieiro, e João Maurício Wanderley escreveram ofícios denunciando arbitrariedades mútuas. O conflito entre eles e seus aliados remontava ao governo do Barão. Sebastião Lins também entrou em conflito armado contra as autoridades praieiras. Ele perdeu dois irmãos lutando contra a polícia que pretendia desarmá-lo, mas não se rendeu. Atuava como um verdadeiro

35

Arquivo Público Estadual de Pernambuco
Jordão Emerenciano, Câmara Municipal, vol. 24,
02/05/1845. Polícia Civil, vol. 15, 19/04/1845,
07/07/1845, 14/09/1846.

36

ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.42, p.64, p.66. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 17, 03/07/1847.

37

NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese de Ph.D. University of Chicago, Chicago, 1980. p.197. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 14, 16/07/1846, 21/07/1846, 14/08/1846; vol. 16, 27/12/1846, Carta de Sebastião Lins a Chichorro da Gama, 28/05/1847 in: ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 197. p.189.

38

NARO, Nancy. Op.Cit. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 18, 09/03/1848.

39

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Comando das Armas, vol. 11, 11/05/1848.

40

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 14, 27/09/1846, 15/12/1845.

41

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 15, 05/11/1846; Câmara Municipal, vol. 25, 21/10/1846. ARAGÃO, José Aragão. *História de Vitória de Santo Antão*. Recife: CEPE, 1983. p.199, p.261.

caudilho, movendo-se entre os engenhos de sua família, procurando inclusive abrigo no engenho Natubas, na Paraíba, fora da jurisdição da polícia praieira. Lucena iria ser um dos principais líderes da Insurreição Praieira na zona da mata norte. Lins e Wanderley por sua vez se destacariam combatendo-o em 1848-49.³⁷

Perto do Recife e na zona da mata sul houve também inúmeras escaramuças e "varejamentos" de engenhos. João Roma, delegado de Poço da Panela, varejou engenhos nos arrabaldes do Recife. O mesmo fazia Francisco Carneiro Machado Rios na freguesia de Afogados, também um subúrbio da cidade. Os engenhos Jiquiá, Uchoa, Peres e Santana foram revolvidos à procura de armas. Os propósitos dessas invasões também eram eleitorais. Segundo Roma, seus adversários impunham aos moradores da área uma "cousa" que chamavam de "sua chapa".³⁸ Assim que os praieiros caíram em Pernambuco, em abril de 1848, Roma refugiou-se nas matas do Catucá com a tropa de sua confiança e logo em maio de 48, quatro meses portanto antes da Insurreição Praieira, reagiu contra a recém-nomeada polícia que foi tentar desarmá-lo.³⁹ A partir de novembro de 1848, ele se destacaria como um dos mais destemidos líderes militares da Praieira, tornando-se um dos únicos quatro comandantes de divisão das tropas rebeldes e um dos seus mártires.

No Cabo, área de engenhos controlada pelo Morgado do Cabo e pelos Cavalcanti, a situação era das mais difíceis para as autoridades praieiras. Mesmo assim, um delegado praieiro apreendeu 16 clavinotes que estavam sendo conduzidos clandestinamente para o engenho Trapiche, da família do Barão. Segundo as autoridades praieiras, houve "desordem" na vila em setembro de 1846, liderada por membros da oposição. Em dezembro, Bernardo José da Câmara, que viria a ser um dos líderes da Praieira, sofreu um atentado, o qual, de acordo com a polícia, foi a mando de Antonio Marinho Paes Barreto, senhor de engenho ligado ao Partido Conservador. Sendo do clã do Morgado do Cabo, conforme Antonio Affonso Ferreira, chefe de polícia da província, ele "estava na persuasão que semelhante atentado ficaria impune, como acontecia nas calamitosas épocas em que a ação da polícia se circunscrevia a quem não era potestade local, ou não estava sob sua proteção".⁴⁰

Em Vitória, o delegado praieiro, um grande proprietário rural, resolveu investigar a morte de um tal Alexandre Grande no engenho Urubas, pertencente ao clã Cavalcanti de Albuquerque. Contavam as autoridades praieiras que Alexandre desertara do exército e, sendo protegido de um Cavalcanti, fora enviado ao engenho de um parente, José Severino Cavalcanti, para não ser preso. Ocorre que ele e Rosa, amante do senhor do engenho, teriam-se apaixonado. Por essa razão, foi assassinado enquanto dormia numa rede. À procura do corpo de Alexandre, o delegado varejou o engenho, e, segundo relata, encontrou as covas dos dois amantes, apesar das ameaças de José Severino de que o escravo que o denunciasse iria para o "bacalhau" e, se forro, iria "pro chumbo". Contudo, José Severino, que era presidente da Câmara Municipal de Vitória, onde os Conservadores tinham maioria, mesmo durante o governo Praieiro, foi detido pelo crime.⁴¹

Em setembro de 1846 havia em diferentes termos, 271 praças de linha, além dos Guardas Nacionais locais. Trinta estavam em Garanhuns, 40 na Boa Vista, 17 em Vitória, 12 em Rio Formoso, 11 no Brejo, 15 em Nazareth, 34 em Goiana, 20 em Bonito, 02 em Pau d'Alho, 23 em Sirinhaém e 43 em Limoeiro. Mesmo assim os delegados praieiros pediam reforços constan-

temente. O desarmamento dos adversários também era solicitado insistentemente. Chichorro da Gama escreveu diretamente a pelo menos dois grandes proprietários rurais, que detinham cargos na polícia civil na administração anterior. Um deles possuía 50 armas. O outro, 200. Esses pedidos, todavia, raramente eram atendidos. O senhor do engenho Pitribu, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, foi um dos poucos a obedecer. Mas devolveu apenas 148 das 200 armas solicitadas, alegando não saber onde estavam os guardas nacionais que as receberam. O mesmo ocorreu com o coronel José Joaquim Bezerra de Mello que só entregou ao delegado de Bonito, Martinho de Mello e Albuquerque (sogro de Pedro Ivo e dono do engenho Verde, quartel-general das tropas Praieiras no sul de Pernambuco) uma parte das granadeiras que tinha. O mesmo também ocorreria com o ex-sub-delegado de Quipapá, que devolveu apenas 20 granadeiras em mau estado dentre as muitas que recebera, ainda ao tempo da Cabanada. Declarou que só entregaria o resto a "autoridade superior".⁴²

Uma outra acusação freqüente contra os guabirus, eram os furtos de escravos. Roubar um escravo de um vizinho não era apenas um ilícito penal, mas um caso limite na disputa pela mão-de-obra escrava disponível no mercado. Para Freyre, o endividamento dos senhores de engenho e a crescente dificuldade em renovar a mão-de-obra escrava, tornaram-se problemas tão agudos nessa época, que muitos proprietários rurais viram-se forçados a furtar escravos urbanos. Ao aproximar-se a metade do século XIX, o furto de escravos tornou-se uma "calamidade e um escândalo nas ruas e cidades do norte".⁴³ De fato, na década de 1840, esse tipo de crime tornou-se tão freqüente que extrapolou a correspondência policial, alcançando os jornais, colorindo os debates político-partidários. Todavia, reconhecia Freyre, corroborado por Eisenberg, os proprietários rurais não estavam apenas furtando os cativos urbanos. Furtavam escravos dos engenhos dos adversários. Assim, roubar ou mesmo acoitar escravos alheios, significava enriquecer, enfraquecendo economicamente um concorrente ou adversário político.⁴⁴

Como a imprensa panfletária de ambos os partidos denunciava os furtos de escravos, é razoável supor que ambos os lados tinham ao menos alguma razão. Esse ilícito assumira proporções alarmantes. Viram-se envolvidos membros de algumas das famílias mais importantes da Província, desde um irmão do próprio Barão da Boa Vista, até gente dos clãs Paes Barreto, Wanderley, Carneiro de Albuquerque, Gusmão de Moura, e, é claro, Cavalcanti. Enfim, a fina flor da sociedade pernambucana. Passados oito meses no governo provincial, os praieiros diziam na Câmara dos Deputados que mais de 200 escravos furtados e fugidos foram apreendidos nos engenhos e casas de proprietários ligados aos guabirus.⁴⁵ Em seu relatório de 1846, Chichorro da Gama dizia que: "*O roubo de escravos, Senhores, era por assim dizer um ramo do comércio para estes traficantes, e chegou a um ponto tal que ninguém podia contar com a propriedade deste gênero*". Muitos dos escravos roubados haviam então sido devolvidos aos seus donos "*os quais já os tinham por perdidos para sempre*".⁴⁶ Segundo os praieiros alguns dos cativos furtados haviam sido exportados para as províncias de Alagoas, Paraíba e Ceará. Na Câmara, foi difícil rebater a acusação dos praieiros, corroborada por Tavares Bastos, de que havia até um parente próximo do próprio Barão da Boa Vista envolvido nos crimes.⁴⁷ Após a derrocada da Insurreição Praieira, dizia Vergueiro, contestando as acusações de Olinda aos praieiros: "*É sabido que se entre-*

42

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 14, 15, 18 e 327.

43

Apud FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decandência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, vol. 1. p. 49.

44

EISENBERG, Peter. *Modernização Sem Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.184. FREYRE, Gilberto. Op.Cit., vol. 1. p.50, p.177, p.178, p.287. Sobre os furtos de escravos como um eufemismo para uma eventual troca de senhor por parte do cativo, sem a anuência do seu proprietário, configurando um caso de agência escrava, veja-se: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo*, Recife 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998, terceira parte, passim.

45

MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.89. Câmara dos deputados. Anais do parlamento brasileiro, câmara dos deputados, organizado por A.P. Pinto; Rio de Janeiro: 1878, sessão de 21/07/1846.

46

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Pernambuco. Relatório do Presidente Chichorro da Gama à Assembléia Provincial na Sessão Ordinária de 1846, p. 7.

47

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 17, 03/07/1847. Câmara dos Deputados, sessão de 30/06/1847, 21/07/1846 e 22/07/1846. ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.10-11.

48

Anais do Senado Imperial, sessão de 23/01/1850.

49

A Voz do Brasil, apud *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira* (1849). Brasília: Senado Federal, 1979. p. 329. MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.87.

50

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Câmara dos Deputados, sessão de 13/07/1847.

51

ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.9-11. Veja-se ainda os ofícios de Antonio Affonso Ferreira in Câmara dos Deputados, sessão de 21/07/1846.

52

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 327, 09/03/1846, 10/03/1846 11/03/1846, 26/03/1846, 08/04/1846, 15/06/1846, 17/03/1846, 09/05/1846, 15/07/1846. Câmara dos Deputados, sessão de 21/06/1846, p.292-294.

53

Veja-se a correspondência da polícia transcrita nos Anais da Câmara dos Deputados, na sessão de 21/07/1846. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 327, 08/04/1846, 09/06/1846, 15/07/1846. ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. Op.Cit., p.9, p.61.

garam trezentos e tantos escravos e seu donos, escravos... furtados por pessoas de consideração, em cujas casas foram encontrados".⁴⁸ Os furtos de escravos foram amplamente denunciados pela imprensa de oposição aos guabirus. Segundo *A voz do Brasil*, os guabirus eram "os que melhor desempenhavam (. . .) os furtos de escravos e cavalos alheios". Por sua vez, o *Diário Novo* atacava-os dizendo que, para os guabirus, "os empregos públicos são para uns todo o seu patrimônio, assim como os escravos e cavalos alheios constituem a riqueza de outros".⁴⁹

A queixa dos baronistas sobre a parcialidade das autoridades praieiras, todavia, não era destituída de razão. Segundo a imprensa conservadora, a administração favorecia aos amigos e aplicava a justiça reta somente aos contrários. Na Câmara, dizia o deputado Ferraz, os furtos de escravos eram apenas pretextos para "buscas ilegais no centro da província de Pernambuco".⁵⁰ Nabuco de Araújo protestou nas páginas de *O Lidador* contra a parcialidade da justiça praieira. Ele não negou que os Cavalcanti, parentes e aliados participassem dos roubos de escravos, pois que não seria "estranho que em uma família por mais ilustre e moralizada apareçam membros poderes e gangrenados". Todavia, argumentava, a maior parte das vítimas dos ladrões de escravos eram também Cavalcantis. Além disso, a polícia praieira deixara de perseguir os crimes em que estavam envolvidos membros de seu partido, como no caso do furto dos africanos apreendidos pela polícia no iate Bom Jesus dos Navegantes".⁵¹

A apreensão da carga daquele navio negreiro foi alardeada pela imprensa praieira, em 1846, como prova do envolvimento dos adversários no tráfico, dando a falsa impressão de que os praieiros pretendiam realmente reprimir o contrabando de africanos para a província. Todavia, a própria "apreensão" do Bom Jesus foi puramente acidental, pois o navio foi abandonado na praia, encalhado. O capitão e parte da tripulação foram detidos pela polícia, comandada por um primo do Chefe de Polícia da Província, o deputado geral, Antonio Affonso Ferreira. Mas tanto os presos fugiram como, segundo a imprensa conservadora, o delegado Miguel Affonso Ferreira, no ato da apreensão, aproveitou-se para se apropriar de dezenas de cativos, o que teria acarretado sua demissão. Cerca de 60 escravos desapareceram. O mais trágico, todavia, era a cena do crime. Dois africanos foram encontrados mortos na praia no ato da apreensão. O navio de apenas 40 toneladas viera sobrecarregado, ceifando as vidas de 128 pessoas durante a travessia que durou quase dois meses.⁵² Claro que um episódio tão sanguinolento não poderia deixar de ter uso político. A imprensa dos dois partidos aproveitou o episódio para se acusar mutuamente de tráfico e roubo de escravos. Ambos os lados deviam ter razão, pois o tráfico não respeitava fronteiras partidárias. Das acusações mútuas restaram indícios da participação de grandes líderes partidários no negócio, tais como um irmão Cavalcanti mais novo (futuro Barão, depois Visconde de Camaragibe, que chegou a Senador do Império), parentes do mártir praieiro Nunes Machado, e membros da família do Chefe de Polícia Praieiro.⁵³

Exceto no porto do Recife, a repressão ao tráfico era extremamente tímida, para não dizer inexistente, antes de 1851. Após os desembarques, as caravanas de africanos eram conduzidas sem serem molestadas pelas autoridades, embora aqui e ali, proprietários individualmente considerados possam ter tomado escravos de outros, inclusive de forma pacífica, oferecendo vantagens aos próprios cativos. Todas as estradas serviam para a distribuição da carga dos navios negreiros. Não eram muitos os embaraços,

como inclusive relatou o único africano escravizado a deixar suas memórias escritas, Mahommah Gardo Baquaqua. Desembarcado perto do Recife no apogeu do governo praieiro, Baquaqua contou que a casa do plantador onde desembarcou funcionava como um mercado de escravos.⁵⁴ Enquanto estava no navio, ficou claro o receio do cruzeiro inglês que vigiava a costa brasileira. Mas em terra, era tudo feito às claras. Baquaqua ficou alguns dias no engenho, sendo repassando algumas vezes até chegar às mãos de um padeiro, para quem trabalhou por um bom tempo até deixar a província. Os varejamentos dos engenhos não respondiam à necessidade legal de conter o tráfico. Era mais uma estratégia para enfraquecer os adversários, expropriando-os até quando possível.

Esses inúmeros varejamentos geraram terror entre os adversários dos praieiros. Pouco a pouco eles foram se articulando de tal forma que a resistência à ação da polícia paulatinamente deixou de ser individualizada. Além de agir em conjunto, em alguns casos, tomaram a iniciativa, atacando eles mesmos a polícia praieira, antes que suas propriedades fossem invadidas. A imprensa panfletária guabiru acusava os praieiros de incendiarem e saquearem engenhos, matarem os cativos dos proprietários atacados e coagirem os moradores de engenho. Houve muitas mortes entre a clientela e parentes dos proprietários envolvidos em ambos os lados das lutas. Os conflitos multiplicavam-se atingindo o agreste e o sertão. No final de 1847, proprietários rurais do Cabo, Ipojuca, Escada, Bonito, Una, na zona da mata sul, Caruaru e Vitória, no agreste, começaram a se articular sob a liderança de um irmão do Barão da Boa Vista e de José Pedro Vellozo da Silveira. Além de concertarem uma ação conjunta, trouxeram os irmãos Moraes das Alagoas, que atacaram várias freguesias, e chegaram a tentar o apoio de Vicente de Paula, o principal líder da Cabanada (1832-35). O Padre Pinto de Campos, que depois se tornaria delegado de polícia e sucessiva vezes eleito para a câmara dos deputados, também tinha gente armada sob seu comando, apoiando a aliança.

Diante dessas notícias, as autoridades praieiras começaram a pedir cada vez mais recursos para se armarem. Solicitavam pagamento para os guardas nacionais a seu serviço e o apoio de tropas de primeira linha. As diligências da polícia praieira aumentaram entre o final de 1847 e o começo de 1848. Mas seus adversários agora estavam armados até os dentes. Entre eles havia alguns dos maiores proprietários rurais da província e homens diretamente vinculados por laços de família ao Barão da Boa Vista, ao Morgado do Cabo, a Araújo Lima e aos irmãos Cavalcanti, também envolvidos nas articulações. A liderança guabiru sabia que a ameaça de uma convulsão maior na província enfraquecia o governo praieiro e ajudava-os a conseguir anular a eleição de Chichorro da Gama para o Senado, sob a acusação de abuso de poder. Em Pernambuco, os guabirus defendiam-se nos jornais alegando que a reação armada à polícia era a única alternativa que tinham para proteger suas famílias e propriedades.

O auge da "revolta guabiru" aconteceu em abril de 1848, quando os praieiros resolveram atacar o quartel general dos adversários e varejar o engenho Lages do Coronel José Pedro Vellozo da Silveira. O Coronel José Pedro há muito estava envolvido na política provincial. Representava o que talvez houvesse de mais próximo aos caudilhos do pampa gaúcho. Durante a Cabanada, ocorrida nas imediações de um dos seus vários engenhos, apresentou-se com 100 homens para combater os cabanos. Destacou-se nos combates pela sua firmeza e bravura. José Pedro era um rico proprie-

tário, mas não se omitia da luta armada e se orgulhava disso. No seu engenho Lages havia inclusive peças de artilharia, além de centenas de armas próprias das forças de primeira linha. A tropa organizada para atacar o engenho Lages compunha-se de centenas de homens. Vários delegados praieiros, que depois iriam participar da insurreição de 48, articularam o ataque. Todos também eram proprietários rurais. O grosso da tropa, 350 homens, estava com o Coronel Antonio Feijó de Mello, mas havia outras centenas de homens com outros senhores de engenho. O plano era surpreender, cercar e esmagar as tropas do Coronel José Pedro. Todavia, qual não foi a surpresa do Coronel Feijó de Mello, quando foi atacado repentinamente pelo Coronel José Pedro, antes que pudesse se articular com seus aliados. A derrota dos praieiros foi completa. Dizem que o Coronel Feijó teria fugido sem conseguir sequer vestir-se direito. Seus 350 homens não foram páreo para o Coronel José Pedro. Até a munição, uma botica, ambulância, médico e cirurgião-mor com três meses de soldo pagos, foram capturados no dia seguinte. José Pedro e seus aliados, entre os quais João do Rego Barros, irmão do Barão, não se deram por satisfeitos e invadiram engenhos dos adversários, desarmando os moradores.⁵⁵

A notícia da "revolta guabiru" chegou ao Recife, no momento em que Manoel de Souza Teixeira assumia novamente a presidência, substituindo Chichorro da Gama que fora eleito Senador na chapa praieira. Mal sabia ele que, mais uma vez sua eleição seria anulada no Senado, onde Araújo Lima e os Cavalcanti contavam com uma bancada própria. Enquanto isso, em Pernambuco, o novo presidente, Manoel de Souza Teixeira preferiu tomar medidas conciliatórias, evitando a guerra, enquanto esperava pelo reforço de 800 tropas de primeira linha que pediu. Entre maio e setembro de 1848, os liberais continuavam no poder na Corte. Isso evitou a derrocada total dos praieiros. Mas os presidentes nomeados para Pernambuco nesses meses buscaram a moderação. Sabiam das dificuldades que teriam. Começou, todavia, a demissão dos delegados de polícia praieiros. Mas, eles se recusaram a entregar os cargos, atendendo instruções do próprio chefe de polícia praieiro, Antonio Affonso Ferreira, abastado proprietário e deputado eleito pelo partido.

Quando os liberais caíram na corte, em setembro de 1848, Araújo Lima e os Cavalcanti voltaram ao poder. Cerca de 41 homens demitidos da polícia, simplesmente recusaram-se a entregar as armas. Entre os nomeados para substituí-los, estavam muitos daqueles cujos engenhos haviam sido varejados pelos praieiros. Os líderes da "revolução guabiru", agora rearmados e equipados pelo governo provincial, passaram à ofensiva. A "revolução praieira" começou quando tentaram desarmar e prender um delegado praieiro destituído, o Coronel Manoel Pereira de Moraes, abastado senhor de engenho em Igarassu, que havia colaborado nas ações da polícia praieira nos anos anteriores. O Coronel Moraes gozava da amizade pessoal de Borges da Fonseca. Era tão influente em Igarassu, que um dos nomes recebidos pela Praieira na zona da mata norte foi "guerra do Moraes". Uma vez iniciada a insurreição pelos senhores de engenho, as lideranças parlamentares praiieras aderiram, escrevendo cartas para antigos aliados na província, em Alagoas e na Paraíba. Um exército foi constituído, ao qual aderiu Borges da Fonseca, que também arrematou muita gente para a insurreição.

Longe desses conflitos, orquestrados por senhores de engenho e outras lideranças no interior da província, o Recife também fervia naqueles anos que antecederam a Praieira. A insurreição foi também marcada pela

participação ativa de vários trabalhadores urbanos, os "proletariados da praia", na expressão cunhada por jornais vinculados aos conservadores quando se referiam aos homens livres pobres mobilizados pelos praieiros. As tensões que se distribuíam em pontos dispersos no interior, eram potencializadas no reduzido espaço dos bairros centrais do Recife. O período que antecedeu a Praieira foi também marcado por uma série de problemas de ordem econômica que muito afligia as camadas menos privilegiadas, apontando para um eminente conflito social. Entre os principais problemas estavam o restrito mercado de trabalho urbano e a carestia dos gêneros de primeira necessidade. Esses problemas foram abordados em diversas ocasiões pelos praieiros, servindo para catalisar os ânimos da população livre pobre contra a política dos "guabirus".

O desemprego e os problemas com o abastecimento estavam enraizados no próprio processo de expansão das cidades brasileiras após a Independência, quando muitos habitantes do interior imediato afluíram para o litoral em busca das oportunidades abertas pela expansão da burocracia governamental e do comércio, resultante da abertura dos portos em 1808. Se utilizarmos os referenciais dos dias de hoje, os empregos públicos disponíveis eram realmente poucos. Todavia, para a época, eram muito mais do que jamais haviam sido. Já em 1842, o Padre Lopes Gama, em seu *O Carapuço*, relatava que até os alfaiates, sapateiros e carpinteiros preferiam abrir mão dos seus ofícios e se meterem "na estiradíssima réstea dos pretendentes a cargos públicos".⁵⁶ Em 1847, Antônio Pedro de Figueiredo escrevia preocupado com a redução de grande parte da população provincial "ao papel de solicitadores de emprego público", o que, entendia ele, era um resultado da pobreza geral.⁵⁷ Esses empregos seriam um dos assuntos discutidos pela imprensa panfletária durante o governo praieiro, inclusive por Borges da Fonseca, que acusou os praieiros de demitirem centenas de pessoas dos cargos policiais com o único objetivo de empregar sua clientela. De fato, os praieiros agora poderiam contar com as rendas provinciais para pagar seus capangas e ainda designar inspetores de quartelão.⁵⁸ Os salários, todavia, eram realmente baixos. O que não fazia tanta diferença, afinal, grande parte das relações sociais não eram monetizadas. Essas posições permitiam o acesso a outras vantagens econômicas próprias de sociedades patronais. Os ungidos nos cargos nos baixos escalões do Estado recebiam toda a sorte de favores e pequenos presentes, como frutas e verduras dos feirantes, galinhas, porcos e novinhos dos criadores, e assim por diante. Esses aspectos econômico-sociais das relações clientelares não eram muito diferentes nos séculos anteriores nas grandes cidades da Europa moderna, onde as baixas prebendas não sustentavam o sistema que, como bem disse Braudel, agüentava-se como sempre se agüentou, inclusive com baixos custos salariais.⁵⁹

A própria expansão urbana também facilitou o processo de atração de imigrantes do interior, pois as novas residências precisavam de empregados e, principalmente, de empregadas. Nem todos esses trabalhadores eram escravos. O processo de substituição gradual do trabalho escravo pelo trabalho livre transbordou para o espaço doméstico ainda na primeira metade do século XIX, quando se popularizou entre as elites dominantes uma nova ideologia higienista e racista que, pouco a pouco, foi empurrando as empregadas domésticas cativas para mais longe do convívio familiar, para a cozinha, para as senzalas urbanas. Claro que esse processo foi lento. As famílias abastadas não podiam viver sem verdadeiros exércitos de cativas

56

O Carapuço, Recife, 15/06/1842.

57

O Progresso, Recife, 31/10/1847, p.673. Na década de 1850, o problema continuava. Veja-se: *Diário de Pernambuco*, Recife, 24/03/1856.

58

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa: União, 1994. p.139. ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.64-73.

59

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, vol.1. p.487-488.

domésticas, mesmo que já não considerassem ideal o convívio da família com as cativas, principalmente as africanas, consideradas brutas e incivilizadas no discurso higienista racista. A solução cada vez mais freqüente foi a busca por governantas brancas para administrar as residências, intermediando a relação das famílias abastadas com as cativas. A permanência da escravidão doméstica, todavia, contribuía para comprimir os salários oferecidos às trabalhadoras não-especializadas. A imprensa local expressava a convivência das domésticas livres e escravas no ambiente de trabalho, ao colocar na mesma seção dos jornais, tanto os anúncios de compra, venda e aluguel de escravas, quanto aqueles de mulheres livres buscando emprego doméstico, ou dos possíveis patrões querendo contratá-las.

Em 1828, uma contagem da população das três freguesias centrais do Recife indica uma população de 25.678 habitantes, afora outras dezenas de milhares de pessoas nos arrabaldes, "rurbanos", na exata expressão de Gilberto Freyre. Desse total, 17.743 (69,0%) eram pessoas livres e 7.935 (31,0%), eram escravos. Em 1855, a população daquelas freguesias havia saltado para 40.977, sendo 33.270 (81,2%) de indivíduos livres e 7.707 (18,8%) de escravos. A população livre e liberta havia aumentado 85% entre um censo e outro. Já a população cativa, permanecera praticamente fixa com cerca de sete mil e tantas almas. Havia, portanto muita gente precisando arrumar alguma ocupação para sobreviver na capital pernambucana.⁶⁰ Esse aumento da população livre e liberta, numa época onde reinava a insalubridade no espaço urbano, não pode ser explicado apenas pela relação entre nascimentos e óbitos. Também havia um influxo constante de imigrantes de Portugal, Açores e Madeira. Todavia, grande parte dessa expansão se devia à imigração do interior próximo, onde havia gente ociosa pelo declínio dos antigos engenhos. Antônio Pedro de Figueiredo relatou nas páginas d'*O Progresso*, que a divisão das terras da província em grandes propriedades (verdadeiros "feudos") muito agravava a situação da população do interior. Vitimadas pela "opressão" dos proprietários rurais, essa população sem terra se via obrigada "a refluir para a capital da província, a abandonar a agricultura, para aumentar o número dos improdutivos e solicitadores de emprego".⁶¹

Todavia, também é possível ter vindo gente de mais longe, atingida pela grande seca que grassou os anos de 1844-46. Essa seca, aliada a uma praga do algodão e perda dos mercados externos devido à concorrência norte-americana, foi pouco a pouco diminuindo o movimento nas prensas e armazéns de estocagem desse produto no Recife, causando mais desemprego. Sabemos ao certo também que a seca comprometeu uma parte da produção de mandioca, tornando mais difícil ainda a subsistência da população de baixa renda. Segundo o cônsul americano no Recife, a produção de mandioca estava seriamente comprometida. Por causa da falta de farinha, o governo provincial viu-se obrigado a gastar em apenas seis meses (de janeiro até junho de 1845), cerca de 167:616\$000 dos cofres públicos, com a compra de 85.808 alqueires desse produto⁶².

Essa gente faminta e outros tantos desvalidos apelavam para a assistência governamental, para a caridade pública e privada. Já em 1835, quando era chefe de polícia da província, Nunes Machado enviou um relatório ao presidente da província, lamentando o grande número de pessoas pobres nas pontes e ruas da cidade mendigando a sobrevivência. Não havia na cidade estabelecimentos que abrigassem os que "estavam reduzidos à última miséria" e que já não tinham mais condições de trabalhar, pois

60

Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província, indicando por comarcas, municípios e freguesias o número de casas, fogos, almas e lojas que contém cada uma delas. In: MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife: 1852; Reedição: Recife: Conselho Estadual de Cultura, s.n. Arquivo Público Estadual, Recife: *Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife*, 10/01/1856.

61

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: UFPE, 1977. p.28.

62

United States Consul in Pernambuco, University of Illinois at Urbana-Champaign, Department of State: Microfilm T344, 06/09/1845. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Diário de Pernambuco*, 05.06.1845, n. 122.

63
Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil vol. 2, 01/04/1835.

64
Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Ofício do Presidente da Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo ao Prefeito da Comarca do Recife Francisco Antônio de Sá Barreto*. Datado de 31 de maio de 1837. Fl. s/n. Ofícios da Presidência a Prefeitura (1836-37).

65
KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 401.

66
O Progresso, Recife, 1950. p.668-669.

67
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, *O Progresso*, apud *O Lidador*, Recife, 07.12.1847, n. 233.

68
Sobre a questão do abastecimento do Recife no século XIX, veja-se ainda: VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. *A Economia de Pernambuco no Período 1850-1900: Uma Interpretação*. *Clío*, 1993, vol.1, n. 14, p.105. MILET, Henrique Augusto. *Os Quebra-Quilos e a crise da lavoura*. Recife, 1876. São Paulo: Global/Brasília, INL, 1987, p. 52, p.55-56. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, vol. 1. p.160-176.

não dispunham mais de forças físicas "roidas pelos anos e moléstias".⁶³ O aumento desse contingente no final dos anos trinta, tornava-se um problema para a Administração dos Estabelecimentos de Caridade que, necessitando retelhar o abrigo da rua das Laranjeiras, transferira boa parte dos mendigos para o refeitório do Convento do Carmo⁶⁴. A quem não tinha a sorte de conseguir um teto, restava o caminho da rua. O engenheiro francês Louis Léger Vauthier, que esteve em Pernambuco no início dos anos quarenta, afirmou que "as pontes estavam cheias de mendigos". Em 1852, Emil Bauch registrou numa cromolitografia dois pedintes na ponte da Boa Vista, provavelmente já fazendo parte daquele cenário. Mas isso não foi visto apenas pelos contemporâneos dos anos trinta e quarenta. Algumas décadas antes, Henry Koster, que morou anos em Pernambuco, deixou um relato sobre a pobreza que transparecia nas esquinas e ruas principais: "Seres miseráveis são às vezes vistos no Recife, pedindo esmolas pelos quarteirões da cidade, idosos e enfermos. Alguns foram escravos e quando a moléstia os tornou inúteis seus amos lhes deram a liberdade, e os despediu esgotados pela senectude ou estropiados, e seu único recurso é esmolar pelas ruas públicas".⁶⁵

Completando o quadro, o Recife empregou muita gente nas obras públicas durante a administração do Barão da Boa Vista, cujo apogeu foi entre 1838 a 1841. Naqueles anos, foram abertas novas ruas e estradas, construídos prédios públicos e instalado um novo sistema de abastecimento de água. A cidade tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, abrindo assim novas oportunidades de emprego. Nos anos seguintes, essas reformas foram desaceleradas. Muitos mestres, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, pintores e toda sorte de trabalhadores semi-especializados ganharam o caminho da rua. Comparando a administração anterior com a dos praieiros, Antônio Pedro de Figueiredo escreveu, em 1847, que no tempo do Barão da Boa Vista houve grande prosperidade tanto na agricultura, como no comércio, refletindo também na expansão dos empregos urbanos. Segundo ele, as edificações particulares e as obras públicas ofereciam "aos homens desocupados" duas vezes mais oportunidades de trabalho. Os salários dos trabalhadores "se elevaram ao dobro" dos que eram oferecidos no mercado da construção e no setor de serviços gerais durante a administração praieira. Encerrava a sua observação dizendo que a administração praieira, em menos de cinco anos, "secou todas as fontes de trabalho popular" existentes na cidade⁶⁶. Era essa massa de desempregados que o discurso liberal radical buscava atingir. Antônio Pedro de Figueiredo percebeu bem o momento quando disse que tinha "mais de um solicitador de emprego, mais de um empregado demitido, mais de um operário sem trabalho, que sonhava com revoluções".⁶⁷

Outra grande dificuldade enfrentada pela população urbana foi à questão do abastecimento de gêneros alimentícios, um problema antigo que remontava ao período colonial⁶⁸. Era cíclica a escassez dos gêneros de primeira necessidade nos mercados e logradouros públicos. Em 1838, o presidente da província, mandou abastecer o mercado recifense com farinha subsidiada pela Fazenda Pública. Eram 2.400 sacas compradas no Rio de Janeiro, que haviam chegado a bordo dos bergantins *Olinda* e *Lisonia* e estavam recolhidas no Arsenal da Marinha. A ordem do presidente era que se procedesse a venda diária "ao povo" de 50 sacas pelo preço de "trinta mil e duzentos reis o alqueire". O Barão da Boa Vista não deixou de ter o cuidado de recomendar para que não houvesse abuso no momento

69

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Ofício do Presidente da Província Francisco do Rego Barros ao Prefeito da Comarca do Recife*. Datado de 05 de abril de 1838. Fl. s/n. Ofícios da Presidência a Prefeitura (1838-39).

70

Apud FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p.118.

71

O Carapuceiro, 13/10/1832, n.26.

72

O Carapuceiro, 04/05/1842, n. 10.

73

Diário de Pernambuco, 11/04/1848, n. 58.

74

Diário de Pernambuco, 19/05/1848, n. 115.

75

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, 12/02/1848, n. 15.

da venda, não permitindo que cada comprador obtivesse "mais do que mil alqueires", ou que a farinha fosse vendida a um só comprador "mais de uma vez". Segundo suas recomendações, a preferência do benefício era para "as pessoas pobres e indigentes"⁶⁹.

Um fator que dificultava a circulação de gêneros alimentícios nos mercados e feiras do Recife era a péssima condição das estradas. O engenheiro Vauthier relatou que as dificuldades de transporte oneravam o comércio de víveres: "As numerosas dificuldades que sofrem agora os transportes terrestres aumentam consideravelmente o preço dos gêneros, sejam os importados, sejam os exportáveis, opõem um imenso obstáculo ao desenvolvimento no interior do país, da agricultura (...)".⁷⁰ Em uma de suas crônicas, o Padre Lopes Gama lembrava que as estradas abertas na época do governo do general Luiz do Rego (1817-1821) estavam em completo abandono. Além do mais, as pontes estavam caindo aos pedaços e com muitos buracos no piso, quase intransitáveis. Acrescentava ainda que se as estradas estivessem em bom estado "a gente do Recife teria mais abundância de comestivos (sic), e outros gêneros importantes por um preço muito menor".⁷¹

Um outro fator que elevava o preço da farinha e de outros gêneros de subsistência, era a existência de atravessadores que monopolizavam a comercialização de alimentos no Recife. Não faltavam reclamações nos jornais, acusando esses negociantes de formarem verdadeiras quadrilhas para manter o monopólio do abastecimento, deixando a população em situação de penúria. Para o Padre Lopes Gama, existiam "companhias de atravessadores" em todos os ramos do comércio, atuando até mesmo no miúdo negócio de galinhas, levando "a maioria dos cidadãos a miséria", e acarretando uma "horrível carestia de víveres". Para ele, as autoridades não coíbiam os atravessadores e ainda taxavam alguns gêneros alimentícios, agravando o quadro.⁷² Para os mais impacientes com o alto custo de vida, o problema do abastecimento era um verdadeiro caso de polícia. Em 1848, um anunciante anônimo do *Diário de Pernambuco*, pedia ao chefe de polícia para pôr fim aos "tantos corretores que andam pelas ruas desta praça, iludindo os matutos que trazem cargas de gênero de primeira necessidade". Segundo dizia, era por isso que esses gêneros estavam "muito mais caros"⁷³. Também nesse mesmo ano de 1848, em meio a um período de grande queixa sobre custo da farinha, um anunciante no mesmo jornal relatava que a "súcia de traficantes" que monopolizava o comércio do produto era composta tanto de nacionais como de estrangeiros, que compravam "em atacado" uma grande quantidade e depois vendiam em "conluio" à população por um preço "excessivo"⁷⁴. As folhas nativistas, acusavam os comerciantes portugueses envolvidos no comércio miúdo de alimentos de serem os detentores desse monopólio. Para a *A Voz do Brasil*, havia no Recife uma "quadrilha de marinheiros", que roubava não só os matutos que traziam a farinha para o mercado, mas também os pobres que a compravam. Acrescentava ainda que, agindo com a conivência da polícia, os portugueses impediam que os matutos vendessem diretamente farinha ao povo, para serem "só eles os vendedores".⁷⁵ Em alguns casos, participavam desse "conluio" algumas pessoas responsáveis por manter a ordem na cidade. Pelo menos uma autoridade fez referência ao "abuso que cometiam alguns Inspetores de Quarteirão" do bairro de São José, que se serviam do cargo para obrigar os "portadores de farinha", gente que trazia esse produto do interior para a capital, a lhes vender com exclusividade. Como

Sobre os caixeiros veja-se: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n.06, p.39-53, novembro de 2007. MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 (Coleção Biblioteca Carioca; v. 24).

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: União, 1994. p.140-141.

MARTINHO, Lenira Menezes. Op.Cit., p.114-116.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês 1835*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflito antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará e FAPERJ, 2002. CARVALHO, Marcus J. M. de. "O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848". In PEREIRA, Miriam Halpern (org.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1993. p.145-162.

FREYRE, Gilberto (Ed). *O Velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"*. Recife: Editora Massangana, 1989. p.12.

deixa claro o documento, o fim era revender a farinha "por maior preço, em prejuízo do público desta capital".⁷⁶ O problema, portanto, além de antigo, era generalizado e estava longe de ser solucionado.

A partir dessas dificuldades e de muitas outras, vividas cotidianamente pela população de baixa renda da cidade, os praiheiros construíram a sua proposta de campanha mais popular: a nacionalização do comércio a retalho. A onipresença de imigrantes portugueses no comércio a retalho não ocorria apenas em Pernambuco. Em várias cidades do império, o comércio a varejo, responsável pela venda de farinha e de outros gêneros de primeira necessidade, tinha freqüentemente como proprietário um imigrante lusitano, que empregava parentes e conterrâneos como caixeiros. Os romances e folhetins do século XIX, como *O Cortiço* e *O Mulato*, ambos de autoria de Aluísio de Azevedo, estão repletos desses personagens, homens pobres que atravessavam o Atlântico para se estabelecer no Brasil. Alguns, bem sucedidos, alcançavam a riqueza e influência política.⁷⁷ Como aponta Mário Márcio de Almeida Santos, "o ódio em relação a miséria e a espoliação levava o povo a identificar no vendeiro ou no pequeno comerciante, o inimigo mais próximo, aquele com quem diariamente convivia, gastando seus poucos vinténs na compra da farinha, da charque, do pão, da bebida".⁷⁸ A idéia de nacionalizar o comércio a retalho, ao menos gradualmente, era antiga no parlamento. Não apenas por nativismo mas também como uma maneira de conter o desemprego e a vagabundagem. Em 1831, Lino Coutinho apresentou na Câmara uma proposta buscando obrigar todos os estabelecimentos comerciais do império a empregar pelo menos um caixeiro brasileiro. Na mesma sessão, Evaristo da Veiga propôs a cobrança de um tributo, pago pelos comerciantes, por cada caixeiro estrangeiro que exercesse a profissão no país.⁷⁹

Em Pernambuco, na metade da década de 1840, a idéia de nacionalizar os pequenos estabelecimentos comerciais – tais como as bodegas, padarias, lojas e armazéns – ganhou tons radicais embebidos no discurso nativista. Originalmente, o antilusitanismo foi orquestrado por uma parte da elite brasileira como um instrumento para angariar o apoio popular em favor da Independência. Logo esse discurso ganhou as ruas, particularmente nos atritos entre as tropas portuguesas brasileiras no começo dos anos 1820, no primeiro reinado e nos episódios vinculados à Abdicação em 1831. As camadas pobres assumiram esse discurso. A historiografia apresenta inúmeros casos de xenofobia entre a Independência e o fim do período regencial com grande participação popular.⁸⁰ Pela ótica nativista, o domínio de portugueses no comércio a retalho, significava a permanência da situação colonial. Os praiheiros perceberam a força e popularidade desse sentimento e o agregaram ao discurso do partido durante as eleições. Em suas memórias, Félix Cavalcanti de Albuquerque relatou que o *Diário Novo*, ao iniciar a oposição ao governo do Barão usou o fato de o comércio a retalho se achar "monopolizado pelos portugueses" para atrair o povo para o lado dos praiheiros. Logo apareceram outras folhas com um discurso antilusitano ainda mais radical, aconselhando o povo a reivindicar seus direitos.⁸¹ Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o chefe de polícia que esmagaria a Insurreição Praieira, pensava da mesma forma. Para ele, a propaganda antilusitana feita pelos jornais de oposição levou muitos trabalhadores brasileiros a reivindicar direitos sobre o comércio. Para ele, os praiheiros "incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e igno-

82

MELO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.3-4.

83

CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. *"Praieiros", "Guabirus" e "Populança": As eleições gerais de 1844 no Recife*. 2001. Dissertação de mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. p.42-57, 119.

84

MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.227-228.

85

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. p.47.

86

MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. p.147-148. QUINTAS, Amaro. Op.Cit., p.93. Sobre as eleições de 1844 em Pernambuco, veja-se: CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. Op.Cit.

rantes da população a idéia de que saindo os lusos do comércio, seriam-lhes garantidas as lojas, tabernas e boticas".⁸²

O discurso em prol da nacionalização do comércio a retalho teve um papel muito importante para a consolidação do partido praieiro no Recife. Como ressalta Manoel Cavalcanti, os praieiros criaram sua plataforma política a partir das insatisfações geradas durante a administração do Barão da Boa Vista (1837-44). Para compensar a desvantagem em relação aos baronistas no Recife, buscaram apoio popular, não apenas para atrair votantes mas também para contar com a multidão para tumultuar as eleições nos distritos onde não tinham a maioria dos votos. A capital era o maior colégio eleitoral da província. Ali votavam artesãos, caixeiros, militares, funcionários públicos e toda a sorte de gente que dispusesse de alguma renda comprovada, sendo assim qualificada como votante e/ou eleitor. Para conseguir o apoio dessa população, os praieiros, primeiramente, tentaram cooptar algumas lideranças, como Borges da Fonseca, com acesso às camadas menos privilegiadas da sociedade. Em seguida, incorporaram ao discurso temas do interesse da população livre pobre da cidade, como o antilusitanismo e a almejada nacionalização do comércio a retalho.⁸³ Como atesta Izabel Marson, as necessidades eleitorais levaram as chefias do partido a "carregar sua fala com tópicos de interesse imediato dos votantes primários do Recife", numa política conflitante até com os interesses da classe dos proprietários.⁸⁴ Sabe-se que, em 1847, em plena campanha eleitoral, Nunes Machado proferiu um discurso sobre a nacionalização do comércio, na oficina de um sapateiro, na Rua Estreita do Rosário.⁸⁵ Os praieiros percebiam a força de suas propostas e sabiam apresentá-las nos locais onde seria mais fácil reunir gente interessada. Joaquim Nabuco e mesmo os adversários dos praieiros, reconheciam o apoio popular da praieira.

A popularidade do discurso nativista foi potencializada pelo surgimento de uma outra novidade nas eleições da década de 1840. De acordo com Jeffrey Mosher, em 1844 houve uma multiplicação de reuniões públicas de votantes e eleitores na cidade do Recife. Eram os *meetings* – termo que os jornais utilizavam então, na falta de uma tradução exata na época. Paradoxalmente, o primeiro político a promover esse tipo de evento em Pernambuco foi o próprio Barão da Boa Vista que trouxe essa idéia da França, onde estudou antes de tornar-se Presidente da Província em 1837. Todavia, foram os praieiros os que mais lucraram com a mobilização de adeptos em comícios de rua, uma prática que depois se tornaria parte integral da cultura política do século. Nesses *meetings*, o alcance da voz do orador era o único limite entre as idéias do partido e a multidão. Nunes Machado, conhecido como um grande orador, podia exercer toda a sua arte em público, arrebatando a multidão. Muitos desses encontros acabaram em brigas, quebra-quebra e correrias.⁸⁶

Assim, com o discurso da nacionalização do comércio a retalho ressurgiu o antilusitanismo na província, na forma de violentas manifestações de rua, que muitas vezes fugiram ao controle das próprias lideranças praieiras. Entre 1844 e 1848, ocorreram cerca de sete *mata-marinheiros* que refletiam o clima difícil e propenso a todo tipo de desordens. No meio desse jogo político e da crescente insatisfação popular, quem sofria as conseqüências imediatas era a comunidade portuguesa, formada na sua maioria por pequenos comerciantes e seus respectivos caixeiros de parcos recursos. Os "artistas mecânicos" lusitanos (pedreiros, mestres de obras, carpinteiros, etc) também começaram a sofrer pressões dos artesãos

87

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda*. São Paulo: MGSP Editores, 1992. p. 72 e segs.

88

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.3.

89

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Grande Tempestade*, Recife, 14/09/1847, n. 01.

90

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *O Lidador*, Recife, 11/12/1847, n. 235. Ver também: *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/12/1847, 11/12/1847. *A Voz do Brasil*, Recife, 11/12/1847, 05/02/1848.

91

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Polícia Civil*, vol. 17, 11/12/1847.

brasileiros vinculados aos praieiros. A massa desses imigrantes não era constituída de grandes capitalistas. Muitos dos imigrantes empregados no comércio urbano sequer possuíam escravos. Iraci Del Nero da Costa, em um estudo a respeito de outras províncias do país, revelou que entre os jornaleros e artesãos havia uma predominância de não-proprietários de escravos. Até mesmo entre os pequenos comerciantes, o contingente de não-proprietários de escravos era significativo.⁸⁷ Não há razão para supor que fosse diferente no Recife.

Observando esses mata-marinheiros, percebemos que pelo menos dois deles ocorreram durante comemorações do aniversário da Independência. Entre os dias 08 e 10 de setembro de 1844, houve quebra-quebra em algumas ruas da cidade e vários portugueses foram espancados. Segundo Figueira de Melo, depois do tumulto, os artistas e obreiros nacionais assinaram um requerimento em que se pedia aos "Poderes Superiores do Estado" a expulsão dos artistas estrangeiros e a proibição de certos produtos da indústria européia. Junto com as lideranças praiieras, marcharam em direção a Assembléia Provincial com a petição.⁸⁸ Um motim semelhante ocorreria 3 anos depois, na noite de 07 de setembro de 1847, quando uma multidão se reuniu em frente a uma casa no pátio de São Pedro, onde se realizava um baile também em comemoração à Independência do país. Detalhe no mínimo curioso: o baile tinha sido promovido por mestres artesãos de origem lusitana. Algumas pessoas que estavam de fora da festança começaram a apedrejar o edifício e os convidados.⁸⁹

Aquela não foi a única vez que festividades acabariam em violência. Na noite de sábado para a madrugada do domingo dos dias 04 05 de dezembro de 1847, um baile realizado na sede da sociedade *Philo-Terpsichore* acabou em confusão. Uma multidão se reuniu em frente ao prédio e passou a apedrejar as pessoas que chegavam à varanda. Vidraças foram quebradas. Convidados que se aventuraram a abandonar o prédio foram espancados com cacetes. Segundo o jornal conservador *O Lidador*, o ataque teria sido premeditado, pois, às sete horas da noite, o mestre-sala do baile teria sido avisado dessas "intenções sinistras". Mas, mesmo pedindo proteção ao subdelegado da freguesia, não foi possível evitar que as intenções se transformassem em atos. Ainda segundo o mesmo periódico, muitos homens que tentaram sair do recinto, foram arrancados dos "braços das senhoras que acompanhavam" para serem espancados. Por ordem do próprio subdelegado, muita gente esperou o dia clarear para poder sair. Mesmo assim, em plena luz do dia, ainda havia perigo. Alguns portugueses saíram praticamente escoltados por um grupo de senhoras. Os que se afastaram do grupo tiveram que correr ou encarar os agressores. Também foram vítimas da ira da multidão alguns incautos, que nada tinham a ver com o baile mas que, àquela hora da manhã, estavam indo para a missa e terminaram também sendo espancados.⁹⁰

Na noite de 08 de dezembro de 1847, durante as comemorações da festa de Nossa Senhora da Conceição, houve uma queima de fogos de artifício no Arco da Conceição, em frente à Rua da Cadeia, onde se juntou muita gente. Segundo o chefe de polícia, "alguns homens turbulentos" começaram a provocar os portugueses por "meio de vozerias anárquicas e ameaçadoras".⁹¹ Segundo *O Lidador*, o tumulto explodiu quando um "bando de selvagens" resolveu acender por conta própria os fogos de artifício. As ameaças verbais se fizeram físicas. Muita gente apanhou. Até o diretor dos festejos foi agredido. As janelas de algumas casas de estrangeiros foram

92

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, *O Lidador*, Recife, 11/12/1847, n. 235. Ver também: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 11/12/1847, 05/02/1848. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10/12/1847.

93

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, *O Lidador*, Recife, 11/12/1847.

94

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Polícia Civil*, vol. 18, 21/01/1848.

95

Os irmãos Carneiro Rios participaram de vários motins desde o período regencial, conhecidos como as "Carneiradas". Em 1845, eles fundaram uma dissidência no partido praieiro, a "Praia Nova". Em fevereiro de 1849, os Carneiros auxiliariam as tropas do governo provincial na defesa da cidade contra o ataque praieiro de 2 de fevereiro de 1849.

96

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. O levante de 1845 em Pernambuco. *Clío*, Recife, n.2, 1978. p.37-47.

apedrejadas e cerca de duzentos lampiões foram inutilizados. Tudo ao som dos gritos de "fora os estrangeiros, a terra é nossa, morram os marinheiros", misturados com repetidos vivas ao Imperador.⁹² A confusão só foi contida com a intervenção de um "troço de cavalaria", auxiliados por 40 a 50 homens das tropas de primeira linha.⁹³

Na noite de 04 de janeiro de 1848, ocorreu mais um tumulto na cidade. No caso, a confusão foi na rua da Praia, onde acontecia um baile promovido por imigrantes portugueses. Segundo relato de uma autoridade, o acontecimento não passou "de algumas pedradas lançadas ao edifício (...) e de algumas bengaladas em quatro de alguns destes, quando para suas casas se retiraram". A polícia se dirigiu ao local, mas em meio ao grande número de gente não conseguiu prender os culpados. Fora um francês, João Burle, que ficou "bastante maltratado", não houve feridos graves.⁹⁴

Além desses motins populares, uma vez no governo, os praieiros também tiveram que enfrentar suas próprias divisões internas, uma vez que havia facções insatisfeitas com as pequenas vantagens que haviam conseguido do partido. Foi esse o caso de um motim orquestrado por um dos irmãos Carneiros.⁹⁵ No dia 25 de setembro de 1845, por volta das três horas da tarde, apareceu um boato de que um dos irmãos Carneiro, Francisco Carneiro Machado Rios, havia sido assassinado pelos adversários políticos no seu sítio do Janga. Rapidamente uma multidão formada pela "gentalha em massa", nas palavras do *Diário de Pernambuco*, saiu dos bairros de Afogados, São José e Boa Vista em direção a Rua da Cadeia. Lá se juntaram ao irmão da suposta vítima, o então Comandante do Corpo de Polícia, Antônio Carneiro Machado Rios, que, com uma forte escolta policial, jurava vingança pelo homicídio. Houve um prenúncio de tumulto. Vários comerciantes fecharam suas lojas temendo o que poderia acontecer. Muitas famílias buscaram abrigo nos navios ou fugiram para o interior da província. Antes que a confusão tomasse vulto, o boato foi desmentido.⁹⁶

De todas as manifestações urbanas que precederam a Insurreição Praieira, em novembro de 1848, a mais intensa em termos de violência e destruição ocorreu entre os dias 26 e 27 de junho de 1848. O estopim foi uma confusa briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português de um estabelecimento de carne seca da Rua da Praia. Nesses dias, lojas foram saqueadas e houve pancadaria entre populares portugueses e brasileiros, tropas de linha e outros agentes da ordem. Pelo menos cinco portugueses foram assassinados e cerca de quarenta ficaram feridos. Após o fim do tumulto, uma multidão marchou em direção à Assembléia Provincial exigindo, através de uma petição, *a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias*. Essa petição vinha acompanhada de um extenso abaixo assinado com os nomes tanto de alguns políticos do Partido Praieiro, como também de populares que se envolveriam mais tarde na Insurreição Praieira. O "*mata-marinheiro do Colégio*", nome com que o episódio entrou para os anais da história, foi a última grande manifestação de rua no Recife a repercutir na imprensa pernambucana e de outras províncias.

O episódio teve momentos surpreendentes. Entre eles, uma tentativa, por parte dos rebelados de invadir o bairro portuário, onde se localizavam as casas comerciais de grosso trato, em sua maioria pertencente a negociantes estrangeiros. A "turba" foi impedida graças à intervenção de uma guarnição militar que fechou a ponte de acesso ao bairro. Outro momento decisivo do levante, foi quando uma multidão foi até cadeia com intenção

97

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, *Diário Novo*, Recife, 08/07/1848.

98

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Mentira*, Recife, 04/08/1848.

99

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Advogado do Povo*, Recife, 05/08/1848.

100

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *O Lidador*, Recife, 04/07/1848. Na Câmara, o deputado praieiro Urbano Sabino Pessoa de Mello também acusou Borges da Fonseca de ser o responsável pelo tumulto, argumentando que o manifesto entregue à Assembléia Provincial era "uma cópia quase fiel" de um dos números do Nazareno. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, *Diário Novo* (Recife), 11/08/1848. Mário Márcio de Almeida Santos diz que Borges da Fonseca, de dentro da prisão, conseguiu burlar a vigilância dos carcereiros e redigir um documento a favor da nacionalização do comércio. Esse documento teria tido ampla repercussão na cidade e logo conseguiu a adesão de 5.000 assinaturas. Dali em diante, seus seguidores iriam ser conhecidos como os "cinco mil". SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império*: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: União, 1994. p.132.

101

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Op.Cit., p.145.

102

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 04/07/1848, 08/07/1848, 19/07/1848. Ver também: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Registro de Ofícios, 1848, vol. RO-11/10, Ofício do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto ao Chefe de Polícia, 21/08/1848.

103

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 27/06/1848.

104

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 19/02/1848.

de soltar Antônio Borges da Fonseca (preso desde agosto de 1847 por crime de imprensa) e o revolucionário paraense Francisco Pedro Vinagre, que estava na mesma cela.⁹⁷ Uma multidão ficou reunida em frente à janela do cárcere onde estavam os dois presos. Segundo Figueira de Melo, Borges da Fonseca "de uma das janelas da cadeia do Recife" incitou a população a pôr fogo nas casas dos portugueses. Uma versão diferente foi dada por *A Mentira*, uma folha republicana, impressa na tipografia do próprio Borges da Fonseca. Segundo aquele jornal, naquela noite juntou-se uma grande quantidade de populares na frente da cadeia, clamando por algumas palavras de Borges. Ele porém, apenas tentou persuadir a multidão a conter a fúria. *A Mentira* transcreveu o discurso que Borges alegava ter feito na ocasião, no qual lembrava aos populares o perigo que corriam: "Não alcançais nada assim, ai estão seis barcos de guerra para serdes metido em seus porões. Lembrai-vos do massacre dos paraenses".⁹⁸

O envolvimento de Borges da Fonseca nesse episódio é bastante controverso. O *Lidador*, folha guabiru, disse que ele aproveitou a ocasião para fazer proselitismo de suas idéias republicanas. O Advogado do Povo confirmou essa impressão d'O *Lidador*, mas ressaltou que Borges teria participado daquelas "ocorrências" de forma diferente, "procurou moralizá-las, aproveitando a disposição popular em prol da liberdade, em prol da democracia, e da república".⁹⁹ Ainda de acordo com O *Lidador*, da janela da cadeia, ele teria distribuído uma proclamação ao povo.¹⁰⁰ É importante lembrar que Borges de fato tinha grande popularidade entre os artistas mecânicos da província e era um homem capaz de arrebatar multidões. Sabendo dessa sua influência, as autoridades locais trataram de confiná-lo, junto com seu companheiro de cela, nos porões de um navio de guerra, a *Euterpe*, onde permaneceu incomunicável até que tudo se acalmasse.¹⁰¹ Nessa confusão, muita gente foi presa e processada, inclusive o principal redator d'A *Voz do Brasil* e funcionário da secretaria da Assembléia Provincial, Inácio Bento de Loyola.¹⁰² Alguns implicados, principalmente aqueles que não tinham protetores influentes, penaram para se livrar da detenção, que poderia resultar no recrutamento.

Embora o *Diário Novo*, órgão oficial do partido praieiro, tenha sido instrumental no aumento do antilusitanismo, havia uma imprensa nativista ainda mais radical. Os exemplos mais fortes são O *Verdadeiro Regenerador Brasileiro* de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha, surgido em 1844, e *A Voz do Brasil* de Inácio Bento de Loyola, surgido em outubro de 1847. Para o redator d'A *Voz do Brasil*, Borges da Fonseca foi o primeiro a defender a idéia de tornar o comércio a retalho uma atividade privativa dos brasileiros.¹⁰³ Essas folhas radicalizavam tanto no discurso que chegavam a propor à expulsão, por meios legais, desses imigrantes. *A Voz do Brasil*, chegou a formular um pedido à Assembléia Geral para que "ordenasse" ao governo central que fizesse embarcar os portugueses para a Ilha de Cabo Verde.¹⁰⁴

Mas o antilusitanismo dos praieiros também não era apenas retórico, mesmo que evitassem o radicalismo de Borges da Fonseca e seus aliados. Como vimos acima, durante as manifestações urbanas de 1844 e 1848, foram produzidos abaixo-assinados em favor da nacionalização do comércio a retalho. Tanto em 1844, como em 1848 uma multidão que os jornais da época diziam somar duas mil pessoas, marcharam em direção à Assembléia Provincial com petições onde se exigia a expulsão dos portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho. Essas petições teriam

105

Esse projeto foi divulgado por *A Voz do Brasil* em data anterior ao mata-marinheiro do Colégio. Só depois foi amplamente divulgado pelo *Diário Novo*. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 21/06/1848.

106

SOBRINHO, Barbosa Lima. Urbano Sabino Pessoa de Melo. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1975, Vol. XLVII, p.343-344.

107

Ibidem, p.344-345.

sido produzidas pela Associação dos Artistas Pernambucanos. Os artífices de Pernambuco – os artistas mecânicos como se dizia na época – já tinham, portanto, uma associação para representá-los. O governo praieiro pagava um pequeno apoio pecuniário para sua manutenção. A nacionalização do comércio a retalho era a chave do apoio popular da praia. Logo ela seria levada ao parlamento. Por coincidência, alguns dias antes de estourar o "mata-marinheiro do Colégio", precisamente no dia 03 de junho de 1848, a Câmara dos Deputados na Corte aprovou e enviou a Assembléia Geral um projeto do deputado praieiro Nunes Machado com um único artigo: "É privativo do cidadão Brasileiro o comércio a retalhos. O Governo marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras, que vendem a retalho, atualmente existentes".¹⁰⁵ Relatando a atuação de Nunes Machado e demais deputados praieiros nessa campanha, Barbosa Lima Sobrinho notou que o projeto aprovado no dia 03 de junho recebeu uma alteração no dia 10, passando a conter dois artigos: "Art. 1. As casas de negócio, de qualquer gênero que seja, nacionais ou estrangeiras, existentes e que se abrirem de novo só obterão licença tendo, pelo menos, um caixeiro brasileiro". "Art. 2. Ficam isentos do serviço ativo da Guarda Nacional os caixeiros brasileiros". A questão não só do temido recrutamento militar, mas também das eventuais convocações – quase recrutamentos – para servir nas milícias ou nas diligências envolvendo guardas nacionais também ajudava a fomentar o ódio aos portugueses, já que os estrangeiros estavam isentos dessas obrigações.

Depois de sucessivos adiamentos, no dia 28 de junho, o projeto voltou a ter apenas um único artigo, exatamente igual ao proposto no dia 03 de junho.¹⁰⁶ Depois do mata-marinheiro do Colégio, a proposta de Nunes Machado ganhou larga publicidade nos jornais. Sua discussão, todavia, sofreu vários adiamentos, sendo encaminhada para parecer da Comissão do Comércio do parlamento. No dia 22 de agosto de 1848, lembra Barbosa Lima Sobrinho, o projeto retornou sob a forma de um substitutivo dessa Comissão. "Art. 1. Ninguém poderá obter licença para ter casa aberta, onde se negocie em fazendas secas ou molhadas, na Corte, capitais de províncias e cidades do litoral do Império, sem que mostre ter ao menos um caixeiro brasileiro, no caso de empregar-se nessa casa mais de um caixeiro". "Art. 2. § 1. Serão dispensados do serviço da Guarda Nacional, Exército e Armada os caixeiros das casas de negócio, qualquer que seja, em toda a extensão do Império, que tiverem somente um caixeiro nacional. Será igualmente dispensado nas que tiver dois ou três. § 2. Serão isentos dois, três e quatro naqueles em que houver seis, nove ou doze, isentando-se nesta proporção maior número naquelas que o tiverem. Os isentados serão designados por seus patrões. § 3. A doutrina do § 1 somente é aplicável aquelas casas que tiverem o duplo, o triplo, o quádruplo ou mais, na proporção dos caixeiros que devem ser isentados".¹⁰⁷

Pelo andamento do projeto no parlamento, pode-se perceber o cuidado com que o tema foi tratado. Primeiro, foi eliminada a proposta original de proibir o funcionamento de casas de comércio a retalho de propriedade de estrangeiros. Esses estabelecimentos poderiam obter licença de funcionamento desde que tivessem pelo menos um caixeiro brasileiro entre os empregados. Além disso, os caixeiros brasileiros ficariam isentos do serviço na guarda nacional. Essa isenção foi ampliada também para os serviços no exército ou na marinha. Mesmo assim, o projeto de Nunes Machado e suas variantes mais moderadas não foram adiante. Nenhuma

108

SOBRINHO, Barbosa Lima. Urbano Sabino Pessoa de Melo. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1975, Vol. XLVII, p.347.

109

CARVALHO, Marcus J.M. de. A Revolução de Novembro, a população do Recife e suas lideranças em 1848. In: LIBBY, Douglas; FURTADO, Junia. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: UFMG/Anablume, 2006. p.437-463.

110

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.269, 279, 285.

111

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.281, 300.

112

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.54, 288, 298, 301-302. MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.192. MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Rio de Janeiro: 1849; Brasília: Senado Federal, 1978. p.233.

113

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.288, 299. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06/11/47. *O Nazareno*, Nazaré-Pernambuco, 06/09/1844 apud CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. "Praieiros", "Guabirus" e "Populança": *As eleições gerais de 1844 no Recife*. 2001. Dissertação de mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, Anexo IX. Caju não era o único artesão negro que participou da Praieira. Havia outros seguidores de Borges da Fonseca que não eram brancos. Vide CARVALHO, Marcus J.M. de. Op.Cit.

114

Relatórios do Comandante das Armas ao Presidente da Província, 1848-1849. In: *Revista do Arquivo Público*, Recife, 1948, vol. 5. p.553.

dessas propostas teve vida longa, morrendo no Senado, como observou Barbosa Lima Sobrinho.¹⁰⁸

Quando a Insurreição Praieira estourou, muitos trabalhadores livres aderiram ao movimento, pegando em armas, participando ativamente dos combates no interior. Eles possuíam uma demanda própria dentro do movimento: a nacionalização do comércio a retalho. Em fevereiro de 1849, durante o combate do Recife, alguns artífices vinculados aos praieiros e aos liberais radicais chegaram a atirar nas tropas imperiais do interior de suas casas e lojas. Outros tantos ingressaram nos batalhões rebeldes, alcançando inclusive o oficialato. Pelo menos 22 artesãos foram explicitamente denunciados nos autos do inquérito da Praieira. Dezenove foram efetivamente presos, oito dos quais no Recife.¹⁰⁹ Alguns foram longe no entusiasmo. O "negro" ou "crioulo" Cecílio, um "oficial de sapateiro" tornou-se Capitão no exército praieiro.¹¹⁰ O funileiro Geraldo Amarante dos Santos era conhecido como um ativo "sedutor de povos", promovendo reuniões sediciosas em sua loja.¹¹¹ Sete alfaiates foram nominalmente denunciados no inquérito. Cinco deles foram presos. Manoel Joaquim da Costa promovia reuniões em sua loja, de onde foram disparados tiros contra as tropas imperiais no combate de fevereiro de 1849. O mesmo aconteceu nas casas onde moravam os alfaiates Ignácio Manoel Viegas e José Romão de Freitas, também sedutores de povos.¹¹² Manoel do Amparo Caju, "pardo caju" (sic) foi outro alfaiate que aderiu à Praieira.¹¹³ A mobilização da população livre pobre, procedida pelos praieiros e lideranças nativistas mais radicais, havia surtido efeito.

Ainda antes da tentativa de invasão ao Recife, quando os combates ocorriam apenas no interior, foi publicado um manifesto dos rebeldes, amplamente divulgado pela imprensa. Escrito no calor do momento, na pequena povoação de Limoeiro, o documento tinha o pretensioso título de "Manifesto ao Mundo". De autoria de ninguém menos que Borges da Fonseca, continha as propostas mais radicais de toda a revolta. O curioso é que tinha a assinatura de vários senhores de engenhos que estavam à frente do movimento. Nesse documento, Borges exigia, entre outras coisas, "o voto livre e universal do povo brasileiro; o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; extinção da lei do juro convencional; extinção do atual sistema de recrutamento". Algumas dessas exigências já faziam parte das reivindicações daqueles que foram às ruas do Recife e se envolveram nos mata-marinheiros. Essas manifestações de rua e a adesão de trabalhadores urbanos à Praieira acabaram gerando o que a historiografia posterior, a partir de Caio Prado Júnior e, principalmente, Amaro Quintas, chamou de "sentido social" da Praieira. Entre todos os documentos produzidos durante a revolta, foi esse "Manifesto" o de maior alcance social. Era essa a "revolução de novembro", pretendida por Borges da Fonseca.

Apesar da derrota da invasão ao Recife, a vitória final contra os remanescentes da Insurreição Praieira levaria meses, pois, no interior da província, na mesma área onde acontecera a Cabanada (1832-35), o Capitão de artilharia Pedro Ivo Vellozo da Silveira internou-se com alguns soldados e índios, apoiado por seus parentes que tinham engenhos próximos. Entre seus seguidores havia até antigos líderes cabanos, como Caetano Alves, um homem extremamente rústico na percepção do General Coelho, mas que estava com "com a cabeça cheia de idéias novas encaixadas a força de martelo pelos senhores revolucionários".¹¹⁴ Conhecendo bem as matas, Pedro Ivo conseguiu escapar das tropas que foram em seu encalço,

tornando-se um símbolo da resistência liberal à monarquia autoritária. O mito tornou-se maior do que o homem. Pedro Ivo morreu em alto mar, enfermo – em circunstâncias misteriosas – como devem morrer os mitos. Castro Alves o imortalizou em versos. A ameaça de uma "guerra nas matas", como havia sido a Cabanada, foi esmagada a ferro e fogo, e os participantes mais humildes, recrutados.

Conclusão

O período que antecede a Praieira foi fundamental para a consolidação do império. Em Pernambuco, foi uma época de intensa agitação. Não bastasse a acirrada disputa partidária para arregimentar e mobilizar votantes e eleitores, no interior, explodiram inúmeros conflitos entre proprietários rurais. Esses conflitos foram gerados pelos mais diversos motivos, desde antigas desavenças oligárquicas, passando pelo ardiloso furto de escravos, até chegar à luta aberta pelo controle dos cargos no aparato repressivo e judicial local. As raízes para tantas tensões eram profundas. Algumas remontavam à época da Independência, quando uma das facções das elites locais foi derrotada. Os vencedores, liderados pelos irmãos Cavalcanti, Araújo Lima e seus aliados, assumiram a hegemonia da política provincial. Esse predomínio foi abalado durante o período regencial, mas consolidou-se após o regresso de 1837, até o quinquênio liberal (1844-48). O partido praieiro congregaria a oposição ao bloco hegemônico.

Na raiz da disputa partidária, estava o controle das instâncias de poder do Estado nacional. O aparato estatal crescera, consolidando uma malha clientelar que terminaria ligando o paço imperial ao mais simples funcionário de uma câmara interiorana. Ocupar as posições no aparato estatal não conferia apenas prestígio. Em Pernambuco, desde 1824, todos sabiam que o governo imperial no Rio de Janeiro não economizaria recursos para proteger os aliados e esmagar os inimigos. Ocupar o governo provincial, significava dispor de todos os recursos provinciais para a auto-proteção nas localidades. Sem falar, é claro, na imensa réstia de outros tantos benefícios econômicos e políticos para os aliados do governo provincial. A chave do poder nas localidades eram, principalmente, os cargos na polícia civil.

Como o maior colégio eleitoral da província concentrava-se no eixo urbano de Recife e Olinda, os praieiros buscaram dominar as eleições na cidade. A população livre pobre há muito que vinha sendo mobilizada pelas elites locais durante os inúmeros conflitos que marcaram aqueles anos, desde a malfadada Insurreição Pernambucana de 1817. Em 1848, era preciso algo mais para mobilizar a multidão em favor do partido praieiro, de forma a consolidar seu predomínio na Assembléia Provincial, na Câmara e, finalmente, elegendo o Presidente Chichorro da Gama para o Senado. A bandeira hasteada pelos praieiros foi a nacionalização do comércio a retalho. Foi em torno dessa reivindicação que a multidão marchou com petições em 1844 e 1848 e correu pelas ruas do Recife, entre quebra-quebras, pancadarias e saques nos sete mata-marinheiros entre 1844 e 1848.

A participação da "populaça" do Recife naquelas manifestações de rua e na insurreição não pode ser explicada pela simples e cega obediência ao patronato político local. Não faltaram deserções entre as tropas combatentes dos dois lados. O clientelismo é uma relação e como tal é ambígua, dinâmica e contraditória. O patrão tentava impor suas prerrogativas. Mas quem está do outro lado da equação também buscava ocupar espaços e alcançar mais benefícios, que podiam ou não se transformarem em direitos

115

Apud QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. p.38.

costumeiros. A tensão era permanente. Quando os riscos superavam os benefícios possíveis, o cliente desobedecia. Podia terminar até se tornando um daqueles inúmeros guardas nacionais que desertavam de ambos os lados, levando consigo as armas entregues por seus patrões. Escrevendo logo depois da Praieira, Antônio Pedro de Figueredo resumiu bem a dialética do clientelismo: "cumpra confessar que as massas que aderiram ao movimento de Pernambuco se houveram com tanto heroísmo, tanto calor, tanta dedicação, tanto desinteresse, que é mister que algum sentimento forte tivessem no coração e não fossem a simples obediência ao aceno de alguns quem os tenha empenhado na luta."¹¹⁵ A nacionalização do comércio a retalho foi o "sentimento" que mobilizou a "população" do Recife. Foi a ponte entre as classes pois, é a única reivindicação presente em todos os principais manifestos da revolta, amalgamando as camadas sociais que participaram na Praieira. Era uma reivindicação que tinha história, pois já havia sido exigida pela população urbana de Salvador durante a Sabinada e aparecera também no Rio de Janeiro durante a Regência. Era a contrapartida que os trabalhadores livres pobres esperavam pelo apoio aos candidatos praieiros. Foi, enfim, a motivação ideológica mais profunda que levou as lideranças populares a aderir a insurreição e atirar nas tropas imperiais no combate pelo Recife.

Joaquim Nabuco escreveu dezenas de páginas no seu *Estadista do Império* defendendo a atuação de seu pai, Nabuco de Araújo, durante a Praieira. O que mais o incomodava era que seu pai havia sido o principal panfletário de oposição ao partido praieiro e, no entanto, embora fosse um jurista de carreira, não se recusou a participar diretamente do julgamento dos rebeldes, que foram condenados à morte, embora que logo depois suas penas tenham sido comutadas para prisão, seguida da anistia concedida pelo imperador. Mesmo defendendo seu pai, talvez o maior dos panfletários guabirus, Joaquim Nabuco reconheceu o imenso apoio que os praieiros tinham em Pernambuco. Para ele, a Insurreição Praieira bem que poderia ter sido desejada pelos partido Conservador, pois nada poderia beneficia-los mais do que o 1848 pernambucano.¹¹⁶

116

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1.

De fato, a Praieira causou um estrago ainda maior do que o movimento de 1842 em Minas e São Paulo, reverberando até a corte, selando o futuro do partido Liberal que declinaria em todo o país. Pedro II encerrou ali a sua lua de mel com a oposição parlamentar, guindada ao poder em fevereiro de 1844. Para o imperador não seria mais possível dissociar o perigo republicano da antiga geração de liberais, doutrinários ou não, que participara da Independência e contribuíra para derrubar seu pai em 1831. Em Pernambuco, o partido praieiro seria praticamente dissolvido depois da revolta. A repressão aos praieiros marcou assim o processo de consolidação do Império. Foi a vitória definitiva do projeto centralizador levado a cabo pelos saquaremas. Representou, sobretudo, uma demonstração de força do imperador, agora um adulto, ciente de suas prerrogativas e preocupado em ocupar um espaço político cada vez maior, até o ponto em que teria que ser dispensado pela classe dominante, quarenta anos depois do malfadado ataque ao Recife em fevereiro de 1849.

Entre história e historiografia: alguns apontamentos sobre a cultura política, 1820-1840

Between History and Historiography:
Some Observations Concerning
Political Culture, 1820-1840

Iara Lis Schiavinatto

Professora no Departamento de
Multimeios, Mídia e Comunicação
da Universidade Estadual de
Campinas

Resumo

Trata-se de assinalar um debate historiográfico sobre a presença das camadas subalternas e suas práticas políticas durante o governo da Praia e a Praieira. Enfatiza-se a noção de incompletude da Independência, a reordenação do jogo político com a emergência das instâncias do partido e da província, e as disputas políticas travadas.

Abstract

The aim of this paper is to stress a historiographical debate concerning the presence of the lower classes and its political practices during the so called Praia and Praieira government. It emphasizes the notion of incompleteness of the Brazilian Independence, the rearrangements of the political game due to the emergence of political and party power, and political quarrels as well.

Palavras-chave

modernização, representações políticas, práticas políticas, conflitos, historiografia

Keywords

modernization, political representations, political practices, conflicts, historiography

1

Trata-se de uma gama de trabalhadores, homens livres pobres, escravos, libertos, de ofícios, e de diversas etnias que poderiam se congregar de maneiras distintas. Neste leque pode-se arrolar: canoeiros, alfaiates, caixeiros, carregadores e mercadores de açúcar, capatazes do porto, boceteiras, soldados, pequenos comerciantes nacionais, soldados, capineiros, pedreiros, padeiros, trabalhadores domésticos, cozinheiras, mucamas, jornaleiros, aprendizes livres e libertos. Marcus Carvalho e Marcelo Mac Cord indicam as regiões do Recife onde preponderavam uns e outros. CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. UFPE, 1998; MAC CORD, M. *O Rosário de D. Antônio. Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife 1848-1872*. Recife: Fapesp/Editora Universitária UFPE, 2005.

2

Neste sentido, as noções de "desagregação do mundo colonial" de Sérgio Buarque de Holanda e de revolução para qualificar este período da história do Brasil sinalizam para a intensificação das tensões entre modernidade e tradição. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, volume I.

Em texto bem escrito e articulado talvez não fique tão claro, à primeira vista, sua urdidura que vai da história à historiografia e vice-versa. O texto de Marcus Carvalho e Bruno Câmara entrecruza a história social do trabalho, os homens livres pobres, libertos, escravos, de várias etnias, as lideranças das camadas subalternas, os homens arregimentados em tropas em Pernambuco, com destaque para o Recife¹, e a Praieira. Há um esforço de sistematizar uma interpretação mais geral a respeito da Praieira através da síntese que mostra um amplo domínio das fontes, alargadas para o processo-crime, a devassa, a biografia. Estes são textos, aqui na qualidade de documentos, de forte caráter político por motivos específicos: a memória tecida e escolhida na biografia, os pertencimentos sociais e suas disputas no processo crime e mesmo a definição de crime naquela situação, afora o cotejamento com as fontes em torno dos mesmos sujeitos de proa em 1840, ampliando o recorte para o período entre 1820-30 no intuito de iluminar sua trajetória, seus compromissos políticos, suas escolhas.

É estratégico tratar da Praieira na cultura política do liberalismo constitucional da primeira metade dos oitocentos no Brasil. Acontecida em Pernambuco, ela permite retomar o tema da organização dos poderes políticos e administrativos que vão da localidade à corte, passando pela instância da província, o tema da autonomia e liberdade em situações precárias ou não. Liberdade e autonomia estavam em voga e eram almejadas por parcelas distintas das elites e das camadas subalternas por razões específicas e algumas em comum. Esta agenda política tensionou bastante as práticas paternalistas e/ou os modos de vida tradicionais². A Praieira permite assim problematizar a cultura política da província, do partido, da eleição, da luta armada e da heterogeneidade social deste movimento. Ademais, possibilita a interlocução com outros movimentos sociais e políticos da primeira metade do século XIX desde a radicalidade de 1817 em Pernambuco.

A Praieira, numa chave historiográfica, encerra o *Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste*, porém seu desfecho e repercussões reforçaram demais a sentença histórica de que a centralização do poder monárquico se deu em prol apenas das elites centralizadoras em torno de D. Pedro II sediadas na corte do Rio de Janeiro e contribuíram para a idéia de seu governo pacificado(r). A ela se ligaria a força do Partido Conservador, o sucesso da Política de Conciliação, o eixo de autoridades do Poder Moderador, da Vitaliciedade do Senado, do Conselho de Estado. O texto se afasta da força incontrolável da corte, da força imperiosa dos poderes centralizadores, sem esquivar-se de entender seus rebatimentos e acertos para os envolvidos neste movimento no Recife de 1848-49. Antes, pelo contrário, procura esmiuçar, no microcosmo os significados da Praieira para as camadas subalternas e como ocorreu o processo de politização destas camadas tão diversificadas social e etnicamente neste momento. Por que tanta gente, tão diversa, pegou em armas e correu riscos? Encanta, declaram os autores, a complexidade da Praieira, ao ser questão partidária que envolve ainda os conflitos políticos do interior de Pernambuco, encanta pela heterogeneidade dos sujeitos envolvidos. Ou seja, assinalam a politização das camadas subalternas na Praieira principalmente no período recortado entre 1848-49 durante a luta armada.

Neste viés, os autores dialogam com a noção de incompletude da Independência. Na Praieira se concretizaria, em tese, a agenda social e econômica aberta pela Independência que transformara a política. Haveria

3

Este argumento apareceu em NABUCO, J. *Um Estadista do Império*. São Paulo/Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional/Civilização Brasileira, 1936. cap.3. Em QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Recife: UFPE/Editora Universitária, 1977, especialmente no artigo O Sentido Social da Revolução Praieira. Ensaio de Interpretação. Ele assim define a Praieira: *foi mais uma resultante desse estado de desequilíbrio econômico-social, dessa insatisfação existente no meio da massa, do que mesmo um movimento provocado por causas meramente políticas* (p.8). E ainda nesta chave explica a causa de sua derrota: *O insucesso da revolta é uma resultante da deficiente organização revolucionária da massa. O potencial revolucionário do povo não foi bem aproveitado.* (p.42).

4

Ver HOMEM, F. S. Torres. O Libelo do Povo e ROCHA, Justiniano José da. Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. MAGALHÃES JÚNIOR, R. (org.). *Três Panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Ed. Nacional, 1956. p.45-126 e p.163-218.

5

Compensa observar esta cativada tradição de estadistas que escrevem, dirigem, governam no século XIX, sobretudo na monarquia e redonda em uma visão positiva do próprio Império. Esta linhagem abarca de José Bonifácio a Joaquim Nabuco, no entanto, me parece, vários estudos, entre eles os dedicados a Cipriano Barata de Marco Morel, os de Marcus de Carvalho sobre lideranças populares, o Príncipe Oba de Eduardo Silva e Domingos Sodré de João José Reis, delimitam e criticam esta tradição homogeneizadora e elitista dos estadistas como aqueles talhados para o exercício do governo. MOREL, Marco. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001. SILVA, Eduardo. *Dom Oba II d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem de cor*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. REIS, João José. *Domingos Sodré. Um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*, Recife, 1822-1850. Recife: Ed. UFPE, 1998 e do mesmo autor: *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife 1848-1849. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p.209-238, 2003; CARVALHO, Marcus. A "Revolução de Novembro", a população do Recife e suas lideranças em 1848. LIBBY, D. C. & FURTADO, J. F. (orgs.). *Trabalho Livre. Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

um grande eixo entre as décadas de 1820 e 1840 que cumpre e amplia a cultura política do liberalismo constitucional, que vai da política para o social, daí a ênfase no caráter social da Praieira em detrimento de sua conotação política³. Estes dois argumentos se entrecruzam e reforçam uma linearidade estrita entre tais décadas e ao fim e ao cabo a Praieira se agiganta porque cumpre um programa social maior e entreaberto na Independência.

Talvez se pudesse aventar que as relações entre 1820-40 sejam mais delicadas e nuançadas, pois a década de 1840 agencia uma memória deste passado por parte dos sujeitos sociais, traz o peso das derrotas políticas, as diversas noções de autonomia e liberdade disputadas na província e na corte em seu nome e tal procedimento empalidece certas especificidades do jogo político e social entre 1837 e 1842, quando a coalização ampla e tensa em Pernambuco aliou liberais e conservadores, e seu esgarçamento, por razões várias, acarretou na fundação do Partido da Praia.

A chave interpretativa da incompletude dissocia político e social, quando pensá-los articulados por meio dos sujeitos em jogo - em suas redes de solidariedades verticais e horizontais, de suas disputas e distinções, seus valores e estratégias -, seja mesmo parte da esfera política e de uma história social da política. Isto viabiliza matizar mais as diferenças lá postas, entre os contemporâneos e suas tradições, e as diferenças entre nossa condição contemporânea, nossa escrita da história, este tempo do passado. Neste horizonte, explicita-se também a recomposição destes passados à luz de nossa cultura política e historiográfica. Trata-se de indagar os agenciamentos entre diversas temporalidades, seus usos e significados. Logo, a incompletude da Independência pode empalidecer dinâmicas políticas e sociais e favorecer demais um único fio com fim e finalidade. Esta chave interpretativa da incompletude, em um efeito boomerangue, agencia história e política. Ela surgiu em meados do oitocentos, ao tratar das relações entre 1820 e 1840, funcionando em parte para indicar quem herdara qual quinhão da Independência ou reclamar a tarefa ainda não cumprida que assim angariava o direito ou o privilégio de orientar o presente⁴. A compreensão do passado legitimava e justificava a ação do presente. Não à toa, foi um tema caro a uma série de autores - vetorizados por uma dada noção de estadista⁵ - que reverberaram na historiografia.

Também a noção de incompletude remete a uma idéia de déficit e de carência que tendem a se eternizar, porque não se resolve ou é superado, não consegue ser posto definitivamente no passado, encerrado. Isto no limite pode parecer que sempre estamos inseridos no mesmo, nas mesmas malhas de poder, no mesmo paternalismo de lá e cá, sem esmiuçar as reinvenções destas práticas, suas repetições de onde emergem os processos de diferenciação, suas miudezas e distinções que não configuram o mesmo sempre. Por outro lado, esta incompletude refreia o basculamento social e político que o processo de autonomização do Brasil, como corpo político autônomo, enredou e os esforços das elites de maneiras várias para deter, recompensar, negociar a presenças, os interesses, as autonomias das camadas subalternas. Estas estratégias foram da violência aberta aos soldos, do trabalho compulsório aos dispositivos constitucionais, principalmente acerca da representação e da criminalização de práticas e posses destas camadas subalternas. Grosso modo, este noção de incompletude acabou colaborando para engendramento da indagação quanto à presença e inserção das camadas populares em meio a estas tensões políticas.

A experiência da Praieira, no artigo, faz aparecer a tensão cotidiana e a disputa acirrada entre a localidade, a centralidade do Recife sob o novo regime de modernização implementado pelo barão de Boa Vista, as áreas de fazenda e açúcar, engenhos e bangüês, do interior, a província e o poder central da monarquia, em meio as disputas políticas e partidárias. As configurações identitárias "província" e "partido" eram recentes na cultura política da época e no maquinário monárquico liberal, constitucional, administrativo, montado a partir da Independência e da experiência política da década de 1830.

6
GOUVÊA, Maria. de Fátima S. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. *Almanack braziliense*, n.7, maio 2008.

Entre 1808-21, segundo Fátima Gouvêa⁶, os termos província e capitania se intercalavam com ambivalência. A partir de 1821 através das medidas das Cortes Vintistas, com a criação do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil e com a Carta Constitucional de 1824, que instituiu os eleitores de província no novo sistema de governo constitucional, a província ganhou uma realidade política-administrativa própria, adensada, desde aí pela representação e pelo sistema eleitoral. Ela tornou-se uma instância de poder regional que mediava, funcionava como canal, esfera de decisão, espaço de representação da província no império e na corte, e também se aparatou até a década de 1830. Sua criação mostra um interesse de um governo direto do governo central que precisa de mediadores em toda parte da mesma forma, mediadores na negociação e implantação de ações políticas, para ampliação de alianças, eleitorais muitas vezes, e controle das redes comerciais, dos poderes locais e suas elites. O Ato Adicional de 1834 deteve-se nela ao transformar os Conselhos Gerais em Assembléias Provinciais Legislativas, ampliou sua importância na medida em que permitia a nomeação de oficiais de fazenda e da justiça pelas autoridades provinciais, e tornava o orçamento provincial responsabilidade exclusiva da Assembléia, sem desfazer-se da localidade ou da prerrogativa centralizadora da nomeação do presidente da Província. O alcance e a natureza de sua autonomia foram diminuídos com a Lei Complementar de 1837, ao retirar a sua capacidade de nomear os oficiais de justiça e fazenda. A assembléia provincial, contudo, continuou sendo um espaço de participação e exercício da cidadania e representação política a qual o sistema eleitoral era intrínseco e este era um mecanismo de inserção de grupos sociais e políticos heterogêneos ao projeto da monarquia constitucional, que então lutava duramente para se instituir como a centralização política, sem a fragmentação do império do Brasil ou comprometimento da escravidão. A novidade da província de 1820-22 com o exercício efetivo de autonomia em Pernambuco era um legado político vivo para muitos desta elite agrária e mercantil. Sem nenhuma inocência, pois sabiam e vários conheciam na pele o custo alto – com a licença devida à custa ainda de sangue, fazendas e vidas – de bater-se pela autonomia. E não havia nisto necessariamente uma continuidade do mesmo, do desde sempre, das estruturas de poder⁷. Agora, pode-se perguntar em que variava estar sob a condição partidária? Trata-se, pois, de uma identidade política mais estável que visava ser legítima, programática, permanente pública e objetiva a assembléia, os postos nas instâncias políticas e administrativas, filha do liberalismo constitucional e da representação – prerrogativas, naquela altura, sem as quais não aconteceria. Neste sentido, a Praieira significou uma disputa acirrada entre as elites em Pernambuco pelo governo da província que abarcava o processo de modernização de Pernambuco, as instâncias de governo e a representação da localidade⁸ à corte.

7
Maria do Socorro Ferraz apresenta esta diversidade de liberais em Pernambuco especialmente em *Liberals & Liberais*. Guerras Civis em Pernambuco no Século XIX. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

8
Repare-se que a localidade, neste momento, é uma identidade plástica e alterável conforme seu redesenho e continua (re)territorialização a fim de atender às conjunturas de mando local e sua devida expressão no sistema eleitoral, conforme indicado por Marcus Carvalho e Bruno Câmara no texto.

Neste contexto, o processo eleitoral, o ato de votar, o calendário eleitoral, as formas de coerção e adesão entre leitores, votantes, eleitos, entre-meados aos debates na câmara e na imprensa, ganharam uma importância que vale ponderar. Porque era uma esfera privilegiada da politização destas camadas subalternas, na qual se fizeram presentes e foram disputados por parte dos partidos da Praia e Conservador. Entre 1844-47, a Praia se comprometeu com bandeiras das camadas populares nucleadas pelas condições do mundo do trabalho. Entre 1846-48, os dois partidos debateram o desemprego crescente em Pernambuco no intuito de conquistar o votante primário, em geral, homens de ofício, rendeiros, pequenos proprietários. O próprio Marcus Carvalho afirmou: *A chave para se entender a ação da população engajada na revolta está na radicalização das disputas eleitorais na província*⁹.

9

CARVALHO, Marcus. A "Revolução de Novembro", a população do Recife e suas lideranças em 1848. LIBBY, D. C. & FURTADO, J. F. (orgs.). *Trabalho Livre*. Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p.453.

10

Izabel Marson adverte que existia *um projeto de rebelião moldado na delegacia de polícia*, havendo uma superdimensionamento das ações das camadas subalternas entre fins de 1848 e início de 1849. Contudo, não nega a presença, a força, e os interesses destas camadas subalternas na década de 1840. MARSON, Isabel. *O Império do Progresso*. A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987. p.142.

11

Para este debate ver CARVALHO, Marcus. A "Revolução de Novembro", a população do Recife e suas lideranças em 1848. In LIBBY, D. C. & FURTADO, J. F. (orgs.). *Trabalho Livre*. Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. Também deste autor Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife 1848-1849. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.45, p.209-238, 2003 e MARSON, Isabel. Política e Memória: a Revolução Praieira e suas fontes. *Idéias*. Campinas 5 (1), p.75-129, jan-jun., 1998. Este vocabulário político explicita a premeditação, o cálculo, o projeto, a espontaneidade, as intenções dos envolvidos na ação política, logo a escolha do termo define muitas vezes o encaminhamento da explicação. Hannah Arendt já apontou justamente a natureza multifacetada da noção de revolução e seus desdobramentos para análise. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1988.

Simultaneamente, estabeleceu-se uma compreensão comum entre liberais e conservadores a respeito o recurso de pegar em armas – implicando a "população", inevitavelmente – era sinônimo da desrazão, do desgoverno, do último expediente em nome do direito natural, no caso a propriedade. Pegar em armas com o povo vinha carregado de um teor negativo, entretanto era difícil abrir mão desta gente na eleição e depois na ação armada. Logo, quando os praieiros se identificaram com este povo propiciaram que a polícia e as autoridades encontrassem aí elementos suficientes¹⁰, embora não unânimes na historiografia, para caracterizar um crime perpetrado contra a ordem da monarquia constitucional. Tal recurso entre a violência e a política conforme o relato do sujeito aí implicado estabeleceu um vocabulário político sobre a Praieira (*movimento, sedição, insurreição, rebelião, revolta, revolução*¹¹) capaz de permeiar o testemunho, a documentação oficial, os anais, a cronologia, a imprensa, os estudos históricos; e este vocabulário reativado em uma espécie de torvelinho reatualiza este problema historiográfico e sua memória, erigindo-a em um lugar de memória da cultura política.

Neste ponto, atento para dois gêneros de acontecimentos históricos capitais no texto. Trata-se de um tipo de acontecimento político, um modo de acontecer com uma performance específica e significativa. Para não me estender na explicação mais conceitual, sugiro o seguinte: se a greve pode ser tomada como modo de acontecer com transcorrer e ordenação próprios (re)conhecidos pelos sujeitos implicados, pode-se, por decorrência e associação, indicar, no texto comentado, dois gêneros de acontecimento cruciais para a Praieira, principalmente nas articulações e nas mediações entre as elites e as camadas subalternas, donde despontam muitas vezes as lideranças populares. E os dois se relacionam: o pegar em armas e a eleição. Pegar em armas, a luta armada, a disputa, a derrota e a vitória através das armas formavam uma variável importante e cruenta na cultura política do liberalismo constitucional e foi decisiva na Praieira. Este acontecimento presume desde a presença das tropas até o campo de batalha como se vê no início do texto, quando os praieiros são derrotados no Recife, embora crédulos de sua estratégia militar. Este acontecimento de cunho militar presume também certo basculamento da ordem e da hierarquia social que varia conforme a dramaticidade e a periculosidade da luta e do adversário. Se a tropa, o regimento militar, os homens em armas aludem à organização mais férrea, dura, autoritária, de castigos, execução sumária, ela também adensa vínculos paternalistas e códigos de confiança, de fidelidade, de agregação e ainda muita discordância e deserção. Bem como, propicia o

aparecimento de uma liderança própria que pode ir da tribuna à farda ou não. Além disso, nesta ordem de acontecimentos, gente do povo de outras insurreições pode vir a atuar, perfilar-se.

Em outra direção, o texto sublinha o valor da eleição, como uma prática significativa e gêmea da representação e exercício da cidadania e aí realça a novidade e a importância dos *meetings* como evento político ordenado pelos partidos. Esta ação militar e a eleição, a representação, se entrecruzavam na Praieira enquanto maneiras da reivindicação política destas camadas subalternas e estavam em contigüidade com esta esfera pública e política institucionalizada. Percebe-se que o governo da Praia antes de 1848 não cumpriu a agenda política e social propagada às camadas subalternas no processo eleitoral¹², o que acabou comprometendo a ampla e maciça adesão destas camadas no momento da guerra civil. Aqui, se posso fazer uma sugestão, talvez fosse bom voltar ao estudo da retórica política deste período em Pernambuco. Não para cair na armadilha do passado quanto à força libertária que tinha ou para ficar embasbacado em sua eloqüência, mas para entender o agenciamento entre ideário político, ação militar, jogo eleitoral, que definiram os termos desta agenda e vocabulário políticos e seus significados para os sujeitos específicos aí envolvidos.

Estes acontecimentos por si só, em seus protocolos constitutivos, abriam para uma gente que, em geral e por mediações, na década de 1840 alcançava a Assembléia na condição de votantes primários e até eleitores. Logo, o cotidiano permite flagrar a dimensão política destes acontecimentos que só se efetivam com tais camadas subalternas. Não se pode aquilatar as experiências destas camadas sob a matriz do liberalismo constitucional que, em geral, as acusa pela falta de projeto, de cálculo de longo alcance no tempo e no espaço territorial e político-administrativo, ou seja, se prenderiam a uma ação mais imediata porque procuram preservar práticas que asseguravam trabalhos, protegiam certos trabalhos e as associações entre trabalhadores e de certos ofícios como os carregadores de açúcar, os capatazes do porto, os canoeiros, os caixeiros, além de combater o desemprego para os brasileiros e, aí, buscavam alijar os portugueses do processo eleitoral e do mercado de trabalho.

Na cultura política destas camadas subalternas parte do ganho se expressa no cotidiano imediato e isto não corresponde à falta de visada política. Pelo contrário, também se valeram da representação e do jogo eleitoral e partidário para assegurar algumas condições de vida, emparedadas entre a escravidão, o recrutamento e a sobrevivência. Na falta de recursos materiais, financeiros, e devido às restrições constitucionais para adentrar o jogo da representação e do sistema eleitoral, parte dos caixeiros, soldados, pequenos negociantes nacionais, homens de ofício se viram na contingência de negociar suas reivindicações e estas apareciam em periódicos como *O Nazareno*, *O Tribuno*, *O Regenerador do Brasil*, *A Voz do Brasil*. Tais práticas, contudo, não impediram que as elites e os partidos modernizassem a produção e as relações de trabalho da atividade açucareira, como mostrou Peter Eisenberg¹³, e isto também se passava no mundo urbano. A instrumentalização da política pelo viés da modernização e do projeto da revista *O Progresso* estudado por Izabel Marson não nega ou neutraliza tais formas de viver e lutas das camadas subalternas, antes matizam estas tensões e as argúcias para se engendrar a autoridade pública de uns e outros.

Por outro lado, o artigo trata de *insurreição*. Privilegia também uma espécie de história de motins e gente amotinada contra a opressão exaus-

12

Izabel Marson e Marcelo Mac Cord enfatizam bastante este aspecto e seu alto custo para o Partido da Praia, pois afasta e interpõe adversidades entre os praieiros e as camadas subalternas. Mac Cord assinala tais fraturas nas relações cotidianas e extra-partidárias entre homens da Praia e homens de ofício a partir do estudo das relações de solidariedade verticais e horizontais dentro da Irmandade de Nossa Senhora do rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antonio do Recife e outras irmandades de pretos e de homens de ofícios na cidade bem como suas rivalidades e distensões. Desta maneira, flagra distinções no interior destas camadas subalternas e nos seus tratos com certos praieiros de proa. MAC CORD, M. *O Rosário de D. Antônio*. Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife 1848-1872. Recife: Fapesp/Editora Universitária UFPE, 2005, especialmente a parte O mundo do trabalho e o Cap. 3. MARSON, I. *O Império do Progresso. A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

13

EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a Indústria Açucareira em Pernambuco, 1840-1901*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

tiva, porque o pegar em armas escorrega mais de uma vez para modos amotinados de agir que redimensionam a noção de autonomia e que não dispensa o nexos no qual se dava uma certa coalizão. Se há um nexos forte na nacionalização do comércio a retalho é porque agregava o mais da gente: dos senhores à "raia miúda", aos homens livres pobres com e sem ofício, de várias etnias, diante do desemprego que crescia e da reordenação de certos trabalhos como viviam os mercadores e carregadores de açúcar e os capatazes do porto. O comércio a retalho, assim abordado, alude a uma economia moral das camadas populares, dos escravos inclusive, no cotidiano, na manutenção e acesso dos gêneros de primeira necessidade, na salvaguardar da fome, na garantia do sustento continuado, e esta economia moral não emerge apenas na insurreição, mas ainda na busca por algumas regras, tal qual a expulsão de caixeiros portugueses, coisa não necessariamente desejada pelos senhores que contariam com mais mão-de-obra e seu barateamento.

Esta espécie de bandeira comum moldada no comércio a retalho relaciona armas, trabalho, eleição, reivindicação política. Bruno Câmara¹⁴ já mostrou a presença de negros, escravos, entre caixeirada do Recife, sua formação profissional prolongada e relembra a forte vinculação entre o senhor, o dono da bodega, do armazém de esquina, da casa comercial e os tipos de caixeiro que até pode se tornar parte da família, era um modo de solucionar inclusive a vida de uma filha. Aí, assinalou a presença e o funcionamento do nativismo ao estabelecer no "português" uma alteridade que atrapalharia o acesso a este posto. Esta foi uma bandeira forte e comum entre 1848-49, como bem mostra o artigo aqui comentado. Todavia houve um diferencial denotado pela pesquisa histórica, entre 1844-48, para estes homens das camadas subalternas, inclusive no que tange ao tema do comércio a retalho: o valer-se de uma instância entrecruzada, que se ocupada, trata publicamente e politicamente das suas reivindicações e condições no mundo do trabalho: o governo-o partido-a assembleia.

A categoria representação fora explicada em toda sorte de texto didático político, de alta retórica, em catecismos, panfletos, periódicos, desde 1820 em Pernambuco, e a noção de patriotismo constitucional¹⁵ teve aí uma ampla e variada apropriação e circulação, e agora se tornara o espaço querido, onde o que se entendia por direito, reivindicação, ganho social e político também poderiam ser encaminhados e até solucionados em certa medida através desta prática política. Estas camadas subalternas vislumbraram no âmbito da representação via sistema eleitoral uma maneira de ordenar e facilitar seu cotidiano de trabalho e seu sustento, tecendo inclusive outras redes de aproximação, solidariedade, cobranças com praieiros e conservadores, entre as irmandades como mostrou Mac Cord. Na medida em que os praieiros e os conservadores, cada uma seu turno e da sua forma, não cumpriram as promessas eleitorais, ficaram também entregues à própria sorte e às suas forças mais próximas e imediatas na guerra civil. E talvez aí o tema do comércio a retalho fosse a bandeira capaz de galvanizar o maior número de gentes e seus interesses específicos, mas também abafasse ou preterisse outras maneiras de intervir na ordenação do mundo do trabalho e, no limite, acarretou na dissociação entre votantes, eleitores e eleitos. De tantas questões entreabertas, fica mais uma a latejar: quais os aprendizados das camadas subalternas com a experiência do governo da Praia e da Praieira?

14

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua. *Almanack Braziliense*, n.6, novembro de 2007.

15

Sobre este tema ver: BERNARDES. Dênis A. Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo/Recife: Hucitec/Fapesp/ Ed. UFPE, 2006.

Recebido para publicação em setembro de 2008
Aprovado em outubro de 2008

"A Insurreição Praieira": um comentário

"The Praieira Insurrection":
a debate

Luiz Geraldo Silva*

Professor no Departamento de
História da Universidade Federal do
Paraná

Resumo

Partindo do artigo apresentado por Marcus Carvalho e Bruno Dornelas Câmara sobre a revolução Praieira, este comentário pretende apontar para três eixos centrais: o problema das relações políticas e sociais em Pernambuco ao longo da primeira metade do século XIX; a questão da ideologia dos partidos políticos imperiais; e a diversidade ideológica e social dos agentes mobilizados no âmbito da revolução. Sugere-se finalmente que a Praieira precisa ser compreendida dentro de uma perspectiva atlântica e sob a ótica da emergência do nacionalismo no Brasil imperial.

Abstract

Based on article by Marcus Carvalho and Bruno Dornelas Câmara about the Praieira revolution, this text focuses on three central issues: the political and social relationships in Pernambuco along the first half of the nineteenth century; the ideology of the political parties; and the ideological and social diversity of the agents mobilized in the revolution. It suggests, finally, that we need to understand the Praieira in an Atlantic perspective and amidst the emergency of nationalism in imperial Brazil.

Palavras chave

revolução, Pernambuco, nacionalismo

Keywords

revolution, Pernambuco, nationalism

*

Agradeço pelos comentários a este texto propostos pela assistência da Mesa Redonda "A Insurreição Praieira", realizada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo em agosto de 2008.

1

Para um exame da historiografia sobre o que chama de "revolução praieira", ver MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.9-19, p.450-477.

2

Ver, principalmente, TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917. p.LXXXIII-LXXXVIII; MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Tipographia de F. C. Lemos e Silva, 1853.

3

Sobre a criação, no século XVIII, da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba como decorrência das cisões entre as elites locais motivadas pela guerra de 1710-1712, ver o estudo de STABEN, Ana Emilia. *Negócio dos escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, cap.2.

4

Carvalho, particularmente, já havia insistido nesse aspecto analisando os movimentos políticos dos primeiros anos do século XIX: CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, vol.18, nº 36, 1998; uma análise do pensamento conservador em Pernambuco no período regencial pode ser lida em FELDMAN, Ariel. Uma crítica às Instituições representativas no período das Regências (1832-1840). *Almanack Brasiliense*, nº 4, novembro de 2006.

5

Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004; BERNARDES, Denis A. de M. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo/Recife: Hucitec/FAPESP/Editora Universitária da UFPR, 2006.

O artigo sobre a revolução Praieira apresentado por Marcus Carvalho e Bruno Dornelas Câmara para este fórum suscita questões muitíssimo pertinentes para a história e historiografia do Brasil imperial. Tal conflagração, descrita por contemporâneos e por analistas ulteriores ora como *revolta*, ora como *revolução*, ora como *rebelião* e ora, ainda, como *insurreição*, despertou enorme interesse em sucessivas gerações de historiadores.¹ Embora não explicitem suas razões, Carvalho e Câmara optam por caracterizar a Praieira como uma *insurreição*. Fica, pois, em questão a natureza dessa operação conceitual. Para além desse problema particular, sublinho, em torno de seu artigo, três eixos que me parecem centrais.

Em primeiro lugar, destaco o problema das relações políticas e sociais vividas no âmbito da província de Pernambuco ao longo da primeira metade do século XIX. Como se sabe, a província em questão foi, em várias obras de historiografia regional, apresentada como um baluarte da resistência ao poder central, fosse este representado pela Coroa portuguesa, fosse pelo Estado imperial. Tal argumentação tem como principal esteio "revoluções" levadas a efeito em 1710-1712, 1817, 1824 e 1848-1849. Tais movimentos políticos e militares, apesar de tão distantes no tempo quanto díspares em suas motivações, conjunturas e configurações, foram encerrados pela historiografia do século XIX e princípios do século XX num único compartimento: o da *tiranía portuguesa*.² Contudo, olhando retrospectivamente, eles parecem ter em comum, tal como a Praieira, a profunda cisão entre as elites locais – aspecto que facilitou sobremaneira tanto a ingerência do Estado metropolitano na capitania, materializada pela criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759,³ como o enraizamento dos interesses do Estado unitário ao nível provincial depois da independência.

Assim, pois, o artigo de Carvalho e Câmara busca destacar que as lutas políticas vividas em Pernambuco ao longo do século XIX tenderam a refletir, ou a projetar, dimensões político-partidárias presentes na governação do Estado unitário criado a partir do Centro-Sul do Brasil no período pós-independência. Eles, como outros analistas recentes, procuram aqui ressaltar o papel exercido por conservadores e liberais locais na consolidação do Estado imperial.⁴ Contrariando o argumento de ter sido Pernambuco o baluarte da resistência aos poderes centrais, Carvalho e Câmara apontam que análises sobre a Praieira surgidas a partir da década de 1980, como a de Izabel Marson, tenderam a sublinhar que esta, antes de representar um movimento de resistência ao império, consistiu principalmente numa encarnizada luta entre grupos rivais que disputavam o poder local. A rigor, contudo, não há quaisquer novidades neste argumento, considerando os movimentos precedentes, sobretudo os vinculados ao constitucionalismo e ao federalismo (1820-1824). Estes, como a Praieira, antes de terem sido empreendidos contra a metrópole ou contra o império, representaram lutas fratricidas, embora embebidas em problemas atinentes à construção da nação, portuguesa ou brasileira. Ao mesmo tempo, foram lutas dotadas de apreensões de temas e padrões de ação presentes aos confrontos políticos vigentes no mundo atlântico. Neste ponto, creio ser digno de crítica o fato de Carvalho e Câmara ignorarem olímpicamente as perspectivas de análise do *federalismo* e do *constitucionalismo* formuladas recentemente, e respectivamente, por Evaldo Cabral de Mello e Denis Bernardes.⁵

Para além da fragilidade do argumento baseado nas querelas internas para explicar o cerne dos eventos de 1848-1849, revela-se igualmente problemática a noção de "ciclo das revoluções liberais" mantida por Carvalho e Câmara no texto que ora se discute neste fórum. A natureza das tensões internas à província de Pernambuco antes e depois de 1817, durante o período do constitucionalismo, bem como em 1824 e 1848, é diversa, não se enquadrando em marco genérico e tradicional como o acima exposto. No interior desse suposto "ciclo" os confrontantes não eram os mesmos, apesar de suas ramificações pessoais e ideológicas; a configuração política local e da sociedade que, aos poucos, impunha-se como "nacional" igualmente mudava de forma vertiginosa. O tipo de articulação dos acontecimentos locais e "nacionais", bem como das representações e ideologias políticas, mudava, igualmente, no compasso das transformações do mundo atlântico. Assim, a noção estática de "ciclo" longe está, pois, de nos ajudar a construir vínculos entre padrões vividos no âmbito das restaurações dinásticas na Europa e os acontecimentos de 1824, por exemplo. Da mesma forma, parece imprescindível buscar relações entre as lutas políticas de caráter urbano levadas a efeito nas barricadas europeias da década de 1840 e as petições da Associação dos Artistas Pernambucanos, ou as ações e idéias dos seguidores de Borges da Fonseca. Embora estes não constituíssem o cerne da Praieira, suas práticas e ideologias políticas e sociais guardam estreita e evidente relação com outras manifestações percebidas por aqueles anos no mundo atlântico. Afirmando apenas para sublinhar que a noção estática de "ciclo" pouco contribuirá para ajudar na compreensão articulada desses fenômenos.

O segundo aspecto que gostaria de destacar diz respeito ao fato de o artigo aqui em questão discutir aspectos capitais em torno das ideologias dos partidos imperiais. Como se sabe, há diferentes perspectivas na historiografia em torno desse problema, as quais tendem ora a minimizar as diferenças partidárias, ora a ressaltar as peculiaridades programáticas e ideológicas de liberais, conservadores e de outros partidos não institucionalizados e anteriores àqueles.⁶ Ademais, para além dos partidos, a *perspectiva institucional*, quer se confira ou não a ela peso e relevância, guarda íntima associação com o nexos do texto que ora se apresenta e se discute neste fórum.

Em seu estudo sobre a elite imperial, José Murilo de Carvalho⁷ notou que havia claras diferenças ideológicas e de prática política entre liberais e conservadores. Por mais criticada que tenha sido sua tese central, e com razão, as distinções entre os partidos imperiais têm sido retomadas sob diversos ângulos desde então, reiterando o vigor de sua análise neste campo em particular. Recentemente, Fabiana Rodrigues demonstrou em artigo publicado neste *Almanack* que a redução e desmobilização das forças armadas nos anos iniciais da regência decorreram de um projeto político daqueles que, depois de 1837, iriam se aglutinar em torno do Partido Liberal. Por outro lado, ela também demonstrou que a recomposição e o aumento de corpos da Marinha e do Exército após o regresso decorreram, inversamente, do retorno dos conservadores ao poder.⁸ Jeffrey Mosher, por sua vez, ressaltou que tomar as diferenças políticas em termos institucionais permite compreender os anos da Praieira e a década precedente, marcada pela Regência, a partir de

6

Há excelentes apontamentos em torno da história da formação dos partidos na década de 1830, e considerando o mundo atlântico, nas análises empreendidas por MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí: Hucitec/Unijui, 2003. p.407-430; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p.61-64.

7

Cf: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 181-208.

8

Cf: RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período Regencial (1831-1840). *Almanack Brasiliense*, nº 3, maio de 2006.

9

Cf. MOSHER, Jeffrey C. Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000.

10

Cf. COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

problemas pertinentes à dinâmica de formação e refinamento ideológico dos partidos imperiais. Da mesma forma, o problema da *lusofobia* representa, para ele, uma maneira de compreender as relações entre líderes praieiros e os vários sujeitos das camadas populares que participaram avidamente da fermentação ideológica e, depois, das campanhas militares que marcaram os acontecimentos de 1848-1849. Mosher parte do problema conforme o qual as análises em torno do Brasil imperial têm sido marcadas principalmente pela ênfase posta sobre estruturas informais, tais como as redes senhoriais, de patronato e do clientelismo. Pouco se examina, segundo ele, os padrões das instituições políticas formais. Os partidos imperiais, nessa perspectiva, são percebidos muitas vezes como simples fachadas para a atuação de grupos personalistas, e suas diferenças ideológicas são captadas como mera retórica.⁹

A meu ver, a despeito de algumas formulações reticentes, o artigo de Carvalho e Câmara reitera essa perspectiva *informal* da vida política do século XIX, observando-a principalmente como uma guerra entre compadres, ou entre grupos envolvidos em redes de clientelas. Reiterar velhas fórmulas, como se faz em seu texto, como a que reza que "nada lembrava mais um saquarema do que um luzia no poder" é caminhar na contramão da historiografia atual, preocupada com as distinções ideológicas e seus reflexos, ou projeções, manifestados na prática política. A mesma desatenção para com a dimensão institucional também é manifestada quando se examina no artigo aqui em discussão questões em torno do desarmamento de antigos funcionários do Estado provincial. Carvalho e Câmara, neste ponto, fazem tábula rasa de conceitos mais vastos como o de *monopólio da violência legítima*, formulado por Weber no século XIX e adaptado recentemente às análises da sociedade e do Estado imperiais por Wilma Peres Costa.¹⁰ O resultado e o significado de suas análises em torno das práticas de desarmamento poderiam revelar-se mais pertinentes se o peso conferido às redes de clientelas não fosse tão demasiado, em detrimento de uma compreensão, por um lado, conceitual e, por outro, atenta à dimensão institucional das lutas políticas da primeira metade do século XIX.

Finalmente, e em terceiro lugar, sublinho a diversidade ideológica e social dos agentes mobilizados no âmbito da Praieira. A heterogeneidade dos agentes que se conflagraram na década de 1840 em Pernambuco constitui um enigma histórico nada desprezível. Por um lado, diferentes partidos, institucionalizados ou não, e, por outro lado, sujeitos oriundos de distintas camadas sociais e egressos de diversas regiões da província participaram diretamente da fermentação ideológica e dos combates efetivos que deram animo a Praieira. Compreender a heterogeneidade dos participantes e suas respectivas motivações, as quais, embora fossem interdependentes, possuíam autonomia relativa, parece-me um dos maiores desafios no exame de 1848-1849.

Contudo, preso ao que se chamou de "a dialética do clientelismo", o artigo de Carvalho e Câmara tendeu a certa generalidade ao procurar entender a diversidade de agentes presentes àquele movimento político e militar. Em primeiro lugar, a recusa em ver esse evento num contexto atlântico levou seus autores a circunscreverem a diversidade de suas idéias e ideologias, bem como de motivações de seus agentes, a um terreno

11

Sobre a diversidade de interpretações e leituras do nacionalismo na Europa de 1848, ver o ensaio de PFLANZE, Otto. *Nationalism in Europe, 1848-1871*. *The Review of Politics*, vol. 28, nº 2, April, 1966. p.129-143; uma abordagem recente do problema na Itália pode ser lida em PATRIARCA, Silvana. *Indolence and regeneration: tropes and tensions of Risorgimento patriotism*. *The American Historical Review*, vol. 110, nº 2, April, 2005. p.380-408.

12

Ver a esse respeito SILVA, Luiz Geraldo. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823)*. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. p.915-934.

13

Cf: MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.451.

14

Ibidem, p.465.

15

Cf: MOSHER, Jeffrey C. *Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850*. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000. Maria Odila Leite da Silva Dias já havia destacado, em inícios dos anos de 1970, que a "lusofobia transparece continuamente nos desabaços da imprensa através de todo o século XIX, nas reivindicações dos 'praieiros' da corte e de Pernambuco (1848) pela nacionalização do comércio a varejo, repetindo-se em muitos outros episódios esparsos de violência". Cf: DIAS, M. O. Leite da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.179. O limite da problemática de Dias em torno da questão da identidade nacional refere-se, naturalmente, ao campo interpretativo no qual ancorou este tema vital, qual seja, o da "interiorização da metrópole". Para uma crítica muitíssimo profícua a esse campo veja-se o livro de SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.31-50.

regional ou, no limite, restrito as fronteiras do império. Assim, ao acentuar a tônica nestes âmbitos, relegou-se o fato de que 1848 foi o ano do *nacionalismo* na Europa, mormente na França e na Itália, mas também na Alemanha, na Polônia ou na Hungria, embora a manifestação desse sentimento e dessa ideologia tenha sido profundamente diferente em cada um desses países tal como foi, é óbvio, no Brasil. Comparar a manifestação do nacionalismo nestes diferentes contextos pode ajudar a iluminar a experiência específica vivida na Praieira, ou dimensioná-la mediante uma perspectiva atlântica.¹¹ Ao mesmo tempo, deixou-se de analisar no texto em questão, e também por comparação tanto no tempo como no espaço, a especificidade da participação popular em 1848-1849. Afinal, o nacionalismo de 1848 na Europa, mormente na França, traduz-se em movimentos populares, de ruas, de barricadas, ou em uma participação popular, acentuadamente proletária. Por outro lado, pode-se comparar a presença das pessoas comuns no 1848 pernambucano com os movimentos precedentes da própria província, seja o de 1817, quando ainda se revelava uma inserção das camadas populares na política profundamente marcada pelos padrões barrocos e de antigo regime, seja o de 1824, quando a presença dos sujeitos daquela extração ainda se reduzia à sua incorporação aos exércitos "republicanos".¹² A conclusão de Carvalho e Câmara nesse ponto se limita a uma compreensão do que Nabuco entendeu ser, efetivamente, a "a única bandeira política" da Praia, qual seja, a "idéia retrógrada da nacionalização do comércio".¹³ Como eles afirmam em seu artigo, a "nacionalização do comércio a retalho foi o 'sentimento' que mobilizou a 'população' do Recife". Recusa-se aqui, pois, a compreensão das motivações relativamente autônomas dos sujeitos das camadas populares envolvidos com a luta política da década de 1840 – radicalmente diferente daquelas motivações reveladas em 1817 ou 1824. Definitivamente, não se está diante da revolução "proletária", "popular", "democrática" ou mesmo "burguesa" destacada pela historiografia que Carvalho e Câmara descreveram como "engajada", a qual procurou, aliás, tornar o 1848 pernambucano apenas um eco dos movimentos europeus.¹⁴ Mas é inevitável perceber que se está, então, diante de um fenômeno novo, no que diz respeito ao engajamento de sujeitos egressos das camadas populares nos movimentos políticos do império – e bem para além das recorrentes e genéricas redes de clientelas sempre presentes ao artigo em questão.

Acerca da diversidade e heterogeneidade dos participantes dos eventos de 1848-1849, proponho um problema muito simples: *o de que as camadas populares ativas politicamente no âmbito da Praieira movimentavam-se em quadros marcados pela emergência de uma identidade nacional brasileira*, ou de um tipo de *nacionalismo*, se se quiser. A emergência dessa identidade pode ser observada por muitos caminhos, mas destaco aqui apenas um deles, talvez sua face mais visível na década de 1840: a *lusofobia*, destacada num primeiro momento por Maria Odila Leite da Silva Dias e, mais recentemente, por Jeffrey Mosher.¹⁵ Ao contrário do que propõem Carvalho e Câmara, não creio que fosse a mera nacionalização do comércio a retalho o cerne do "sentimento popular", mas sim a lusofobia que ela engendrava. A nação brasileira nascia por aqueles anos, como destacou uma historiografia já bastante antiga, ademais reiterada neste ponto por estudos recentes. Contudo, não constitui tarefa fácil

Cf: JANCÓS, István Et PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos G. Mota (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. S. Paulo: Editora SENAC, 2000. p.135. Atento, num primeiro momento, ao problema do território, Holanda asseverou que as aspirações da "independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas". No mesmo ensaio, ele observa, em torno da questão da identidade nacional, "que a presença portuguesa foi insistentemente encarada, entre numerosos brasileiros, como um perigo mortal para liberdades nascentes e mal seguras" e que a construção de uma "unidade nacional, depois da dispersão" deveria ser, pois, apenas situada "por volta de 1848, ano em que os nossos liberais quebram os remos". Cf: HOLANDA, Sérgio B. de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, 1º Vol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p.9, p.15. Seguindo-lhe os passos, Maria Odila L. da Silva Dias exagerou ao afirmar que "a consciência propriamente 'nacional' viria através da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas através da luta pela centralização do poder e da 'vontade de ser brasileiros', que foi talvez uma das principais forças modeladoras do império". Cf: DIAS, M. O. Leite da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.169. Ora, embora se concorde com tal periodização, sabe-se que concorreu para a construção dessa identidade nacional, além dessa imposição da nova Corte, uma ativa cooperação ao nível provincial, da qual tratou-se, aliás, no artigo de Carvalho e Câmara, bem como na primeira parte deste comentário.

identificar esse tipo de variável. "Sem dúvida", escrevem Jancsó e Pimenta a esse respeito, "parece mais fácil lidar com variáveis nitidamente objetivadas (como o são, por exemplo, as normas que configuram o Estado, incluindo-se aí, em situações-limite, os projetos de sua radical subversão), do que fazê-lo com dimensões da realidade confinadas (desdenhosamente) ao universo da subjetividade, do sentimento e da emoção (em algum grau partilhada pelo próprio historiador), casos da idéia de nação ou de identidade nacional".¹⁶ Ademais, sob tal perspectiva, há que se demandar das novas pesquisas em torno da Praieira a comparação sistemática de sua dinâmica com a de outros movimentos políticos levados a efeito por aqueles mesmos anos no Império do Brasil, em particular, e no mundo atlântico, em geral.

A construção do Estado no Brasil precedera o nascimento da nação. O caráter de transação decorrente da manutenção de membro da dinastia de Bragança no poder do novo corpo político, brasileiro e imperial, garantiu a independência nos termos ditados pelas elites mineiras, paulistas e fluminenses. O custo dessa transação foi o represamento de um tipo de sentimento nacional mais tarde aflorado e capitalizado pelos praieiros junto aos setores populares, o qual longe esteve de se circunscrever a "idéia retrógrada da nacionalização do comércio", no dizer de Nabuco. É preciso ir além, e ver que a campanha da nacionalização era uma forma de lusofobia, e esta, por sua vez, era uma compreensão popular do que ainda era necessário realizar nos termos da independência, da descolonização ou da construção de uma nova nação.

A Praieira revisitada: considerações sobre o debate

A Reappraisal of the Praieira
Rebellion: Considerations
Concerning the Debate

**Marcus Joaquim Maciel de
Carvalho**

Professor no Departamento de
História da Universidade Federal de
Pernambuco

**Bruno Augusto Dornelas
Câmara**

Doutorando em História pela
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O objetivo central do nosso texto foi apresentar ao público leitor não apenas as diversas faces da Insurreição Praieira, mas também compartilhar os debates em torno dos problemas que podem ser investigados a partir do estudo de um movimento que encantou toda uma geração de historiadores. A Praieira não é apenas um evento relevante. Ela também é um microcosmo através do qual podemos observar vários aspectos da história do Brasil imperial, com uma vantagem em relação a outros movimentos coevos: sobre ela existe uma rica historiografia e, sobretudo, muitas fontes disponíveis.

Abstract

The aim of our paper was to introduce the public not only to the multiple aspects of the Praieira Rebellion, but also to foster the debates concerning crucial problems that, if one has the Praieira movement as a focal point, might be further researched. That rebellion is much more than an event, it is above all a microcosmos that enables a closer look on different aspects of the Brazilian imperial history. Furthermore, the Praieira Rebellion has an advantage when compared to other movements from the same period: many scholars have already researched and written about it, and there are a handful of sources available for further studies.

Palavras-chave

revolta / rebelião, homens livres pobres, práticas políticas

Keywords

uprising / rebellion, poor free people, political practices

O objetivo central do nosso texto foi apresentar ao público leitor não apenas as diversas faces da Insurreição Praieira, mas também compartilhar os debates em torno dos problemas que podem ser investigados a partir do estudo de um movimento que encantou toda uma geração de historiadores. A Praieira não é apenas um evento relevante. Ela também é um microcosmo através do qual podemos observar vários aspectos da história do Brasil imperial, com uma vantagem em relação a outros movimentos coevos: sobre ela existe uma rica historiografia e, sobretudo, muitas fontes disponíveis. A Praieira, portanto, foi e é, um campo fértil de debates. Infelizmente, a crítica do Professor Luiz Geraldo Silva foi produzida a partir de uma leitura muito abreviado do nosso artigo. É estranha sua preocupação em "defender" teses que não foram contestadas no nosso artigo e apresentar outras bastante tradicionais e até mesmo superadas como se fossem hipóteses defendidas por nós. Na sua argumentação inclusive, cita estudos clássicos de José Murilo de Carvalho (não contestados em nosso texto), ou mais recentes, como o de Jeffrey Mosher, cujas principais hipóteses centrais foram por nós corroboradas, mesmo porque algumas delas confirmam estudos anteriores de Marcus J. M. de Carvalho, citados pelo próprio Mosher. Defender ponto a ponto nossas idéias, todavia, seria perda de tempo, uma vez que grande parte dessa defesa está, no próprio artigo, que pode ser lido por quem quiser e desejar entender não apenas o caminho metodológico que seguimos, mas, sobretudo, conhecer um pouco da Insurreição Praieira.

Porém, para clarificar ainda mais nossa intenção, vale à pena, conferir alguns aspectos centrais apresentados no nosso texto. O primeiro deles diz respeito ao caráter analítico e metodológico que empregamos nesse estudo. Evitamos apresentar a Praieira em bloco para não reificar um movimento que foi vivenciado por diferentes atores de maneiras singulares que correspondiam às circunstâncias e condicionamentos específicos de cada um dos grupos envolvidos. A soma (ou talvez o múltiplo) de tudo isso é a Insurreição Praieira. Estudando a Praieira, pode-se perceber aspectos cruciais das disputas senhoriais pelo poder político local no Brasil imperial. Pode-se ainda investigar os limites do clientelismo, que também não é um "dado", como parece entender a crítica do Prof. Luiz Geraldo da Silva, e sim uma relação, como pontuamos no texto, na qual o cliente também atua, inclusive desobedecendo e agindo de forma a quebrar os elos da própria relação na qual está inserido. A Praieira também serve para analisar o berço dos partidos no Brasil imperial, em suas intensas contradições, uma vez que eram resultados de uma cultura política dinâmica e volátil, que vinculava as práticas políticas específicas das elites locais à corte no Rio de Janeiro, através de suas representações na Câmara, Senado, Conselho de Estado e Gabinetes. Os partidos, portanto, também não podem se reificados, como se tivessem programas fixos, desde o nascimento.

Aliás, é importante lembrar, seguindo Mosher, citado várias vezes por nós no texto, que a "nacionalização do comércio a retalho" era uma demanda que distinguia claramente o programa do partido liberal do programa do partido conservador. Mas essa distinção, Mosher deixa claro, não está em um "programa" formal, por uma razão muito simples, este não existia em 1848. Essa demanda encontra-se em discursos parlamentares, projetos de lei, manifestos de facções locais, como era o caso dos praieiros, textos esses abordados no nosso artigo, que demonstra, inclusive, que essa discussão já estava na historiografia clássica sobre o tema. Em termos

formais – cerne da preocupação da crítica – com programa e agendas publicadas, é bom lembrar que não existia um “partido liberal” em 1848. O que existia era uma “oposição parlamentar”, que assumiu o poder em 1844, durante cinco anos, período que depois ficou conhecido como “qüinqüênio liberal”. Liberais, praticamente todos o eram em 1848, ou ao menos assim se auto-percebiam. Uns conservadores, partidários da constituição de 1824 (como era o caso dos saquaremas) outros exaltados, mas todos, à sua maneira, liberais, exceto, é claro os corcundas absolutistas, em declínio depois da queda de Pedro I em 1831 e, quem sabe, um ou outro socialista utópico. Em nosso texto, inclusive, discutimos bastante essa questão, ao apresentar a relação entre os Cavalcanti e Araújo Lima com os saquaremas na Corte, e dos praieiros com Aureliano e outros ditos “liberais” no Parlamento. Essas relações eram complexas e multifacetadas. Merecem com certeza muito mais estudo. Consideramos que, ao invés de se preocupar com aspectos meramente formais da política, como pretende o Prof. Luiz Geraldo Silva, é bem mais importante tentar observar as práticas políticas dos participantes e não engessá-los em modelos eurocêntricos fixos. Os agentes movimentavam-se de acordo com as conjunturas que eles próprios vivenciavam. É exatamente essa a nossa perspectiva, que a crítica parece não entender.

Estudando a Praieira, pode-se também verificar as formas de organização e atuação proativa da população livre pobre urbana, dentro de suas circunstâncias e tradições de luta específicas, que não podem ser abordadas de uma forma eurocêntrica, como quer o texto crítica do Prof. Luiz Geraldo Silva, que pensa os mata-marinheiros e os manifestos dos artesãos do Recife como meros reflexos do 1848 europeu, quando sabemos demais que o Haiti, em muitos momentos era (e é) aqui, a França jamais. Ao reificar o antilusitanismo, fora de um contexto político específico, o texto de Silva contesta abordagens clássicas, como a de João José Reis, que há muito mostrou a relevância de se pensar de uma forma mais ampla os movimentos sociais no Brasil império, mas dentro de nossas especificidades.

Em sua argumentação, o Prof. Luiz Geraldo Silva vincula as “barricadas européias da década de 1840”, à Associação dos Artistas Pernambucanos e às ações e idéias dos seguidores de Borges da Fonseca. Para ele, o que ocorreu naqueles anos tem “estreita e evidente relação” com outras manifestações percebidas no “mundo atlântico”. Essa vinculação já havia sido feita nos estudos clássicos de Amaro Quintas, que o Professor Luiz Geraldo estranhamente ignorou e que foi um dos focos de toda a historiografia posterior. Até o próprio Borges da Fonseca, nos seus escritos posteriores a Praieira, já fazia essa vinculação com a Europa de 48, no que foi seguido por Eric J. Hobsbawm, há mais de trinta anos atrás. Preocupado com questões ideológicas, o ilustre historiador inglês lembra que a revolução européia de 1848 foi a “primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e, poucos anos depois, na remota Colômbia”¹.

O nosso texto não deixou de discutir essas teses e as ponderações de Marson sobre elas. Todavia, o que a historiografia recente tem criticado assazmente, é essa visão excessivamente eurocêntrica da História do Brasil, que o Professor Luiz Geraldo retoma e reafirma. Naro, Marson, Mosher e mesmo estudos citados pela crítica ao nosso texto, como os de Evaldo Cabral de Mello e Denis Bernardes, têm procurado evitar essa abordagem. A simultaneidade dos acontecimentos nos dois continentes, por si só, não

¹ HOBBSAWN, Eric J. *A era do Capital, 1848-1875*. (Weidenfield & Nicolson, 1962) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª Edição, 1996. p.28, p.35. Pode-se até pensar que as petições feitas pelo “Povo do Recife” tenham algum tipo de vinculação com o movimento *cartista* na Inglaterra. Mas, os conteúdos desses documentos são bastante diferentes entre si. O que há de mais perto de qualquer referência aos anseios dos seguidores do radical londrino William Lovett é o Manifesto ao Mundo, escrito por Borges da Fonseca, apenas no que diz respeito ao sufrágio universal e ao voto secreto.

ligam pessoas e demandas sociais de realidades tão distintas como a Europa de Hobsbawm e o Brasil dos praieiros. Essa vinculação, na qual insiste o Professor Luiz Geraldo, decorre de uma antiga noção de "centro" e "periferia", muito ressaltada por alguns historiadores de forma até inconsciente. Quando a questão é formulada dessa maneira, a impressão que se tem é que os acontecimentos ocorridos no Brasil são meros apêndices de uma "história maior" européia, como se a nossa história começasse na Inglaterra ou na França. Para nós, os mata-marinheiros, as petições dos artesãos do Recife e as outras ações da chamada "população", vinculadas ou não à cúpula dos praieiros, a lideranças artesãs citadas no artigo, ou a Borges da Fonseca, devem ser vistas principalmente nas suas contingências específicas do cotidiano do trabalho dentro de uma sociedade escravista. Modelos eurocêntricos previamente concebidos, por vezes atrapalham mais do que ajudam. Em nosso texto, ao contrário, procuramos discutir essas circunstâncias, a atuação política da população e a constituição de lideranças populares, enfim aquilo que, em termos hobsbawmianos eurocêntricos, chamam de "grassroots politics".

Nesse sentido, é curiosa a discussão da crítica feita pelo Professor Luiz Geraldo sobre a expressão "Ciclo das revoluções liberais" [sic], quando no texto não utilizamos a expressão "revolução" e sim insurreição². A expressão "insurreição" é clássica. Por si só, cheia de histórias e significados na historiografia nacional há muito discutidos por José Honório Rodrigues, há mais de trinta anos. A opção de mantê-la em nosso texto é uma simples referência à corrente historiográfica que a consagrou. A crítica, porém acabou por analisar unicamente a expressão "insurreição" (um "marco genérico e tradicional"), como se ela invalidasse *a priori* nossas argumentações posteriores. O mesmo se pode dizer da expressão "Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste", que fazemos questão de utilizar, como o nome próprio de um conjunto de processos históricos. Estamos longe de reduzir o que ocorreu na época da Praieira às tensões de 1817 e 1824. Nosso artigo é muito claro nisso. Também não fizemos nenhuma defesa do uso do termo "ciclo", da forma como há tempos a historiografia falava de "ciclo" do açúcar ou da borracha, por exemplo. A expressão "Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste" refere-se a uma conjuntura longa e complexa muito específica, da mesma forma que os historiadores referem-se à Independência do Brasil ou à Revolução de 30, como nomes próprios de processos históricos, mesmo sem acreditar que se trataram realmente de uma independência e de uma revolução. Por fim, cabe ao leitor, ao fazer a sua leitura de forma atenta, tirar suas próprias conclusões.

2

Uma discussão sobre o emprego dos termos revolução, insurreição, rebelião e cabanada, em referência à Praieira pode ser encontrado em CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de Historia*, vol. 23, nº 45, p.209-238, jul. 2003.

Recebido para publicação em setembro de 2008
Aprovado em outubro de 2008

almanack braziliense

artigos



**Negociações e reciprocidades: interações entre
potentados locais e seus escravos armados nas Minas
Gerais na primeira metade do século XVIII**

Ana Paula Pereira Costa

**O perfil social dos oficiais camarários e o padrão
de ocupação dos postos da câmara, Vila Rica,
c. 1711– c. 1736**

Fernanda Fioravante

**A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão
e Ilustração em Portugal durante as reformas
pombalinas**

Tâmis Parron

Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII

Negotiations and Reciprocities:
Social Relations Among Local
Potentates and their Armed Slaves
in Minas Gerais in the First Half of
the 18th Century

Ana Paula Pereira Costa

Doutoranda em História pela
Universidade Federal do Rio de
Janeiro

Resumo

O texto objetiva investigar a prática dos potentados locais da comarca de Vila Rica de utilizar escravos armados em variadas situações em que prestavam serviços ao Monarca português em busca de mercês régias. Neste sentido analisaremos como, através do emprego de negociações e reciprocidades entre potentados e seus escravos, os primeiros conseguiam aquisição e manutenção de seu poder de mando; e, ao mesmo tempo, que tipos de benefícios e ganhos os escravos podiam adquirir com estas interações.

Abstract

The text aims to research the habit of local potentates, from the district of Vila Rica, of using armed slaves when they rendered services to the Portuguese Monarch in order to gain royal favors. Hence, we will analyze how, by means of negotiations and reciprocities between potentates and their slaves, the first ones acquired and maintained their power; and, at the same time, what types of benefits and gains the slaves could aspire to obtain with these relations.

Palavras-chave

elites, escravos, Minas Gerais

Keyword

elites, slaves, Minas Gerais

1

BOXER, Charles. Vila Rica de Ouro Preto. In: *A Idade do Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

2

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. A Monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002. p.285-286.

3

BICALHO, Maria Fernanda. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. *Varia Historia*. Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, nº. 21, p.81, julho de 1999.

4

CAMPOS, Maria Verônica. Goiás da década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteiras. In: BICALHO, Maria Fernanda. & FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (Orgs.). *Modos de Governar*. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p.342.

5

Ver: FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: _____. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das letras, 2006. p.56.

No século XVIII a região das Minas Gerais tornou-se importantíssima para o Império português, visto que o ouro desta capitania passou a ter papel significativo no cenário mundial deste período, equilibrando as finanças lusitanas¹. A existência de ouro na região foi comunicada à Coroa na década de 1690. Confirmadas as notícias da descoberta das lavras, várias "bandeiras" paulistas, gente do nordeste, do Espírito Santo e reinóis se dirigiram para as Minas. De fato foram para a capitania inúmeras pessoas com objetivos e desempenho de atividades diferentes. Do sertão de São Francisco – o rio dos Currais – vinham negociantes de gado para tentar suprir o ainda incipiente abastecimento alimentar local, quando o afluxo de gente superava suas condições de sustento. Vinham também da Bahia comerciantes de escravos, dada a crise da lavoura açucareira e a demanda de mão-de-obra gerada pela nova atividade nas minas. Vinham os paulistas embasados em sua economia de apresamento indígena, mas em busca também do ouro. Mas vinham notadamente novos mineradores em potencial, de várias regiões e de Portugal, para concorrer com os paulistas pela posse das minas e participação na administração local².

Portanto, Minas Gerais era nesses anos iniciais uma região de fronteira, o que não se refere a um limite preciso, a uma linha demarcatória, a uma raia ou divisão. Ao contrário, ir em fronteira, era o mesmo que ir em uma expedição, geralmente expedições armadas, com objetivos exploratórios, de conquista³. Nesse sentido era uma região que abria novas oportunidades econômicas e de mando para indivíduos de diferentes procedências sociais e econômicas, com a promessa de remuneração e mercês para os que contribuíssem para o crescimento do Império luso⁴.

A 'conquista' desse sertão mineiro foi feita às custas das vidas, fazendas e escravos armados dos indivíduos que se arriscavam em tais empreitadas, sendo este o diferencial no sucesso ou fracasso das mesmas. Em outras palavras, na colonização da América portuguesa, a Coroa recorreu em vários momentos às "fazendas e negros armados" de seus súditos, pois, no ultramar, diante da dificuldade da metrópole em financiar as despesas com *entradas*, expansões territoriais e defesa da colônia, não raro se transferiram tais custos aos colonos que se tornavam assim os maiores responsáveis pela reprodução desta sociedade.

Mais do que a participação dos colonos na 'conquista' do território colonial o que afirmações como estas deixam explícito é a importância dos escravos para seus senhores. A importância destas ligações com os escravos se evidencia não só porque na sociedade colonial o escravismo articulava as relações sociais⁵, mas porque em muitos casos esses cativos forneceram segurança aos primeiros descobridores, povoadores e conquistadores da região; transformados depois em poderosos locais, atuando como uma pequena milícia privada para proteger e conferir autoridade a tais pioneiros nas diligências que faziam em nome *Del Rey* na primeira metade do século XVIII.

De fato, desde o alvorecer da colonização das Minas era comum que os poderosos locais agregassem em torno de si um séquito de escravos armados para deles se utilizarem em suas diligências, sejam estas em prol da Coroa, seja em desmandos e contendas pessoais. Muitos contemporâneos destes anos iniciais da formação da sociedade mineira deixaram relatos que retrataram esse cenário, muitas vezes de forma pejorativa. Na "*Relação do princípio do descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam do seu princípio até o tempo em que as veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira*", o fenô-

6

FIGUEIREDO, Luciano Raposo e CAMPOS, Maria Verônica (coord.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol. I e II, 1999. p.194-202.

7

Ibidem, p.197.

8

Ibidem.

9

Ver: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1981. p.67-70.

10

LIMA Jr. Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto*. Síntese histórica e descritiva. Belo Horizonte: Edição do autor, 1957. p.73.

11

FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2006. p.5.

12

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*. Fazer e Desfazer a História, Lisboa, nº. 6, p.136, 1991.

meno de armar escravos é descrito como algo que proporcionava respeito e vantagem para certos grupos, mas que também indicava audácia e violências⁶. Segundo o autor da Relação: "naquele tempo quem tinha de 20 a 30 escravos era respeitado pelos seus companheiros, sobretudo os paulistas que gostavam de exibir suas armas como fastos indicantes de suas dissimuladas proezas"⁷. Tanto que um renomado potentado paulista que habitava a capitania neste período, Jerônimo Pedroso de Barros, tinha a alcunha de 'Jerônimo Poderoso' "por ter este também bastante escravos, saindo sempre com sua gente que se lhe tinha agregado a ele, todos armados"⁸.

Com efeito, sempre que a documentação de época, bem como os relatos contemporâneos, vão se referir à figura do poderoso, mencionam que estes possuíam grande armamento e enorme contingente de escravos e/ou agregados. Estes foram os casos de figuras célebres das primeiras décadas de formação da capitania tais como Manuel Nunes Viana, Domingos da Silva Monteiro, Jerônimo Pedroso de Barros, Bartolomeu Bueno Feio, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Pascoal da Silva Guimarães, dentre muitos outros⁹.

O governador Martinho de Mendonça Pina e Proença, que em 1730 foi para Minas organizar as arrecadações dos quintos e dos diamantes, em relatório que escreve ao Rei D. João V, resumia assim os anos iniciais da região em relação aos potentados:

Era naquele tempo o país habitado por paulistas acostumados à insolência e soltura, e de portugueses de baixíssima extração, sem cultura; nem uns nem outros tinham de seu mais que armas, negros e ouro que lhe davam atrevimento e ocasião para as revoltas, receiando pouco o castigo porque era fácil se retirarem ao mato¹⁰.

Apesar de nos relatos citados a posse de escravos armados ser apontada como algo pejorativo, visto que abria procedência para se agir com desmando e violência tornando esses indivíduos figuras temidas, não há como negar que o acesso o grande número de cativos fazia parte da caracterização de alguém como poderoso.

Como já mencionado, os escravos armados foram usados em muitas diligências para prestação de serviços à Coroa, tanto os referentes à 'conquista' da terra (ajudando, por exemplo, no combate a levantes internos e externos), quanto em serviços mais "burocráticos", como cobranças de quintos reais e transporte dos mesmos. Desta forma, a posse de numerosa escravaria foi fundamental na definição de um indivíduo como poderoso não só porque a quantidade de escravos, juntamente com a posse de terras, ajudava na definição do lugar social, mas também porque a posse destes mesmos escravos foi vital para dinamizar e por em prática um mecanismo essencial de afirmação destes poderosos: a prestação de serviços à Coroa. Para além disso, possuir muitos escravos e utilizá-los como braço armado em prestação de serviços à Coroa foi fundamental também porque indicava a legitimidade e o poder de mando destes indivíduos.

Assim sendo, cabe sublinhar que o poder das elites no território colonial não era automático: ele pressupunha legitimidade social. Esta era construída entre tensões, conflitos e negociações através de entendimentos com ministros do Rei, lavradores, libertos, comerciantes e, principalmente, por meio de refinadas barganhas com os escravos¹¹. Entretanto, pouco se sabe acerca das complexas redes de relações que tais elites locais estabeleciam com a sociedade mais ampla para conseguirem exercer seu mando, ou seja, como conseguiam legitimidade dos demais segmentos sociais¹².

13

Negociação aqui é entendida como um mecanismo que nega uma autoridade pura e simplesmente imposta, visto que nos possibilita compreender a interação como um processo de barganha de interesses específicos. O que estamos afirmando é que não há uma rejeição total das pressões e intenções dominantes, e sim tentativas de modificação dos trâmites das formas de interação por parte dos "subalternos" a luz de suas necessidades e interesses. Neste sentido a idéia de negociação indica que os atores ao se relacionarem e lançarem mão de certos comportamentos, a primeira vista contrários à suas posições sociais, não podem tomar livremente certas deliberações por prescindirem um do outro no jogo das relações sociais.

14

Esta é compreendida como um sistema de trocas por meio do qual se mantêm laços de solidariedade social, ou seja, através de um sistema de negação/doação pessoal gera-se um ganho também pessoal.

15

DAVIS, David B. Introduction. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. New Have Et London, Yale University Press, 2006. p.1.

16

Ibidem, p.2.

17

Neste sentido ver a coletânea de artigos do livro de BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. New Have Et London, Yale University Press, 2006.

18

Ver: HUNT, Peter. *Arming slaves and Helots in Classical Greece*. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Op.Cit.*, p.14-39.

Pretendemos com o presente texto lançar algumas reflexões acerca da existência e importância das negociações¹³ e reciprocidades¹⁴ entre um segmento das elites, isto é, os poderosos da localidade, em um importante território da América portuguesa, no caso a Comarca de Vila Rica em Minas Gerais, com os escravos. Investigaremos assim a prática de se utilizar escravos armados em variadas situações e o que possibilitava aos senhores armarem tais cativos sem temores de retaliações. Neste sentido, analisaremos como tais negociações e reciprocidades tecidas entre tais senhores/potentados e seus escravos auxiliaram, por um lado, na aquisição e manutenção do poder desses homens; e de outro, que tipos de benefícios e ganhos os escravos adquiriram com estas interações.

A mobilização dos escravos armados na prestação de serviços a *Del Rey*

A idéia de senhores armarem seus escravos e com eles montarem uma "milícia privada" pode a princípio parecer-nos muito contraditória. Tradicionalmente a imagem que se construiu acerca dos escravos foi a do "inimigo doméstico", ou a da mercadoria preciosa sob a qual o senhor poderia exercer total domínio, ou a de seres traiçoeiros sempre prontos a se rebelarem contra seus donos. Sendo assim, porque seus senhores supriam esses "inimigos" com armas? Como bem lembrou David Brion Davis, podemos fazer uma analogia deste argumento com uma realidade atual ao pensarmos que armar escravos seria algo similar a fornecer armas e granadas aos condenados das penitenciárias de segurança máxima¹⁵.

Levando em consideração os vários relatos empíricos que mostram a presença de escravos armados lutando ao lado e, às vezes, defendendo seus senhores, uma importante questão a ser considerada é: porque alguns escravos escolheriam lutar pelos seus donos? A compreensão dessa questão de como e porque agiam esses escravos armados é fundamental para apreendermos o funcionamento da instituição humana mais degradante de toda a história¹⁶.

Recentemente alguns estudiosos procuraram entender a questão de armar os escravos a partir a idéia de "doutrina da necessidade", isto é, a precedência da auto-preservação sobre outros princípios. Nestes estudos os autores argumentam que em momentos críticos de estado de guerra a auto-preservação podia demandar a utilização arriscada de escravos armados. Assim, em diferentes contextos, a doutrina da necessidade desempenhou um papel de fundamental importância na sobrevivência dos indivíduos¹⁷.

Peter Hunt, por exemplo, em recente trabalho no qual analisa o uso de escravos armados na Grécia e na Roma clássica, destaca que apesar dos antigos gregos e romanos frequentemente expressarem uma aversão ideológica do alistamento de escravos em seus exércitos que supostamente eram compostos por soldados cidadãos – no caso dos atenienses, fazendeiros independentes que eram conhecidos por sua coragem e confiança – em situações emergenciais tanto os gregos quanto os romanos não hesitavam em utilizar escravos e libertos no serviço militar. Seja utilizando-os como remadores na marinha ateniense, como carregadores de escudos e armaduras para seus senhores ou como tropa de combate, eles se tornaram uma força poderosa e indispensável especialmente em longas e desesperadas guerras¹⁸.

Outro exemplo encontramos no trabalho de Allen Isaacman e Derek Peterson. Os autores pesquisaram um grupo de escravos militarizados encontrados no sul da África denominados "chikunda", entre os anos de

19

Ver: ISAACMAN, Allen & PETERSON, Derek. Making the Chikunda: military slavery and ethnicity in southern Africa, 1750-1900. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. New Haven & London, Yale University Press, 2006. p.95-119.

20

Ver estudo de AMITAI, Reuven. The Mamluk institution, or one thousand years of military slavery in the Islamic world. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Op.Cit.*, p.40-78.

21

DAVIS, David B. Introduction. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Op.Cit.*, p.5.

1750 a 1900. Esta região era escravizada pelos portugueses e estes, bem como seus descendentes, se empenharam em criar uma tradicional classe de escravos africanos que viam a si mesmos como ferozes conquistadores. Tatuagens faciais, vestimentas especiais e linguagem corporal reforçavam a celebração dos chikundas como guerreiros sem rivais nos quesitos coragem, força física e arrogância. Separados de suas famílias e tribos desde o nascimento, eles eram criados por outros grupos como *outsiders* e foram utilizados não somente em combates e nas investidas para coletar escravos e mandá-los em navios negreiros para o Brasil, mas também como policiais-inspetores e como experientes caçadores de elefantes que poderiam ajudar na demanda do Novo Mundo por marfim. Mas a despeito de seu poder e bravura os chikundas ainda eram escravos que viviam e obedeciam ordens num mundo altamente regimentado¹⁹.

Esta realidade também se fez presente nas regiões da península árabe e da Turquia. Tanto nos exércitos árabes e turcos quanto em milícias particulares era generalizado o uso de escravos armados. Tais escravos eram conhecidos como "mamluk" e representavam um tipo altamente distinto de escravidão. Assim como os chikundas, eram trazidos ainda crianças de regiões distantes como o mar Cáspio e o mar Negro e eram treinados para serem protetores devotos. Contudo, apesar desses mamluks serem explorados como soldados que a todo momento arriscavam suas vidas, essa instituição peculiar de escravidão mostrava pouca intenção em desumanizar os jovens guerreiros que eram altamente disciplinados em arte de guerra, principalmente no uso do arco e flecha e da montaria. Portanto, como eram desprovidos de qualquer identidade familiar ou tribal esperava-se que eles se unissem uns aos outros e especialmente a um patrão ou sultão a quem eles deveriam expressar lealdade incondicional²⁰.

Os estudos citados sugerem que usar escravos armados – seja em "exércitos formais" seja em milícias particulares –, não era algo nada excepcional, sendo esta uma prática comum a diferentes épocas e lugares; prática esta que também foi levada para as Américas portuguesa e espanhola. O contato dos portugueses e espanhóis com esses fenômenos pode ter se iniciado durante o período de ocupação moura na península ibérica. Ao contrário dos antigos gregos e romanos ou de muitos europeus que colonizaram o Novo Mundo, os muçulmanos parecem ter demonstrado pouco medo em armar alguns escravos pré-condicionados. Os escravos escravizados pelos muçulmanos, advindos da região do Cáucaso entre os mares Negro e Cáspio, eram alienados da sua origem, linguagem e educados por outros grupos étnicos. Essas tropas caucasianas tiveram um papel decisivo na derrota dos cristãos bizantinos; em conquistar e "criar" a Turquia; em repelir os cruzados europeus do Egito até a Terra Santa e em parar as invasões dos mongóis. Além disso, esses árabes muçulmanos e os berberes foram aqueles que iniciaram o comércio de longa distância dos escravos africanos da região sub-saariana. Durante um período de pelo menos onze séculos suas caravanas e navios transportaram milhões de escravos negros para o Norte da África, Sicília e Espanha²¹.

Dada a longa ocupação moura em Portugal e na Espanha os cristãos ibéricos puderam se informar acerca da experiência muçulmana em armar escravos. Desta forma não é demais argumentar a importância e influência deste fato para os primeiros exploradores espanhóis e portugueses que conquistaram o Novo Mundo. Como demonstrado por Jane Landers e

22

Ver: KRAAY, Hendrik. Arming slaves in Brazil from the seventeenth century to the nineteenth century, p. 146-179; LANDERS, Jane. Transforming bondsmen into vassals: arming slaves in colonial Spanish America, p. 120-145. e DAVIS, David B. Introduction. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. New Have & London, Yale University Press, 2006.

23

LANDERS, Jane. Op.Cit., p.120-145.

24

DAVIS, David B. Op.Cit., p.7.

25

LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*, nº. 18, p.149, jun. 2002.

26

KRAAY, Hendrik. Op.Cit., p.146-179.

27

PAIVA, Eduardo França. De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.118.

Hendrik Kraay os escravos armados dos ibéricos e os negros livres e mulatos foram utilizados desde muito cedo na 'conquista' ultramarina²².

Jane Landers apontou a tradição da lei romana e das *Siete Partidas* do século XIII que se, por um lado, legitimaram a escravidão, por outro, também encorajaram o uso da manumissão como recompensa para aqueles escravos que prestassem serviços para o Estado. Desta forma muitos escravos negros adentraram o serviço militar como uma rota para a liberdade e assimilação, e a despeito de protestos de plantadores brancos e soldados, um enorme número de libertos e escravos milicianos defenderam os interesse da Espanha, de Cuba até o Peru²³.

Já em relação aos portugueses, cuja colônia no Brasil absorveu mais escravos da África que todas as colônias espanholas juntas, a situação é um pouco mais ambígua. Para Brion Davis os portugueses foram muito mais relutantes em usar escravos e/ou libertos armados em seus "exércitos" ou como "guarda-costas" pessoais:

Como uma verdadeira sociedade escravista cuja produção maciça de açúcar e de café dependia inteiramente do trabalho escravo e da contínua importação destes da África, os oficiais brasileiros ficaram receosos em permitir que os escravos carregassem ou adquirissem armas especialmente em períodos posteriores a insurreições²⁴. (tradução livre)

Todavia, alguns autores demonstraram que era relativamente comum que senhores armassem seus escravos no Brasil colonial, desde o século XVI até o século XIX, em diferentes paragens. A respeito disso Carlos Lima destacou como que no período colonial a Coroa lusa tirou partido da capacidade dos senhores de mobilizar a "guerra escrava". Na verdade, segundo este autor, havia uma aliança entre Coroa e senhores para que a primeira recorresse à mobilização de escravos para a defesa do território colonial, ancorada na capacidade senhorial de instrumentalizar os seus cativos. Neste sentido, assinala como foi coisa eminentemente normal o escravo andar sozinho e armado, até porque muitos eram usualmente envolvidos nos conflitos pessoais de seus senhores, o que para o autor foi uma característica ou paradigma da governação ilustrada na América Portuguesa²⁵.

Já Hendrik Kraay, outro estudioso do tema, observou que o fato dos senhores armarem seus próprios escravos se tornou rotina nas fronteiras sem lei e durante o período do *boom* da mineração em Minas Gerais. Segundo este autor, para os escravos, o serviço militar, "formal" ou pessoal, ofereceu uma bem vinda válvula de escape contra a miséria e a degradação do trabalho nas *plantations* ou nas lavras, para o caso da capitania mineira. A esperança de uma promessa de liberdade juntamente com uma mudança de *status* daí advinda poderia trazer a possibilidade de mobilidade, dignidade e prestígio²⁶.

Eduardo França Paiva também destacou que escravos armados, apesar de ter sido algo que as autoridades coloniais temiam fortemente e proibiam, sempre foi uma situação comum na América Portuguesa. Para o caso de Minas Gerais assinala que durante as primeiras décadas de ocupação das terras mineradoras isso se repetiu com frequência, não deixando de fomentar violências e desmandos da parte dos proprietários que haviam montado suas milícias escravas e por parte dos próprios escravos armados. Segundo o autor, até mesmo a Coroa acabou incorporando tal prática, montando tropas de escravos armados e, também, os convocando entre os proprietários leais ao governo²⁷.

28

Arquivo da Câmara de Mariana. *Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1725*. Códice 150.

29

Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx.86; doc.17.

30

Ibidem. Grifo meu.

31

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989. p.295.

32

Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx.22; doc.64.

33

Ibidem.

34

Ibidem.

35

Ibidem. Grifo meu.

Para ilustrar tudo o que acabamos de mencionar destaque o caso do coronel Caetano Álvares Rodrigues, um dos homens mais poderosos das Minas Gerais em suas primeiras décadas. No registro produzido em 1725 para a cobrança dos quintos reais (imposto de 20% sobre a produção aurífera), este potentado foi descrito como um grande proprietário de cativos: possuía 80 escravos na freguesia de São Sebastião²⁸. Com tão grande plantel podia se dispor a redirecionar alguns de seus cativos das atividades da mineração para levá-los em suas diligências em que atuou como "cúmplice" da Coroa na manutenção da ordem pública. Assim o fez em 1711 quando ajudou "na expulsão dos franceses quando invadiram o Rio de Janeiro, sendo dos primeiros que se ofereceu para acompanhar o governador com negros armados e o fez com despesa de sua fazenda"²⁹. Ajudou ainda o governador de Minas e São Paulo, Conde de Assumar, em 1720 "a combater os revoltosos de Vila Rica acompanhando o dito governador com seus escravos armados até Vila Rica para castigar se os cabeças do levante"³⁰.

Como um dos primeiros povoadores das Minas, Caetano Álvares Rodrigues atuou sistematicamente na 'conquista' da terra e em combate a levantes e conflitos internos da capitania a fim de angariar mercês e reconhecimento social. Se em tais confrontos foi acompanhado de seus escravos armados, podemos argumentar que sua postura nos informa sobre possíveis práticas de negociações.

Outro exemplo é o do mestre de campo José Rebelo Perdigão. Este reinol, natural de Lisboa, veio para o Brasil em 1697 acompanhando o governador Artur de Sá e Menezes instituído no cargo de secretário da repartição do sul.³¹ Ficou no Rio de Janeiro até aproximadamente 1700 atuando e acompanhando o dito governador em muitas diligências na capitania fluminense, no sul e em São Paulo, "sempre a fazer negócios de grande consideração com grave perigo de sua vida e despesa de sua fazenda"³². Em São Paulo:

Foi encarregado de averiguar crime de cunhos falços e pella sua fidelidade foi encarregado de tirar depoimento aos denunciados pellas justiças daquellas terras serem parentes e amigos dos delinqüentes (...) tirou assim testemunhos naquelle crime de que resultou prender se hum dos culpados sem levar sallarios ou fazer despesa da fazenda real³³.

Foi ainda encarregado na vila de Taubaté de arrecadar os quintos:

E se ofereceu para levar ao Rio de Janeiro o ouro que arrecadou na vila o que fez sem despesa da fazenda real gastando nesta jornada 10 meses fazendo consideravel despesa não só com seus escravos armados mas também com os indios que conduzião o ouro³⁴.

Acompanhou depois o governador Artur de Sá às Minas Gerais, onde atuou em algumas diligências com o mesmo governador "sempre com maior risco de vida e despesa de sua fazenda". No ano de 1701:

Tendo-se noticia de que nos campos do rio das velhas se descobriu um ribeiro de importância foi encarregado de ir ter com o seu descobridor e escolher a data de V. Mag, o que correu no maior perigo por todos quererem a melhor data, do que se originarão tumultos e mortes. Assim, por se querer partir os ribeiros a vontade dos poderosos régulos foi a todo risco a esta diligencia com amigos e escravos seos armados que o acompanharão fazendo a escolha com acerto por que foy a data de maior importancia dada a fazenda real³⁵.

36

Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx.22; doc.64. Grifo meu.

37

Arquivo da Câmara de Mariana. *Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1723*. Códice 166.

38

Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx.16; doc.3. Grifo meu.

39

Ibidem.Grifo meu.

40

LIMA, Carlos C. *Pequenos Patriarcas*. 1997. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p.316-317. Apud: FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativeiro e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.249.

Ofereceu-se mais uma vez para conduzir ao Rio de Janeiro o ouro retirado desta data no Rio das Velhas "com despeza de sua fazenda as custas de seus escravos"³⁶.

Por fim destaco o caso do capitão-mor Manuel Jorge Coelho, também dos primeiros descobridores e povoadores das Minas Gerais e um grande proprietário de cativos. Em outro registro feito para cobrança dos quintos reais datado de 1723 para a freguesia de Catas Altas constava que possuía 76 escravos³⁷. Encontramos relato de pelo menos duas diligências em que levou seus escravos como braço armado. No ano de 1720:

[...] Tendo-se notícias que no mato do Carassa havia um quilombo de negros fugidos donde fazião muitos roubos e mortes aos passageiros lhe ordenou o governador Conde de Assumar que fosse com os moradores do seo districto a castigar os ditos negros o que executou com muito acerto, sustentando a gente que levou em sua companhia e o seus escravos armados a suas custas todo o tempo que durou a dita diligência [...] ³⁸.

No mesmo ano, foi novamente chamado pelo Conde de Assumar a uma junta que este realizou para acabar com as desordens ocorridas em decorrência das novas arrecadações do quinto que naquele ano estavam sendo postas em prática, motim que ficou conhecido como revolta de Vila Rica. Nesta ocasião:

[...] Foi acudir ao governador e castigar a enormidade de tão grave dellito e o dito acompanhou o governador com bastante homens brancos armados e os seus escravos sustentado tudo a sua custa em todo o tempo que durou a diligencia no que fez uma considerável despeza [...] ³⁹.

Relatos como estes denotam indiretamente que a violência e o castigo não eram os únicos meios de se conseguir "subordinação" de um escravo. Consideramos que a imposição da autoridade do senhor não era dada exclusivamente pela força, mas também através de negociações e concessões que ajudavam no reconhecimento de sua legitimidade. O suposto aqui defendido é que seria muito contraditório armar um escravo e confiar que ele não se voltaria contra o senhor se fosse tratado apenas com violência e coerção. As relações entre senhor e escravo, ainda que tenham por fundamento uma absurda diferença de poder, a violência e a opressão de um ser humano sobre outro, têm de estar pautada em uma ligação de confiança em casos como os que venho analisando neste trabalho; confiança esta adquirida por meio de reciprocidades e negociações.

Desta maneira, os exemplos mostram que muito das relações entre senhores e escravos eram feitas de uma ética baseada em laços pessoais. Do ponto de vista do escravo, o senhor era aquele que lhe informava sê-lo. Em outros termos, era de suma importância no relacionamento senhor-escravo a figura do *senhor* enquanto indivíduo posicionado para a interação, e não apenas a sua condição senhorial⁴⁰. Ou seja, o fundamental nessa relação era a postura pessoal do senhor com seus cativos, ou dos seus intermediários com os mesmos. O respeito e a legitimidade perante seus escravos eram então construídos, e também exigidos, sobretudo na interação entre ambos. Não era algo dado, mas conquistado. Se assim não o fosse seria muito difícil explicar a possibilidade dos escravos de Caetano Álvares Rodrigues, José Rebelo Perdigão e Manuel Jorge Coelho portarem armas. A postura desses potentados indica que os mesmos não temiam que

41

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: A economia política das melhores famílias de terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo* - Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, V.8, N.15, 2003, p. 20.

42

MALHEIRO, A. Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. (1866-1867). Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, 2 v. Apud: PINHEIRO, Cláudio C. No Governo dos Mundos: escravidão contextos coloniais e administração de populações. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº.3, p.435, 2002.

43

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.58.

44

LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*, nº. 18, p.139, jun. 2002.

45

BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autarquias negociadas e o Império Ultramarino Português. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.98.

46

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.189.

47

FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). Op.Cit., p.249.

48

ENGEMANN, Carlos. Op.Cit., p.189.

49

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). Op.Cit., p.350.

50

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*. Revista de história, Rio de Janeiro, nº.5, p.26, 2002.

alguns de seus cativos armados se revoltassem contra eles. Não podemos nos esquecer que estes confrontos poderiam se tornar momentos propícios para subversão dos escravos, principalmente se levarmos em conta que eles estavam armados. Assim, o fato de senhores armarem seus escravos deve ser visto como resultado de uma relação de interdependência bem sucedida entre ambos, sendo esse um bom índice para medir o "sucesso" das negociações e reciprocidades entre eles⁴¹.

Cláudio Pinheiro destacou que havia formas de convívio entre senhores e escravos que extrapolavam o simples uso da violência física como elemento responsável pela manutenção da escravidão, ou mesmo o uso da coerção para manter os cativos no trabalho. Citando Perdigão Malheiro, o referido autor assinala:

Pensar em melhorias das condições de vida dos escravos não era apenas uma questão de 'humanidade', mas de 'reciprocidade', já que um escravo bem tratado serviria de 'melhor vontade', tornar-se-ia 'melhor', e com isso lucraria não só o senhor, mas a sociedade, pois se conseguiria não apenas a 'paz nas famílias, e portanto na ordem pública', mas no resultado econômico em relação à produção⁴².

Mas em que se traduziriam as negociações e reciprocidades entre senhores e escravos no período focado? O que mediará tais práticas entre os dois grupos em questão? Em outros termos, se estes "leais súditos" prestavam variados serviços ao Rei às custas de seus negros armados – e como visto isto foi essencial para o exercício do mando e manutenção da "qualidade" desses indivíduos, ou seja, na sua definição como poderoso – não é incorreto dizer que a "subordinação" destes escravos não podia ser feita apenas pela via da coerção, armas e castigos. Tal "subordinação" envolvia também negociações e reciprocidades⁴³, ou, como bem destacou Carlos Lima, do ponto de vista do escravo, deve ter envolvido algo centrado na possibilidade de barganhar as condições do cativo⁴⁴.

Elementos negociados nas interações potentados/escravos armados

A partir do que foi dito talvez possamos argumentar que entre seres humanos não há controles absolutos e coisificações de pessoas, e que nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que possa haver um grande desequilíbrio de forças entre os dois lados⁴⁵. Assim, a violência do senhor convivia com outros mecanismos compensatórios para aliviar a tensão que ela própria exercia sobre o cativo⁴⁶. Neste sentido, pode-se dizer, como já mencionado, que o exercício da autoridade sobre o cativo era, muitas vezes, de natureza pessoal⁴⁷. Destas relações pessoais emergiam, por um lado, as condições necessárias para a construção de referências que permitissem a caracterização de um senhor "legítimo" perante seus escravos, a ponto de armá-los sem temores de retaliações; e por outro, faziam surgir espaços sociais de ação dos escravos⁴⁸ que ordenavam as relações e tornavam o viver menos difícil e sofrido⁴⁹. Dentre tais mecanismos, a família escrava foi destacada por muitos autores como elemento que indicava a capacidade dos escravos de construir sólidos espaços de agregação social, de resistirem cotidianamente a alguns cânones da escravidão e, neste sentido, de expressar sua humanidade⁵⁰. Não por acaso foi constantemente buscada pelos cativos e, por isso, será destacada neste trabalho como um dos mecanismos que poderiam ser utilizados nas negociações e reciprocidades dos potentados com seus escravos.

51

Para o século XVIII ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Para o século XIX ver: GÔES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Linear, 1993. GÔES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas; famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

52

BOTELHO, Tarcísio. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.196.

53

GÔES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. Op.Cit.

54

GÔES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. Op.Cit., p.175.

55

FILHO, Afonso de Alencastro Graça, PINTO, Fábio Carlos Vieira & MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia Historia*. Revista de História do Departamento da UFMG, Belo Horizonte, vol. 23, nº. 37, p.185-186, Jan/Jun 2007.

56

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.182.

57

FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno G., CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p.137.

Desde pelo menos a década de 1970 muitos autores chamaram atenção para a relativa incidência de vida familiar entre os cativos⁵¹. Desde trabalhos pioneiros que detectaram a presença de famílias cativas nos plantéis, passando por estudos que analisaram o comportamento dos cativos frente ao casamento, que ampliaram a definição de família, pensada em termos de convívio familiar e comunidade escrava, começou-se a pensar a família escrava como um elemento estrutural da escravidão brasileira e não como uma exceção. Para além disso, outros estudos buscaram avançar no entendimento da constituição de famílias por parte dos cativos, pensando tal elemento em uma perspectiva política⁵².

Nesse sentido temos o estudo de José Roberto Gôes e Manolo Florentino. Analisando os plantéis no Rio de Janeiro entre os anos de 1790 a 1850, estes autores destacaram que a formação de famílias podia trazer ganhos tanto para senhores quanto para os escravos⁵³. Assim, para o senhor, a capacidade dos escravos de constituir família, tanto dentro quanto fora do casamento, servia a seus interesses na medida em que proporcionava certa sensação de estabilidade social e paz. Já para os cativos, a formação de famílias constituía-se em estratégia para fazer aliados. Por meio do casamento e batismo eles estreitavam laços que nas difíceis condições da escravidão transformavam-se em laços de aliança e solidariedade⁵⁴.

Para outros estudiosos a relevância da família escrava se relaciona às estratégias de forjar redes de solidariedade e resistência no cativo. A família escrava seria um *locus* importante de tensões, na perspectiva do controle social por parte da casa-grande e na conquista de regalias pela senzala. Trata-se de uma relação entre desiguais, mas que impunha limites à ação senhorial de livre disponibilidade sobre seus escravos, passando a enfrentar a oposição dos laços de conjugais juridicamente construídos e da solidariedade comunitária. Disputas que minavam o domínio dos senhores escravistas⁵⁵.

Carlos Engemann também destacou o grande peso que a família adquiriu no fortalecimento da comunidade escrava (entendida por ele como grandes plantéis que compartilhavam mito, rito e parentesco). Segundo o referido autor a produção de parentes pode ser considerada uma estratégia dos escravos para fortalecer o grupo na medida em que através da formação de famílias se perpetuaram no tempo e produziram aliados⁵⁶.

Os estudos citados alertam sobre a existência de acordos, negociações e reciprocidades na relação senhor/escravo, denotando que o sistema escravista se sustentava também sobre uma base de conciliação. Para além disso, eles nos informam sobre os possíveis conteúdos que poderiam ser negociados entre os poderosos da localidade e escravos na região e período enfocados. Em outros termos, estas barganhas, que possibilitavam ao senhor uma confiança tal em seu escravo a ponto de armá-lo, poderiam se traduzir na formação de famílias escravas estáveis nos plantéis, em terrenos e equipamentos cedidos pelos senhores, em alforrias, em redes parentais fictícias⁵⁷, em melhoras nas circunstâncias de vida evidenciadas pelo aumento da expectativa de vida, do bem-estar material, em funções desempenhadas pelos escravos, moradia, melhores condições de trabalho e saúde, etc. Em estudo recente sobre o tema J. Fragozo destacou que estes fenômenos podem ser interpretados de diversos modos: conquista dos escravos retiradas de seus donos, estratégias senhoriais para evitar problemas nas senzalas, recompensa senhorial pela subserviência de frações da população

58
FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno G., CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars* – elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p.137.

59
Arquivo da Câmara de Mariana. *Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1723*. Códice 166.

60
Arquivo da Câmara de Mariana. *Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1725*. Códice 150.

61
Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício – *Inventário post-mortem de Manuel Jorge Coelho*. Códice 15, auto 448, (1733).

62
Ibidem.

63
Arquivo da Câmara de Mariana. *Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1723*. Códice 166.

64
BOTELHO, Tarcísio. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.215.

65
Ver: Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx.16, doc.3.

66
Segundo a legislação portuguesa e as listas de Ordenanças, que eram as encarregadas de fazer um arrolamento da população militarmente útil da colônia, eram considerados homens capazes de pegar em armas todos aqueles que tivessem idade entre 18 a 60 anos. Para o caso dos escravos cuja média de expectativa de vida frequentemente não passava dos 40 anos estamos considerando esta faixa etária entre 18 a 40 anos.

cativa, etc. Contudo, seja qual for a razão alegada, o fato era a presença destes fenômenos no cotidiano escravista⁵⁸.

Vejamos então, através de alguns exemplos, como tais indícios se configuravam nas relações destes cativos com o grupo analisado. O já mencionado capitão-mor Manuel Jorge Coelho, que como visto anteriormente levou em duas diligências escravos como braço armado, era também um grande proprietário de cativos. Na lista de cobrança dos quintos reais na freguesia de Catas Altas do ano de 1723 relatou que era possuidor de 76 escravos⁵⁹, em outra lista do ano de 1725 na mesma freguesia declarou que possuía 65 cativos⁶⁰ e no final de sua vida (faleceu no ano de 1733) possuía um plantel composto por 80 escravos⁶¹.

Analisando o inventário de Manuel Jorge Coelho, observamos mais de perto as possibilidades de interações pautadas na negociação e reciprocidade dele com seus escravos que, muito provavelmente, permitiram sua utilização como braço armado sem preocupações, ao menos graves, de retaliações. Além disso, permitiram também sua caracterização como um senhor legítimo, isto é, como alguém cuja autoridade não se baseava unicamente no uso da força contra o escravo, mas como alguém que tinha sua autoridade e superioridade reconhecida através de mecanismos advindos do estabelecimento de relações pessoais com os mesmos. Em seu inventário, do total de seus 80 escravos, 60 eram homens e 20 eram mulheres. Entre os homens 46 eram africanos e entre as mulheres, 8. Assim, a proporção homem/mulher ficava na razão de 3 para 1. Das mulheres arroladas no plantel, 13 eram casadas, sendo todas as uniões sancionadas pela igreja. Neste plantel havia assim 13 arranjos familiares formais onde 39 cativos, ou seja, 48,75%, se uniam por relações de parentesco⁶², porcentagem que podia ser ainda maior visto que, até o momento, não nos foi possível mapear as relações de parentesco informais entre a escravaria.

Este retrato se difere bastante da constituição de seu plantel em 1723, período em que possuía 76 cativos, dos quais 57 eram homens africanos e 7 nascidos no Brasil. Entre as mulheres, que totalizavam 12, apenas uma era crioula. Havia assim 5,33 homens para cada mulher⁶³. Das mulheres mostradas na lista dos quintos reais cinco eram casadas e pelo menos três tinham relações informais, fato observado pelo batismo de seus filhos no período abordado⁶⁴. Percebe-se assim que Manuel Jorge Coelho foi ampliando as possibilidades de seus cativos constituírem famílias, o que provavelmente foi ajudado pela queda no desequilíbrio sexual, que possibilitou maior estabilidade para a integração dos cativos. Tal constatação pode ser encarada como uma estratégia desse senhor, utilizando-se dos recursos que possuía no intuito de propiciar maiores "facilidades" para o estabelecimento de famílias em seu plantel, a fim de tirar a maior vantagem possível nestas relações. Neste caso, ter a possibilidade de armar seus escravos e formar uma milícia particular para atuar com ele em suas diligências na busca de prestígio e distinção para exercer o seu mando.

Talvez possamos reforçar este argumento olhando mais de perto a formação destas famílias escravas relacionando o retrato encontrado no inventário em 1733 com o período de 1720, ano em que encontramos relatos da atuação de Manoel Jorge Coelho com milícias privadas de escravos⁶⁵. Dos 60 homens de seu plantel, 32 estavam aptos (com idade entre 18 a 40 anos) para pegarem em armas e prestarem serviços em diligências com seu senhor no período de 1720⁶⁶. Dentre estes escravos homens em idade propícia para

67

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livro de Casamentos*, F-26, p.26.

68

Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício
– *Inventário post-mortem de Manuel Jorge Coelho*. Códice 15, auto 448, (1733).

69

Ver: Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx.16, doc.3.

70

BOTELHO, Tarcísio. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.215.

71

TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1981. p.27.

72

Ibidem, p.38.

73

Ibidem, p.42.

atuar em diligências no referido ano, 11 possuíam família no período da morte de Manuel Jorge Coelho. A relevância do fato reside na constatação de que, pelo menos teoricamente, seriam estes escravos homens na referida faixa etária que poderiam ser "recrutados" para acompanhar seu senhor como braço armado. Vejamos um exemplo.

No dia 24 de junho de 1730 era celebrado na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, freguesia de Cachoeira do Campo, o matrimônio de Antonio e Joanna, escravos de Manuel Jorge Coelho⁶⁷. Antonio e Joanna eram naturais da África, ele classificado com a etnia Benguela e ela com a etnia Congo, e a idade estimada ao se casarem seria de 35 anos para o marido e 33 para a mulher. A união desse casal cativo foi longa e estável, fato constatado pela idade e quantidade de filhos do casal. Ao serem arrolados os escravos no inventário de Manuel Jorge Coelho constava que a idade do filho mais velho de Antonio e Joanna era de 15 anos, o que denota que eles viviam juntos ilicitamente há muitos anos, união que depois acabou sendo selada com o sagrado matrimônio. Tiveram ainda um enlace profícuo em relação à prole visto que tiveram cinco filhos: Gervásio com 15 anos, Bernarda com 10 anos, Antônio com 7 anos, Faustino com 5 anos e Geraldo com 2 anos⁶⁸. Como se vê, a família de Antonio e Joanna pode ser considerada uma bem sucedida família escrava devido sua estabilidade, duração longa da união e prole numerosa.

Em 1720 Antonio estava com 25 anos e muito provavelmente acompanhou o dito potentado em suas diligências para ajudar no ataque ao quilombo do Caraça e na contenção do levante de Vila Rica⁶⁹. Como constatado pela idade de seu filho mais velho, ele vivia em união marital ilícita desde pelos menos seus 23 anos com uma escrava do plantel. Este talvez pode ter sido um forte mecanismo que Manuel Jorge Coelho possuía para negociar com este cativo, e este pode ter se utilizado desta oportunidade para manter sua ainda incipiente família unida, no que, como visto, foi muito bem sucedido. Se no período de 1723, devido ao relativo desequilíbrio sexual, poderíamos pensar em uma lógica de formação de famílias neste plantel comandada pelo senhor, na qual ele distribuiria suas mulheres como recompensa aos cativos, posteriormente aos escravos de Manuel Jorge Coelho foram se abrindo maiores possibilidades de constituição de famílias estáveis, mesmo no universo duro da mineração, ocorrendo inclusive uma maior difusão do casamento oficial entre a escravaria⁷⁰.

Outro exemplo que reforça o que acabamos de dizer surge quando analisamos o caso do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, natural de Taubaté que no final do século XVII saiu de sua terra natal para adentrar o interior mineiro. Em sua jornada chegou primeiramente à região de Itaverava onde descobriu ouro, "achando a novidade do novo descobrimento de ouro da Itaverava marchou para o Rio de Janeiro dando conta do novo descobrimento do ouro ao governador"⁷¹. Em 1701 Salvador Fernandes mandou seu filho Bento Fernandes Furtado explorar o ribeiro de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no qual também descobriu ricas lavras de ouro⁷². Neste mesmo período, "chegando notícia de que se descobriam faisqueiras as margens do rio que se denominou Ribeirão do Carmo", Salvador Fernandes deixou suas lavras em Bom Sucesso e se deslocou para o local inicialmente chamado de Morro Grande, depois São Caetano, se instalando no arraial chamado "o de cima" na Vila do Carmo, onde inclusive fez a primeira capela da região⁷³.

74

TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1981. p.44.

75

Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício – *Inventário post-mortem de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça*. Códice 138, auto 2800, (1725).

76

Cf. FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005, ver especialmente cap. 2.

77

Política aqui é compreendida como os meios pelos quais o poder é utilizado para influenciar o alcance e o conteúdo das interações entre grupos sociais.

78

Cf. FRAGOSO, João. Op.Cit., p.117.

79

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.203.

Cabe sublinhar que em tais *entradas* indivíduos como Salvador Fernandes e seu filho iam com seus parentes, escravos e cabedais, “gastando meses nas diligências, com soldados e escravos, com fomes, picadas de cobras e muito risco de vida”⁷⁴, o que implicava em refinadas negociações e reciprocidades com tais grupos. No inventário de seus bens, aberto em 1725 na freguesia de São Caetano na Vila do Carmo, encontramos arrolado um plantel de 61 cativos. Neste, o desequilíbrio sexual era alto, visto que 72,13% eram homens e apenas 27,87% eram mulheres. Não obstante, encontramos 23 cativos, ou seja, uma porcentagem de 37,70%, unidos por relações de parentesco. Também neste plantel os arranjos familiares eram organizados de diferentes formas, sobressaindo as relações sancionadas pela igreja. Ao todo existiam seis casais unidos legalmente e com relativa estabilidade marital⁷⁵. Isto sugere que as organizações parentais (sancionadas ou não) não eram estranhas ao cotidiano cativo e que a presença de tais famílias neste plantel poderia fazer parte de uma estratégia de Salvador Fernandes para que este conseguisse certa legitimidade perante sua escravaria, na medida em que tais fenômenos, por fazerem parte dos anseios dos cativos, poderiam ser utilizados para validar posições sociais⁷⁶.

Mais do que o aumento demográfico no plantel, os ganhos que estas famílias cativas podiam trazer para os senhores se encontram na esfera da política⁷⁷, pois com o uso de tais mecanismos indivíduos como Manuel Jorge Coelho e Salvador Fernandes Furtado buscavam conseguir legitimidade e mando, assim como atender a certos interesses pretendidos pelos escravos⁷⁸. Em outros termos, para o senhor, tal fenômeno era uma forma de amenizar os medos e tensões do cativo e conseguir legitimidade perante seus cativos, para que pudesse se dispor dos mesmos na formação de “milícias privadas” para suas diligências enquanto poderosos locais. Tal fenômeno era, portanto, canal vital de reciprocidade para que conseguissem o apoio necessário (traduzido em braços armados) na sua constante movimentação para “mandar”, ascender socialmente e aí se manter. Do ponto de vista do escravo, dentre outras coisas, a possibilidade de constituir uma família era significativa e vista como um enorme ganho, pois através disso podiam conseguir uma ascensão social intracativo, estabelecer alianças e conexões de amizades⁷⁹. Mesmo em um universo onde se relata a dureza do trabalho nas minas e o elevado nível de exploração, os escravos conseguiram ou procuraram “acomodar-se” a sua nova realidade com intuito de tornar menos penosa suas condições de vida.

Conclusão

O quadro esboçado ao longo do texto procurou indicar que era essencial para os potentados locais estabelecer negociações e reciprocidades com os chamados “grupos subalternos”, no caso os escravos, pois isso era fundamental para a viabilização da sua autoridade; seja porque o exercício de seu mando não era algo isolado da sociedade em que se inseriam e, portanto, era algo que necessitava do consentimento dos demais grupos; seja porque oferecendo seus negros e fazendas a *el Rey*, tais poderosos alargavam seus leques de mercês e privilégios, maximizando prerrogativas de mando e, desta forma, reafirmavam sua “qualidade” social. Por outro lado este mesmo processo propiciava um auxílio na manutenção e melhora da sobrevivência dos cativos, denotando assim que ambos os atores em foco lançavam mão

80

Cf.: FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

de estratégias que lhes propiciassem maior margem de manobra na sociedade colonial.

Dito de outro modo, para os senhores, as negociações e ligações de reciprocidade com seus escravos abriam possibilidades para o alargamento do seu cabedal político, econômico e simbólico, através da realização de ações valorosas em nome do Rei às custas de sua vida, fazendas e negros armados⁸⁰. Para os escravos, tais práticas foram uma grande aliada na melhora de sua sobrevivência, na medida em que possibilitavam inúmeros ganhos, tais como a constituição de família, elemento que proporcionava o estabelecimento de alianças parentais, de amizade e uma vida comunitária.

Recebido para publicação em julho de 2008
Aprovado em outubro de 2008

O perfil social dos oficiais camarários e o padrão de ocupação dos postos da câmara, Vila Rica, c. 1711- c. 1736

The Social Profile of Municipal
Council's Officers and the Patterns
of Job Occupations in the Municipal
Council of Vila Rica, c. 1711- c. 1736

Fernanda Fioravante

Doutoranda em História pela
Universidade Federal do Rio de
Janeiro

Resumo

A historiografia brasileira tem conferido especial atenção aos poderes locais. É nesse âmbito que as câmaras e seus ocupantes têm ganhado importância no que diz respeito às suas implicações tanto em nível local, quanto imperial. Desse modo, no presente artigo buscar-se-á apresentar o perfil social daqueles os quais conferiam vida ao órgão camarário. Para isso, seguirei dois eixos: a ocupação por esses homens de outros postos administrativos e o recebimento de patentes militares.

Abstract

Since Brazilian historiography has been paying special attention to the local powers, the study of municipal councils and their representatives have obtained a larger importance concerning both local and imperial impact. Thus, the article aims to present the social profile of those who pertained to the council through the analyses of other occupations also held by the council representatives and the military ranks and commissions they received.

Palavras-chave

sociedade, elites, câmaras municipais

Keywords

society, elites, municipal councils

1

Não obstante a importância do posto de almotacé, uma vez que tal cargo muitas vezes funcionava como via de acesso aos ofícios camarários, não irei tratar dos escolhidos para este cargo, uma vez que a cada ano poderiam ser eleitos até 12 almotacés. Dessa forma, seria difícil recolher sistematicamente dados sobre os ocupantes do referido posto ao longo do período a ser estudado. O uso do posto de almotacé como via de promoção social se dava tanto no reino como em seus domínios na América, tal como aponta Maria de Fátima Gouvêa para a câmara do Rio de Janeiro, em finais do século XVIII e início XIX. GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administrativo na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.318. Acerca desse uso no reino, conferir MACHADO, Maria de Fátima. *O central e o local: a vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p.32 e MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve económico, 1600-1733*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p.333.

2

As Minas, desde seus tempos iniciais até o ano de 1736, teve sua história pontuada por vários conflitos e revoltas. Acerca dos vários conflitos ocorridos, conferir ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693 a 1737"*. 2002. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2002. KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

3

Acerca do ano de 1736 como um ano de profundas mudanças, conferir SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op.Cit. CAMPOS, Maria Verônica. Op.Cit.

O presente artigo tem por objetivo assinalar o perfil social dos oficiais da câmara de Vila Rica entre os anos de 1711 e 1736. Para tanto, enfocarei, fundamentalmente, nos postos de juiz ordinário, vereador, procurador e escrivão. Tal escolha se pauta pela importância destes cargos no funcionamento diário da câmara, tanto no que respeita à atividade interna do órgão, como no que concerne à interação do mesmo com a sociedade e a outras instâncias de poder, tais como outros poderosos locais, o ouvidor-geral da comarca, o governador da capitania e a Coroa.¹

O ano de 1711 justifica-se uma vez que este foi o ano de fundação da câmara de Vila Rica. No período demarcado entre 1711 até 1736, Minas vivia um momento de desassossego, marcado por insegurança e envolta em ares revoltosos.² O marco final, 1736, reconhecido pela historiografia mineira como um ano de profundas mudanças, marcaria o momento no qual a Coroa passou a deter maior controle sobre a "*morada do ouro*"³, o que pode ter influenciado diretamente no alcance do poder da câmara e de seus oficiais. Contudo, esses marcos não serão dados de maneira rígida, uma vez que estarei ocupada com a trajetória dos indivíduos os quais passaram pelo órgão municipal de Vila Rica e aqueles com quem estes homens estavam diretamente envolvidos.

1. Os homens da câmara em outros postos administrativos

Neste primeiro eixo a ser explorado, buscarei apontar como se deu a atuação dos homens que serviram na câmara de Vila Rica em diversos outros postos administrativos nas Minas. Para isso, subdividi este grupo de pessoas entre os que serviram em postos administrativos antes de passar pela câmara, quem o fez após passar pelo órgão camarário, os que realizaram tarefas em ambas as esferas simultaneamente e, por fim, aqueles para os quais não pude indicar, com certeza, o período de serviço em postos administrativos em relação ao cumprimento do mandato na câmara. Dentro dos subgrupos principais, quais sejam, os detentores de cargos antes e aqueles que os exerceram depois da câmara procurarei, na medida do possível, reunir os sujeitos de acordo com características comuns, conforme as diferentes categorias dos postos camarários.

Tal divisão, para além de um método empregado com o fim de melhor visualizar o perfil desses homens, constitui-se em uma forma de averiguar a relação existente entre a ocupação de outros postos da administração e ofícios na câmara, ou seja, visa apontar em que medida ocupar um posto na administração contribui para que um sujeito viesse a estar entre os elegíveis em postos camarários e, ao inverso, de que maneira a ocupação de cargos na administração implicava na ocupação de outros serviços da República.

1.1. A ocupação de outros postos administrativos antes de passar à câmara

Buscando assinalar similaridades no perfil dos homens da câmara, o primeiro eixo a ser seguido – mas, conforme veremos adiante, não o mais importante –, será a ocupação de outros postos na administração pelos oficiais camarários de Vila Rica. Analisado o conjunto de oficiais para os quais disponho de informações, foi possível perceber a pequena participação desses homens em outras atividades da administração colonial. Dos 108 nomes investigados, somente 31 deles ocuparam outros postos na administração, representando um total de 28,70%.

4

A utilização deste método se deu em decorrência de dois fatores: 1) foi o melhor critério encontrado na tentativa de determinar a influência da ocupação de cargos na governança para a futura eleição na câmara; 2) uma mesma pessoa poderia ocupar outros diferentes cargos na câmara e esse critério auxilia na percepção de quantos e quais postos foram ocupados antes de cada mandato na câmara. O mesmo método foi utilizado na análise dos oficiais que receberam patentes militares antes de passar pela câmara.

5

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 08, doc. 79. *CARTA de Eugênio Freire de Andrade, superintendente da Casa de Fundição e Moeda, sobre nomeação de Antônio de Araújo Guimarães, para o posto de capitão dos moedeiros, pelo governador das Minas, D. Lourenço de Almeida, e pedindo ordem de confirmação.* Vila Rica, 01/06/1726.

6

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. O arquivo da Casa da Moeda em Lisboa: seu interesse para a história do Brasil colonial, 1688-1822. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, no 1, p.02, jan/jun 1997.

7

A eleição de barrete decorria em ano não eleitoral com o fim de preencher um posto vago. Acerca das eleições de barrete, conferir PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p.323 e SILVA, Isis Messias. Eleições de barrete: a legislação portuguesa na câmara municipal de Curitiba (século XVIII). *Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História*, v. 2, no. 4, ano 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/Cantareira>.

8

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 35v. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Francisco Pereira da Silva*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 04/04/1718.

9

AHU, Conselho Ultramarino – Brasil / Minas Gerais, cx. 69, doc. 91. *CARTA de José Antônio Freire de Andrade, governador de Minas, informando a Diogo de Mendonça Corte-Real ter participado ao provedor da Fazenda Real, Domingos Pinheiro, da referida Capitania ordem no sentido de levantar o seqüestro que se fez a Francisco Pereira da Silva, arrematante do contrato das Entradas das Minas*. Vila Rica, 28/06/1756.

10

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 43v. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Lourenço Pereira da Silva*. 30/04/1718.

11

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 03, doc. 18. *CARTA de Antônio Berquó del Rio, provedor da Fazenda Real das Minas, dando seu parecer sobre o bom serviço de Lourenço Pereira da Silva, pelo que poderia ser nomeado tesoureiro-geral da Fazenda Real*. Vila Rica, 13/05/1722.

Não obstante este seja um número relativamente reduzido – especialmente em comparação com o de recebimento de patentes militares –, procurei encontrar algum padrão que indicasse uma relação entre a ocupação nos postos da câmara e em outras colocações administrativas. Para isso, considere o primeiro posto ocupado pelo sujeito na câmara, ou seja, ainda que um indivíduo tenha sido eleito para outros cargos camarários, será considerada apenas a primeira ocupação.⁴ O resultado pode ser avaliado na tabela abaixo:

Tabela 1: Oficiais camarários que ocuparam outros postos na administração

Antes da Câmara	Depois da Câmara	Indefinido	Total
17	9	5	31
54,84%	29,03%	16,13%	100%

Fonte: Fontes manuscritas do AHU e provisões presentes nos códices 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

A partir da tabela acima se pode averiguar que dos 31 indivíduos 17 deles, ou 54,84%, ocuparam previamente postos administrativos antes de passarem pela câmara. Em detalhe, destes 17 homens dois tiveram como primeira ocupação na câmara o posto de escrivão, três de procurador, dez de vereador e dois de juiz ordinário. Em virtude da variedade dos postos da administração, apontarei algumas das trajetórias dos homens da República, a começar pelos indivíduos que foram vereadores.

Em 1727, Antônio de Araújo Guimarães foi eleito vereador. Dois anos mais tarde seguia seu segundo mandato. Antes de ocupar a câmara, porém, Eugênio Freire de Andrade, superintendente da Casa da Moeda e fundição, dava conta, em 1726, que Antônio de Araújo havia sido nomeado por D. Lourenço de Almeida como capitão dos moedeiros da dita Casa.⁵ De acordo com Margarida Ortigão Paes Leme, os moedeiros constituíam uma privilegiada classe no Reino.⁶

Francisco Pereira da Silva foi eleito vereador em 1729 por eleição de barrete.⁷ Em 1718, D. Pedro Miguel de Almeida o nomeou como *provedor dos direitos que pagam os negros que entram da Bahia para as Minas por tempo de seis meses*.⁸ Muitos anos mais tarde, em 1756, o governador José Antônio Freire de Andrade deu conta de que se levantou seqüestro a Francisco da Silva, quem tinha arrematado o contrato de entrada das Minas.⁹

Lourenço Pereira da Silva ocupou postos na câmara em três oportunidades. Nas duas primeiras, 1724 e 1730, ocupou o posto de vereador. Na terceira delas, em 1736, tornou à câmara como juiz ordinário. Muito antes, porém, foi provido no posto de escrivão dos quintos por D. Pedro Miguel de Almeida, em 1718.¹⁰ Pelos idos de 1722, o provedor da Fazenda Real, Antônio Berquó Del Rio, deu conta ao Rei dos bons serviços prestados por Lourenço Pereira como caixa dos contratos dos dízimos reais de toda 'Minas do Ouro', afirmando que era *homem de toda conta e verdade*, pelo que pedia ao Rei a nomeação de Lourenço Pereira na função de tesoureiro da Fazenda Real.¹¹ A nomeação de Lourenço Pereira coube a D. Lourenço de Almeida o qual, seguindo o parecer do provedor da Fazenda Real e do superintendente da Casa de Fundição e Moeda, arbitrou o ordenado anual de 800\$000 réis. O Conselho Ultramarino, mais ponderado, determinou que tal ordenado fosse reduzido para 400\$000 réis por ano.¹²

Em requerimento de Lourenço Pereira da Silva de 1729, lê-se que além de suas funções como tesoureiro-geral da Fazenda Real, acumulava

12

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 04, doc. 04. *CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de Lourenço Pereira da Silva, no posto de tesoureiro-geral da Fazenda Real*. Lisboa, 18/02/1723.

13

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 14, doc. 62. *CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando seu parecer sobre o bom desempenho de Lourenço Pereira da Silva, no cargo de tesoureiro da Fazenda Real*. Vila Rica, 21/07/1729.

14

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p.15.

15

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 07, fl. 120v. *PROVISÃO passada a Pedro Rosa de Abreu para ocupar o ofício de tabelião da nova vila de Ribeirão do Carmo*. Vila Rica, 09/06/1711.

16

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 08, fl. S/ pg. *CARTA patente passada por D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a Pedro Rosa de Abreu*. Campo da Boa Vista, 06/10/1711.

17

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Op.Cit., p.15.

18

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 10, doc. 46. *CARTA patente de D. João V, confirmando Pedro Rosa de Abreu no posto de sargento-mor da Comarca de Vila Rica*. Lisboa, 21/03/1727.

19

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 13, doc. 26. *CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de Tomé Ferreira da Cruz para o posto de escrivão dos órfãos de Vila Rica*. Lisboa, 23/09/1728.

as funções de *tesoureiro dos novos direitos e terças partes de todos os ofícios e almoxarife pagador das tropas e executor da mesma Real Fazenda* necessitando, por isso, de um ajudante. Tal requerimento vem novamente acompanhado de asseverações de bons serviços por parte de D. Lourenço de Almeida e Antônio Berquó Del Rio.¹³

Possivelmente a ocupação de tesouraria, provedoria, guarda-moria e outros postos, tais como apreciados acima, contribuiu na colocação destes homens entre os elegíveis para a câmara de Vila Rica. Alguns dos indivíduos, os quais serão apresentados a seguir, também ocuparam postos na administração antes de serem eleitos para a câmara. Contudo, além de postos na administração, receberam patentes militares, pré-ocupação de cargos camarários. Vamos a eles.

De origem reinol, um dos primeiros povoadores nas Minas, envolvido com atividade de mineração,¹⁴ Pedro Rosa de Abreu foi eleito vereador em 1723. Em junho de 1711, foi nomeado por D. Albuquerque para servir no ofício remunerado de tabelião do Público Judicial e Notas na recém criada Vila de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e Albuquerque.¹⁵ Quatro meses mais tarde, o mesmo governador o proveu com a patente de agente supra-numericário do Terço da Infantaria paga de Minas, erguido em decorrência da invasão francesa naquele ano. O governador também deu conta que ao passar às Minas para sossegar levantes foi acompanhado por Pedro da Rosa, quem antes sentara praça como soldado da Guarnição do Terço Velho no Rio de Janeiro.¹⁶

Em 1727, um ano antes de sua morte,¹⁷ Pedro Rosa contou com mais um agraciamento: em carta de D. João V, ele teve sua patente de sargento-mor, passada por D. Lourenço de Almeida, confirmada. Para além, o Rei informou ainda que Pedro havia servido antes como capitão da Infantaria do Terço dos Auxiliares de Vila de Nossa Senhora do Carmo.¹⁸

Tomé Ferreira da Cruz, eleito procurador em 1731 e vereador em 1732, exerceu o posto de escrivão dos órfãos de 1728 a 1731. Por esses idos encontrava-se encarregado da provedoria da Real Fazenda de acordo com a designação feita pelo então governador D. Lourenço de Almeida, segundo a qual Tomé Ferreira deveria proceder na *limpeza do ouro dos quintos de Vossa Majestade e mais contratos por ser o único nesta matéria de mais fidelidade em cujo recebimento tinha a Real Fazenda um considerável perigo*. Não obstante os encargos da assistência prestada à Provedoria, Tomé Ferreira ocupou-se desta tarefa por cerca de três anos, sem que por isso fosse remunerado.¹⁹ Para além de sua atuação na Provedoria, antes de passar às Minas, Tomé Ferreira serviu por quatro anos como praça de soldado Infante na cidade do Rio de Janeiro no Terço da Nova Colônia, *onde procedeu com muita honra, sendo muito obediente as ordens dos seus oficiais maiores*.

Uma vez instalado nas terras do ouro, participou de importantes diligências, dentre as quais o auxílio ao conde de Assumar por ocasião da revolta de 1720. De acordo com uma carta patente passada por D. Lourenço de Almeida por esses mesmos idos, Tomé Ferreira aquartelou os oficiais e soldados das Tropas de Dragões *tendo nisto grande trabalho e despesa de sua fazenda*. O governador ressaltou ainda a diligência de Tomé Ferreira na época em que serviu na câmara de Vila Rica com respeito a entrega dos Reais donativos – no valor de 21.700 oitavas, 28:644\$000 –, e concernente à construção dos quartéis para as Tropas de Dragões. Acerca da edificação dos quartéis, o governador assinalou que *por causa dele* (Tomé Ferreira da

20

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx.25, doc. 01. *REQUERIMENTO de Tomé Ferreira da Cruz, capitão de Ordenança de uma companhia do bairro e distrito de Antônio Dias, sito nas Minas, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar na serventia do referido postos.* 01/09/A733.

21

Acerca das condições da governabilidade conferir KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. As condições da governabilidade: um refinado jogo de interesses na América Lusa da primeira metade do século XVIII. *LPH: Revisa de História*, anos 14-15, 2004-2005, e KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. De volta às condições da governabilidade, na busca de um equilíbrio: notas acerca da sociedade mineira. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 7, n. 2, 2005.

22

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 23, doc. 37. *REQUERIMENTO de Estevão de Sousa Sandoval, pedindo provisão para servir no ofício de escrivão dos órfãos de Vila Rica.* 09/05/A733.

23

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 38, doc. 29. *REQUERIMENTO de Estevão de Sousa Sandoval, escrivão dos órfãos de Vila Rica, solicitando sua prorrogação no exercício do referido ofício por mais um ano.* 05/10/A739.

24

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 29, doc. 78. *REQUERIMENTO de Estevão de Sousa Sandoval, pedindo sua confirmação no posto de capitão da Companhia das Ordenanças da freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.* 07/06/A735 e Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 15, fl. 140. *CARTA patente passada pelo governador André de Melo e Castro a Estevão de Sousa Sandoval.* Vila Rica, 24/10/1734.

25

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 32, doc. 34. *CERTIDÃO dos juizes, vereadores e procuradores do Senado da Câmara de Vila Rica, confirmando os bons serviços do capitão Estevão de Sousa Sandoval, no ofício de escrivão dos órfãos de Vila Rica.* Vila Rica, 04/08/1736.

Cruz) *se acham findo e já aquartelados nela os mesmos soldados.* Em 1732, por todos estes feitos o governador o provia no posto de capitão das Ordenanças na freguesia de Antônio Dias, termo de Vila Rica.²⁰

Dos dez vereadores que ocuparam cargos na administração antes de passarem pela câmara, seis deles não obtiveram patentes militares em tempo anterior à sua eleição. Dentre esses seis, somente um tornou a ocupar novamente a câmara. Este foi o caso de Antônio de Araújo Guimarães, vereador em 1727 e 1729. Por outro lado, verifica-se entre os quatro restantes – para os quais, além da ocupação de postos na administração, houve o agraciamento com patentes militares –, todos tornaram à câmara mais de uma vez, e como juizes ordinários.

Assim sendo, não obstante o peso que os postos na administração possam ter exercido no momento da escolha dos elegíveis aos cargos de vereador na câmara, parece-me que ser provido com uma patente militar conferia melhores chances de ocupação de postos na administração. Tal perspectiva ganha força se lembrado o baixo percentual dos homens que serviram em postos da administração antes de passarem à câmara. Esses indivíduos corresponderam a 28,70% do total dos homens por mim pesquisados, ao passo que a porcentagem de sujeitos que obtiveram patentes militares antes de atuarem na câmara foi, conforme veremos, de 59,46%.

Nesse sentido, creio ser possível aventar a hipótese segundo a qual ao longo do período estudado prescindiu-se da experiência administrativa para que à frente da câmara estivessem sujeitos detentores de patentes militares com capacidade de mando.²¹ Daí os homens da administração não tornarem ao governo da câmara, pois se dava primazia àqueles cujo mando fosse reconhecido por meio de sua colocação militar, participação em diligências militares e o uso de seus escravos armados, ou seja, em função da autoridade por eles exercida, e reconhecida, na sociedade. Em outras palavras, o perfil de ocupação dos cargos camarários estava em perfeita sintonia com o contexto inicial da sociedade mineira setecentista, profundamente marcado por motins, revoltas e distúrbios de toda sorte. Nesse sentido, a ocupação dos postos camarários, sobretudo por indivíduos com perfil militar, poderia estar relacionada com a ordenação da vila e com a tentativa de conter motins.

Os dois casos a seguir juntam-se ao dos oficiais da câmara agraciados com patentes militares e ocupantes de postos na administração antes de serem eleitos em postos camarários. Contudo, referem-se a dois sujeitos eleitos para os postos de procurador e juiz ordinário.

Estevão de Sousa Sandoval foi eleito procurador em 1735. Pelo menos desde 1732, ele servia como meirinho do campo em Vila de Nossa Senhora do Carmo sendo que, no ano seguinte, recebeu provisão para atuar no posto de escrivão dos órfãos em Vila Rica,²² cargo que exerceu no mínimo até 1739.²³ Em carta patente de 1734, passada por André de Melo e Castro, foi provido no posto de capitão das Ordenanças de Ouro Preto. O governador assinalou que Estevão de Sousa já havia servido como alferes na mesma companhia e como almotacé na câmara de Vila Rica.²⁴ Em 1736, Estevão de Sousa foi eleito mais uma vez pelos oficiais camarários no posto de almotacé, além de ficar responsável pela cobrança dos foros.²⁵

Francisco Pereira Neto foi eleito para servir como procurador no ano de 1736, logo após Estevão de Sousa Sandoval e, no ano seguinte, assumiu o posto de vereador. Muito antes, Francisco Pereira recebeu duas provisões de D. Brás Baltazar da Silveira para atuar na função de tabelião de notas,

26

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 68. *PROVISÃO passada por d. Brás Baltazar da Silveira a Francisco da Silva Neto para servir no ofício de tabelião e notas.* 20/12/1713 e Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 162. *PROVISÃO passada por d. Brás Baltazar da Silveira a Francisco da Silva Neto.* 07/01/1715.

27

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 115. *CARTA patente passada por d. Brás Baltazar da Silveira a Francisco da Silva Neto.* 06/04/1714.

28

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 07, fl. 122. *CARTA patente passada por D. Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho a Pascoal da Silva Guimarães do posto de mestre-de-campo dos terços auxiliares.* Ribeirão do Carmo, 02/06/1711; Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 78. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Pascoal da Silva Guimarães.* Vila Rica, 12/01/1714 e Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, 34V. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Pascoal da Silva Guimarães.* Vila de Nossa Senhora do Carmo, 03/01/1718.

29

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 41. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a José Correia Lima.* 03/04/1718; Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 65v. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a José Correia Lima.* 03/10/1718 e Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 84. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a José Correia Lima.* Vila de Nossa Senhora do Carmo, 09/07/1720. Acerca da ocupação do cargo em 1721, conferir <http://www.ouropreto-ourtownorld.jor.Br/cmop%2017.htm>.

30

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, 195. *PROVISÃO passada a José Correia Lima.* 06/02/1716 e Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 245. *PROVISÃO passada por D. Brás Baltazar da Silveira a José Correia Lima.* 20/05/1717.

31

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 43v. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a José Correia Lima.* 30/04/1718 e Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 65v. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a José Correia Lima.* 03/10/1718

32

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 116. *PROVISÃO passada por D. Brás Baltazar da Silveira a José da Silveira de Miranda para servir no ofício de escrivão das execuções de São João del Rei.* Vila de Nossa Senhora do Carmo, 12/04/1714.

33

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 145. *PROVISÃO passada por D. Brás Baltazar da Silveira a José da Silveira de Miranda para servir no ofício de escrivão da Câmara de São João del Rei.* 12/09/1714 e Arquivo Público Mineiro,

uma de 1713 e a outra de 1715.²⁶ Neste entremeio, o governador o proveu, em 1714, com a patente de capitão de uma Companhia de Ordenança de Itatiaia.²⁷

Pascoal da Silva Guimarães foi eleito para o posto de juiz ordinário em 1720. Pascoal da Silva, além de tratar-se de um poderoso potentado possuidor de bens de raiz e escravos, atuou em várias diligências militares e detinha importantes patentes militares. Para além desses elementos, dos quais contava antes de ser eleito para o cargo de juiz ordinário, destaca-se sua nomeação por parte dos três primeiros governadores como superintendente do distrito de Vila Rica, ou seja, nas ocasiões em que os governadores encontravam-se ausentes, o governo de Vila Rica estava a cargo de Pascoal da Silva Guimarães.²⁸ Os dois últimos oficiais a serem tratados dentro do grupo dos camaristas, os quais ocuparam postos na administração antes de passarem pela câmara, são os escrivães.

José Correia Lima, antes de passar pela câmara de Vila Rica como escrivão entre os anos de 1718 a 1721,²⁹ ocupou, em 1716 e 1717, a escrivania da câmara de Vila do Carmo³⁰. Na mesma ocasião em que ocupou o posto de escrivão da câmara vila-riquense, foi provido por D. Pedro Miguel para servir também no posto de escrivão dos quintos e, alguns meses depois, de escrivão dos órfãos, ambos na mesma vila.³¹

Em 1714 José da Silveira de Miranda foi provido no ofício de escrivão das execuções em São João Del Rei, comarca de Rio das Mortes.³² No mesmo ano, foi nomeado escrivão da câmara na mesma vila, posto esse que provavelmente serviu até 1717, mediante provisão de D. Brás Baltazar. Em 1717, José da Silveira de Miranda serviu como escrivão das execuções e da câmara de São João Del Rei.³³ De 1720 a 1727, serviu no posto de escrivão da câmara de Vila Rica,³⁴ sendo nomeado para servir no encargo de tabelião em Rio das Velhas em 1727.³⁵

Avaliando o posto de escrivão da câmara no reino, Teresa Fonseca assinala não ser incomum que esses oficiais acumulassem, simultaneamente, o ofício de escrivania em outros setores públicos. De acordo com a autora, tal se dava mesmo em localidades de maior importância, onde a falta de pessoas disponíveis para a ocupação do cargo não era um problema. Nesse sentido, a autora aponta que em lugar de uma racionalidade administrativa, optava-se pelo *critério do privilégio*, em virtude do prestígio dispensado àqueles que ocupavam o posto de escrivão.³⁶ Ademais, de acordo com Maria de Fátima Machado, por tomar conhecimento de todos os assuntos discutidos e de todas as documentações, o posto de escrivão constituía-se em um cargo de confiança.³⁷

Não foi possível avaliar em que medida o acúmulo de cargos refletiu no prestígio dos homens que serviram como escrivães, mas certamente a falta de pessoas capazes e a confiança depositada nesses homens contaram para a recorrência dos mesmos nesses cargos. Esse parece ter sido o caso de José da Silveira de Miranda. No ano de 1724, os oficiais da câmara de Vila Rica solicitaram a conservação de José da Silveira no posto de escrivão *por ser sua inteligência prática a que tem dado legitimo conhecimento tanto a melhor forma da arrecadação dos Reais quintos, como para o mais pertinente ao seu ofício.*³⁸ Em 1725, os mesmos oficiais atuantes no ano anterior emitiram uma certidão asseverando os bons serviços de José da Silveira, declarando que o escrivão executava todas as ordens com *segredo e justiça.*³⁹

Seção Colonial, 09, fl.246. *PROVISÃO passada por D. Brás Baltazar da Silveira a José da Silveira de Miranda*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 20/05/1717. É possível que já exercesse o posto desde 1713, pois em um requerimento em que solicita provisão para servir como escrivão da câmara de Vila Rica, José da Silveira declarou ter servido em uma câmara no Rio das Mortes durante o governo de D. Brás Baltazar, cuja chegada data de 1713. A esse respeito conferir AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 06, doc. 31. *REQUERIMENTO de José da Silveira de Miranda, escrivão da Câmara de Vila Rica, solicitando a prorrogação, pelo tempo de três anos, do seu exercício no referido posto*. 23/04/A725.

34

Para os anos de 1720 a 1724, conferir AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / MG, cx. 02, doc. 88. *REQUERIMENTO de José da Silveira de Miranda, solicitando a D. João Ihe faça a mercê de o prover no cargo de escrivão da Câmara de Vila Rica*. 02/12/A720 e AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 06, doc. 31. *REQUERIMENTO de José da Silveira de Miranda, escrivão da Câmara de Vila Rica, solicitando a prorrogação, pelo tempo de três anos, do seu exercício no referido posto*. 23/04/A725, conferir <http://www.ouopreto-ourtownorld.jor.Br/cmpop%2017.htm>.

35

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 10, doc. 06. *REQUERIMENTO de José da Silveira de Miranda, escrivão da Câmara de Vila Rica, solicitando o posto de tabelião de Vila Rica, comarca do Rio das Velhas*. 13/01/A727.

36

FONSECA, Teresa. O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas. In: CUNHA, Mafalda Soares da & FONSECA, Teresa (Orgs.). *Os municípios no Portugal moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS – EU, 2005. p.79-80.

37

MACHADO, Maria de Fátima. *O central e o local: a vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p.43.

38

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 05, doc. 78. *REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara de Vila Rica, solicitando a prorrogação no exercício do posto de escrivão daquela Câmara de José da Silveira de Miranda*. Vila Rica, 26/08/1724.

39

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 06, doc. 31. *REQUERIMENTO de José da Silveira de Miranda, escrivão da Câmara de Vila Rica, solicitando a prorrogação, pelo tempo de três anos, do seu exercício no referido posto*. 23/04/A725.

40

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 41, doc. 25. *PARECER do Conselho Ultramarino, informando D. João V que Antônio da Silva Porto, provido na serventia de escrivão dos órfãos de Vila Rica, por três anos, se achava também provido como escrivão da Fazenda*

1.2. A ocupação de outros postos administrativos após a passagem pela câmara

Tornando à tabela 1, verifica-se que dentre os 31 homens que ocuparam postos na câmara, nove deles, ou 29,03%, atuaram, depois disso, em outros postos da administração. Em decorrência deste número ser ainda mais reduzido do que aquele concernente aos indivíduos que atuaram na administração antes de passarem à câmara – o que torna ainda mais difícil a identificação de padrões –, partamos novamente para um olhar mais pormenorizado acerca de alguns desses sujeitos.

Antônio da Silva Porto ocupou o posto de vereador em 1734. Anos depois, em 1741, quando se tornou escrivão dos órfãos de Vila Rica, achava-se provido no posto de escrivão da Fazenda e Matrícula do Rio de Janeiro⁴⁰ e, pouco mais tarde, em 1745, escrivão das execuções em Vila do Carmo.⁴¹ Em comparação com os casos anteriores, a situação de Antônio da Silva Porto causa algum estranhamento. Como visto anteriormente, entre os dez homens que ocuparam o posto de vereador, seis deles obtiveram ao menos um cargo na administração antes de serem eleitos. Para quatro deles, suas patentes militares parece ter contado pontos na hora de serem colocados entre os elegíveis. No que tange aos escrivães, observou-se um grande acúmulo de cargos na escrivania, apontando para uma maior solicitação daqueles homens em decorrência da capacidade e confiança depositada nos mesmos.

Contudo, no caso de Antônio da Silva não concorreram postos militares nem a solicitação de sua pessoa na ocupação de vários cargos ou qualquer provimento de mercê que o colocasse em condições privilegiada para o exercício do cargo de vereador na câmara. Nesse episódio, o diferencial de Antônio da Silva Porto parece ter ficado a cargo de sua posição econômica.

Tal como apontado anteriormente, Antônio da Silva pagou donativos correspondentes a 1:100\$000 e 4:300\$000 para ocupar os postos de escrivania dos órfãos e das execuções, respectivamente. Dessa forma – e conquanto o acesso ao inventário de Antônio da Silva não tenha sido possível –, é crível supor que se tratasse de um homem abastado e, por isso mesmo, não só capaz de pagar os donativos para estes cargos de escrivão, como apto a estar entre os elegíveis da câmara.

Manoel Antunes de Azevedo ocupou o posto de juiz ordinário em 1714 e, somente quatro anos mais tarde, o cargo de escrivão dos quintos.⁴² Todavia, para além de uma sesmaria doada por D. Albuquerque Coelho de Carvalho em 1711, é possível que Manoel Antunes detivesse outros atributos que o colocassem em condições de ocupar o cargo de juiz ordinário. Quando em carta patente passada antes de 1717 D. Brás Baltazar proveu Manoel Antunes no posto de capitão-mor das Ordenanças do Rio Pardo, o governador se referia a ele como tenente-coronel da Cavalaria de Ordenança de Vila Rica.⁴³ Sendo esta uma patente com colocação bastante elevada, é plausível pensar que Manuel recebera outras patentes antes disso ou ainda tivesse realizado feitos valorosos os quais concorressem para a sua nomeação em tal posto.

Por fim, Manoel Gomes da Silva, passou pela câmara em três ocasiões: como vereador em 1717, juiz ordinário em 1718 e novamente juiz em 1721. Em 1718, foi nomeado na provedoria dos quintos na freguesia de Ouro Preto. Contudo, antes de se tornar vereador, Manoel Gomes já servia no posto de capitão de uma Companhia de Auxiliares do distrito de Vila Rica

e Matrícula do Rio de Janeiro e de que o mesmo fora culpado em erros no desempenho do ofício de escrivão da Ouvidoria de Vila Rica. Lisboa, 06/02/1741.

41

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 45, doc. 28. *DECRETO de D. João V, nomeando Antônio da Silva Porto na serventia de escrivão das Execuções do Carmo, por 3 anos, com faculdade de nomear serventuário.* Lisboa, 14/04/1745.

42

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 43v. *PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a João Peres Souto no posto de escrivão dos quintos de que é provedor Manoel Antunes de Azevedo.* 30/04/1718.

43

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 222v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Manoel Antunes de Azevedo.* A717.

44

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 247v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Manoel Gomes da Silva.* Vila de Nossa Senhora do Carmo, 31/05/1717.

45

A organização militar lusitana estava dividida em três tipos de tropas: a paga ou regular, a de auxiliares e a de ordenança. A chamada tropa paga, regular, ou de primeira linha, foi criada em 1640, constituindo-se na única força militar profissional portuguesa e remunerada pela Real Fazenda. O comando dessas tropas deveria ficar a cargo de fidalgos segundo nomeação régia. Ao menos a princípio, seus oficiais e soldados deveriam dedicar-se exclusivamente às atividades militares, assim como cumprirem com treinamento militar. COSTA, Ana Paula Pereira. *A atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade.* Vila Rica, (1735-1770). 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.17. Essa força militar foi instalada nas Minas em 1719, a pedido do governador D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. COTTA, Francis Albert. *Organização militar.* In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna (org.). *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.218-219. A segunda instância dentro da estrutura militar lusitana era a tropa de auxiliares. Tendo sido criada em 1641, essa milícia não era remunerada por seus serviços e a atuação na mesma se fazia obrigatória entre os civis. Em tese, deveriam prestar suporte às tropas pagas, operar em casos de invasão externa e deslocar-se conforme necessário. Na prática, muitas vezes atuaram em diligências internas à capitania. Os postos mais altos entre os auxiliares eram o de coronel, de tenente-coronel, de sargento-mor, de capitão, de ajudante, de tenente e de alferes. Embora devessem cumprir com treinamento militar e estarem prontos para apoiar ou mesmo substituir as tropas pagas,

e, em 1717, fora provido com a patente de sargento-mor do Regimento da Cavalaria da Ordenança da mesma vila.⁴⁴ Conforme apontado anteriormente, a ocupação de postos militares podia fazer a diferença na hora de integrar a lista de elegíveis.

A separação dos indivíduos que ocuparam postos na administração entre aqueles que o fizeram antes e depois de passar pela câmara levou a observação de três aspectos: o primeiro deles diz respeito à proposta inicial pela qual se pretendia verificar a maior ou menor importância da ocupação de postos na república para o serviço na câmara e, ao inverso, a relevância do posto camarário no sentido de garantir que o sujeito fosse empregado em outros serviços na administração.

Dessa forma, o próprio número de sujeitos em cada um dos grupos é um importante elemento a ser considerado: dos 31 homens que tiveram ocupações na administração, 54,83% deles o fizeram antes de passar pela câmara. Tal número indica que a ocupação de postos na administração era um elemento a ser considerado ao se colocar um dado sujeito entre os elegíveis. Por outro lado, o número mais reduzido de homens que tiveram acesso à administração após a passagem pela câmara aponta para uma menor influência exercida pelos postos camarários para o exercício de outras atividades.

O segundo aspecto diz respeito à presença de militares entre os homens que passaram pela administração. No primeiro grupo, ou seja, indivíduos que antes de passarem pela câmara ocuparam outros postos administrativos, aqueles que também ocuparam postos militares não só retornaram à câmara, como alcançaram o posto mais elevado dela, qual seja, o de juiz ordinário. Com exceção apenas de Lourenço da Silva Pereira, quem serviu por duas ocasiões como vereador, o mesmo não ocorreu entre os que tinham a seu favor apenas o serviço em outros postos governativos. A partir disso, depreende-se a importância do serviço militar em comparação com a ocupação em postos na administração para estar entre os elegíveis da câmara.

Por fim, e atentando para o grupo daqueles que ocuparam postos administrativos após passar pela câmara, destacam-se alguns outros elementos diferenciais na trajetória desses sujeitos que podem estar relacionados com a passagem pela câmara: a posição econômica mais favorecida – como parece ser o caso de Antônio da Silva Porto e Luis de Sousa e Castro – e a formação como bacharel e atuação como advogado nos auditórios de Vila Rica – tal como Manoel Manso da Costa Reis. Estes são elementos que podem ter contribuído para que tais homens estivessem entre os elegíveis da câmara.

2. A atuação em postos militares

A despeito da importância do exercício de outros postos administrativos pelos homens que atuaram na câmara, o desempenho de valorosos serviços em nome de el-Rei e a detenção de patentes militares⁴⁵ foram, sem dúvida, traços marcantes entre os oficiais camarários. A forte presença de militares na câmara de Vila Rica, por certo, guarda relação com o próprio contexto mineiro neste período, uma vez que as primeiras décadas foram profundamente marcadas por perturbações e revoltas. Conforme sugerido em outra ocasião, é possível que aqueles com maior experiência administrativa fossem preteridos em lugar daqueles dotados de maior capacidade

os homens que integravam os corpos auxiliares não ficavam permanentemente atrelados às ações militares, vindo a desenvolver outras atividades em suas vidas. COSTA, Ana Paula Pereira, *op. cit.*, p.18 e COTTA, Francis Albert, *op. cit.*, p.219-220. Por fim, a terceira instância militar eram as tropas de ordenança, ou tropas irregulares. Criadas em 1549, os oficiais integrados a essas tropas não concorriam a soldo, e, diferentemente dos auxiliares, não recebiam instrução militar sistemática. Assim como os auxiliares, os oficiais de ordenança deveriam ser acionados em momento de perigo, mas de maneira diversa aos primeiros, os homens da ordenança tinham seu campo de atuação mais restrito, não devendo deslocar-se para regiões distantes da residência de seus efetivos, caracterizando-se, portanto, como uma força local. A hierarquia dos postos militares nas ordenanças estava disposta da seguinte maneira: mestre-de-campo, capitão-mor, sargento-mor, capitão e alferes. COSTA, Ana Paula Pereira, *op. cit.*, p.18, COTTA, Francis Albert, *op. cit.*, p.220 e PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p.319-320.

46

Acerca das condições da governabilidade conferir KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. As condições da governabilidade: um refinado jogo de interesses na América Lusa da primeira metade do século XVIII. *LPH: Revisa de História*, anos 14-15, 2004-2005, e KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. De volta às condições da governabilidade, na busca de um equilíbrio: notas acerca da sociedade mineira. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 7, n. 2, 2005.

47

VIDIGAL, Luis. No microcosmo social português: uma aproximação comparativa à anatomia das oligarquias camarárias no fim do Antigo Regime político (1750-1830). In: VIEIRA, Alberto (org.). *O município no Mundo Português*. Seminário Internacional. Coimbra: CHA, 1998. p.134.

48

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p.74-77.

de mando e, em decorrência disso, dotados de meio de melhor garantir as *condições da governabilidade*.

De acordo com Carlos Leonardo Kelmer Mathias, a coroa lusa – fosse por meio do vice-rei, fosse por meio do governador –, precisava angariar apoio junto aos principais homens da terra, com o fim de melhor consolidar os meios pelos quais o oficial régio assegurasse o *exercício de práticas governamentais*. Tal exercício seria possibilitado em decorrência dos recursos financeiros e, sobretudo, pelos recursos humanos – principalmente por meio de escravos armados – oferecidos por estes homens. Assim, os oficiais régios se viam muitas vezes forçados a integrar redes de poder locais dando início a uma complexa e delicada negociação – na qual a concessão de mercê cumpria o papel de buscar manter esses poderosos junto ao partido régio. Conquanto os meios de garantia da governabilidade não estivessem restritos aos detentores de patentes, os indivíduos atuantes nas forças militares – quer de ordenanças, quer de auxiliares –, tiveram notável destaque neste intento por sua capacidade de mando decorrente de suas colocações militares, participações em diligências e o uso de seus escravos armados, ou seja, em função da autoridade por eles exercida, e reconhecida, na sociedade.⁴⁶

Por outro lado, é preciso lembrar que a recorrência de militares na câmara não se restringe a Vila Rica, nem mesmo ao seu contexto. De acordo com Luis Vidigal, em Portimão, ao sul de Portugal *todos os que têm patentes das Ordenanças fazem parte da 'nobreza camarária', se bem que nem todos cheguem a vereadores*. Assim, conforme o autor, 40,5% dos oficiais camarários ocuparam postos da Ordenança. Para além, Luis Vidigal ressalta que as mais altas patentes incidiam sobre os indivíduos que ocupavam o lugar mais destacado na hierarquia camarária de Portimão.⁴⁷

Passando à câmara de Porto Alegre, na América lusa, Adriano Comissoli aponta que dentre os 69 indivíduos pesquisados que atuaram entre os anos de 1774 a 1794, 26 deles, ou 37,68%, foram agraciados com patentes militares. Detendo-se às patentes mais altas adquiridas por esses homens, o autor observou que 57,7% delas referiam-se ao posto de capitão. Buscando ressaltar a relação existente entre a ocupação de ofícios camarários com a detenção de patentes militares, o autor destacou ainda que dentre os indivíduos eleitos para a câmara por quatro ou mais ocasiões, seis tratavam-se de homens dotados de patentes militares, sendo quatro capitães e um capitão-mor (todos das Ordenanças) e um sargento do número da companhia da Nobreza.

De acordo com o autor, tal relação ganha relevo ao ter-se em conta que dentre os 125 homens que serviram na câmara de Porto Alegre entre os anos de 1767 a 1808, somente 11 ocuparam postos camarários por quatro ou mais vezes. Dessa forma, ainda que não tenha buscado perceber se a detenção de patentes militares antecedeu a ocupação dos postos camarários ou não – o que facilitaria a compreensão do quanto as patentes poderiam efetivamente influenciar na ocupação dos postos no órgão municipal –, o autor revela uma clara relação entre a detenção de postos militares, sobretudo da patente de capitão, e a atuação frente aos ofícios da câmara.⁴⁸

Ao analisar os corpos de Ordenança da comarca de Vila Rica, Ana Paula Pereira Costa percebeu, da mesma forma, uma correlação entre a ocupação de postos administrativos e da justiça e os militares. Dos 49 militares para os quais conseguiu identificar a atuação em postos admi-

COSTA, Ana Paula Pereira. *A atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1770)*. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

nistrativos e/ou judiciários, Ana Paula Costa assinalou que 61,22% deles ocuparam, igualmente, postos camarários. De acordo com a autora, dentre os vários mecanismos que os oficiais militares estudados lançaram mão para reforçar sua autoridade – os quais também abarcavam relações de parentesco e matrimoniais e o uso de escravos armados –, *a nobilitação e o exercício de um cargo ou função pública aparecem como elementos fundamentais, principalmente para aquisição e exercício da autoridade*.⁴⁹

Na primeira parte do artigo, procurei apontar a relação existente entre a ocupação de postos na governança e a atuação na câmara de Vila Rica. Para alguns daqueles casos foi possível perceber o peso exercido pela patente militar como elemento a ser considerado na escolha dos elegíveis na integração dos quadros camarários. Não obstante, tal peso pode ser mais bem visualizado tendo em mente os cargos ocupados na câmara. Vejamos a tabela 2.

Tabela 2: Relação entre os militares atuantes na câmara de Vila Rica e os postos camarários

Total de militares	Juiz ordinário	Vereador	Procurador	Escrivão	Tesoureiro
74	14	40	16	3	1
%	18,92	54,05	21,63	4,05	1,35

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

A partir da tabela acima, percebe-se que dentre os 108 homens pesquisados 74, ou 68,51% deles, obtiveram ao menos uma patente militar ao longo de suas trajetórias. Essa porcentagem é bastante superior àquela referente aos homens ocupantes de postos na administração (28,70%), assim como a presença de militares nas câmaras de Portimão e Porto Alegre – embora estas localidades também tenham apresentado um elevado número de militares entre os oficiais camarários. Não obstante, a tabela acima incita outras considerações.

Entre os que mais receberam patentes estavam os vereadores, seguidos bem de longe pelos postos de procurador e juiz ordinário. Ocupando uma parcela bastante diminuta, os postos de escrivão e tesoureiro. Isso se deve a três fatores.

O primeiro deles diz respeito à própria metodologia empregada: para a construção desta tabela foi considerado apenas o primeiro cargo ocupado na câmara. Dessa maneira, os casos nos quais os sujeitos ocuparam mais de um cargo camarário implicaram em uma distorção dos números na tabela. Tal distorção aparece fundamentalmente no que concerne aos juizes ordinários, pois, dos 16 procuradores, três tornam-se mais tarde juizes ordinários. Entre os vereadores, esse número sobe para 17. Assim, na verdade, havia entre os juizes ordinários um total de 33 militares.

O segundo aspecto a ser considerado refere-se ao número de pessoas necessárias à ocupação de cada cargo na câmara. Conforme foi visto, anualmente serviam dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador. Assim sendo, é possível que o número de pessoas necessárias à ocupação desses postos tenha interferido na quantidade de militares entre seus representantes.

Por fim, deve-se levar em conta o perfil exigido para cada ofício. Dessa maneira, o número reduzido de militares entre escrivães e tesoueiros deve-se a dois aspectos: o primeiro deles, respeita ao fato destes postos estarem no mais baixo patamar hierárquico da câmara; o segundo, refere-se

50

Acerca da negociação existente entre senhores e escravos, bem como o uso destes enquanto braço armado na manutenção e ampliação da capacidade de mando dos senhores, conferir, FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, p.46-47, 2002; FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares (Orgs.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p.138; KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. O braço armado do senhor: recursos e orientações valorativas nas relações sociais escravistas: Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. *II Simpósio Escravidão e mestiçagem: histórias comparadas*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, disponível em <http://www.escravidaoxpg.com.br/lisimposio.htm>.

51

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve econômico, 1600-1733*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

ao fato de que a ocupação dos postos requeria o incurso as letras para o cumprimento de suas obrigações junto à câmara.

Para além dos aspectos que influenciaram a conformação da tabela acima, há ainda duas outras questões acerca da presença destes militares nos ofícios camarários de Vila Rica. A primeira delas, tal como sugerido acima, diz respeito à própria capacidade de mando. Conforme será apresentado adiante, 59,46% dos militares que passaram pela câmara obtiveram suas patentes antes de ocuparem ofícios camarários. Ainda dentro deste quadro, será possível perceber um padrão de ocupação dos ditos ofícios. Consoante tal padrão, podemos notar que: 1) para a eleição nos postos de procurador e de vereador prevaleceram militares detentores da patente de capitão; 2) para o posto de juiz ordinário, a menor patente requerida era a de sargento-mor. Além das patentes, há de se destacar a participação em importantes diligências mediante o uso de escravos armados, muitas das quais ligadas à manutenção das *condições da governabilidade*. Nesse âmbito, é preciso destacar que se a noção de governabilidade sugere uma complexa negociação entre oficiais régios e membros da elite local, o uso dos escravos como braço armado em tais diligências, da mesma forma, levava a uma complexa negociação entre os senhores e seus cativos, da qual os senhores dependiam para que fosse garantido o seu poder de mando e, por conseguinte, sua autoridade frente à sociedade.⁵⁰ Nesse sentido, as participações em diligências mediante o uso de escravos armados aliavam-se ao *status* proveniente da detenção de patentes militares na qualificação dos indivíduos para estarem à frente da câmara, especialmente tendo-se em conta o conturbado contexto mineiro dos primeiros anos, marcado sobremaneira por revoltas.

A segunda delas refere-se ao fato de ser a detenção de uma patente militar uma das vias de nobilitação e, por isso, de acesso aos postos da governança. De acordo com Luís Vidigal, as Ordenações Filipinas determinavam que, para as localidades onde existisse juiz de fora, dentre os considerados nobres estavam aqueles que servissem nos postos da governança como juiz ordinário, vereador, procurador, ou mesmo almotacé. Neste caso, a ocupação do posto de almotacé poderia se constituir em uma via de acesso aos mais altos cargos da administração municipal. Para além do posto de almotacé, tanto Luís Vidigal como Joaquim Romero Magalhães destacam a importância do exercício de postos da ordenança como via de *acesso consentido* aos ofícios camarários. Considerando que o mesmo se passa em Vila Rica, é possível pensar que os homens que afluíram de diversas regiões para as Minas, visando oportunidades e meios de enriquecimento, ao buscarem formas de pertencimento ao grupo de *homens bons* tenham recorrido, sobretudo, ao recebimento de patentes militares, fosse em corpos de ordenança, fosse de auxiliares.⁵¹

Conforme veremos no tópico seguinte, a presença de militares não apenas foi ampla, mas bastante significativa entre os oficiais camarários. Tal aspecto confirma-se especialmente entre os indivíduos que obtiveram patentes militares antes de serem eleitos nos postos camarários, possibilitando entrever alguns aspectos que influenciaram no padrão de ocupação destes postos. Contudo, dentre estes aspectos não se pode contabilizar o pertencimento a uma determinada tropa. Ainda que houvesse, ao menos em tese, uma diferença do campo de atuação entre auxiliares e ordenança – o que poderia influir na maior importância dos primeiros em relação aos segundos – foi possível observar que dentre os 44 indivíduos que

receberam patentes antes de serem eleitos, 23 eram de ordenança, 11 de auxiliar, um pertencia a ambas simultaneamente, sendo que para 9 não foi possível a identificação da tropa. Não obstante essa tendência, em que há uma maior preponderância de oficiais da ordenança, é importante lembrar que independentemente da tropa a que pertenciam esses indivíduos, a atuação na câmara não esteve ligada diretamente ao pertencimento a esta ou aquela tropa, uma vez que a ocupação dos postos camarários decorreu, fundamentalmente, de aspectos relativos à atuações em diligências e à detenção de determinadas patentes militares, as quais serão melhor apreciadas a seguir.

2.1. Recebimento de patentes antes da ocupação de postos camarários

Seguindo um procedimento semelhante ao executado no item relativo à administração, realizei a análise dos oficiais que obtiveram patentes militares considerando o primeiro posto na câmara. Tal procedimento tem como fim perceber a importância de tais patentes enquanto diferencial na escolha destes homens para estarem entre os elegíveis aos ofícios camarários. Nesse sentido, observando a tabela 3 pode-se perceber a preponderância daqueles os quais receberam patentes antes de passar pelo órgão camarário.

Tabela 3: Oficiais camarários que receberam patentes antes e depois de ocupar a câmara

Total de militares	Antes da câmara	Depois da câmara	Indefinido
74	44	9	21
%	59,46	12,16	28,38

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

De acordo com a tabela acima, ainda que se adicione a parcela de homens que receberam patentes depois da câmara, com aqueles para os quais não foi possível determinar o momento do recebimento da patente em relação à ocupação da câmara, nota-se uma soma inferior aos dos homens que foram agraciados com postos militares antes de serem eleitos para ocupações camarárias. Em outras palavras, mesmo se considerássemos todos os "indefinidos" como receptores de patentes posteriormente a sua passagem pela câmara – o que totalizaria 30 sujeitos, ou 40,54% do total – esse número ainda seria inferior àqueles cuja passagem pela administração municipal somente se deu após tornarem-se militares, o que é revelador no concernente à relevância das patentes para a ocupação de postos na câmara.

Assim sendo, e me detendo à análise dos sujeitos os quais receberam patentes antes de passar à câmara, busquei perceber a ocorrência de patentes de acordo com o primeiro posto camarário assumido, como se observa abaixo:

Tabela 4: Relação entre os indivíduos que receberam patente antes de passarem pela câmara e os postos camarários por eles ocupados

Total de militares antes da câmara	Juiz ordinário	Vereador	Procurador	Escrivão	Tesoureiro
44	7	25	12	0	0
%	15,91	56,82	27,27	-	-

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

A tabela 4 indica que provavelmente havia uma maior exigência com respeito ao perfil social para se ocupar postos mais elevados na administração camarária. Se por um lado os postos de escrivão ou de tesoureiro exigiam o incurso nas letras, por outro, na ocupação dos cargos de procurador, de vereador e de juiz ordinário, o recebimento de patentes parece ter sido, em boa parte dos casos, de grande valia.

Objetivando melhor compreender a relação existente entre o recebimento de patentes militares e a ocupação dos postos da administração municipal, dividi este conjunto em quatro grupos: procuradores, vereadores, vereadores que depois passaram a juiz ordinário e juizes ordinários. Tornando ao caso dos procuradores, observa-se, conforme a tabela 5, uma preponderância de capitães entre esses oficiais.

Tabela 5: Distribuição das patentes militares entre os procuradores

Nº procuradores	Soldado Infante	Alferes	Capitão	Sargento-mor
12	1	2	7	2
%	8,33	16,67	58,33	16,67

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

A partir da tabela 5, nota-se que de acordo com o padrão encontrado entre os procuradores, por via de regra, o mínimo exigido era a patente de capitão. Não obstante três sujeitos tenham recebido patentes abaixo da de capitão – Estevão de Almeida e Francisco Ferreira Velho que aparecem com a patente de alferes e o já citado Tomé Ferreira da Cruz, com a patente de soldado infante –, aqueles que detinham as patentes de capitão e sargento-mor preponderaram. Com o fim de melhor averiguar o perfil social deste grupo, seguem algumas das trajetórias dos mesmos.

Nazário Carvalho de Azevedo, eleito procurador em 1727, foi anteriormente almotacé tendo recebido, em 1726, confirmação por parte de D. Lourenço de Almeida para continuar a servir no posto de capitão de uma companhia de ordenança de Barra do Rio das Velhas. Na carta de confirmação, o governador destacou ter feito o agraciamento na pessoa de Nazário em decorrência de sua atuação ao lado do Conde de Assumar na Revolta de 1720. Além disso, D. Lourenço aproveitou a ocasião e destacou outros feitos de Nazário. De acordo com o governador, Nazário Carvalho contribuiu com 12 oitavas de ouro – o que equivalia a 180\$000 réis – para a construção do quartel das Tropas de Dragões. E em junta feita pelo mesmo governador, na qual foi decidida a cobrança de mais 12 arrobas de ouro sobre os quintos, Nazário Carvalho de Azevedo votou favoravelmente à Fazenda Real *servindo de exemplo para os mais o seguirem*. Por ocasião de outra junta acerca da construção das Casas de Fundição e Moeda, destacou *20 negros seus que trabalharam dois dias* no desaterro dos terrenos. Por fim, acompanhou, à custa de suas fazendas, a diligência feita pelo capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira – que, como visto acima, já havia servido na câmara no posto de vereador nesse momento.⁵²

Eleito procurador em 1726, Frutuoso Barbosa Barreiros foi escrivão da almotacaria da câmara em 1714⁵³ e 1716.⁵⁴ Em 1719, D. Pedro Miguel de Almeida o proveu no posto de tenente de uma Companhia de Cavalos⁵⁵ e, no ano seguinte, para servir como capitão de uma companhia de ordenança no distrito de Antônio Dias.⁵⁶

52

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 13, doc. 28. *REQUERIMENTO de Nazário Carvalho de Azevedo, morador em Vila Rica, solicitando sua confirmação no exercício do posto de capitão de uma Companhia de Ordenança do distrito da Barra do rio das Velhas, na Comarca de Vila Rica*. 24/11/A728.

53

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 135v. *PROVISÃO passada por D. Brás Baltazar da Silveira para servir no posto de escrivão da almotacaria de Vila Rica*. 27/06/1714.

54

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09 206v. *PROVISÃO passada a Frutuoso Barbosa Barreiros*. 09/08/1716.

55

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 74. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Frutuoso Barbosa Barreiros. Vila de Nossa Senhora do Carmo*. 22/03/1719.

56

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 15, fl. 05. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal Frutuoso Barbosa Barreiros. Vila Rica*. 07/09/1720.

57

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 253v. CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Antônio Martins Lessa. Vila de Nossa Senhora do Carmo. 18/06/1717.

58

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 31-31v. CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Antônio Martins Lessa. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 27/01/1718.

59

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 16, doc. 40. REQUERIMENTO de Mateus Pereira Lima, sargento-mor da Ordenança do distrito que fica a sul do rio Guarapiranga, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. 04/02/A730.

Em 1714 e 1718, Antônio Martins Lessa foi eleito procurador. Entre os anos de 1713 e 1717, foi provido no posto de capitão de uma companhia dos auxiliares do terço de Vila Rica por D. Brás Baltazar, quem deu conta de que Antônio Martins transportou os quintos *com grande satisfação*, além de ter atuado no desmantelamento de *quilombos de negros fugidos* sob ordem de oficiais maiores, tendo-o feito *com grande valor, acerto e despesa de sua fazenda*.⁵⁷ Em 1717, D. Pedro Miguel de Almeida o proveu no posto de sargento-mor das ordenanças em Vila Rica.⁵⁸ Passados quatro anos, Antônio Martins foi eleito no cargo de juiz ordinário.

Por fim, Mateus Pereira Lima, eleito procurador da câmara em 1731, foi nomeado por D. Lourenço de Almeida em 1729 na patente de sargento-mor de um amplo território, cujo limite abarca todo o distrito que fica do Rio Guarapiranga para a parte do sul incluindo o sertão dos Coroados, Xopotó, terras dos Rios Arari, Apatipo, Lopo (sic), Doce, e mais paragens as quais se tinham descoberto e conquistas de todo o sertão do sul daqueles confins.⁵⁹

Dos 12 homens com patentes militares que foram eleitos procuradores, sete tiveram como último posto militar antes de serem eleitos para postos camarários a patente de capitão. Dois foram agraciados com a patente de sargento-mor, sendo que o único que acumulou patente de capitão e sargento-mor, Antônio Martins Lessa, foi eleito mais tarde para servir também na função de juiz ordinário.

Tais dados contribuem para um delineamento das exigências concernentes aos elegíveis ao posto de procurador. Se para os escrivães e os tesoureiros o maior peso era conferido pelo incurso nas letras, no caso dos procuradores a detenção da patente militar era um pré-requisito importante. Ademais, tendo-se em conta a última patente recebida antes da eleição é possível supor que, por via de regra, o mínimo exigido era a patente de capitão.

Dentre o grupo de vereadores, a coisa é um pouco mais complicada. O que se percebe é uma maior fluidez em relação ao tipo de patente recebida antes de passar à câmara.

Tabela 6: Arrolamento, entre os que foram somente vereadores, da última patente recebida antes da primeira ocupação de posto de vereador

Nº de Vereadores	Ajud. Supra-numerário	1º Sargento	Tenente	Capitão	Sargento-mor	Coronel
14	1	1	2	5	3	2
%	7,14	7,14	14,29	35,71	21,43	14,29

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

Neste grupo ocorreu a maior variação no tipo de patente recebida. Contudo, deve-se fazer ressalvas nos casos do ajudante supra-numerário, primeiro sargento e dos dois tenentes.

Conforme foi visto anteriormente, o ajudante supra-numerário Pedro Rosa de Abreu estava entre os primeiros povoadores, envolveu-se em atividade de mineração, atuou em outro posto administrativo, além de ser, possivelmente, abastado. Tais requisitos podem tê-lo alçado à lista daqueles com condição de ocupar o posto de vereador na câmara.

O primeiro sargento Félix de Gusmão Mendonça Bueno, assim como Pedro Rosa, estava entre os primeiros povoadores. Bandeirante paulista que chegou à região das Minas em 1698 e pertencente à família de Bartolomeu

60
Os Anhangueras, pai e filho, de mesmo nome, Baltazar da Silva Bueno, foram importantes sertanistas e descobridores das minas em Goiás. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p.90.

61
Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 08, fl. 213. CARTA patente passada por D. Antônio Albuquerque Coelho de Almeida a Félix de Gusmão Mendonça e Bueno. Campo da Boa Vista, 05/10/1711.

62
Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 300. *ORDEM de D. Brás Baltazar da Silveira a Félix de Gusmão Mendonça Bueno quanto ao cuidado com os negros fugidos*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 02/07/1714.

63
Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 148v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Félix de Gusmão Mendonça Bueno*. 20/09/1714.

64
Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Nota 17. *REGISTRO de procuração bastante*.

65
AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 19, doc. 33. *REQUERIMENTO DE Lourenço Pereira da Silva, Manoel da Rocha Braga, sargentos-mores, e Luís de Soares de Meireles, solicitando a D. Lourenço de Almeida, governador das Minas, que este se digne informar a D. João V sobre os irreprensíveis procedimentos dos suplicantes no exercício dos seus ofícios*. 30/07/A731.

66
Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 85. *CONCESSÃO por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Luís Soares Meireles*. Vila Rica, 18/07/1720.

67
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

68
AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 07, doc. 13. *REQUERIMENTO de Antônio Pimenta da Costa, capitão da Companhia de Cavalaria de Ordenança do campo das Minas, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto*. 12/09/A725.

Bueno da Silva, o segundo Anhanguera,⁶⁰ Félix de Gusmão Mendonça Bueno foi eleito vereador em 1711. Antes de chegar à região aurífera já havia sido nomeado primeiro sargento das Ordenanças. No mesmo ano em que foi eleito para a câmara, D. Antônio de Albuquerque lhe concedeu a patente de capitão de infantaria da então recém criada Companhia do Novo Terço Pago das Minas, estabelecida em decorrência da invasão francesa. Segundo o governador, concorria para o posto pessoa de *valor, e experiência do país e militar, e outro si de cabedais bastantes para suprir nos grandes gastos e despesas que sucedem fazer-se em qualquer marcha e diligência (...) nesta conquista*, pressupostos que eram reconhecidos na pessoa de Félix de Gusmão, constituinte da *principal nobreza*. Por essa mesma época, Félix também foi provido para servir como procurador da Coroa e Fazenda Real.⁶¹ Pouco antes de prover novamente Félix de Gusmão com outra patente, D. Brás Baltazar o encarregou de impedir a fuga de escravos com o auxílio de seus próprios negros na paragem de Trejuci, pelo que receberia dos proprietários seis oitavas por cada alma capturada.⁶² Em 1714, D. Brás Baltazar, referindo-se a Félix de Gusmão como cavaleiro fidalgo da Casa Real, o proveu no posto de tenente geral, patente abaixo somente do mestre-de-campo.⁶³

Luis Soares de Meireles serviu no posto de vereador em duas ocasiões, em 1729 e 1730. Em uma procuração outorgada pelo sargento-mor João dos Reis Coutinho, em 1721, Luís Soares foi registrado como tenente⁶⁴, permanecendo com a mesma patente até pelo menos 1729.⁶⁵ Em 1720, por ocasião do auxílio prestado ao conde de Assumar, ao prender, mesmo sem ordem expressa do governador, Felipe dos Santos que com 40 negros armados *forçou moradores a virem espalhados no Campo da Cachoeira*, Luis Soares foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo,⁶⁶ um importante título que conferia prestígio social.⁶⁷

Por fim, o também tenente Luís de Sousa e Castro foi eleito vereador em 1735. Tal como apontado em outra ocasião, possivelmente Luís de Sousa detinha uma condição financeira que lhe facultava meios de pertencer ao grupo de pessoas elegíveis na câmara.

Malgrado estes quatro indivíduos possuíssem patentes mais baixas, outros fatores relacionados às suas trajetórias de vida podem ter contribuído para que fossem postados entre os elegíveis aos postos da câmara. Dentre esses elementos podemos destacar a parentela com sujeitos importantes, a ocupação da terra como primeiros povoadores, a capacidade de mando aferida a partir de suas atuações frente à manutenção da governabilidade régia, a detenção de títulos que conferissem prestígio social e uma posição financeira que classificasse o indivíduo como integrante de uma dada elite econômica.

A seguir, os exemplos de indivíduos detentores das patentes de capitão e coronel têm por objetivo clarificar o perfil dos homens atuantes somente como vereadores. Reforça-se a presença de algumas características comuns aos indivíduos pertencentes a este grupo.

Antônio Pimenta da Costa, eleito vereador em 1728, foi nomeado no posto de capitão de uma companhia da ordenança do *Campo das Minas Gerais* por D. Lourenço de Almeida em 1724. Em carta patente passada pelo governador lê-se que Antônio Pimenta havia atuado *com boa satisfação (...) na cobrança dos quintos [e em] todas as mais diligências que lhe foram encarregadas*.⁶⁸ D. Lourenço o agraciou ainda com outras duas patentes

69

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 21, doc. 95. *REQUERIMENTO de Antônio Pimenta da Costa, capitão da Ordenança da freguesia e distrito dos Campos da Cachoeira, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar na serventia do referido posto.* 03/09/A732.

70

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 24, doc. 33. *REQUERIMENTO de Antônio Pimenta da Costa, coronel da cavalaria das Ordenanças do Campo de Minas Gerais, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar na serventia do referido posto.* 27/07/A733.

71

Ibidem.

72

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 19, doc. 45. *CARTA de Antônio Freire da Fonseca Osório, juiz de fora da Vila de Ribeirão de Carmo, informando a D. João V acerca das incorreções cometidas pelo juiz Luís José Ferreira de Gouvêa, no exercício de suas funções.* Vila do Carmo, 20/09/1731.

73

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 22, doc. 50. *CERTIDÃO passada por Luís José Ferreira Gouvêa, tabelião de Público Judicial e Notas de Vila Rica, atestando acerca do que levaram os ouvidores da referida Comarca, por cada condenação.* Vila Rica, 15/10/1732.

74

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 35, doc. 72. *REQUERIMENTO de José Luís Ferreira de Gouvêa, pedindo sua confirmação no posto de coronel da Cavalaria da Ordenança da Vila do Carmo e seu distrito.* 02/06/A738.

75

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 166v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a João Teixeira de Sousa.* Vila de Nossa Senhora do Carmo, 12/01/1715.

76

Para maiores informações acerca de Baltazar Lemos de Morais Navarro, conferir FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p.270.

77

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 166v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a João Teixeira de Sousa.* Vila de Nossa Senhora do Carmo, 12/01/1715.

no ano de 1731: uma de capitão da Cavalaria de Ordenança do Campo da Cachoeira⁶⁹ e outra de coronel da Cavalaria de Ordenança de Campo das Minas Gerais.⁷⁰ Especialmente na segunda carta patente, o governador apresentou alguns dos serviços prestados por Antônio Pimenta da Costa. O primeiro a ser listado por D. Lourenço foi a atuação de Antônio Pimenta ao lado do governador D. Pedro Miguel por ocasião da Revolta de 1720. Mais tarde, já em seu governo, D. Lourenço deu conta de tê-lo incumbido da prisão de dois cristãos novos segundo as ordens recebidas pelo Santo Ofício, ordens essas executadas prontamente com *muito segredo e inteligência*. D. Lourenço declarou ainda ter sido Antônio Pimenta nomeado pelos oficiais da câmara para servir como provedor dos quintos. Pela feita da realização das juntas nas quais se discutiu o estabelecimento da Casa de Moeda e Fundação *sempre se achou nelas, estimando, que se desse a execução das Reais ordens.*⁷¹

Luis José Ferreira de Gouvêa foi eleito vereador em 1731. Na mesma época, foi também juiz ordinário, mas da Vila do Carmo, cargo em que foi acusado de ter cometido alguns excessos.⁷² Em 1732, Luis José aparece como cavaleiro professo na Ordem de Cristo e tabelião de notas do Público Judicial em Vila Rica.⁷³ Em abril de 1726, D. Lourenço o proveu no posto de coronel, o que fez tendo em vista sua capacidade e por ser irmão do tenente-general João Ferreira Tavares de Gouvêa. Para além, atendendo as ordens do dito governador, Luis José prendeu dois *facinorosos* que se refugiaram nos matos de Guarapiranga *com grande trabalho e risco*. No governo de Gomes Freire de Andrade, executou outra prisão, agora de um falsificador de moedas chamado Pedro Pereira. A confirmação da patente de coronel foi dada pelo próprio Gomes Freire de Andrade em 1735.⁷⁴

Eleito vereador em 1725, e possivelmente detentor de outras patentes militares, João Teixeira de Sousa recebeu dez anos antes uma patente de coronel de um regimento de Cavalos de Ordenança do distrito de Itacambira pelas mãos de D. Brás Baltazar. Em sua carta patente, o governador destacou que João Teixeira serviu em várias diligências. Dentre elas, D. Brás destaca a expedição feita até a cidade do Rio de Janeiro em 1711.

Segundo o governador, mesmo estando doente e, em função disso, impossibilitado de acompanhar a diligência, João Teixeira mandou *escravos e armas em companhia de D. Antônio Albuquerque*. Tão logo tivesse recobrado a saúde, marchou com mais escravos seus e alguns soldados brancos ao encalço de D. Albuquerque à custa de sua fazenda.⁷⁵ O governador dá conta também de ter ordenado a Baltazar Lemos de Morais Navarro – um destacado bandeirante –⁷⁶, que marchasse rumo aos descobrimentos de esmeraldas. Quando este se viu *impossibilitado por falta de munições* foi acudido *generosamente com pólvora, chumbo, ferramentas e vestidos* por João Teixeira, *no que fez grande despesa e particular serviço a Sua Majestade*.

Por fim, o governador relatou que por ocasião do estabelecimento da câmara de Vila do Serro do Frio, João Teixeira mandou fabricar às suas custas mesas, assentos e todo o mais necessário. Ademais, mandou construir uma cadeia com troncos e ferragens *sem mais interesse que o zelo do Real serviço.*⁷⁷

Não obstante a preponderância de capitães e sargentos-mores observada para os procuradores, entre os vereadores nota-se não somente uma

maior recorrência de acúmulo de patentes, como também a superior participação em diligências militares de maior monta. Assim, não obstante haja uma similaridade em termos de patentes entre procuradores e vereadores, há entre esses últimos uma maior recorrência de feitos valorosos a serviço da Coroa, recorrentes acúmulos de patentes e outros meios de distinção os quais, pelo visto, alçaram os vereadores a uma qualidade social superior à dos procuradores.

No terceiro grupo, o de vereadores que mais tarde tornaram-se juizes ordinários, dentre as patentes recebidas imediatamente antes da ocupação do posto de vereador nenhuma estava abaixo do posto de capitão.

Tabela 7: Distribuição, entre os indivíduos atuantes como vereadores e juizes ordinários, da última patente recebida antes da primeira ocupação no posto de vereador

Nº de vereadores/juiz ordinário	Capitão	Capitão-mor	Sargento-mor
11	7	1	3
%	63,64	9,09	27,27

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

O nível social dos ofícios da câmara com base nas patentes militares parece ficar ainda mais elevado entre aqueles que, para além de vereadores, foram mais tarde juizes ordinários. Entre eles, já apontei os casos de Domingos da Rocha Ferreira e Manoel Gomes da Silva. Contudo, vale apresentar alguns outros indivíduos.

Domingos de Sousa Braga foi eleito vereador em 1720. Por duas outras ocasiões ocupou o posto de juiz ordinário, em 1724 e em 1728. Em 1718, D. Pedro Miguel o proveu com uma patente de capitão de uma Companhia dos Terços dos Auxiliares.⁷⁸ Somente muito mais tarde, em 1741, encontrei um registro de patente em que o então governador Gomes Freire de Andrade passava o posto de capitão de ordenança ocupado por Domingos de Sousa Braga a um outro fulano chamado Antônio Francisco Franca.⁷⁹

Francisco da Costa Oliveira ocupou por várias vezes cargos na câmara. Em quatro ocasiões foi vereador, nos anos de 1715, 1717, 1718 e 1723. Depois de ter ocupado por tantas vezes o posto de vereador, foi eleito para o cargo de juiz ordinário em 1726. Em 1714, um ano antes de sua primeira ocupação na câmara, recebeu duas patentes de capitão a ele passadas por D. Brás Baltazar, uma da companhia dos auxiliares no Córrego, Ouro Podre e Rio das Pedras⁸⁰ e outra em uma companhia de cavalos da ordenança em Vila Rica.⁸¹

Eleito vereador em 1721, Domingos Moreira Fernandes ocupou o posto de juiz ordinário por duas ocasiões, em 1729 e 1730. Antes de ser eleito pela primeira vez, já havia sido alferes e capitão.⁸² Em carta patente passada em 1724 por D. Lourenço, na qual o proveu no posto de capitão-mor das ordenanças dos distritos de Ouro Branco e Lavras Novas, o governador deu conta que Domingos Moreira era *homem honrado, de conhecido procedimento e abundante cabedais* e, por ter atuado a favor do Conde de Assumar em 1720, concedeu a ele tal mercê.⁸³

O reinol Manoel Dias de Meneses ocupou o posto de vereador em 1715. Em 1716, em substituição a João Carvalho da Silva, preencheu o cargo de juiz ordinário, tornando a ocupá-lo no ano seguinte. Tendo recebido

78

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 25. CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Domingos de Sousa Braga. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 03/01/1718.

79

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 41, doc. 82. REQUERIMENTO de Antônio Francisco Franca, solicitando confirmação no posto de Capitão da Ordenança de Pé de freguesia de Itatiaia, termo de Vila Rica, que vagou por ausência de Domingos de Sousa Braga. 07/11/A741.

80

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 76v. CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Francisco da Costa Oliveira. Vila Rica, 06/01/1714.

81

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 143v. CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Francisco da Costa Oliveira. 12/09/1714.

82

<http://www.ouropreto-ourtownorld.jor.Br/cmop%2017.htm>.

83

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 33, doc. 27. REQUERIMENTO de Domingos Moreira Fernandes, pedindo sua confirmação no posto de capitão-mor das Ordenanças dos distritos de Ouro Branco e Lavras-Novas. 11/04/A737.

84

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p.253.

85

Ibidem, p.197.

86

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 267. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Manoel Dias de Meneses*. Vila Rica, 10/01/1714.

87

Informação concedida por Antônio Carlos Jucá de Sampaio.

88

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 15, fl. 03v. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Caetano Álvares da Silva*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 09/12/1719.

89

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 06, doc. 67. *REQUERIMENTO de Caetano Álvares de Araújo, morador na Cachoeira, termo de Vila Rica, coronel da Cavalaria de Ordenança do Distrito de Santo Antônio da capela de Itaúbirá, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto*. 23/05/A725.

90

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 170v, 171. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Francisco Viegas Barbosa*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 03/02/1715.

91

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 77. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Francisco Viegas*. Vila Rica, 06/01/1714.

92

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 169v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Francisco Viegas*. Vila Rica, 20/01/1715.

93

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 223v. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Francisco Viegas Barbosa*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 16/04/1717.

uma patente de sargento-mor do Terço dos Auxiliares de D. Brás Baltazar, Manoel Dias destacou-se por seus feitos: em 1709 atuou na Guerra dos Emboabas; em 1711 rumou em direção ao Rio de Janeiro a fim de combater os invasores franceses; e em 1718 foi responsável pela prisão de José Gurgel do Amaral,⁸⁴ sobrinho do poderoso facinora sertanista Francisco do Amaral Gurgel quem, posteriormente, fora degolado na Bahia em 1722.⁸⁵ Em 1714, D. Brás Baltazar o nomeou para ocupar o posto de sargento-mor de um terço de auxiliares⁸⁶ e, sem data precisa, Manoel Dias foi encontrado provido no posto de coronel e senhor de engenho.⁸⁷

Em 1727, Caetano Álvares de Araújo foi eleito vereador e, no ano seguinte, ocupou a colocação de juiz ordinário. Em 1719, Caetano recebeu de D. Pedro Miguel a patente de capitão de uma Companhia de Ordenança no distrito de Cachoeira.⁸⁸ Em 1723, em carta patente de D. Lourenço, o governador não só o proveu com a patente de coronel como deu a conhecer os feitos de Caetano Álvares. De acordo com o governador, Caetano serviu *com grande satisfação* na expedição feita ao Rio de Janeiro em 1711, acompanhado de seus negros armados. Mais tarde, quando então capitão no distrito de Cachoeira, foi encarregado da cobrança dos quintos. Sendo o povo de Vila Rica acometido por sublevações em 1720, Caetano não apenas atuou ao lado do conde de Assumar como remeteu três presos pelo motim para o Rio de Janeiro.⁸⁹

Eleito vereador em 1715, Francisco Viegas Barbosa substituiu, no ano seguinte, a Leonel da Gama no posto de juiz ordinário. Suas atuações militares remontam ao final do século XVII na Nova Colônia de Sacramento, combatendo a invasão castelhana na região e servindo como soldado pago de guarnição. Ainda na Colônia de Sacramento, entre os anos de 1705 e 1709, serviu no posto de capitão de ordenança.⁹⁰

Já nas Minas do Ouro, em 1714 D. Brás Baltazar o proveu com duas patentes: uma de capitão de uma companhia de auxiliares do distrito de Itatiaia⁹¹ e outra de sargento-mor do Regimento de Cavalos do distrito de Vila Rica, sendo confirmado para o mesmo posto no ano seguinte. Segundo o governador, dentre seus valorosos serviços estava a diligência feita em direção ao Rio de Janeiro em 1711 e a arrecadação dos quintos feita em 1715.⁹² Dois anos mais tarde, D. Brás o proveu ainda com a patente de capitão-mor dos Caminhos Novos e Velhos, ficando encarregado de

mandar concertar os ditos caminhos nas partes em que as Câmaras não são obrigadas a fazê-las assim como de mandar vigiar os vizinhos e moradores dos ditos caminhos sem que nisso haja falta pelo prejuízo que segue aos passageiros e negociantes que andam pela estrada conduzindo fazendas e mantimentos para estas Minas.⁹³

A partir das tabelas 6 e 7, bem como dos casos citados, depreende-se o padrão relativo à ocupação do posto de vereador. Tal qual no caso dos procuradores, tanto para aqueles os quais ocuparam o cargo de vereador, como para aqueles que além deste ofício foram juizes ordinários, a menor patente exigida, na maior parte dos casos, era a de capitão. Se forem lembrados os casos citados acima acerca dos vereadores que mais tarde tornaram-se juizes ordinários, pode-se perceber ainda que este grupo, em comparação com os dois anteriores, não só esteve envolvido com maior freqüência em importantes diligências militares, como também acumularam mais patentes. É possível pensar que essa maior

94

http://www.ouropreto-ourtownorld.jor.Br/cmop%2017.htm.

95

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 31, doc. 58. *CARTA de Martinho de Pina e Proença, para D. João V, dando o seu parecer sobre a razão que houve para a prisão de Domingos de Abreu Lisboa e Fernando da Mota*. 20/01/P736. Acerca dessa contenda, conferir CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693 a 1737"*. 2002. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2002. p.238-329 e FIORAVANTE, Fernanda, A trajetória de vida e as estratégias do capitão Antônio Ramos dos Reis nas Minas do Ouro na primeira metade do século XVIII. *II Jornada de Estudos Históricos do PPGHIS*. Rio de Janeiro, 2006 (no prelo). p.4-5.

96

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, 210v.. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a Manoel de Freitas Ferreira*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 02/10/1716.

97

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 56. *CONFIRMAÇÃO de carta patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Manoel de Freitas Ferreira*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 02/07/1718.

98

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil / Minas Gerais, cx. 18, doc. 06. *REQUERIMENTO de Manoel de Freitas Ferreira, sargento-mor do Terço das Ordenanças de Vila Rica, solicitando a D. João V a patente de confirmação no referido posto*. 20/01/A731.

99

No Dicionário dos Bandeirantes e Sertanistas, consta um João da Silva Guimarães, sertanista, baiano, empreendedor de várias bandeiras em busca de ouro e pedras preciosas, o qual faleceu em 1765 como chefe de uma tribo indígena. Contudo, na falta de maiores provas que este João da Silva seja o mesmo João juiz ordinário nas Minas, prefiro considerar que se trata de pessoas distintas. Para maiores detalhes acerca do sertanista baiano, conferir FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p.195.

100

ATAS dos Acórdãos e Vereações da câmara de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XXV, p.122-123, 1937.

101

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 74. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a João da Silva Guimarães*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 13/03/1719.

102

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 15, fl. 68v-69. *CONFIRMAÇÃO de carta patente passada por D. João V a João da Silva Guimarães*. Lisboa, 22/09/1732.

recorrência na participação de diligências importantes – as quais estavam relacionadas com a satisfação dos interesses régios – e o acúmulo de patentes estivessem diretamente relacionados a um dado perfil assumido por aqueles aptos a ocupar não apenas o posto de vereador – que como já foi visto, parecia exigir mais dos elegíveis –, mas principalmente para a ocupação do cargo de juiz ordinário. Resta, por fim, apresentar aqueles agraciados com patentes militares antes de entrarem na câmara, tendo por sua primeira ocupação o posto de juiz ordinário, tal como pode ser acompanhado na tabela 8.

Tabela 8: Distribuição da última patente militar recebida antes da primeira ocupação de posto de juiz ordinário

Nº. Juizes Ordinários	Capitão	Capitão-mor	Sargento-mor	Tenente coronel	Mestre-de-campo
7	1	1	3	1	1
%	14,28	14,28	42,88	14,28	14,28

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

Fernando da Mota, antes de ser eleito juiz ordinário em 1735, foi provido com uma patente de sargento-mor.⁹⁴ Além dessa informação, o único registro que diz respeito a Fernando da Mota foi a contenda que tomou parte contra o governador André de Melo e Castro ao lado de outros dois oficiais da câmara, o sargento-mor e também juiz ordinário Domingos de Abreu Lisboa e o vereador Luis de Sousa e Castro.⁹⁵

Eleito juiz ordinário em 1732, Manoel de Freitas Ferreira recebeu de D. Brás Baltazar, a patente de capitão de uma companhia de cavalos em 1716,⁹⁶ a qual foi mais tarde confirmada pelo governador D. Pedro Miguel, em 1718.⁹⁷ Em 1729, D. Lourenço de Almeida o proveu no posto de sargento-mor do terço das ordenanças de Vila Rica e seu termo.⁹⁸

Na ausência do então eleito no posto de juiz ordinário João Domingues de Carvalho Santos Martins, que havia se retirado para a Bahia em 1720, João da Silva Guimarães⁹⁹ foi eleito juiz de barrete.¹⁰⁰ No ano anterior à sua eleição, foi agraciado por D. Pedro Miguel com uma patente de capitão-mor das ordenanças cuja abrangência ia do Rio das Pedras a Raposos. Tal nomeação deu-se em função de João da Silva ser, nas palavras do governador, um dos *homens mais abastados e ricos* e, por isso, capaz de assistir a regiões mais distantes.¹⁰¹

Anos mais tarde, João da Silva recebeu uma confirmação de um posto de capitão de uma companhia de ordenança do Sumidouro. Na confirmação, passada pelo rei, lê-se que João havia servido também como capitão em uma companhia de Itacolomi.¹⁰²

Um ano antes, seu pai, Pascoal da Silva Guimarães, ocupava o mesmo posto de juiz ordinário. Conforme apontado em outro momento, Pascoal, detentor de importantes patentes militares, foi nomeado superintendente de Vila Rica por três ocasiões, participou de diligências e atuou frente à manutenção da governabilidade por diversas ocasiões, além de ser detentor de amplo número de escravos e cabedais. Por certo, em decorrência de todos os aspectos que cercaram sua trajetória de vida, Pascoal da Silva Guimarães esteve entre os homens mais poderosos que passaram pela câmara de Vila Rica no período estudado.

103

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 09, fl. 256. *CARTA patente passada por D. Brás Baltazar da Silveira a João Antunes Colaço*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 02/07/1717.

104

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 43. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a João Antunes Colaço*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 22/04/1718.

105

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 15, fl. 03v-04. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Belquior dos Reis de Melo*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 04/03/1720.

106

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 12, fl. 36. *CONFIRMAÇÃO de carta patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Belquior dos Reis de Melo*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 05/04/1718.

107

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 15, fl. 03v-04. *CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Belquior dos Reis de Melo*. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 04/03/1720.

108

Ibdem.

109

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693 a 1737"*. 2002. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2002. p.270, 272 e 277.

Eleito juiz ordinário também para o ano de 1719, João Antunes Colaço foi provido por D. Brás Baltazar para servir como sargento-mor dos auxiliares no distrito de Vila de Nossa Senhora do Carmo em 1715.¹⁰³ Dois anos mais tarde, o governador seguinte, D. Pedro Miguel, proveu-o no posto de tenente-coronel do regimento da cavalaria de ordenança do distrito de Vila Nova da Rainha, recebendo confirmação do mesmo em 1718.¹⁰⁴

Em 1721, Belquior dos Reis de Melo foi eleito juiz ordinário. Porém, anteriormente a isso já havia servido na mesma câmara como almotacé. Antes de ir para as Minas, atuou na praça da Bahia nos postos de alferes e sargento das ordenanças.¹⁰⁵ Uma vez na capitania do ouro, Belquior dos Reis foi provido por D. Brás Baltazar com a patente de capitão de uma companhia dos auxiliares do distrito de Itaverava em novembro de 1716, sendo confirmada mais tarde pelo governador seguinte, em 1718.¹⁰⁶ Por volta ainda do ano de 1716, foi provido com outra patente de capitão, mas agora de ordenança e no distrito de Ouro Branco.¹⁰⁷ Em carta patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida em 1720, Belquior foi provido no posto de sargento-mor e, dentre seus feitos, o conde destacou a diligência para a qual fora destacado pela câmara de Vila Rica: Belquior dos Reis atuou na cobrança e condução dos quintos por quatro léguas acompanhado de 10 escravos seus armados. Em outra ocasião, com 10 escravos seus e mais 12 de um sargento-mor de sua companhia, Belquior adentrou os matos atrás de dois criminosos de Ouro Branco, diligência em que quase fora morto.¹⁰⁸

Dos cinco tipos de patentes acima, é a de sargento-mor a que aparece com maior freqüência. Vale destacar que eram as patentes de tenente coronel e de mestre-de-campo as duas mais elevadas dentro da hierarquia militar, respectivamente. No caso dos sujeitos os quais tiveram por primeira ocupação na câmara o posto de juiz ordinário – o mais alto na hierarquia camarária – a exigência no que respeita a patente é maior em relação a todos os grupos anteriores. Se recorrermos à freqüência acumulativa tendo como ponto de partida a patente de sargento-mor – a qual parece corresponder ao quesito mínimo no concernente à patente militar para este grupo –, chega-se ao percentual de 71,43% dos casos. Em outras palavras, do acima exposto, nota-se que de acordo com o padrão encontrado concernente aos sujeitos que tiveram por primeira ocupação camarária o posto de juiz ordinário, o mínimo exigido em termos de patente militar era o posto de sargento-mor. Tal constatação torna-se ainda mais reforçada caso tenhamos em conta que os detentores dos postos de capitão e capitão-mor foram casos excepcionais.

O capitão Sebastião Barbosa Prado, como dito anteriormente, foi eleito em 1725. No ano de 1721, Sebastião arrematou o contrato dos Caminhos dos Currais por 25 arrobas de ouro – o que equivalia a 153:600\$000 – e dos Dízimos no Rio das Velhas por 7 arrobas e 16 libras – correspondente a 46:039\$680. Dessa forma, poderia ser destacado que Sebastião Barbosa Prado tratava-se de um importante membro da elite econômica local. Contudo, e conforme Maria Verônica Campos, Sebastião Barbosa não era verdadeiramente um homem de posses, mas sim um dos integrantes da rede de D. Lourenço de Almeida, sendo então um provável testa-de-ferro do governador.¹⁰⁹ Se isso for verdade, é possível que a ligação entre Sebastião e D. Lourenço tenha exercido alguma influência no momento em que foi colocado entre os elegíveis ao posto de juiz ordinário.

110

Acerca do caráter sumário da eleição de barrete, conferir PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p.323.

Já no caso do capitão-mor João da Silva Guimarães, há de se destacar que era filho de Pascoal da Silva Guimarães o qual, em 1719, ou seja, no ano anterior a João, também foi juiz ordinário. Possivelmente o parentesco entre João e Pascoal influenciou na eleição do primeiro para o posto de juiz ordinário, não só pelo que a pessoa de Pascoal da Silva representava nesta sociedade, como pelas relações sociais por ele engendradas, as quais poderiam ter sido cruciais na hora da escolha de João da Silva – principalmente tendo-se em conta que João foi eleito por barrete, uma eleição de caráter mais sumário na qual o eleito era escolhido pelos próprios membros da câmara.¹¹⁰

Dessa forma, do acima exposto depreende-se que a ocupação dos postos mais altos da câmara requeria a posse de um determinado nível de patentes militares, o que reflete na detenção de, no mínimo, a patente de capitão entre procuradores e vereadores e de sargento-mor para juizes ordinários. Tal padrão, como sugerido em outra ocasião, refere-se a duas circunstâncias: uma delas dizia respeito à própria qualidade do indivíduo. Nesse sentido, deter um posto militar poderia advogar em favor da qualidade do indivíduo, tornando-o apto a ocupar os mais altos cargos da administração municipal. A segunda relaciona-se com o próprio contexto mineiro: em uma sociedade marcada por constantes perturbações era necessário manter à frente de seu governo homens que detivessem capacidade de mando e, em decorrência disso, tivessem sua autoridade reconhecida perante a sociedade. Assim sendo, a escolha de ocupantes dos mais altos postos administrativos na câmara era feita, preferencialmente, tendo-se em conta não a experiência administrativa, mas sim a atuação em postos militares, ou seja, homens que tivessem uma maior capacidade do exercício do mando pela participação de diligências e uso de escravos armados. Tal aspecto é reforçado pela maior presença de feitos militares frente à garantia das condições de governabilidade entre os que foram vereadores e/ou juizes ordinários.

Recebido para publicação em abril de 2008
Aprovado em outubro de 2008

A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e Ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas

The *Nova e Curiosa Relação* (1764):
Slavery and Enlightenment in
Portugal during the Marquis of
Pombal's Governmental Reforms

Tâmis Parron

Mestrando em História pela
Universidade de São Paulo¹

Resumo

O presente artigo analisa o panfleto anônimo lançado em Portugal no ano de 1764 com o título *Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado, ou evidencias da razão; expostas a favor dos Homens Pretos em hum dialogo entre hum letrado, e hum Mineiro*. Pouco apreciada na historiografia, a obra encena retoricamente duas concepções intelectuais distintas da escravidão negra: enquanto uma sintetiza argumentos que circulavam desde o início da época das conquistas, como a maldição de Cam, a influência do sol sobre a cor de pele e o título da guerra justa, a outra qualifica tais visões de condenáveis e antiquadas, propondo novas maneiras de compreender o cativo negro. Ao final, o artigo procura entender a *Nova e Curiosa Relação* como diálogo cultural com medidas pombalinas que ampliavam a concessão dos direitos civis a povos não europeus e faz uma breve comparação das transformações por que passavam as concepções do cativo no império português com as que ocorriam no império britânico, realçando diferenças e semelhanças que atuavam poderosamente nas crises institucionais dos respectivos impérios.

Abstract

This article offers an analysis of an pamphlet that was anonymously published in Portugal, in 1764, under the title *Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado, ou evidencias da razão; expostas a favor dos Homens Pretos em hum dialogo entre hum letrado, e hum Mineiro*. This work, not much studied by historians so far, shows two different rhetorically conceived conceptions of black slavery. One of them sums up arguments that had circulated since the Conquest Era, e.g, the Curse of Ham, the sun influence over skin color and the title of just war. The other one disapproves of such viewpoints as unacceptable and old-fashioned, suggesting new ways of understanding black bondage. Eventually the article tries to relate the *Nova e Curiosa Relação* to some of the Marquis of Pombal's policies that extended civil rights to non-European peoples, comparing the changing perceptions of black slavery both in the Portuguese and British Empires, as well as their effects on the verge of the constitutional crisis of both political unities.

1

Agradeço as leituras muito atenciosas e ricas em comentários dos pareceristas anônimos, de Fernanda Trindade Luciani e de Rafael Marquese, meu orientador, que me apresentou a *Nova e Curiosa Relação* no curso de graduação de 2003. Também sou grato a Waldomiro Lourenço da Silva Jr., pela indicação de bibliografia sobre direito e escravidão.

Palavras-chave

escravidão, Iluminismo, identidade nacional

Keywords

slavery, Enlightenment, national identity

2

Sobre a influência do Iluminismo, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p.169-216, e MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999. p.35-88. A respeito da "velha ideologia escravista", ver VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p.93-124, e SUESS, Paulo. "Introdução" a *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. 1ª ed., 1758. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p.xviii-xxvi.

3

Sobre Manuel Ribeiro Rocha, os historiadores que o julgaram influenciado pelo Iluminismo são AZEVEDO, Célia M. Rocha's *The Ethiopian Redeemed and the Circulation of Anti-Slavery Ideas. Slavery and Abolition*, Londres, vol. 24, nº1, p.101-126, Apr. 2003; COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p.391; BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Trad. port. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Edusp, 1976. p.19. Para uma visão discordante, vide LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas – escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Tese (Livre Docência em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Depto. de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p.164, n.77. Veja também sua introdução "Dilemas de um Letrado setecentista". In: ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etiópe resgatado, emendado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991. p.5-25. MARQUESE, Rafael de Bivar. Op.Cit. e MARQUES, João Pedro. Op.Cit., também não encontraram *topoi* iluministas no tratado de Rocha.

4

Cf. DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ª ed., 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p.495-496; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.17-18 e p.21-22 e LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas – escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Tese (Livre Docência em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Depto. de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p.149; PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências: a escravidão na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 1995. p.253-257; LAHON, Didier. *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*. Tese de Doutorado. Paris, EHESS, 2001, 2 vols. vol. I, p. 300-301. Charles Boxer publicou *A Nova e Curiosa Relação* em "Um panfleto raro acerca dos abusos da escravidão negra no Brasil", nos *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro*. Departamento

A penetração de idéias iluministas no pensamento escravista português é assunto controverso, principalmente no que diz respeito aos escritos produzidos sob a influência do governo pombalino. Para o período posterior, a historiografia demonstrou que a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1781, sob o reinado de D. Maria I, abriu espaço para o uso de argumentos ilustrados em reflexões sobre o cativo, notadamente nas obras de José da Silva Lisboa, Baltazar da Silva Lisboa, Luiz Antonio de Oliveira Mendes e Antonio Ribeiro dos Santos. Para o anterior, entre o século XV e meados do XVIII, os estudos disponíveis indicam que as obras luso-brasileiras dedicadas à escravidão teriam pertencido a uma "velha ideologia escravista", a qual, em sua última fase, assumiria a forma de um "projeto escravista cristão".²

Como definir, porém, o ideário escravista no reinado de D. José I (1750-1777), quando tiveram lugar profundas reformas econômicas, políticas e culturais baseadas na Ilustração? De fato, alguns historiadores sugeriram a ocorrência de idéias do racionalismo setecentista no famoso tratado do padre Manuel Ribeiro Rocha, *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*, lançado em 1758. Entretanto, algumas restrições surgiram, e o debate continua em aberto.³

Nesse panorama indefinido, a *Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado, ou evidencias da razão; expostas a favor dos Homens Pretos em hum dialogo entre hum letrado, e hum Mineiro*, um panfleto anônimo lançado em 1764, tem recebido pouca apreciação da historiografia. O opúsculo, composto em forma de diálogo, expediente muito usado no Setecentos para atacar e defender a instituição do cativo, é raro por dramatizar a voz de um Mineiro que recorre a um Letrado para se convencer de que os maus tratamentos dispensados a seu escravo não são injustos. Ele foi encontrado em um sebo de Portugal por Charles Boxer, que o publicou pela primeira vez em 1967. De lá para cá, tem circulado no meio acadêmico e merecido breves considerações, como as de David B. Davis, Sílvia H. Lara, Maria do Rosário Pimentel e Didier Lahon.⁴ Porém, a obra ainda não recebeu análise circunstanciada que a utilizasse para esclarecer continuidades e rupturas do "antigo pensamento escravista" sob o impacto direto da Ilustração em Portugal.

Por "antigo pensamento escravista", no universo português, se entende o conjunto de idéias produzidas pela releitura escolástica da teoria aristotélica sobre a servidão natural e propagadas entre o século XV e meados do XVIII. Nesse quadro conceitual, o cativo deixou de ser visto como parte intrínseca da natureza humana, para se tornar fruto da contingência histórica do homem. Admitia-se a escravização de povos não-cristãos desde que eles reconhecessem como origem do cativo uma das situações caracterizadoras dos chamados títulos justos: miséria extrema, condenação à morte, nascimento de ventre escravo e guerra justa. Por seu turno, o cativo dos africanos, em particular, ainda era justificado com a passagem bíblica em que Noé condena à escravidão o filho Cam e seus descendentes. Finalmente, nesse quadro intelectual, as relações diárias entre senhor e escravo eram arbitradas em conformidade com o *ethos* da vida cristã, restando-se o potencial descomedimento dos proprietários com os sacramentos, as virtudes teológicas e a conduta exemplar.⁵

A influência do Iluminismo sobre o pensamento escravista no império português é verificável tanto nos discursos produzidos após a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1781) como em documentos polí-

Nacional de Imprensa, Tomo III, 1967. p.173-186. Neste artigo, as citações serão extraídas da edição fac-similar presente no catálogo AGUILAR, Nelson (org.). *Mostra do Descobrimento – negro de corpo e alma – black in body and soul*. São Paulo: Associação Brasil 500 anos de Artes Visuais, 2000. p.96-97. Daqui para frente, serão dispensadas as remissões a essa edição.

5

A expressão "antigo pensamento escravista" está em MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999. p.65-73; os justos títulos e a releitura escolástica de Aristóteles foram analisados por ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *La compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil: les justifications d'ordre historique, théologique e juridique et leur intégration par une mémoire historique (XVI- XVIIe)*. Tese (Doutorado "Histoire et Civilizations"). École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1998, cap. 2. p.196-310; a respeito dos justos títulos desde a tradição romana até a escravização dos africanos, veja-se também ANDRÉS-GALLEGO, José. *La esclavitud en la América española*. Madrid: Ediciones Encuentro, S.A. y Fundación Ignacio Larramendi, 2005. p.26-48; cf. estudo detalhado da maldição de Cam e de suas releituras após o século XV em BRAUDE, Benjamin. The Sons of Noah and the Construction of Ethnic and Geographical identities in the medieval and Early Modern Periods. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, 3rd Ser., vol. 54, No. 1, p. 103-142, jan. 1997; acerca das relações senhor-escravo, vide MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. Cap. 1, p.19-83.

6

Cf., respectivamente, MARQUES, João Pedro. Op.Cit., p.35 e MARQUESE, Rafael de Bivar. Op.Cit., cap. 4.

7

Sobre a situação da América portuguesa no cenário mundial, cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p.157-169; FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo, Edusc/Unesp, 2000, cap. 9. p.149-163. A respeito do ouro, ver crítica contemporânea em ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Edição fac-similar da 1ª ed., 1711. Recife: Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p.139 e p.179-181. O problema dos comissários volantes foi abordado por MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, cap. 1; cf. também seu *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.37-51.

tos. Nos discursos acadêmicos, a maior inovação foi a substituição das virtudes teológicas pela linguagem laicizada do interesse pessoal. Realmente, esses textos ensinavam que as paixões e os abusos dos proprietários de escravos deviam ser controlados não mais pela temperança cristã, mas sim pela lógica das vantagens materiais e da preservação da propriedade. Já na reação à diplomacia antitráfico da Inglaterra, homens de Estado luso-brasileiros abandonaram as justificativas neo-escolásticas dos justos títulos para a escravização africana, sendo obrigados a sustentar a continuação do tráfico negreiro em termos de mera necessidade econômica.⁶

O propósito deste artigo consiste em verificar, por meio da *Nova e Curiosa Relação*, como alguns aspectos da Ilustração podem ter provocado alterações na percepção intelectual do cativo no império português antes de 1780. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, estabelecer o sentido da obra conforme o gênero discursivo do diálogo, pois isso permite compreender a finalidade do texto e a lógica subjacente à confecção das personagens. O Mineiro surge ali como construto retórico que representa um conjunto de lugares-comuns sobre a percepção intelectual do cativo (influência do Sol sobre a cor de pele, lenda de Cam, arbítrio absoluto do senhor), veiculados em obras dos séculos XV, XVI e XVII, mas tidos como inaceitáveis pelo Letrado, quem procura atualizar a maneira de conceber a escravidão africana. Para esta personagem, a lenda camítica e o título da guerra justa já não são impunemente tolerados, e o *ethos* do senhor cristão, paradigma moral dos textos redigidos até a primeira metade do século XVIII, se transforma no *ethos* do senhor ilustrado (racional), cristão (caridoso) e civil (obediente às leis pátrias). Em um segundo momento, o artigo procura relacionar o panfleto com algumas medidas do governo pombalino, sobretudo com o alvará que determinou o fim do tráfico negreiro para o Reino (1761), mas também com a extensão da igualdade civil a nativos americanos (1755) e asiáticos (1761) e com a expulsão dos jesuítas (1759). Ao final do texto, essa abordagem, que une ficção e leis, permite discutir em que medida a divulgação das Luzes na metrópole e a expansão do sistema escravista na colônia transformaram as relações identitárias entre os dois lados do Atlântico.

Reformas pombalinas: economia, cultura e sociedade

No século XVIII, o império português enfrentava situação econômica e geopolítica desfavorável, para não dizer desastrosa, em perspectiva mundial. A produção açucareira da América portuguesa se arrastava por uma crise secular devido à concorrência antilhana – que, simultaneamente, derrubou o preço do açúcar no mercado europeu e encareceu a mão-de-obra escrava disponível na costa da África –, bem como à alta geral dos preços na colônia após a descoberta do ouro mineiro. Paralelamente, o comércio entre o Reino e as capitanias ultramarinas operava nas mãos de agentes de mercadores ingleses (chamados comissários volantes), que vendiam diretamente seus produtos no Brasil e aquinhoavam parte de seus pagamentos em ouro.⁷ Nesse cenário, os ministros de D. José I tentaram restaurar as finanças do império e reaproximar Portugal do universo cultural e social do norte europeu.

Na esfera da economia colonial, o governo estabeleceu em 1751 a finta – uma demanda antiga dos exploradores –, ao mesmo tempo em que proibiu o seqüestro por dívidas dos bens de mineiros proprietários de mais de 30 escravos. No que toca à agricultura, foram montadas Compa-

Cf. MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973; cf. Também, CARREIRA, António. *As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Editorial Presença: Porto, 1983. Não por acaso, Caio Prado Jr. formulou o quadro interpretativo do período colonial, cujo conceito básico é o sentido da colonização, por meio da leitura de obras compostas no último quartel do século XVIII e no início do seguinte. Entre elas, o anônimo *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí* parece ter sido particularmente importante para a definição do "sentido" – isto é, que as colônias não existem senão para benefício econômico exclusivo da metrópole e que sua organização social atende apenas à exportação em larga escala de matérias-primas não concorrentes com as já produzidas no Reino. Citado uma quinzena de vezes ao longo do livro para abordar problemas desde os mais particulares (como açougues, pecuária, população mestiça, caminhos etc.) até os mais teóricos (como o "sentido da colonização"), o *Roteiro* forneceu, nas palavras do próprio Caio Prado Jr., "a mais lúcida síntese da economia brasileira de fins daquele século". Embora delimite cronologicamente a obra no final do XVIII, o autor projeta para os séculos precedentes a idéia ali formulada de que todo o empreendimento colonial português no Brasil não foi senão uma empresa mercantil. Cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1948. p.14-26 e p.113-128; cf. também, p.127, 156, 181, 186, 190, 194, 198, 227 e 240.

A este respeito, cf. as *Instruções para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetórica, Ordenadas, e mandadas publicar por El-Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Domínios*. Lisboa: Offc. De Miguel Rodrigues, 1759.

nhas Gerais de Comércio – a do Grã-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba –, para pluralizar os gêneros agrícolas (algodão, arroz e cacau) e impulsionar o abastecimento do trabalho escravo africano. No nível administrativo, a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro atendia à vigilância fiscal e militar sobre a zona aurífera, bem como à garantia do fornecimento de mão-de-obra africana para as minas. Até meados do século XVIII, a América portuguesa nunca tinha sido tão colônia de Portugal e, ao mesmo tempo, desfrutado tantas benesses da Coroa.⁸ Como veremos, a *Nova e Curiosa Relação* partilha com as reformas ilustradas o mesmo projeto doutrinário de aperfeiçoar as práticas sociais do Reino ou das colônias mediante sólidos conhecimentos racionais calcados na Ilustração.

Afora o universo econômico, a produção cultural portuguesa também sofreu radical transformação, sobretudo em 1759, quando a Companhia de Jesus foi expulsa de todo o império. Nesse mesmo ano, o ensino secundário, antes confiado aos inacianos, ganhou estatutos novos, que deviam emoldurar a imagem moderna do súdito português. Em suas instruções aos recém-admitidos professores, a monarquia idealizava o tipo de aluno que gostaria de formar: cristão, bom súdito e ilustrado. "Terão os Professores também", dizem elas, "o cuidado de inspirar aos Discípulos um grande respeito aos legítimos Superiores, tanto Eclesiásticos como Seculares: Dando-lhes suavemente a beber, desde que neles principiar a raiar a luz da razão, as saudáveis Máximas do Direito Natural, que estabelecem a união Cristã e a Sociedade Civil; e as indispensáveis obrigações do Homem Cristão, e do Vassalo; e Cidadão".⁹ A política pombalina no campo educacional – que levaria à reforma da Universidade de Coimbra, em 1772 – também abriu espaço para a circulação de idéias de filósofos franceses e italianos. Embora a *Nova e Curiosa Relação* tenha sido lançada antes que a censura permitisse a publicação de *O Espírito das Leis*, seu autor anônimo, inserido nesse clima de gradativa abertura intelectual, provavelmente esteve em contato com o famoso tratado de Montesquieu, como o sugere a semelhança de argumentos sobre queda da validade dos justos títulos por causa do aperfeiçoamento humano.

Finalmente, o governo português emitiu uma série de medidas para reformar as relações sociais no Reino, na América e na Ásia. De 1755 a 1773, súditos antes despojados de direitos civis elementares foram gradualmente elevados à condição de vassalos europeus, deixando de carregar estigmas juridicamente regulamentados de ascendência étnica e religiosa. Índios americanos, nativos asiáticos, cristãos novos e escravos africanos em Portugal constituíram os grupos humanos explicitamente beneficiados pela inédita inclusão na sociedade civil. Como deve ficar claro ao final deste artigo, a *Nova e Curiosa Relação* estabelece íntimas relações de complementaridade semântica com essas medidas pombalinas.

Diálogo como gênero discursivo

Talvez seja necessário proceder a uma síntese do modo de imitar próprio do diálogo, para apreender a função de um texto como a *Nova e curiosa relação*. Segundo Aristóteles, é nas epopéias cantadas por Homero que residem as raízes da tragédia. Se a tragédia era igual ao verso épico na imitação de ações superiores por meio da linguagem, diferia dele ao abandonar a narração em favor da atuação de atores – a *performance*, em linguagem moderna. Posteriormente, Ésquilo teria sido o primeiro a distri-

10
ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. port. Lisboa, Guimarães Editores, 1964. cap. III-VI.

11
Cf. PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001; BURKE, Peter. *As Fortunas d'O Cortesão*. Trad. port. São Paulo: Unesp, 1997. Poder-se-ia mencionar aqui os *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618); contudo, como o leitor terá percebido, importa menos citar diálogos que falem da colônia do que os consagrados, que vulgarizaram as regras do gênero.

12
LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p.65.

13
VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar* – cartas sobre retórica e poética. Lisboa: Presença, 1991. p.84-85.

14
Sobre o objetivo da retórica, ver ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Casa da Moeda, 1998, livro II, 1. A definição do diálogo como meio de formação de juízo se encontra em PÉCORA, Alcir. *Op.Cit.*, p. 97.

buir as falas das personagens para dois atores, diminuindo a relevância do coro e aumentando a do diálogo. Foi com tais observações que Aristóteles cingiu os campos da epopéia e da tragédia, dando a ver a origem do diálogo.¹⁰

Contudo, não foi na tragédia, mas nos escritos de Platão que o gênero adquiriu o que hoje se reconhece propriamente por diálogo em toda sua "autonomia formal". Costuma-se acusar a descendência do gênero nos textos de Cícero (*Academica, Orator, Tusculani*), nos escritos de Luciano (*Diálogo dos Mortos, Charon*) e nas prédicas dos Padres da Igreja contra os pagãos. A matriz clássica – Platão, Cícero e Luciano – voltou a despertar emulação na Renascença, como se entrevê na obra máxima de Baltazar Castiglione (*Il libro del Cortegiano*, 1528) e no famoso diálogo do português Francisco Rodrigues Lobo (*Corte na Aldeia*, 1619).¹¹ Nesta obra em especial, uma personagem justifica por que escolher a forma dialógica para expor a matéria: "uns [relatos históricos ou a *História*] servem de conservar a memória, os outros [romances de cavalaria], de enganar o entendimento".¹² No primeiro, havia ensino sem deleite; no segundo, deleite sem ensino. A única solução do paradoxo do deleite e do ensino era o gênero do diálogo, em que assuntos sérios contrabalançados pela descontração de conversas informais seriam capazes de elevar o entendimento e recrear o espírito.

A preeminência da fala coloquial ou familiar sobre outras confere ao diálogo certos lugares-comuns cujas qualidades devem concorrer com seu estilo chão. Quando a matéria e ocasião não requerem o sublime nem o vil, o altissonante nem o baixo, aí tem lugar o estilo *simples*, o "modo de falar natural e sem ornamentos, mas com palavras próprias e puras" para "não ser enfadonho das conversações e nas obras que pedem estilo humilde", segundo Verney. O oratoriano afirma ainda que por estilo simples se entendem a moderação do uso de figuras, a repetição natural de vocábulos e a cadência natural da fala (tudo presente na *Nova e Curiosa Relação*); desnudo da "pompa de ornamentos, esse estilo deixa considerar miudamente todos os pensamentos do escritor. Por isso se diz que o estilo simples é o *lapis lydius* [pedra-de-toque] do juízo".¹³

Como se vê, o gênero dialógico se irmana bastante da retórica, pois ambos caminham em direção a um juízo sobre alguma matéria ainda indefinida ou a discutir. O que está em jogo, em última análise, é a vitória de uma exposição intelectual sobre outra, que perde autoridade no assunto e consente com o vencedor ou, mantendo a postura inicial, sai desacreditada da audiência ou do público leitor. Para ser direto, pode-se falar de um embate intelectual cujas etapas se orientam à formação de um juízo nos leitores. Normativo, o diálogo não pode deixar de instruir.¹⁴

A Nova e Curiosa Relação

Os diálogos entram em curso quando há proposição de algum problema. No particular da *Nova e Curiosa Relação* – composta de duas personagens em Portugal – um Mineiro procura um Letrado para, com seu auxílio, idear o melhor modo de proceder num "negócio de gravíssima importância". A fábula é simples: o Mineiro prometera alforria em dez anos para um cativo obediente, mas mudou de idéia quando percebeu que a esperança de liberdade estimulou o escravo a prestar serviços com mais empenho. Vendo sua sorte mudar, o negro se tornou displicente, a que o senhor reagiu com maus-tratos e ameaças de vendê-lo no Brasil. Em resposta, o cativo entrou para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cujos membros

15

Segundo Bluteau, "letrado" pode significar homem "ciente. Versado nas letras." Mas a entrada também diz que, "com este título [de letrado], se levantaram os Juristas e particularmente os Advogados; por ventura porque das suas letras todos fiam os seus pleitos. Advogado. Ir consultar um letrado sobre alguma matéria litigiosa." É esse sentido ampliado, de bacharel a quem se vai tomar conselho em assuntos difíceis, que caracteriza a personagem letrada do opúsculo. R. *Vocabulário Portuguez e Latino* [letras k, l, m, n]. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716. p.90.

16

Ver o cumprimento de promessas como um problema da filosofia moral em Cícero. *Sobre as Obrigações civis* [trad. Miguel Antonio Ciera, 1ª ed., 1764]. Rio de Janeiro: Garnier, 1910, I, cap. 7 e III, cap. XVI; ver também MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Martins Fontes: São Paulo, 2004, cap. XVIII; SKINNER, Quentin. Introduction. In: Machiavelli. *The Prince*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.IX-XXIV.

17

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Casa da Moeda, 1998, livro I, 2.

não podiam, por força de lei civil, serem vendidos à colônia. Eis o impasse: agora, o Mineiro quer anular de vez a promessa de alforria e repassar o cativo para o Brasil, pois tem que os negros são inferiores e bíblicamente amaldiçoados; ao ouvir seu caso, o Letrado tenta desenredá-lo de tais convicções.¹⁵ Como se percebe, a obra reencena o antigo problema da filosofia moral de Cícero, retomado no Renascimento, sobre os casos em que se deve cumprir ou romper com a palavra empenhada, para ser justo.¹⁶

A obra pode ser dividida em duas partes: uma, que glosa assuntos exteriores à matéria, como a inferioridade do negro e a natureza dos castigos dos escravos no Brasil; outra, que refere o episódio particular entre o Mineiro e seu escravo. Na primeira parte, de conteúdo generalizante, a conversa gira em torno das virtudes *razão* e *paciência*. Na segunda, de conteúdo específico, é o conceito *consciência* (em oposição ao de *conveniência* pessoal) que rege a composição.

Essa disposição mostra que a peça se constrói como um grande entimema, isto é, um raciocínio efetuado mediante a justaposição de premissas maiores e menores, das quais se extrai uma conclusão. Na primeira parte, as virtudes *paciência* e *razão* compõem as premissas maiores e universais do diálogo; na segunda, o comportamento do Mineiro fornece uma conclusão contrária às grandes premissas e é, por isso, fortemente censurado pelo interlocutor. Esse grande entimema se assemelha aos argumentos irrefutáveis, uma vez que o raciocínio caminha da verdade universal (geral) à verdade particular.¹⁷

Razão versus crença: pecado, origem da pele negra, título da guerra justa

O Letrado introduz o conceito *paciência* quando pede que o Mineiro conte o seu caso, para que pudesse subministrar o melhor conselho: "é precisa paciência a quem lida com moços, e com escravos". O interlocutor o talha com um "De vagar, Senhor Doutor" e introduz imediatamente os dois lugares-comuns da primeira parte, a suposta inferioridade inata dos negros e o poder absoluto do senhor na correção e castigo dos escravos:

Que seja necessária paciência para lidar com moços, está feito; porque enfim são filhos alheios, e é gente branca como nós. Mas ser necessária paciência para lidar com escravos: não posso ouvir dizer, nem aturar tal; porque enfim são negros: e como custaram a cada um o seu dinheiro, pode-se fazer deles o que quiser.

Nessa fala, o que define o cativo não é seu *status* jurídico especial, mas sim a inferioridade étnica ("são negros") e a condição de mercadoria comum, que, como uma casa ou um objeto de uso pessoal, está submetida à discricionariedade total do proprietário ("como custaram a cada um o seu dinheiro, pode-se fazer deles o que quiser"). Essas afirmações levam o interlocutor evocar a virtude que conduzirá boa parte da conversa (a *razão*):

V. m. vive muito escandalizado dos pretos, contudo, porém, não há de negar a verdade. [...] há de negar aquilo que for *razão*? [...] julgo que o mau procedimento de algum seu escravo o tem ofendido de tal maneira, que o obriga a desafogar nesse grande excesso; porém, espero que, deposta toda paixão, V. m. venha a concordar comigo, se acaso entender, e se capacitar de que é verdade o que eu lhe disser.

Na contra-ofensiva, o Mineiro levanta o *tópos* da gênese camítica do negro. Ele sempre "ouvira dizer" que "nós os brancos somos descendentes

18

Ver BRAUDE, Benjamin. The Sons of Noah and the Construction of Ethnic and Geographical identities in the medieval and Early Modern Periods. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, 3rd Ser., vol. 54, No. 1, p.103-142. Cf. Também, *Bíblia Medieval Portuguesa: histórias d'abreviado Testamento Velho*, segundo o Meestre das Historias Scolasticas. Rio de Janeiro: INL, 1958. p.31-32. Em livro lançado em 1705, o inaciano Jorge Benci uniu explicitamente a maldição de Cam – penar no cativo – à cor negra da pele. Vendo o pai nu e "escarnecendo desta nudez", Cam teve amaldiçoada "toda a sua descendência, que no sentir de muitos é a mesma geração dos pretos que nos servem; e aprovando Deus esta maldição, foi condenada à escravidão e cativo." Cf. BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, I, 2, 31. Em que pese tal associação, a crença era bastante aplicada aos ameríndios desde Nóbrega, de forma que se achava bem difundida. Ainda em 1724, Paulo da Silva Nunes, numa "Proposta da Câmara do Pará a S.M. apresentada pelo procurador de Estado", perguntava-se se os nativos descendiam dos judeus deportados pelo rei Hosea da Assíria ou se descendiam de Cam. Cf. BOXER, Charles Ralph. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Trad. port. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p.130-131.

19

SANDOVAL, Alonso de. *Un Tratado sobre la Esclavitud*. Trad. esp. Madrid: Alizanza Editorial, 1987. p.74. Cf. Também, PURCHAS, Samuel. *Purchas his Pilgrimage*. Londres, 1613: "Some alledge the heat of this Torrid Region, proceeding from the direc beames of the Sunne; And why then should all the West Indies which stretch from the one tropike to the other have no other people?", apud BRAUDE, Benjamin. Op.Cit., p.136.

20

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino* [letras k, l, m, n]. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716. p.704-705.

de Adão", enquanto "os negros são descendentes de Cain [Cam], que foi negro, e morreu amaldiçoado pelo mesmo Deus, como consta da Escritura." Em seguida, arrisca, ainda com o saber de oitiva, outro argumento para desqualificar os negros: "Já ouvi dizer que a negrura dos pretos procede deles [de eles] nascerem em clima muito quente". Origem pecadora dos negros, influência do clima sobre sua cor de pele. Em que campo intelectual, cabe perguntar, se inserem esses argumentos?

O episódio bíblico de Cam (Gênesis, 9) é bem conhecido. Passado o Dilúvio, Noé desembarcou em terra firme com seus três filhos, Sem, Cam e Jafet, pelos quais "foi povoada toda a terra", vale dizer, dos quais descendeu toda a humanidade. O pai, tendo cultivado algumas videiras, embebedou-se de vinho e adormeceu nu em sua tenda. Vendo-o nesse estado, Cam foi ter com os dois irmãos, em vez de ajudá-lo. Ao saberem do caso, Sem e Jafet cobriram as vergonhas do pai andando de costas, sem ver nada. Novamente são, o patriarca irrompeu em ira contra o filho que não o amparou na embriaguez: "Maldito seja Canaã [um dos filhos de Cam], que ele seja o último dos escravos de seus irmãos". Na Idade Média, essa maldição foi apropriada, lida e relida por tradições orais e escritas, designando sempre o "Outro", fossem os judeus, fossem os riquíssimos déspotas orientais. Sua relação com a África não aparece nem mesmo na Baixa Idade Média, como se nota na *História d'Abreviado Testamento Velho* (uma alterada tradução portuguesa da *Scholastica Historia*, de Petrus Comestor, século XII), onde se lê apenas que "Chan viu seu padre desnudo nas partes vergonçosas, começou de escarnecer dele e mostrou-o a seus irmãos". Conforme o historiador Benjamin Braude, foi apenas no Portugal do século XV, nomeadamente na *Crônica dos feitos notáveis* (Gomes Eannes de Azurara), que provavelmente ocorreu a primeira relação entre pele negra, maldição de Cam e condição de escravo. Na *Crônica*, os servos negros de cavaleiros islâmicos brancos são descritos como frutos da condenação de Cam imposta por Noé. Esse argumento, que Braude afirma ser uma invenção dos tempos modernos, foi encampado pouco a pouco por toda a Europa do Antigo Regime, fosse católica ou protestante. No império português, seus maiores propositores foram os jesuítas, que ainda o empregavam no início do século XVIII.¹⁸

Por outro lado, a hipótese do calor ou da latitude como causa da cor negra já era freqüentemente refutada no século XVII, não chegando a encontrar a mesma aceitação que a maldição de Cam. O viajante inglês Samuel Purchas, por exemplo, desautorizava em 1613 argumentos baseados no tipo de solo ou na altura da latitude, e o jesuíta Alonso de Sandoval, por sua vez, descartava poucos anos depois a hipótese da latitude com o mesmo raciocínio: "si el tiemple lo hiziera o el clima los causara, los Españoles que viven en tierra de negros, casados con Españolas, engendrarán negros: y al contrario, en nuestra Europa los morenos engendrarán blancos; de lo cual nos desengana la experiencia."¹⁹

Essa mesma refutação, comuníssima nos séculos XVII e XVIII, é ainda encontrada no verbete "negro" do *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau:

Sobre a cor dos negros há entre os naturais grandes contendidas. Atribuem alguns esta cor preta à força do Sol nas terras que estes povos habitam; mas debaixo da Zona Tórrida, aonde perpendicularmente arde este Planeta, há homens tão brancos como na Europa; e na Groenlândia, onde pelo espaço de seis meses apenas chegam os raios solares, há homens tão pretos como na Etiópia, segundo escrevem Pererio, trat. de Groenlândia, e outros autores fidedignos.²⁰

21

BOULLE, Pierre H. La construction du concept de race dans la France d'ancien régime. *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*, Paris, t. 89, n. 336-337, p.155-175, 2º sem. 2002.

Segundo o historiador Pierre H. Boule, a atribuição da "negritude" ao sol e à maldição bíblica decorre da ideia de "raça" vigente no Antigo Regime. Entre os séculos XV e XVII, os atributos físicos e morais dos homens não eram considerados hereditários nem imutáveis, de molde que a educação, a influência do clima, a alimentação e até a copulação pareciam influir na formação da criança tanto quanto o sangue. Apenas na virada do XVII os homens começaram a ser catalogáveis em raças, tendência essa que se cristalizou no XVIII, quando atributos físicos e morais passaram a ser considerados fixos e transmissíveis de geração em geração. Para Boule, a indeterminação de caracteres físicos e morais do homem, nos séculos XV, XVI e XVII, foi fundamental para que a negritude da pele africana se associasse intimamente à ideia de pecado – a negritude era a prova da maldição de Deus. "Entretanto, isso não representava senão um preconceito cultural, e não racial, pois [...] a negritude da pele não é considerada atributo fixo".²¹

Ora, toda a argumentação do Mineiro insere-se no campo intelectual delimitado por Boule: o clima (sol) e o pecado (Cam) são os fatores determinantes da cor negra da pele africana. Em nenhum momento se faz referência ao sangue, à hereditariedade e à poligenia. E nem mesmo se usa a palavra "raça" para dizer que o homem preto constitui uma espécie inferior à do homem branco. O Mineiro se revela, assim, como que um compósito retoricamente construído de uma antiga mentalidade (dos séculos XV, XVI e XVII) que concilia elementos climáticos, castigo divino e inferioridade moral, arguições muitas vezes já refutadas, para invectivar os "homens pretos", que não seriam tão homens como os brancos. Nesse sentido, a personagem acumula um punhado de "crenças" e "costumes" antigos que apenas servem de anteparo retórico para que o Letrado a emende com argumentos racionais.

Mas que argumentos serão esses? Um deles é tão antigo quanto as próprias crenças, como o que ensina existir branco nascido nos trópicos e negro em zonas temperadas, a fim de desacreditar o determinismo climático. Entretanto, dois soam mais atualizados, pelo menos no universo intelectual português: a forma da refutação do argumento camítico e a crítica à guerra justa como título de escravização.

Se em Samuel Purchas a maldição de Cam parece plausível e em Sandoval e Benci é sancionada com todas as letras, no panfleto é a Bíblia mesma que não permite tal ilação: "das escrituras", ensina o Letrado, "não consta que alguns deles [filhos de Noé] fosse preto [sic]; logo os pretos não são pretos por serem descendentes de Cain [Cam]". É verdade que, bem antes de 1764, Bluteau rejeitara essa maldição, mas o fez de maneira menos radical. O oratoriano não diz que a interpretação camítica contraria o que está escrito na Bíblia, senão apenas que, se a cor negra (e o cativo) realmente nascesse do pecado de Cam, então seria preciso achar outros pecadores no texto bíblico para justificar a existência da cor de bronze dos povos brásilicos ou da cor de azeitona dos povos chineses.²² Não se trata, pois, de réplica a partir da leitura crítica, como no panfleto, mas sim de refutação lógica.

A segunda novidade é a contestação do título de guerra justa, que permitia a escravização de prisioneiros de guerra como forma de poupar suas vidas. Na tradição da filosofia ocidental, John Locke foi o último grande pensador a aceitar abertamente esse título. Depois, filósofos começaram cada vez mais a endossar a tese de que prisioneiros de guerra não podiam ser mortos, extraindo daí a conclusão de que as batalhas não ensinavam a redução ao cativo. Sem empregar explicitamente o termo "guerra justa", o barão de Montesquieu professou em 1748 que o "direito das gentes

22

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino* [letras k, l, m, n]. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716. p.704-705. O consentimento de Purchas com a maldição de Cam está em DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ª ed., 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p.480-493, principalmente 485-486. Cf. Também, SANDOVAL, Alonso de. *Un Tratado sobre la Esclavitud*. Trad. esp. Madrid: Alizanza Editorial, 1987: "por aver maldecido Noe a su hijo Cham por la desvergüenza que uso con el (...) perdió [Cam] la nobleza: y aun la libertad constandole quedar por esclavo el y toda su generacion de los hermanos (...) Y siendo claro por linaje, nacio escuro", p.74-75.

23

Cf. MONTESQUIEU, Baron de. *O Espírito das Leis*, livro XV, cap. II; cf. também. "Argumento e razão da obra, a quem ler", que precede o *Etiópe Resgatado*. Os juristas romanos é que haviam definido a escravização por guerra como parte do direito das gentes; daí a crítica a este implicar censura àqueles. Veja-se, por exemplo, esta passagem do *Digesto*: "Os servos são, pois, submetidos ao nosso domínio ou pelo direito civil ou pelo direito das gentes: pelo direito civil, se alguém maior de vinte anos deixou-se incorrer numa venda para participar do preço. São nossos servos pelo direito das gentes os que são capturados dos inimigos ou os que nascem das nossas escravas" (D.1.5.5.1). Agradeço a Waldomiro Lourenço da Silva Jr. a indicação desse trecho do *Digesto*.

24

Cf. LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom). p.345-346.

[isto é, o dos juristas romanos, que escreveram sobre o direito de escravizar na guerra] quis que os prisioneiros fossem escravos, para que não fossem mortos [...] É falso que, na guerra, seja permitido matar [...] Todo o direito que a guerra pode dar sobre os prisioneiros é controlar de tal modo suas pessoas, que não mais possam causar dano." O pensamento é claro: mais civilizados que os romanos, os homens modernos podem promover o bem social (não matando prisioneiros) que aqueles falharam em fazer. O pressuposto da evolução moral da humanidade aparece também em autores do universo português. O padre Manuel Ribeiro Rocha lembrou que "antigamente tinham os romanos *jus vitae et necis* nos escravos" – o tempo, contudo, abrandou os costumes e fez com que Justiniano tivesse ab-rogado "este *jus*, este abuso, esta desordem e esta excessiva crueldade". Apesar da crítica aos romanos, Rocha não questionou os três justos títulos de escravização por eles formulados – necessidade extrema, delito grave e guerra imparcial: "justos são, por direito natural e das gentes", arrematou o padre, "estes títulos para a escravidão se contrair".²³

A redação do panfleto parece filiar-se em outro campo conceitual. A noção de que o tempo civiliza os homens vem ali, como em Montesquieu, atrelada à censura do princípio da guerra justa. Na esteira do pensador francês, o Letrado discorre que os latinos "reputavam como escravos a todos os prisioneiros de guerra", mas, sugerindo que o tempo civiliza os homens, assevera que "este costume prevaleceu entre algumas Nações da Europa: hoje já este abuso está extinto". Ora, se o cativo negro não é mais fruto da condição pecadora de Cam, não provém da inferioridade dos negros nem nasce das guerras justas, então o que o sanciona? O Letrado é curto e evasivo: "há outras razões políticas e permitidas" para isso. Realmente, é tão curto o espaço de tempo que separa *O Etiópe Resgatado* (1758) da *Nova e Curiosa Relação* (1764), que talvez os motivos da diferença intelectual entre as obras radiquem na expulsão dos jesuítas e no fim da hegemonia de seu pensamento (calcado na segunda escolástica) a respeito da escravização africana. Talvez outra razão ainda mais forte seja o alvará de 19 de setembro de 1761, que proibiu definitivamente o tráfico negreiro para Portugal. Pela primeira vez no império português desde as conquistas do século XV, o comércio de homens era anulado por medida legal, e isso se justificava mediante razões meramente políticas e materiais: do tráfico para Portugal resultavam "excesso e devassidão" contra "as leis e costumes de outras Cortes polidas", bem como ausência de trabalhadores para os domínios coloniais. Como que numa notável inversão, os efeitos materiais e morais do comércio negreiro é que determinavam a legitimidade de sua existência, e não a fonte jurídica dos justos títulos.²⁴

Sabe-se que o barão de Montesquieu atribuiu ao clima a necessidade de escravizar negros nas Índias Ocidentais. Como a conversação não menciona o argumento, a resposta parece residir em um equívoco semântico do vocábulo "razão", que, enquanto preceito teórico, igualava o homem negro ao branco, mas que, enquanto motivo prático – razão de Estado –, justificava sua escravização. Realmente, as medidas pombalinas para o fomento da produção colonial principiavam pelo maciço investimento material no sistema escravista, e a necessidade de braços negros para o desenvolvimento dos impérios coloniais era ponto pacífico no mundo português, assim como o era, de resto, no pensamento de Jacques Turgot (1727-1781) e nas primeiras reflexões de Malachy Postlethwayt (c. 1707-1767). Para esses ilustrados escritores de economia política, o Estado aparecia em primeiro

25

Cf. DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ª ed., 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p.394-396, e p.429. Para Montesquieu, há "países em que o calor enerva o corpo e enfraquece tanto a coragem, que os homens só efetuam um dever penoso por temor do castigo: a escravatura, portanto, choca menos a razão...". *O espírito das leis*, livro XV, cap.VII. Embora as refutações do letrado não ponham o cativo em questão, Didier Lahon levanta a hipótese de que a obra tenha sido destruída pela censura, para explicar o fato de só lhe terem restado dois exemplares. Difícil dizer se houve ou não destruição programática do panfleto. Pode-se apenas dizer que o título da guerra justa, ali questionado de maneira sutil, continuava a valer para a África no XVIII, como também voltou a ser aplicado contra os índios americanos em 1808, quando a Corte se transferiu para o Rio de Janeiro. Mas não é possível ser conclusivo a esse respeito. Cf. LAHON, Didier. *Eslavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*. Tese de Doutorado. Paris, EHESS, 2001, 2 vols. vol. I, p.300, n. 33. O autor se baseou em LÓPEZ, E. Martinez. *Tablero de ajedrez: imágenes del negro heroico en la comedia española y en la literatura e iconografía del Brasil esclavista*. Paris: Calouste Goulbekian, 1998.

26

A respeito das relações entre Coroa e universo doméstico, cf. LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.41 e ss. Sobre o respeito ao princípio da soberania doméstica, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p.16-80, sobretudo p.32-37. Silva H. Lara relatou o caso de duas cartas régias de 1688 que, prescrevendo alienação de escravos para penalizar senhores que dispensassem castigos desumanos, acabaram revogadas menos de um ano depois, provavelmente por pressão de proprietários americanos. Cf. LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas – escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Tese (Livre Docência em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Depto. de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p.166-167.

lugar quando se falava em escravidão. Como o alvará de 1761, o panfleto parece defender o prosseguimento do tráfico negreiro no mesmo campo conceitual em que serão feitas suas futuras defesas, isto é, sem defini-lo como um bem moralmente regulável, mas o sustentando por motivos essencialmente econômicos e políticos.²⁵

Do barão à Bíblia: a teoria cristã ao lado da razão

Após seguir Montesquieu e mostrar que a legitimidade do cativo passava ao largo de princípios raciais, do pecado original e, por fim, da guerra justa, o panfleto põe em cena o tratamento dos negros no Brasil, assunto que é arrematado com o ensinamento da teoria cristã sobre administração escrava. Nessa passagem, o barão cede lugar à Bíblia.

Na colônia, repara o Mineiro, os negros são enxovalhados como "bestas", apodados de injúrias e assassinados impunemente. Se os senhores "mataram aos negros", conclui, "eles é que ficaram perdendo o seu dinheiro, e cada um é senhor do que é seu." A frase parece ser uma reformulação de uma das máximas de Moisés: "Se um homem ferir seu escravo ou sua escrava com um bastão, de modo que ele morra sob sua mão, será punido. Se o escravo, porém, sobreviver um dia ou dois, não será punido, porque ele é propriedade do seu senhor" (Êxodo 21, vers. 20). As palavras do patriarca, por sua vez, também foram citadas por Montesquieu, que as reescreveu em termos ainda mais próximos que a *Nova e Curiosa Relação*: "mas se o escravo sobreviver um ou dois dias, não o será [punido], pois que é seu dinheiro" (*O espírito das leis*, liv. XV, cap. XVII).

Como seria dada a punição? Assim como o pensador francês atribuiu às leis civis a tarefa de limitar as barbaridades dos senhores, assim também o Letrado, quase rente ao seu texto, diz que as normas do Estado sempre puniriam eventuais crimes, a não ser que eles ficassem acobertados: "Que esses senhores de Engenho matassem aos escravos, não o duvido, antes com facilidade disso me capacito", observa ele evocando as leis civis, "mas que por esses homicídios não tivessem castigo, tal não posso crer; salvo se o crime não foi sabido".

Esse trecho alude, com efeito, às intrincadas relações entre Estado e universo doméstico no mundo escravista. Conforme os desejos dos proprietários, a intervenção da Coroa deveria se dar *fora* da unidade produtiva, apenas para tocar adiante os elementos de continuidade e estabilidade da produção escravista no "nível geral": legislação sobre seqüestro de bens, fornecimento do contingente de braços, repressão de revoltas escravas, regulamentação sobre procedimentos com prófugos, organização de aparato humano e material para o sossego público, escoamento de produtos para fora da colônia etc. *Dentro* da unidade produtiva devia prevalecer o "princípio da soberania doméstica", termo que o historiador Yvan Debbaish cunhou para definir a autarquia dominial no governo direto sobre a escravaria – controle e disciplina dos corpos, organização e disposição do trabalho são *próprios* dos senhores. As ordenações e leis que intervinham nessa esfera encontravam grande resistência, sendo às vezes renegociadas e revogadas pela própria Coroa, outras totalmente ignorada pelos proprietários.²⁶

Para intervir na soberania doméstica dos senhores, o Letrado apela então para a "teoria cristã", expressamente anotada por Benci, Antonil e Rocha. Conforme essa "teoria", cativos e proprietários estavam sujeitos a uma lista de obrigações recíprocas: ao senhor competiam sustento material (pão e roupa), instrução espiritual (viabilizar os sacramentos), equilíbrio

27

O problema da duração do cativo era já tido debatido nos escritos neo-escolásticos dos séculos XVI e XVII. Os jesuítas previam que um índio que se vendesse por fome (sob o título da extrema necessidade) não deveria senão sofrer cativo de no máximo 20 anos. Por sua vez, um nativo preso à corda, dizia uma lei real de 1587, permaneceria escravo apenas até ressarcir o senhor. Outra lei de 1611 fixava esse tempo em 10 anos. Em meados do século XVIII, a reflexão sobre o cativo perpétuo ganhou novas dimensões, à medida que apareceram vozes críticas à escravidão negra. Em 1755, por exemplo, Francis Hutcheson, que refutava o título da guerra justa, alegou que os escravos teriam direito à liberdade após 12 anos de labor contínuo, e os nascituros não poderiam jamais trabalhar por mais que 30 anos. Como a escravidão era, para ele, apenas uma forma de compensar gastos com compras e manutenção de cativos, o termo de serviço deveria durar até a desoneração do proprietário. Menos contestatório e inserido na segunda escolástica, Manuel R. Rocha deslegitimou o *jus emptionis* (direito de compra) em favor do *jus pignoris* (direito de penhor), o qual por sua vez conferia ao cativo o *jus redemptionis* (direito de redenção ou liberdade) após alguns anos de trabalho. Por fim, Luiz Antonio de Oliveira Mendes chegou a escrever, na primeira versão de sua memória sobre o tráfico negreiro, de 1793, que todos os escravos transportados deviam ter direito à liberdade após 10 anos de serviço, advertindo também que a redução ao cativo na África era quase sempre tirânica. Essa e outras posições fortes sobre escravidão foram suprimidas na primeira edição de seu texto, em 1812. Sobre a legislação portuguesa indigenista, cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1982 p.223 e 231. Cf. também: HUTCHESON, F. *A System of Moral Philosophy*. Vol. II, book II, chap.14. p.77-86 e book III, chap.III. p.199-212. As idéias de Rocha estão em *Étiopo Resgatado*, partes II e VIII; a respeito do manuscrito de Oliveira Mendes, vide LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas – escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Tese (Livro Docência em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Depto. de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p.165-167.

nos castigos e moderação no *quantum* de trabalho. Ao escravo, restavam trabalho eficiente e estrita obediência. Desses aspectos, o ponto central no diálogo é a aplicação dos castigos. Convém lembrar que as primeiras críticas veementes ao cativo, como as dos Quakers, enfatizaram exatamente os abusos da violência. Virando *tópos* literário, esses excessos desbragavam as lágrimas do *Cândido* (Voltaire, 1759) ou encarnavam personagens como Oroonoko (Aphra Behn, 1688), o príncipe africano supliciado em Suriname e cuja história foi levada aos palcos quase todos os anos no século XVIII.

No pensamento da segunda escolástica, a paixão, espécie de turbacão do sentimento e do espírito, deveria passar pelo crivo da temperança para não se abastardar em sentimentos perversos nem dar ocasião a suplicios sem causa. Trata-se, enfim, da releitura católica da justa medida aristotélica. Daí o Letrado comparar o homem destemperado ao animal selvagem – “Gente pouco temente a Deus! Gente que tem coração de fera!”, dando continuidade à tradição cristã sobre o tema, como se vê em Benci (*Economia cristã*, III, 1, 130) e em Rocha (*Étiopo resgatado*, V, 29). Em síntese, os que se excederam em castigos “pecaram mortalmente”. Se o Estado não os pudesse punir, Deus o faria sem perdão.

Esse ponto evidencia como a *Nova e Curiosa Relação* se encontra numa posição intermediária entre o pensamento escravista cristão e o pensamento influenciado por idéias iluministas. Ao refletir sobre assuntos abstratos – a legitimidade do cativo e o pecado de Cam – o Letrado se distanciara do cânone jesuítico. Mas, quando a matéria entrou na esfera da consciência, aí voltou a ter lugar todo o escrúpulo do velho pensamento cristão. Efetivamente, a aceção de interesse material como mecanismo de controle moral dos indivíduos circularia em Portugal somente com o estabelecimento da Real Academia das Ciências de Lisboa.

Estamos de fato no clímax da primeira metade do opúsculo – aquela dedicada à matéria exterior ao assunto. O Mineiro observa então que era difícil tratar bem os escravos quando muitos e preguiçosos. Surpreendentemente, o Letrado responde que faria ainda “pior do que quantos [senhores] lá estão [no Brasil]”, sugerindo que o controle dos excessos da escravidão resultava mais realizável em Portugal que nas colônias – de certa maneira, a afirmação complementa o sentido das medidas que o governo pombalino tomou a partir de 1761 para regular e suprimir o cativo no Reino, por causa de seus efeitos negativos, mas não no ultramar. Pode-se dizer que a primeira metade do diálogo é arrematada com as seguintes conclusões: na esfera teórica, a justificativa do cativo deve ser racional, não havendo relação com negritude, guerra nem maldição; na esfera privada, o senhor deve ser paciente com o escravo e agir sob inspiração da prudência e do amor a Deus. Posto isso, antecipa-se o termo *conveniência*, que dará rumo à segunda parte do diálogo, sobre o caso particular: “primeiro está o não ofender a Deus, do que o interesse de quantas conveniências podem haver [sic] no mundo.”

O caso particular: respeito ao Estado

“Senhor Doutor”, diz o Mineiro, “o caso é que eu tenho um negro haverá dez para onze anos. No princípio, serviu-me como devia: atendendo eu a isto, prometi-lhe que, se continuasse em me servir bem, no fim de dez anos o daria forro.” O conselheiro responde então que o outro não fez senão o que era devido. No mais, despertava-lhe compaixão ver escravos em cativo perpétuo.²⁷

28

LAHON, Didier. Inquisição, pacto com o demônio e magia africana em Lisboa no século XVIII. *Topoi*, v.5, n.8, p.9-70, jan.jun., 2004, p.19.

29

Inúmeros alvarás sob D. José I reafirmam a irrevogabilidade das decisões do Estado, num franco processo de fortalecimento de seu aparelho burocrático, como o fim da apelação contra decisões dos ministros do governo (1750) ou a livre nomeação régia para os cargos de procurador da Fazenda e do Ultramar (1758), em detrimento do tempo de serviço Cf. FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ªed. São Paulo: Ática, 1993. p.381-91. Antonio M. Hespanha analisa, nos quadros do Iluminismo português, a evolução das fontes do direito e a gradual preeminência das leis nacionais e civis em *A história do direito na História social*. Lisboa: Horizonte, 1978. p.70-149.

30

Aqui se pode fazer menção ao parágrafo 4 do título XI do livro 4º das *Ordenações Filipinas*, onde se lia que "em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais [do direito]". Por mais que a propriedade do Mineiro sobre o escravo fosse absoluta, o compromisso moral contraído com a palavra empenhada devia levá-lo a favorecer incondicionalmente a liberdade. Cf. LARA, Sílvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamerica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom). p.98-99. Agradeço a um dos pareceristas anônimos a sugestão de citar as *Ordenações Filipinas*.

Em que pese a promessa, o senhor manteve a condição escrava do negro, bem servido que estava de seus obséquios. De resto, havia razões extratextuais que davam verossimilhança à decisão. Como vimos, o alvará de 19 de setembro de 1761 tinha proibido a entrada de novos escravos no Reino português e, assim, restringido o fluxo de oferta daquele tipo de trabalhador. Como o Mineiro possuía o escravo há mais de dez anos e lhe prometera a liberdade logo depois de comprá-lo, esse compromisso teve lugar antes do alvará de 1761. Ora, após a decisão régia, o proprietário preferiu cancelar a alforria, mantendo escravo o negro, e, se fosse o caso, vendê-lo imediatamente no Brasil, onde o cativo não sofria restrições. Segundo Didier Lahon, era comum negociar cativos do Reino na colônia como forma de castigá-los; porém, após 1761 e 1773 (início da emancipação gradual dos escravos em Portugal), os senhores passaram a vendê-los no Brasil também como forma de "desinvestimento sem perda de capital".²⁸

Na seqüência, o debate refluí muito rápido. Como as grandes premissas já tinham sido armadas contra as convicções do Mineiro, o Letrado enfileira uma série de objeções irrefutáveis, à medida que o proprietário relata seu caso. "Por que eu não possa enganar meu preto?", pergunta-se ele, do contrário "estou eu em igual paralelo com um negro". "Isso foi contra toda a razão", repreende o conselheiro. Ora, o escravista usa o mesmo pressuposto – superioridade do branco – desacreditado durante a primeira parte do diálogo: "V. m. quer que o privilegio de ser branco lhe valha para mentir quanto quiser?", indaga-o o antagonista. "Ora, deixemos esta matéria, vamos ao seu negocio".

O Mineiro relata que, não encontrando meio de conformar o negro, queria vendê-lo no Brasil, onde ele passaria por maus-tratos da pior espécie. Mas o escravo, entrando na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, estava protegido pela lei que proibia a venda dos irmãos pretos para a colônia. Aqui, a par de todo o campo já explorado – a inferioridade dos negros e os castigos injustos –, dos argumentos racionais contra a *parvoíce* e dos argumentos cristãos contra os excessos, o Letrado recorre então à premissa que fechará seu discurso: uma lei do Estado jamais poderia ser desrespeitada. "Todo aquele, que não observa as Leis, que os Soberanos põem a seus Vassallos, pecam mortalmente. O Privilégio que os Senhores Reis concederão aos pretos dessa Irmandade é uma Lei [...]; logo todo o que violar este Privilégio peca mortalmente". Maldito pela lei divina, reprovado pela razão, o Mineiro também é suscetível de condenação pela lei civil.²⁹

Isso permite que, na recapitulação, o homem das luzes faça ver ao adversário todas as razões contrárias a seu comportamento.

É um abuso introduzido entre muitas pessoas imaginarem que os pretos foram nascidos só para serem escravos (...). É injusto o tratamento que muitos senhores dão aos escravos: eles devem ser castigados quando delinquirem, mas o castigo deve ser proporcionado à culpa (...) V. m. prometeu ao seu preto de o fazer forro, se ele continuasse em o servir bem (...), logo V. m. está obrigado a fazê-lo forro.³⁰

O Mineiro ainda tenta convencê-lo de que poderia, sem gravames para a consciência, forrá-lo em quinze ou vinte anos, contra o que expõe o interlocutor parte do repertório das obrigações recíprocas desenvolvidas pela teoria cristã: livrá-lo na velhice importa, antes, livrar-se de sua velhice. Com isso, a segunda parte vem a termo de novo com o tópico da conveniência:

"A razão em que me fundo – continua o Letrado – é a verdade; porque eu olho mais para minha consciência, do que para a minha conveniência."

O dono do escravo não se deixa dobrar, dizendo "cá farei o que entender". Ele dá as costas e vai embora, surpreendendo o leitor moderno, que espera pelo seu convencimento. Contudo, não devia haver espanto, na medida em que o diálogo tem por objetivo necessário a instrução do leitor ou da platéia – e não a redenção da personagem.

Impérios coloniais e escravidão no século XVIII

É possível ler a *Nova e Curiosa Relação* de duas maneiras. Conforme a extensão semântica concedida à personagem do Mineiro, pode-se considerá-la ou como representação dos proprietários de escravos em Portugal ou, por associação metonímica, como representação alegórica das regiões ultramarinas do império português. Nas duas leituras, o panfleto deve ser entendido como uma espécie de diálogo cultural com o alvará pombalino de 19 de setembro de 1761, que, conforme já foi citado, fundamentou a supressão do tráfico negreiro para Portugal no propósito de limitar os "muitos e grandes inconvenientes", bem como "o excesso e devassidão" a ele atinentes. Tanto no texto legal como na obra literária, a escravidão aparece como instituição legítima cujos abusos deviam ser corrigidos. Na primeira hipótese de leitura, parece que as impropriedades do cativo deveriam ser contidas apenas no Reino, como se a obra complementasse os desígnios da lei, regulando o comportamento dos senhores de escravos em Portugal. Na segunda interpretação, o panfleto vem a sugerir que as reformas morais e intelectuais do cativo negro podiam se expandir também para o universo colonial – embora se tratasse de um longo e difícil caminho, como o indicou o próprio Letrado ao confessar que faria "pior do que quantos [senhores] lá estão [no Brasil]", se ali vivesse. Em todo o caso, é inequívoca a noção de que a arte deve atuar ao lado do direito na instrução e na correção da sociedade, sugerindo um novo enquadramento intelectual da escravidão negra em perspectiva cristã, civil e ilustrada.

O procedimento racional que o panfleto recomenda para a reforma dos costumes sociais se deixa definir pelo escrutínio lógico do texto bíblico, pela negação do pecado original camítico, pelo questionamento do título da guerra justa e pelo cumprimento das leis do Estado. O embate discursivo ali apresentado, que confronta retoricamente costumes ou credices com atitudes investigativas e analíticas, se insere nos quadros gerais do Iluminismo europeu, segundo o qual as instituições humanas eram consideradas perfectíveis, passíveis de proporcionar cada vez mais o bem-comum racional dos homens. Fosse por meio de um sentimento de benevolência e de utilidade pública, fosse por meio de reformas administrativas e intelectuais, a humanidade parecia estar destinada a ser mais feliz.³¹ Fixado, assim, o sentido da *Nova e Curiosa Relação*, talvez seja oportuno formular uma pergunta que a remeta para um quadro histórico mais amplo: o que o diálogo e outras medidas pombalinas (por exemplo, o alvará de 19 de setembro de 1761, mas também o de 16 de janeiro de 1773, que libertava gradualmente os escravos em Portugal) nos diz sobre transformações processuais por que passava a instituição do cativo ao longo do século XVIII?

Para aquilatar a natureza dessas transformações na Europa e nos impérios coloniais, talvez convenha recuperar o conceito de *zonas de violência*, desenvolvido pelo historiador Eliga Gould. Conforme o autor, as zonas de violência se localizavam na periferia atlântica dos impérios e eram percebidas

31

Cf. DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ª ed., 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p.363-395 e p.438; e SILVA, Luiz Geraldo. *Esperança e Liberdade – Interpretações populares da abolição ilustrada*. *Revista de História*, 144, p.116-8, 2001. Segundo Davis, a idéia de progresso se ligou, nos séculos XVIII e XIX, ao conhecimento sucessivo da Lei Natural por meio do uso da razão; à concepção de um cristianismo moralmente evolutivo; à convicção de que os costumes, as leis e as instituições sociais melhoravam em direção do bem universal dos homens; e, posteriormente, à crença em que as instituições democráticas e populares contribuíam para o bem-estar coletivo de uma nação. DAVIS, David Brion, *op. cit.*, p.17 e 46. Na *Nova e Curiosa Relação*, a idéia de progresso é ligada ao aperfeiçoamento dos costumes sociais e à correção das crenças antigas relativas à escravidão.

32

GOULD, Eliga H. Zones of Law, Zones of Violence: The Legal Geography of the British Empire, circa 1772. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v.60, n.3, 2003. Disponível em: <http://www.historycooperative.org/journals/wm/60.3/gould.html>. Acesso em: 15 mar. 2005. Sobre *insiders* e *outsiders*, cf. ELTIS, David. Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation. *American Historical Review*, Bloomington, vol. 98, n.5, p.1399-1423, dec. 1993.

33

Sobre o caso dos asiáticos, cf. BOXER, Charles Ralph. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Trad. port. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p.107. Significativamente, o alvará que os igualava aos súditos europeus estabelecia que "Sua Majestade não distingue seus vassallos pela cor mas por seus méritos". A respeito do fim das distinções entre cristãos novos e velhos, cf. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.99. O Alvará de 1773 consta de LARA, Sílvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom). p.359-360.

como regiões de além-fronteiras, onde leis diversas, costumes diferentes e necessidades específicas permitiam que os súditos lançassem mão, em nome do empreendimento colonial, de formas de violência inaceitáveis nos territórios europeus, considerados *zonas de lei*. Entre tais formas, figurariam a escravização de índios e de africanos, algumas técnicas hediondas de guerra e a prática da pirataria. As diferenças entre os dois lados do Atlântico, que teriam surgido no início das Conquistas, persistiram até a formação dos Estados nacionais. Porém, a racionalização administrativa do século XVIII e as tentativas de submeter as remotas regiões imperiais ao direito da metrópole – o que, nos termos de Hespanha, poderia ser chamado de lenta passagem do paradigma jurisdicionalista (convívio de jurisdições autônomas dentro de uma mesma unidade política) para o estadualista (uniformização das regras legais de um Estado) – reformularam a noção de zona legal dentro da própria Europa, bem como expandiram sua aplicação para determinados aspectos da vida colonial. Esse processo provocou, ainda que muito lenta e ambigualmente, uma inflexão histórica inédita: a expansão gradual dos valores de um contrato social para os homens de todos os lugares do mundo, independentemente da origem, da raça, do credo ou do sistema político. Na prática, tal expansão rarefez o que David Eltis chamou de linha divisória entre *outsiders* (entre os quais estão os homens passíveis de escravizarem-se) e *insiders* (os irredutíveis ao cativoiro).³²

O alargamento das zonas de lei em detrimento das zonas de violência, por um lado, e a expansão da linha dos *insiders* sobre a dos *outsiders*, por outro, tudo isso sugere a ocorrência de mudanças intelectuais importantes tanto nos territórios metropolitanos como na esfera imperial das monarquias européias. No império português, essas transformações se manifestaram na elevação de índios americanos e de nativos asiáticos à condição de súditos da Coroa, respectivamente em 1755 e 1761, como se fossem brancos. Ao mesmo tempo, reformas que expandiram a linha dos *insiders* no território metropolitano cominaram na abolição da distinção entre cristãos velhos e cristãos novos (1768) e, o mais importante, nas medidas antiescravistas, como o fim do tráfico para o Reino (1761) e o alvará que emancipou ali a escravatura gradualmente (1773). Vale observar que esta última medida qualificava todos os futuros alforriados de "hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades, sem a nota distintiva de libertos, que a superstição dos romanos estabeleceu nos seus costumes e que a união cristã e a sociedade civil faz hoje intolerável no meu Reino, como o tem sido em todos os outros da Europa". Nota-se claramente aí a convicção de que, em virtude do progresso civilizador desde os romanos até o presente (o que se lê, de resto, na *Nova e Curiosa Relação*), deve ocorrer a expansão dos direitos civis a indivíduos outrora relegados à condição de *outsiders*. A partir de meados do século XVIII, o número de comunidades humanas que podiam tolerar práticas de exclusão civil e a extensão das regiões onde pudessem existir sofreram uma profunda redução conceitual.³³

Contudo, a racionalização administrativa, a unidade jurisdicional e a gradual expansão do contrato social no Século das Luzes ainda reservavam significativas diferenças entre zonas centrais e zonas periféricas nos impérios coloniais. Talvez a mais sensível delas tenha sido não apenas a manutenção, mas certamente o incremento dos sistemas escravistas na América, que se tornava o lugar por excelência do cativoiro africano, à medida mesma que a escravidão ruía na Europa, identificada como terra da liberdade. Para as colônias, a expansão das zonas de lei significou, na maior parte das vezes,

arrocho fiscal e perda de antigas autonomias legais. O problema é que essas transformações acabaram por colocar em questão a própria legitimidade do cativo, como ocorreu exemplarmente no império britânico.

Após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), primeiro conflito europeu a eclodir em escala mundial, atingindo simultaneamente a América, a Ásia e a África, o império britânico passou por drásticas transformações intelectuais e institucionais. Como sugeriu Christopher Leslie Brown, a incorporação abrupta de súditos de diferentes etnias e países à Grã-Bretanha, maior vitoriosa nos conflitos militares, levou a uma grande discussão sobre o status civil e sobre o governo dos novos povos. Até então, as tensões entre o investimento material na escravidão e a ideologia da liberdade britânica – em formação desde a segunda metade do século XVII – tinha levado muitos súditos a considerar o cativo anomalia tolerável e peculiar das colônias, alheia à identidade imperial. Mas, após a Guerra dos Sete Anos, no contexto dos debates sobre os direitos dos povos recém-conquistados, autores britânicos foram além da mera crítica do escravismo e propuseram reformas concretas para revestir os negros de direitos civis. Paralelamente a essa revisão geral de direitos, adveio também uma profunda crise institucional. Quando o parlamento britânico iniciou uma série de operações fiscais para cobrir o espetacular déficit orçamentário acumulado com a guerra, a instituição do cativo surgiu como assunto político em um imenso debate público sobre a autoridade do poder legislativo em todo o império. Entre 1763 e 1775, à medida que as discussões escalaram para a revolta e para a independência norte-americana, escritores em favor da Coroa apontaram uma latente contradição no fato de proprietários de escravos reivindicarem maior liberdade política e civil do que gozavam outros súditos ingleses. Em contrapartida, assembléias e panfletistas coloniais vieram a peticionar a proibição do tráfico negreiro, para evidenciar a tirania do governo metropolitano e qualificá-lo de grande responsável moral pela existência do cativo na América. Ao fim e ao cabo, simultaneamente, a instituição deixava de ser objeto de crítica para ser objeto de reforma política e se deslocava da reflexão moral sobre abusos privados para a esfera da identidade imperial britânica. Não era mais apenas matéria restrita ao universo senhorial. Era pauta de interesse público.³⁴

É nesse contexto que pode ser interpretado o caso de James Somerset, o escravo de Charles Stewart, colono de Boston, que foi considerado livre em decisão judicial de 1772, por ter posto os pés no solo livre da Inglaterra, onde não havia instituições reguladoras do cativo. Ideólogos metropolitanos (e também escritores humanitários) capitalizaram imediatamente o evento para reafirmar a autoridade moral da Coroa sobre as renitentes colônias escravistas, que, antes de reivindicar liberdades naturais, deviam passar da condição de zonas de violência para a de zonas civilizadas. No contexto acalorado da crise institucional das colônias, proprietários de escravos vociferaram contra a decisão de 1772 e contra os subseqüentes discursos em favor dos homens negros, dizendo que as leis costumeiras sancionavam a escravidão, com a anuência do governo inglês.³⁵

Em perspectiva comparada, a experiência das reformas ilustradas no império português produziu efeitos radicalmente distintos para o futuro da escravidão negra. Como na Inglaterra, discussões sobre o status civil dos súditos estavam na ordem do dia do governo pombalino. Contudo, nota-se uma grande diferença qualitativa na repercussão dos diplomas portugueses de 1761 e de 1773, pois que não resultaram em formação do abolicionismo

34

Vide excelente pesquisa de BROW, Christopher Leslie. *Moral Capital – Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. p.105-153 e p.209-258; sobre os efeitos da Guerra dos Sete Anos, cf. síntese em BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780-1914 – Global Connections and Comparisons*. New Delhi: Atlantic, 2004. p.93-106. Cf. também GREENE, Jack. Liberty, Slavery and British identity in the 18th Century West Indies. *Slavery and Abolition*, Londres, vol. 21, nº1, p.23-26, April 2000; GREENE, Jack. Empire and identity from the Glorious Revolution to the American Revolution. In: MARSHALL, P.J. (org.). *The Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p.225.

35

Embora não fosse regulada por leis, a escravidão não seria instituição ilegal na Inglaterra senão após o *Abolition Act* de 1833. Ver TEMPERLEY, Howard. *British Antislavery, 1833-1870*. Longman, 1972, caps. 1 e 2; DRESCHER, Seymour. *Capitalism and Slavery: British Mobilization in Comparative Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1987. cap.2. Os argumentos do proprietário de Somerset estão em SWAMINATHAN, Srividhya. Developing the West Indian Proslavery Position after the Somerset Decision. *Slavery and Abolition*, Londres, vol.24, nº3, p.40-60, dec. 2003.

36

Ver LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom). p.345-346.

37

Agradeço a um dos pareceristas anônimos, que me chamou atenção para esses efeitos dos alvarás pombalinos.

no contexto de uma crise institucional profunda. Afinal, o império português não passava por redefinição explícita do estatuto colonial nem por crises fiscais semelhantes à do *Stamp Act*. Pelo contrário, a racionalização administrativa de D. José I e de Pombal fomentou a produção escravista na América Portuguesa e aproximou a Coroa das elites coloniais. De fato, não havia razão para que o alvará de 1761 se tornasse matéria controversa ou ganhasse um sentido social de ataque político aos colonos. Ao contrário da decisão judicial britânica de 1772, o texto de 1761 previa devolver aos proprietários os cativos que entrassem no Reino à revelia da vontade senhorial: "Não é porém da minha intenção", diz o alvará, "nem que a respeito dos pretos e pretas que já se acham nestes Reinos e a eles vierem dentro dos referidos termos, se inove coisa alguma, com o motivo desta lei; nem que com o pretexto dela desertem dos meus domínios ultramarinos os escravos que neles se acham ou acharem."³⁶ Nesse sentido, é provável que os diplomas portugueses de 1761 e de 1773 tenham tido efeito, principalmente, nas populações forras e mulatas, que passaram a cobrar igualdade estatutária com brancos, sobretudo dentro dos terços militares.³⁷ Isso teria implicações peculiares no momento da crise institucional do império português (1808-1820) e na Constituição brasileira de 1824, que reconheceu a escravidão, mas concedeu cidadania a libertos crioulos.

Em vista disso, pode-se dizer que o autor anônimo da *Nova e Curiosa Relação* aproveitou o contexto aberto com a decisão de 1761, não para condenar o cativo, mas sim para reforçar a moralização da sociedade, instruindo os senhores de escravos a empregar a razão, seguir as leis civis e praticar os preceitos católicos. Ser bom vassalo, bom cristão e bom cidadão não ameaçava a escravidão, apenas a civilizava. Se for admitido que o Mineiro compõe representação alegórica dos espaços coloniais e o Letrado, do Reino, pode-se dizer ainda que o opúsculo recria conceitualmente uma nítida relação hierárquica entre metrópole e colônia, reservando à primeira o papel de arbitrar e civilizar a segunda, identificada como o espaço do saber de oitiva e das práticas nocivas à *res publica*. Realmente, em contraste com os escritos de Antonil, Benci ou M. R. Rocha, os desentendimentos sobre administração escrava não giram mais em torno de maus e bons cristãos espalhados no novo mundo, mas entre os homens estabelecidos na Europa e aqueles com experiência de vida em lugares violentos.

Por meio da *Nova e Curiosa Relação*, pode-se aferir, portanto, os impactos que a Ilustração gerou sobre a compreensão intelectual e sobre a organização institucional do cativo no império português. Por um lado, foram gradualmente abandonadas as justificativas de sua reprodução no tempo e no espaço baseadas no direito natural, como o título da guerra justa. Por outro, as diferenças institucionais entre colônia e metrópole se reforçaram com o desmonte gradual da escravidão no Reino. Na crise constitucional do império português (1808-1820), essa espécie de dualidade conceitual entre Portugal civilizado e Brasil bárbaro se manifestará no debate sobre as desvantagens de o Rio de Janeiro, cidade de um país escravista, sediar uma Coroa de extração européia. Ao mesmo tempo, as medidas pombalinas que estenderam direitos civis a vassallos de extração não-branca se refletirá, de alguma forma, na Constituição brasileira de 1824. Eventualmente, um estudo comparado entre o caso português e o inglês daria a ver bem a influência da escravidão sobre as identidades sociais em formação durante o surgimento das comunidades políticas contemporâneas.

almanack braziliense

informes de pesquisa



A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)

Cristiane Alves Camacho dos Santos

Repensando a *História do Brasil*: apontamentos sobre John Armitage e sua obra

Flávia Florentino Varella

Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos *padres-políticos* no contexto de formação do Estado imperial brasileiro

Françoise Jean de Oliveira Souza

A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)

Understandings of the Portuguese
Colonization of America during the
Independence of Brazil (1821-1822)

Cristiane A. Camacho dos Santos
Mestranda em História
pela Universidade de São Paulo

Resumo

Este informe de pesquisa apresenta proposições e desdobramentos de investigação de mestrado ainda em curso, sobre a leitura histórica da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil, cuja pesquisa empírica está baseada na imprensa periódica publicada no Brasil entre 1821 e 1822. Pretende-se identificar, na documentação, as referências a um passado diversificado que é unificado pelo discurso através do adjetivo "colonial" ou expressões semelhantes. Objetiva-se demonstrar que a história da colonização portuguesa da América compreendida como uma trajetória peculiar e específica em relação à história de Portugal é forjada e utilizada como instrumento político para sustentar projetos de futuro que viabilizaram a independência.

Abstract

This text presents propositions and ramifications of an investigation on the historical understandings of the Portuguese colonization of America during the independence of Brazil; the research focuses on the analysis of the periodic press published in Brazil between 1821 and 1822. I intend to identify how references to a diversified past were unified by expressions such as "colonial" or other similar words. I aim to demonstrate that the history of the Portuguese colonization of America - understood as an special and specific trajectory regarding the history of Portugal - is forged and used as a political instrument in order to support projects of future that made possible the Brazilian independence.

Palavras-chave

identidade nacional, Independência, Colônia, nação, historiografia

Keywords

national identity, Independence, Colony, nation, historiography

1

NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. IN: SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.13-39; SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: a História como "biografia da nação"*. São Paulo: Hucitec, 1997.

2

JANCSÓ, István (coord.) *Projeto Temático A fundação do Estado e da nação brasileiros (1750 – 1850)*. São Paulo, 1º semestre de 2003, p. 8 (mimeo). Sobre essa questão ver WEHLING, Arno. (coord.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, e WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Sobre o mesmo tema ver SCHWARCZ, Lília M., *Os guardiões da nossa História Oficial*. São Paulo: IDESP, 1995.

3

COSTA, Wilma P. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ (org). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2005. p.53-118. Para um panorama correlato sobre a América espanhola ver CHIARAMONTE, Jose Carlos. El mito de las origenes en la historiografia latinoamericana. In: *Cuadernos Del Instituto Ravignani*, 2. Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, s. d. p.1-35, e GUERRA Francois-Xavier. A nação na América espanhola – a questão das origens. *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano 1, nº 1, 1999-2000.

4

Para a crescente politização das identidades coletivas a partir do último quartel do século XVIII ver JANCSÓ, István. Et PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta – a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000. p.127-175.

5

Para o acúmulo de experiências associado à condição colonial ver NOVAIS, Fernando A. Op.Cit. A atribuição de um senso de unidade relacionado à colonização era recurso já utilizado desde meados do século XVIII, porém, parte-se da hipótese que tal atribuição se torna qualitativamente diferente no processo de independência do Brasil. Sobre o senso de unidade da América Portuguesa no século XVIII ver KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos*. São Paulo – Salvador: Hucitec - Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. Para a crise do Antigo Regime português na América, ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

Introdução

As tendências historiográficas mais recentes que discutem a formação do Estado e da nação brasileiros apontam para o problema de se compreender a independência do Brasil como o resultado de uma identidade nacional formada anteriormente, durante a colonização¹. Formulada no seio da historiografia do século XIX, com o objetivo de conferir uma base de sustentação ao Estado imperial nascente, essa interpretação foi intensamente criticada no século XX². Tais críticas questionam desde o enraizamento da nação brasileira no passado colonial, passando pelo questionamento da própria ruptura representada pela independência política, até a constatação de que a independência política e a consolidação de sua unidade territorial não foram processos históricos correlatos³. Seguindo uma premissa já razoavelmente consensual, podemos afirmar que a correspondência direta entre fundação do Estado e surgimento da nação é um equívoco, uma vez que não há relação imediata entre independência política e sentimento nacional.

Entretanto, a crítica intensa aos "mitos de origem" parece ter ofuscado parcialmente o entendimento dos nexos que conferem inteligibilidade às relações entre fundação do Estado e surgimento da nação, talvez devido à preocupação excessiva em não incorrer nos equívocos para os quais a própria crítica se dirigiu. Se não há uma correspondência imediata entre Estado e nação, é inegável a existência de uma conexão entre esses fenômenos históricos. No bojo do processo de independência do Brasil, em que múltiplos projetos de futuro estavam em questão, surge a preocupação de dar visibilidade e sustentação ao Estado imperial nascente através da transformação das identidades coletivas preexistentes e de suas múltiplas formas de politização; em outras palavras, surge a necessidade de mediar a relação entre Estado e nação⁴. O contato com a documentação do período indica para a mesma direção: se não existia uma nacionalidade brasileira em contraposição a uma nacionalidade portuguesa explícita nas lutas políticas que culminaram com a separação entre Brasil e Portugal, não se pode dizer simplesmente que – sobretudo entre 1821 e 1822 – portugueses europeus e americanos não estabeleciam qualquer sentido de diferenciação entre si.

Hipóteses investigativas

A partir dessa constatação, defende-se a hipótese de que a história da colonização portuguesa da América como uma trajetória peculiar e específica em relação à história de Portugal é forjada e utilizada como instrumento político para sustentar projetos de futuro que viabilizaram a independência. Defende-se, ainda, que a narrativa sobre a experiência colonial, esboçada nos anos de 1821 e 1822, ofereceu subsídios que serão apropriados pela historiografia de meados do século XIX, no sentido de forjar um sentimento identitário baseado numa história peculiar brasileira a partir do passado colonial. Evidentemente, as preocupações aqui apresentadas não têm como objetivo atualizar as explicações formuladas na segunda metade do século XIX, segundo as quais a independência do Brasil seria o resultado de um sentimento nacional crescente; entretanto, tudo indica que o acúmulo de experiências da condição colonial forma também as condições de possibilidade para o surgimento de identidades associadas a um passado específico "brasileiro" que, diferentemente do que ocorrera até então, justificaria projetos de futuro também específicos em meio à crise do Império português e ao processo de independência do Brasil, sobretudo nos anos de 1821 e 1822⁵.

6
KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História, Universidade de São Paulo, n.148, p.9-34, 2003.

7
KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit., p.56

8
Ver, por exemplo, *Revêrbero Constitucional Fluminense*, n.VI, 01 de dezembro de 1821 e *O Conciliador do Reino Unido*, 12 de março de 1821.

9
Essa hipótese foi desenvolvida recentemente por ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. In: *Almanack Braziliense*. (revista eletrônica), n.7, maio de 2008, www.almanack.usp.br

10
SLEMIAN, Andrea Slemian. *Vida política em tempo de crise. Rio de Janeiro (1808-1824)* São Paulo: Hucitec, 2006. p.138. Ver ainda MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial. (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Faperj/Revam, 2003.

11
MOREL, Marco. Op.Cit..

12
Ibidem

13
JANCSÓ, István. & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta – a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

Essas hipóteses parecem significativas tendo em vista a gradual ruptura anunciada no mundo ocidental de meados do século XVIII, com a transformação na concepção político-filosófica da *historia magistra vitae*⁶. Com a tendencial perda da operacionalidade de tal concepção, anuncia-se uma nova, de um tempo histórico que remete à unicidade dos fatos e que confere à história um caráter processual. Esse é, segundo Koselleck o principal traço distintivo da modernidade que implica no reconhecimento de um tempo inédito e, por esse motivo, o passado deixaria de ter funções normativas para o presente⁷. Tal caráter, que ganhava força no mundo ocidental no final do século XVIII, implicava aos homens da época um futuro incerto, impossível de prever e, por isso, objeto de controle.

A percepção da aceleração do tempo histórico e a tentativa de controle de um futuro em fuga, concebidas por Koselleck, se manifestam com frequência na documentação utilizada nesta pesquisa⁸. Isso não significa, contudo, que os exemplos históricos não fossem mais acionados. Observa-se, pelo contrário, a coexistência da história processual com um sentido providencialista da História, assim como com a história exemplar. A convivência do *topos* da *historia magistra vitae* com uma nova concepção histórica, processual, que não permite a previsibilidade e a repetição dos fatos, poderia tornar-se, assim, um elemento problematizador e relativizador do pressuposto koselleckiano. Poderia levar, portanto, ao questionamento da operacionalidade desse referencial teórico. Entretanto, defende-se que, a recorrência da mobilização dos exemplos históricos traz consigo a erosão da história como mestra e a preocupação com o controle do "futuro em fuga", diante da conjuntura histórica de crise. Dessa forma, muito mais do que uma certa resistência ao moderno sugerida pela permanência de parâmetros clássicos do conceito de história, parece que a história exemplar estava sendo, progressivamente, adaptada ao conceito moderno de história⁹.

Imprensa periódica – fonte e tema de pesquisa

A imprensa periódica assume, no contexto de politização das identidades coletivas, um papel privilegiado para análise porque intensifica o debate sobre os interesses públicos em Portugal e no Brasil. O estabelecimento da liberdade de imprensa no Brasil, em março de 1821, provoca a proliferação na circulação de panfletos e periódicos que, por sua vez, fornecem "materialidade para um debate político, anteriormente muito incipiente, visivelmente incrementado pelas transformações vividas no período, em especial o crescente interesse pelas questões de governo"¹⁰. Os periódicos transformam-se, ao mesmo tempo, em expressão e condicionante da constituição de um espaço público de discussão no mundo luso-americano¹¹.

Os periódicos se tornariam, também, verdadeiras armas de luta política em defesa de interesses que, mesmo que divergentes, atribuem ao Brasil um papel de destaque no Império português. Identificar a recorrência da mobilização de argumentos históricos para a afirmação do Brasil como entidade política, a despeito das divergências políticas entre os periódicos, é fundamental para esta investigação porque se pretende analisar as fontes não apenas como reduzidas simplesmente a "máscaras" de interesses econômicos¹², mas principalmente tendo em vista o quadro de reordenamento de múltiplas identidades políticas no contexto de crise e superação do Antigo Regime português¹³. Seguindo a assertiva de Benedict Anderson, a imprensa periódica representa o recurso técnico para o reordenamento e criação de identidades políticas. Em outras palavras, a arbitrariedade da

inclusão e justaposição de informações coincidentes no calendário, assim como a reiteração de recursos discursivos em comum, possibilitariam o enraizamento de um mundo imaginado na vida cotidiana, permitindo a produção de consciência de pertencimento político¹⁴.

Desdobramentos de pesquisa

Até o momento, procedeu-se ao levantamento e consulta da documentação periódica publicada no Rio de Janeiro em 1821, o que permitiu a identificação de elementos comuns no que diz respeito à instrumentalização do passado, a despeito das divergências políticas entre os periódicos analisados.

Os primeiros periódicos a circular no Rio de Janeiro após a instauração da liberdade de imprensa, em março de 1821, exaltam a decisão do rei ao jurar as bases da Constituição portuguesa. Glorificam os efeitos provocados no Brasil por essa decisão, geralmente, declarando fidelidade à monarquia portuguesa e à dinastia de Bragança. É o que observamos nos periódicos monarquistas *O Amigo do Rei e da Nação*, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, e *O Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa. Eram jornais publicados por pessoas que ocupavam cargos públicos ou que estavam ligados a pessoas que os ocupavam, e defendiam a continuidade da união luso-americana e a permanência de D. João no Brasil. Em março de 1821, o *Amigo do Rei e da Nação* publica carta de correspondente que exalta o juramento de D. João às bases da constituição, em 26 de fevereiro, realizando uma narrativa de louvor ao Brasil desde a chegada dos portugueses:

Se o Brasil enriquecido em seu princípio com os dons da natureza, juntou a eles os bens da sociedade, quando em 1500 fez parte da Lusa monarquia; se em 1808, a salvo da tormenta que ameaçava Portugal e quase a Europa inteira, acolheu dentro em seu seio o Atual Imperante e o viu nas praias do Janeiro empunhar o cetro que a Nação impaciente de sofrer estranho jugo, valerosa arrancou a destra do monarca espanhol, que lho extorquiria e dele fez espontânea entrega à Casa augusta de Bragança em 1640; se o Brasil levantado à Dignidade de reino, tinha por longa série de sucessos um nome respeitável, agora mais do que nunca o verá eternizado. O portentoso dia 26 de Fevereiro de 1821 abrilhantou seus Fastos e neles marcou Época de sua maior glória¹⁵.

O discurso é organizado através de uma perspectiva histórica que atribui à colonização portuguesa da América um caráter civilizatório, recurso que será recorrente nos demais periódicos de 1821. A transferência da Corte, seguida da elevação do Brasil à condição de reino, tem seu desfecho glorioso pelo juramento de D. João às bases da Constituição. A exaltação da dinastia de Bragança e, por conseguinte, da monarquia portuguesa, também é caracterizada a partir de referenciais históricos, como a restauração, e tem sua trajetória estreitamente ligada ao Brasil, havendo uma coincidência histórica entre a monarquia portuguesa e sua porção americana através da transferência da Corte para o Novo Mundo. Contudo, o discurso estrutura-se tendo em vista um substantivo, *o Brasil*, que agora tem sua glória "eternizada" pelo juramento das bases da constituição. Não se trata, somente, de simples louvor à dinastia de Bragança – o que demonstraria a posição monarquista do discurso – mas sim de enfatizar a nova dignidade *histórica* do Brasil intimamente relacionada com a história da monarquia portuguesa. *O Amigo do Rei e da Nação* esforçava-se para demonstrar que a prosperidade do Brasil estava atrelada (inclusive histo-

ricamente) à monarquia portuguesa e à dinastia de Bragança. Por isso, a conservação de sua integridade e glória continuaria (ou deveria continuar) atrelada às decisões reais. E mais: a estratégia de coincidência histórica entre o Brasil e a dinastia de Bragança parece corroborar a manutenção da família real no Brasil, uma vez que sua prosperidade fora intimamente atrelada ao evento da transferência.

Em oposição ao gênero laudatório e vinculado ao poder oficial do Estado, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, já em seu primeiro número, louva os ideais da revolução do Porto, aderindo ao sistema constitucional. Segundo os redatores:

Foi belo e majestoso o espetáculo da Liberdade plantando o seu estandarte no Brasil, que rojava há três séculos os vergonhosos ferros da escravidão.¹⁶

16

Revérbero Constitucional Fluminense, n.I, 15 de setembro de 1821.

Observa-se o esforço de inscrever Portugal e Brasil num mesmo processo histórico, à semelhança do que já fizera os periódicos que circulavam no Rio de Janeiro desde o primeiro semestre de 1821. A referência ao passado de opressão, mesmo que portadora de algo potencialmente novo e transformador, está esvaziada de conteúdo específico; pelo contrário, o passado superado que afligia "portugueses de ambos os hemisférios" é a "opressão" e o "despotismo", argumento também recorrente na documentação até agora analisada. O processo de colonização portuguesa da América, pelo contrário, é referido positivamente, como elemento de prosperidade e capacidade civilizacional. Em 15 de outubro de 1821, por exemplo, o periódico reforça os laços de união através de uma narrativa da colonização na qual a argumentação principal gira em torno dos enlaces entre Brasil e Portugal desenvolvidos ao longo da história da colonização e coroados pelo triunfo do sistema constitucional¹⁷. O mesmo se observa em narrativas presentes em outros periódicos do primeiro semestre de 1821.

17

Revérbero Constitucional Fluminense, n.III, 15 de outubro de 1821

A despeito de divergências políticas entre os periódicos, observamos elementos comuns no que diz respeito às leituras do passado. Portugal e Brasil são apresentados, indistintamente, como vítimas do despotismo. A ruptura representada pela revolução constitucionalista teria efeitos semelhantes para os dois reinos e reforçaria os laços de união entre eles. Soma-se a isso, o louvor dedicado à colonização portuguesa da América como elemento que teria trazido ao Brasil prosperidade e civilização. Já em 1821, manifesta-se, também, a politização do Brasil atrelada à sua elevação à condição de reino, elemento que canalizaria, em 1822, as reivindicações por reciprocidade recorrentes no discurso. Dessa forma, observamos uma operação discursiva comum e recorrente em 1821, que procura superar um passado de despotismo, porém ainda genérico e pouco qualificado, em nome de virtudes e princípios lusitanos dos quais os luso-americanos seriam (ou reconheciam-se como) herdeiros. Entretanto, freqüentemente, os discursos estabelecem distinção entre portugueses europeus e americanos.

18

Além da *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo aos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belém pelo filho do compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patricios*, somam-se a ela o *Discurso que em desagravo aos Brasileiros ofendidos pelo Compadre de Lisboa na sua Carta impolítica dirigida ao Compadre de Belém*; a *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro*; a *Carta do compadre do Rio São Francisco ao filho do compadre do Rio de Janeiro* e, por fim, a *Resposta analytica a hum artigo do Portuguez Constitucional em defeza dos direitos do Reino do Brasil, por hum fluminense*.

A reivindicação de reciprocidade entre os dois reinos orienta o olhar para o passado e, num momento de reordenamento político do Império português, torna-se potencializadora de incompatibilidades entre Brasil e Portugal. É o que indica um conjunto de cinco panfletos, todos publicados entre setembro e dezembro de 1821 no Rio de Janeiro¹⁸. O mais conhecido deles é a "Justa retribuição dada ao Compadre de Lisboa", cuja autoria é atribuída a Luís Gonçalves dos Santos. Ela é uma resposta a um artigo escrito para o jornal português *Astro da Lusitânia*, de um tal "Compadre

de Lisboa", que defendia a preponderância dos interesses de Portugal em detrimento do reino do Brasil. Circulou em setembro de 1821 e, em segunda edição, em fevereiro de 1822. Seu conteúdo é uma defesa da dignidade do reino do Brasil, apresentando algumas interpretações acerca do passado colonial. Em resposta à afirmação do "Compadre de Lisboa" sobre se Portugal se tornaria "colônia" do Brasil com a permanência da família real no Rio de Janeiro, argumenta que Portugal não foi destituído, com a transferência da Corte, de suas leis, forais, prerrogativas e instituições,

coisas que nunca houveram [sic] no Brasil antes da vinda de S. Majestade. E infelizmente nem era contemplado nos Títulos inerentes à Coroa, não tinha Escudo de Armas [e] não podia comprar nem vender senão aos negociantes do Porto e de Lisboa: os seus Portos estavam cerrados a todos os Estrangeiros, não lhe eram permitidas fábricas, nem indústria de qualidade alguma; nunca teve, nem ainda tem, uma Universidade, que não seja exclusivamente a de Coimbra; os Vice-Reis e Governadores eram mandados de Portugal, e os mesmos Bispos quase todos eram Europeus; [...] nunca foi permitido ao Brasil agricultural outras produções, que não fossem as propriamente chamadas coloniais¹⁹.

19

Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo aos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belém pelo filho do compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patricios. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822.

A conclusão denuncia claramente o caráter exploratório da colonização portuguesa:

Diga-me agora, Senhor Compadre; com a estada de Sua Majestade no Brasil Portugal chegou, ou recearia chegar a esses apertos, a esta degradação, que constitui o verdadeiro estado de Colônia, de que v.m. tanto se horroriza? [...] Nós os Brasileiros, a pesar de sermos colonistas [sic] ou perto de três Séculos, sofremos com paciência a nossa sorte; fomos sempre submissos, e fiéis ao nosso Soberano, nunca levantamos a voz²⁰.

20

Ibidem.

Se nos discursos anteriormente apresentados, predomina a instrumentalização do passado para reforçar a unidade da monarquia portuguesa e a prosperidade do Brasil, agora a colonização portuguesa da América é compreendida como sinônimo de exploração e opressão específica e historicamente qualificadas. A utilização do vocábulo "brasileiro" torna-se, também, cada vez mais freqüente. Essa mudança qualitativa ganha força em janeiro de 1822, a partir da decisão de D. Pedro em permanecer no Brasil, desobedecendo às ordens das Cortes. No folheto de 1821, associam-se ao discurso histórico elogios ao clima, vegetação, dimensões territoriais, riqueza e diversidade natural do Brasil, características que justificariam a reciprocidade entre os dois reinos. Isso não significa que o panfleto defenda a independência, pelo contrário, exalta a monarquia e a dinastia de Bragança como elementos de união entre eles. Convém notar, entretanto, que não se trata da simples união dos portugueses de todos os lugares, mas sim de afirmação da união de partes distintas e definidas, momento em que *o Brasil* parece ganhar materialidade como entidade política.

O folheto não abandona, ainda, a idéia de que há um elemento civilizatório no empreendimento colonial. Em reação à acusação do Compadre de que o Brasil seria habitado apenas por "hordas de negrinhos" trazidos da costa da África, Luís Gonçalves dos Santos argumenta que no Brasil existiam índios "bravos" e cristianizados, além de "pardos" e "pretos" nascidos no país e:

encontram-se também muitíssimos brancos sem outra mescla de sangue, que não seja todo Português, ou nascidos na Europa ou no Brasil: foram estes os que edificaram as nossas Cidades, os que as povoaram; os que levantaram estas fortalezas e as defendem; os que formaram sempre a parte mais distinta e respeitável dos

Cidadãos; os que compõem o corpo do Clero Secular e Regular, os que exercem a Magistratura, e os demais empregos públicos; os que estabeleceram as Casas de Comércio, e as conservam; os que são Proprietários, Senhores de Engenhos, ou de lavras minerais: Fazendeiros, Mercadores, Artistas, Mestres de Ofícios mecânicos [...]; são finalmente os brancos, os que em geral compõem a Tropa tanto da primeira, como da segunda linha, e especialmente a sua briosa, valente e distinta Oficialidade.²¹

21

Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo aos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belém pelo filho do compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patrícios. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822.

22

BERBEL, Marcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p.791-808.; BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation. 1798 – 1852*. Califórnia: Stanford University Press, 1988.; ROCHA, Antônio Penalves. A economia política na desagregação do Império português. In: CARDOSO, José Luís. *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001. p.149-197.

23

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica. *Almanack braziliense* (revista eletrônica), n.7, maio de 2008, www.almanack.usp.br

24

Para as determinações recíprocas entre os processos de independência nas Américas portuguesa e espanhola ver PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América Espanhola (1808-1822)*. 2003 (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2003. Para a importância da transferência da Corte e da escravidão na politização de uma identidade específica do Brasil ver JANCSÓ, István. Et PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta – a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

Manifesta-se, aqui, a ambigüidade que atribui à colonização portuguesa um caráter ao mesmo tempo exploratório e civilizacional que parece tornar operacional uma distinção entre "colonos" ou "ex-colonos" e "metropolitanos" ou "recolonizadores", operação discursiva levada a cabo a partir de dezembro de 1821, em torno da movimentação em defesa da permanência de D. Pedro no Brasil²². Se da perspectiva historiográfica, a relação entre colônia e metrópole não se coaduna mais com a realidade desde 1808, o reconhecimento de uma ancestralidade colonial presente na documentação, parece transformar tal relação em arma de luta política disponível e amplamente utilizada na dinâmica da independência.

A fórmula "trezentos anos de opressão", já recorrente nos discursos durante as guerras de independência hispano-americanas,²³ é defendida com frequência e amplamente evocada no mundo luso-americano. Ela reconfigura a experiência acumulada de vários séculos, criando condições para a projeção de uma história do Brasil peculiar em relação a de Portugal como signo de distinção entre duas partes a serem mantidas em união, mas portando uma carga de subversão dessa relação, com a qualificação dessa experiência como negativa; assim como, uma experiência a ser superada. Por outro lado, os "trezentos anos" da presença portuguesa na América também se apresentam como referência positiva, capaz de conferir unidade à monarquia portuguesa, assim como coesão e civilização ao Brasil. Elementos como o reconhecimento de unidade histórica entre os destinos da América portuguesa e da América espanhola, a conjuntura histórica decorrente da transferência da Corte para o Rio de Janeiro e, por fim, a posição do Brasil como um dos esteios da escravidão na América são, indiscutivelmente, determinantes de tal ambigüidade e devem ser sopesados nesta investigação²⁴.

Conforme procuramos indicar brevemente, o discurso histórico, e, em especial, a leitura da colonização portuguesa da América, parece ter dado materialidade à singularização da história do Brasil num momento crucial de reordenamento político, criando condições para projeções de futuro que, em 1822, tornar-se-iam incompatíveis com a indivisibilidade da nação portuguesa tal como preconizada pelas Cortes lisboetas e que, progressivamente, viabilizariam a independência política do Brasil.

Desenvolvimento da investigação

Como ações futuras de pesquisa, pretende-se proceder ao levantamento e à leitura dos periódicos publicados no Rio de Janeiro em 1822 e daqueles publicados nas províncias da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão, em 1821 e 1822. Através de mapeamento prévio, observa-se a crescente utilização, em 1822, de expressões como: "três séculos de opressão", "estado de colônia", "ferros do antigo despotismo", "sistema de colonização", "passada educação colonial", "recolonização" e "antiga escravidão colonial", que deixam subjacente um caráter valorativo negativo na apropriação de um passado específico e parecem dar força à singularização da história do

25

A compreensão do modelo de colonização aos quais os discursos políticos fazem referência é questão de extrema relevância. Parece-nos haver uma classificação implícita nos discursos entre colonização antiga e colonização moderna que atribui ao primeiro modelo um caráter positivo, civilizacional e, ao segundo, um caráter negativo, sinônimo de despotismo. Entretanto, conclusões a esse respeito necessitam de maiores esforços investigativos.

26

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado* – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.312.

27

PIMENTA, João Paulo G. De Raynal a De Pradt: apontamentos para o estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil (1808-1822). Comunicação apresentada no *Seminário Internacional Brasil: de um império a outro (1750-1850)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro de 2005.

28

Revérbero Constitucional Fluminense, n.IV, 01/11/1821.

29

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica. *Almanack braziliense* (revista eletrônica), n.7, maio de 2008, www.almanack.usp.br

Brasil. Torna-se cada vez mais recorrente a rubrica de "colonial" ao período anterior a 1808²⁵. Observa-se que, na medida em que se consolida um projeto de manutenção do reino do Brasil e dos interesses políticos em torno da regência de D. Pedro, ocorre a resignificação de experiências já adquiridas, uma vez que novas experiências abrem expectativas diferentes²⁶. Por conseguinte, a dinâmica política modifica constantemente a leitura do passado colonial que adquire conteúdos novos e inovadores.

As denúncias do caráter exploratório da colonização moderna e o anúncio da inevitabilidade da emancipação política da América são abundantes em 1822, em especial, as apropriações de leituras de Raynal e De Pradt, autores cujas idéias já eram disponíveis e amplamente divulgadas nos espaços públicos de discussão do período²⁷. Tais reflexões manifestam-se, no *Revérbero Constitucional Fluminense* desde 1º de novembro de 1821. Mesmo quando afirmam a "cordial aliança" que reúne Brasil e Portugal "há três séculos em corpo de monarquia", os redatores advertem que não convém ao Brasil "um governo de tutela porque é da natureza de um tal governo que os subordinados a ele procurem livrar-se da sujeição do tutor"²⁸. Dessa forma, as referências ao caráter exploratório da colonização moderna e sobre a inevitabilidade da emancipação política da América em associação com a citação ou apropriação de autores franceses como Raynal e De Pradt devem ser observadas com atenção.

A fórmula "três séculos de opressão", crescentemente evocada em 1822, sugere uma nova relação com o tempo que condensa o espaço de experiência (três séculos) oposto ao presente cujo desenlace é desconhecido, e que, por isso necessita de prognóstico. Nesse sentido, não se perde de vista a importância da mobilização do "passado recente", reconhecida especificamente do Brasil, para instrumentalização de projetos igualmente específicos²⁹.

Conforme procuramos indicar, a leitura histórica da colonização portuguesa da América durante o processo de independência é uma das dimensões da transformação das identidades coletivas e de seu processo de politização e, por isso, deve conduzir ao esclarecimento de algumas mediações entre Estado e nação pouco conhecidas.

Repensando a *História do Brasil*: apontamentos sobre John Armitage e sua obra

Rethinking the *History of Brazil*:
Remarks on John Armitage and his
Work

Flávia Florentino Varella¹

Mestranda em História
pela Universidade de São Paulo

Resumo

Esta nota de pesquisa tem o intuito de apresentar novas informações a respeito da recepção da *História do Brasil*, assim como dados que nos auxiliam a melhor compreender a trajetória de vida de seu autor, John Armitage. Paralelamente, argumentamos que Armitage narrou a história da Independência brasileira a partir de um modelo historiográfico que encontrou na sentimentalidade moderna um dos seus recursos expressivos. Assim, o autor inglês utilizou-se de uma caracterização sentimental de elementos da vida privada de Dom Pedro I como um dos fatores explicativos da história do primeiro reinado.

Abstract

This research report introduces new data concerning both the reception of John Armitage *History of Brazil* and the biography of this highly obscure author. The text also focuses on arguing that Armitage narrates the history of Brazilian independence from a historiographic model anchored on modern sentimentality as an expressive resource. Thus, the English author made use of a sentimental characterization of Pedro I's private life as an explanatory element of the first reign's history.

Palavras-chave

modernidade, historiografia, Império do Brasil

Keywords

modernity, historiography, Brazilian Empire

1

Este informe de pesquisa apresenta conclusões parciais do mestrado que realizo no Programa de História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, com bolsa CAPES.

2

Apenas a título de ilustração citamos como exemplo: Francisco Solano Constâncio, Alphonse de Beauchamp, João Manuel Pereira da Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, entre outros.

3

EGAS, Eugênio. Ao leitor. In: ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da *História do Brasil* de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p.11-5. Tal edição constitui-se como a mais cuidadosa que possuímos em língua portuguesa. Algumas edições excluíram partes consideráveis da obra de Armitage, sendo o exemplo mais crítico a produzida pela Melhoramentos na qual todas as notas de rodapé são simplesmente suprimidas sem nenhum aviso aos leitores. Cf. ARMITAGE, João. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

1. Um autor quase esquecido: John Armitage

Diversos são os historiadores oitocentistas que escreveram sobre a história brasileira ou que dela fizeram parte, que caíram em parcial ou total desconhecimento.² Apesar do recente aumento de trabalhos dedicados ao estudo e análise das obras de história produzidas no século XIX, ainda somos profundos desconhecedores da diversidade das imagens forjadas de nosso passado naquele momento.

A *História do Brasil*, do negociante inglês John Armitage, integra esse grupo, sobre o qual possuímos poucas e lacunares informações. O principal e mais completo estudo feito a respeito da *História do Brasil* foi escrito em 1914, e compõe sua segunda edição em língua portuguesa. Com o intuito de solucionar cabalmente o problema sobre a autoria desta *História*, Eugênio Egas ofereceu "Ao Leitor" informações inéditas até aquele momento.³ Por meio de uma carta enviada ao editor do periódico inglês P. C. (são indicadas apenas suas iniciais) obteve informações que o levaram a assegurar a existência de John Armitage e, por conseguinte, a comprovação autoral da *História do Brasil*. A polêmica que Eugênio Egas tentava solucionar era calcada nas dúvidas em relação à autoria e tradução portuguesa dessa obra. Muitos defendiam a hipótese de que o verdadeiro escritor da *História do Brasil* teria sido Evaristo da Veiga e, depois de abandonada essa especulação, cogitaram que Veiga poderia ter sido seu tradutor. Motivado por essas indagações, Eugênio Egas começou sua busca por John Armitage e obteve grande sucesso, tendo por intermédio das informações de um leitor do jornal P. C. descoberto parte da trajetória do historiador inglês.

Recentemente em nossa pesquisa, obtivemos outros documentos que trazem nova luz acerca do autor, sua obra e recepção desta na Inglaterra e nos Estados Unidos. A documentação encontrada foi:

- *The Monthly Review*, from may to august inclusive. Vol II new and improved series. London: G. Henderson, 2, Old Bailey, Ludgate-Hill, 1836, p.217-25. (Periódico)
- *The Museum of Foreign Literature, Science and Art*. Vol I – New Series. July to september, 1836. Philadelphia. Published by E. Littell, 1836, p.432-34. (Periódico)
- Cyrus Armitage. *Some account of the family of the Armitages: from 1622 to the present time*. London: Reed & Pardon, 1850, 98p. (Livro)
- *The Christian Reformer; or unitarian magazine and review*. New series, vol. XII. From january to december. London: Edward T. Whitfield, 1856, p.317-20. (Periódico)
- John Armitage last Will and testament. The National Archives of the United Kingdom. PROB 11/2238, p.674-76. (Documento manuscrito)

Além das notas de falecimento dos pais de Armitage - Cyrus e Sarah Armitage - que podem ser consultadas no *Christian Reformer* de 1852.

Nos periódicos *Monthly Review* e no *Museum of Foreign Literature, Science and Art* foram publicadas resenhas da obra de Armitage que salientaram tanto a possibilidade dos acontecimentos descritos na *História do Brasil* servirem como lição prática, quanto sua utilidade para o conhecimento mais profundo do governo e território brasileiros por parte dos ingleses. O resenhista do *Monthly Review*, por exemplo, sugere que o

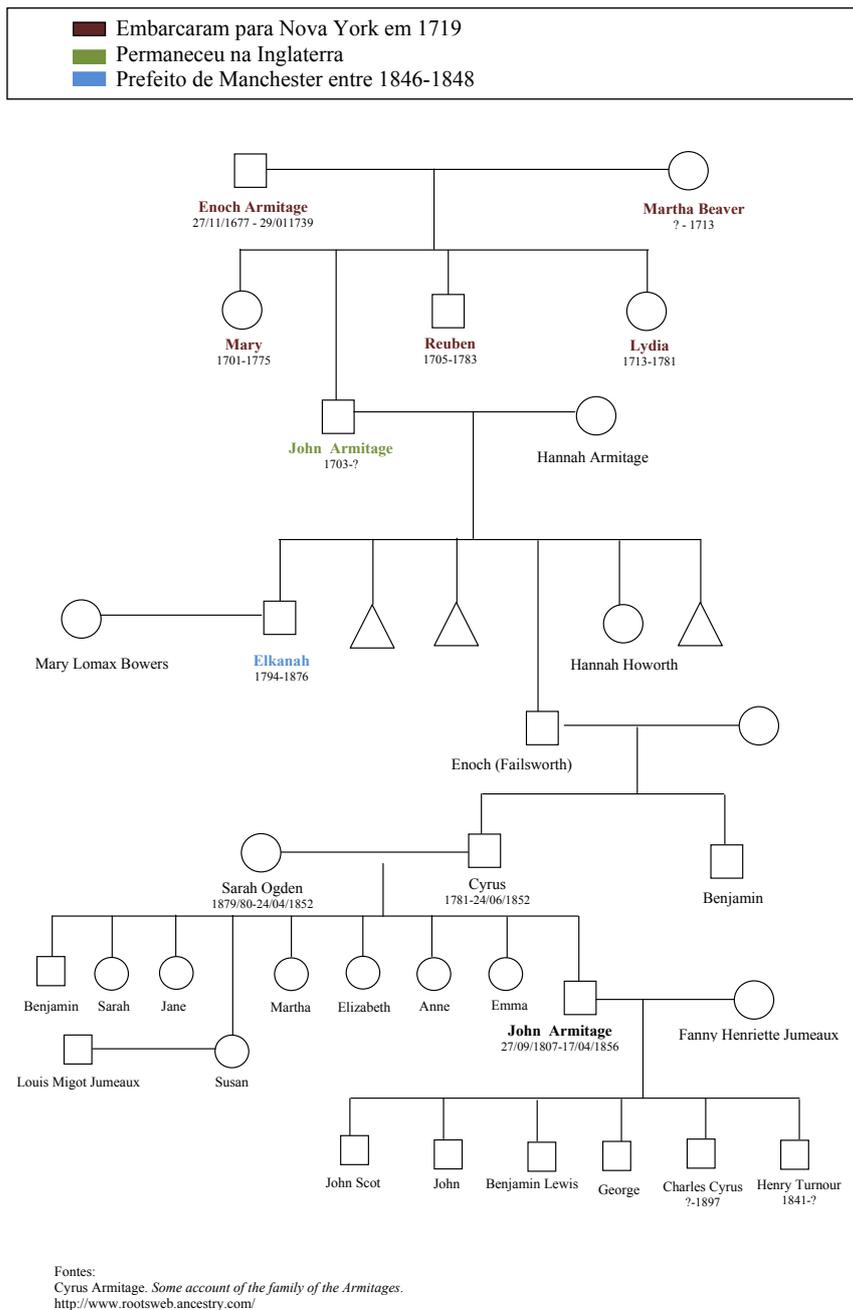
4
The Monthly Review, from may to august inclusive. Vol II new and improved series. London: G. Henderson, 2, Old Bailey, Ludgate-Hill, 1836. p.218.

5
The Monthly Review, from may to august inclusive. Vol II new and improved series. London: G. Henderson, 2, Old Bailey, Ludgate-Hill, 1836. p.219

aspecto mais interessante desta obra teria sido mostrar o progresso gradual do povo brasileiro de uma condição de semi-barbarismo para uma de civilização, comparável à dos ingleses.⁴ Após a leitura da *História*, o resenhista pôde concluir – com o próprio Armitage – que a transferência da família Real portuguesa para o Brasil foi o evento mais importante para a independência brasileira, mais importante que a Revolução Francesa, a independência dos Estados Unidos da América ou das colônias espanholas.⁵

Some account of the family of the Armitages, livro escrito pelo pai de Armitage, Cyrus Armitage, nos permite traçar uma genealogia preliminar de sua família:

Gráfico I



6

O Unitarismo é uma ramificação do Presbiterianismo que se diferencia por acreditar na unidade de Deus e, principalmente, por não acreditar na trindade e na morte de Cristo como um sacrifício ou uma expiação dos pecados da humanidade. Maiores detalhes sobre as crenças unitárias e sua interligação com a Ilustração, Cf. SOARES, Luiz Carlos. Do presbiterianismo ao unitarismo: a trajetória dos dissidentes racionalistas ingleses. In_____. *A Albion Revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7 Letras, FAPERJ, 2007. p.69-80.

7

The Christian Reformer; or unitarian magazine and review. New series, vol. XII. From January to december. London: Edward T. Whitfield, 1856. p.317.

8

Op.Cit., p.318. No original:
"Within the shores of that far southern land,
Where 'erst the Indian wander'd wild and free,
A mighty city proudly gems the strand,
And of an empire claims the sovereignty.
Oh! lovely is the landscape ye may see,
Where Rio's turrets, cliffs, and convents white,
Stand on the margin of the azure sea!"

9

Ibidem, p.318-9. No original: "The demoralization and insecurity which must exist in every country where the majority of the population consists of slaves, are too obvious to require any comment. There is also another reason which is often overlooked. Not only is slave labour confessedly dearer than free labour, but it has universally the effect of raising the price of free labour, and consequently of productions. Wherever slaves are, a certain degree of ignominy inevitably attaches itself to all manual occupations. Here, every man with a white, or rather a coppercoloured skin, belongs to the privileged orders. Labour is the province of slaves, and he is by birth a gentleman. Though without a vintem in his pocket, he has the soul of a spendthrift; and his ideas are consequently so much above his station, that he is utterly precluded from matrimony. Thousands upon thousands of families who, through the instrumentality of their own exertions, might become useful and honourable members of society, thus condemn themselves to a life of voluntary celibacy and starve on the scanty pittance afforded them by the labour of a few negroes, rather than demean themselves by industry".

Já as informações divulgadas no necrológio realizado pelo editor do *Christian Reformer* são as que podem melhor esclarecer aspectos relativos à composição da *História do Brasil* e da vida de seu autor. Pela grande similitude das observações publicadas no "Ao leitor" e neste necrológio, podemos arriscar que, provavelmente, o informante de Egas foi leitor desse periódico. Contudo, os dados transmitidos são apenas uma pequena parte dos publicados no *Christian Reformer*, de cujos mais importantes faremos um breve resumo.

John Armitage nasceu aos 27 de setembro de 1807 em Failsworth, Lancaster, e logo nos primeiros anos de sua infância seus pais se mudaram para Dukinfield, Chester, onde iniciou sua educação. Membro de uma família presbiteriana e unitária, recebeu lição de alguns membros da Congregação Unitária de Oldham e, por volta dos nove anos de idade, o Reverendo Benjamin Goodier assumiu sua educação vivendo, inclusive, em sua casa em Dukinfield.⁶ Poucos anos depois, teve que interromper sua instrução para ajudar seu pai na fábrica de algodão pertencente à família. O escritor do necrológio afirma que o jovem Armitage tinha uma forte inclinação para a escrita e leitura de obras em prosa e em verso, que sua educação ajudou a aprimorar. Afirma que quando ele deixou de ser um garoto, expressou alguns dos seus sentimentos mais ardentes da meninice em um pequeno e singelo poema.⁷ Pouco antes de completar 21 anos, aceitou o convite para trabalhar na firma mercantil Philips, Wood & Co e foi enviado para a cidade do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu sob o gerenciamento de Mr. John Holland, em 1828. No período de sua estadia (1828-1835), compôs um poema inspirado no Rio de Janeiro, que possuímos apenas uma parte:

Nas costas da distante terra do Sul,
Onde antes andavam índios selvagens e livres,
Uma poderosa cidade com orgulho abrilhanta a orla,
E reivindica de um império a soberania,
Oh! Amável é a paisagem que podes ver,
Onde do Rio as torres, montanhas e brancos conventos,
Pairam na margem de um mar azul! ⁸

Armitage também escreveu, em sua permanência no Brasil, uma nota dissertativa sobre a escravidão:

A desmoralização e insegurança que deve existir em todo país onde a maioria da população é escrava é tão óbvia que não requer comentário. Há, contudo, outra razão que é freqüentemente ignorada. Não é só o trabalho escravo mais caro que o trabalho livre, mas, em todos os lugares tem o poder de aumentar o preço do trabalho livre e, conseqüentemente, da produção. Onde quer que haja escravos, um certo grau de ignomínia associa-se a todo tipo de ocupação manual. Aqui, qualquer homem com pele branca ou, melhor, uma pele mais acobreada, pertence às classes privilegiadas. O trabalho é o domínio dos escravos, e ele [o homem branco] é cavalheiro por nascimento. Embora sem um vintem no bolso, ele tem a alma de um gastador, e suas idéias estão conseqüentemente tão acima de seu estado, que fica por completo impedido de contrair matrimônio. Milhares e milhares de famílias, que por meio de seu próprio esforço poderiam se tornar úteis e honradas partícipes da sociedade, condenam-se então a uma vida voluntária de celibato e fome na escassa pensão oriunda do trabalho de uns poucos negros, ao invés de se entregarem à indústria. ⁹

10

Agradeço a preciosa informação sobre a atuação de John Armitage nesta Sociedade à Lucía Paschoal Guimarães professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

11

RODRIGUES, José Honório (Org.). *Registro de Estrangeiros - 1831-1839*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1962. p.16.

12

John Armitage last Will and testament. The National Archives of the United Kingdom. PROB 11/2238, p.674.

13

The Christian Reformer; or unitarian magazine and review. New series, vol. XII. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1856. p.319.

14

Ibidem, p.320. No original: " Since my arrival in this colony, there has been a wonderful progress in the prosperity of the native trading community. Not only are they more opulent than formerly, but their numbers have increased tenfold. And what, I would ask, is the secret of your success? Simply this, that instead of relying on others and putting your trust in princes, you have trusted to yourselves, to your own economy, your integrity and your industry, and the result shows that your trust has not been misplaced. •• I fully believe that the prosperity of the industrious classes here is but in its commencement. If to this commencement I have been able to contribute a little, however feebly, it will be a pleasing source of retrospection during the whole of my future life".

De sua amizade com Evaristo da Veiga, importante publicista e figura influente na luta política que levou à abdicação de Dom Pedro I, surgiu a oportunidade de participar da diretoria da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (1831-1832).¹⁰ Apenas na parte final de sua estadia de sete anos no Rio de Janeiro é que escreveu a *História do Brasil*. Retornando à Inglaterra no dia 6 de julho de 1835¹¹ – aos 28 anos – publicou sua história em dois volumes no ano seguinte, e já em 1837 contava com uma excelente tradução para a língua portuguesa. Armitage permaneceu pouco tempo na Inglaterra, embarcando, em 1836, por outra companhia mercantil para a ilha do Ceilão (atual Sri Lanka); tendo obtido sucesso em suas empreitadas comerciais, abriu sua própria firma mercantil, chamada Armitage Brothers.¹² Em 6 de setembro de 1838 se casou com Fanny Henriette, filha única de John Jumeaux, com a qual teve seis filhos. O redator do *Christian Reformer* considera que os princípios liberais de governo, a educação e religião recebidas dentro do presbiterianismo inglês e do unitarismo guiaram suas bem sucedidas atitudes políticas.

Após dezenove anos no Ceilão, Armitage voltou para a Inglaterra em 30 de agosto de 1855 com o estado de saúde bem comprometido. Durante o tempo em que viveu na ilha, serviu por longos anos ao governo belga como seu representante consular, foi um dos diretores do Banco regional e membro do conselho legislativo por oito anos.¹³ São mencionados no necrológio como objetos públicos aos quais teria devotado grande atenção: a melhoria da educação, a multiplicação de estradas e modos de trafegar entre partes diferentes do Ceilão, a abolição de toda taxa desnecessária e opressiva, o cultivo de produtos favoráveis ao clima, etc. Graças a ele, as exportações da ilha teriam crescido muito e ocorrido melhorias na educação e na prosperidade da população nativa. Por ocasião de sua partida do Ceilão, Armitage proferiu o seguinte discurso:

Desde minha chegada nesta colônia, tem havido um progresso maravilhoso na prosperidade da comunidade comercial nativa. Não estão elas apenas mais opulentas que anteriormente, mas seu número aumentou dez vezes. E qual, eu perguntaria, é o segredo deste sucesso? Simplesmente isto, que em lugar de depender dos outros e de confiar nos príncipes, vocês confiaram em si mesmos, em sua própria economia, na sua integridade e indústria, e os resultados mostram que sua confiança não foi mal depositada. Eu acredito inteiramente que a prosperidade das classes industriais aqui está apenas em seu começo. Se para este começo eu tenho sido capaz de contribuir um pouco, mesmo que timidamente, será uma agradável fonte de lembrança durante toda a minha vida futura. ¹⁴

Após sua chegada em Manchester, onde se estabeleceu ao lado da família e amigos, os problemas de saúde não obtiveram melhora o que levou ao seu falecimento em 17 de abril de 1856, aos 48 anos, em casa. Foi enterrado no mausoléu pertencente à família na velha capela de Dukinfield.

Essas poucas informações já nos permitem esboçar um perfil mais sólido do que o tido anteriormente, ou seja, simplesmente o de um comerciante inglês que residiu no Rio de Janeiro entre as décadas de 1820 e 30. John Armitage foi criado dentro de uma família unitária que prezava a educação liberal fundada na tolerância religiosa e no cultivo das artes literárias incentivando, assim, seu interesse pela poesia, história e comércio. Sua leitura dos românticos ingleses provavelmente não se restringiu a Robert Southey: a partir do poema sobre o Rio podemos vislumbrar a

15

Fazemos menção explícita a expressão cunhada por Maria Odila da Silva Dias para sintetizar a missão que os ingleses acreditavam ter, ou seja, a de levar a civilização ao resto do mundo. Tarefa esta colocada em prática por Armitage em sua permanência no Ceilão. DIAS, Maria Odila. *O fardo do homem branco*: Robert Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Nacional, 1974.

16

No original: "He then rose, and advancing towards the Adjutant, Frias, presented him the decree, observing, with tears in his eyes, 'He is my abdication; may you be happy! I shall retire to Europe, and quit a country that I have loved dearly, and that I still love.' Here tears choked his utterance, and he retired hastily to the adjoining room, where was the Empress, along with the English and French Ambassadors".

ARMITAGE, John. *History of Brazil from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831*. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 2. London: Smith, Elder and Co., 1836. p.132-133.

17

HOLANDA, S. B. de. A Herança colonial – sua desagregação. In: _____ (dir.). *História geral da civilização brasileira*: Brasil monárquico. 1º. Vol. São Paulo, Difel, 1970. p.9. Outros estudos clássicos seguem essa mesma linha de análise (vide, por exemplo: PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942), retomada posteriormente por outros historiadores: NOVAIS, Fernando Antônio. Condições de privacidade na colônia. In: _____ (dir.). *História da vida privada no Brasil*. MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1997; SILVA, Rogério F. da. *Colônia e nativismo*: a História como 'Biografia da Nação'. São Paulo, Hucitec, 1997 e PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002.

18

Utilizamos, aqui, expressão cara à obra de ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem. Lisboa: Edições 70, 2005.

19

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*: historiografia acadêmica luso americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004; e ARAUJO, Valdeir Lopes de. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

20

PIMENTA, João Paulo G.. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, D. I., 2007. p.134.

influência de Wordsworth, Coleridge e Byron em relação à descrição romântica da natureza e paisagem brasileiras. Imbuído fortemente da consciência de sua missão civilizacional, desenvolvida através do comércio, Armitage atuou no Ceilão no sentido de propagar os ideais do comércio livre e de uma sociedade cultivada. Vemos em seus escritos que a necessidade de extinguir a escravidão, esse mal que dificultava o desenvolvimento não apenas do comércio, mas da própria sociedade, tendo como conseqüência o mascaramento dos verdadeiros valores liberais, era tida como urgente. Parte considerável dos problemas e soluções intelectuais propostas pelos românticos ingleses, principalmente no que diz respeito à tarefa civilizacional britânica ainda fazia parte do horizonte de Armitage, que sentia "o fardo do homem branco".¹⁵

2. A História do Brasil: perspectivas de análise

"Levantou-se então [D. Pedro I], e dirigindo-se para o Ajudante Frias, apresentou-lhe o decreto, dizendo-lhe com lágrimas nos olhos: 'Aqui está a minha abdicação; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa, e deixo um país que tanto amei, e ainda amo.' As lágrimas sufocaram-lhe então a voz, e retirou-se apressadamente para a sala imediata, onde estava a Imperatriz, acompanhada dos Embaixadores francês e inglês". João Armitage. *História do Brasil*, p. 225.¹⁶

Estudos recentes têm se pautado na assertiva de que a construção de uma identidade nacional brasileira não se deu de modo linear e inequívoco, ou, segundo a clássica formulação de Sérgio Buarque de Holanda, de que "no Brasil, as duas aspirações – a da independência e da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas".¹⁷ A hipótese de que a consolidação de um Estado nacional esteve diretamente ligada à construção da nação – processo multifacetado e dotado de grande complexidade regional – tem subsidiado, em alguma medida, a afirmativa de que a historiografia associada à atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundadora tanto de um campo historiográfico nacional como de uma identidade equivalente. O Instituto, assim, correntemente é tratado como o grande palco da construção, formalização e estabilização da nação brasileira imaginada, o que gerou um descaso em relação à produção historiográfica escrita dentro e fora do Brasil antes de 1838.¹⁸ Trabalhos recentes têm mostrado que antes desta data existia uma historiografia, tanto nacional quanto estrangeira, que se debruçou sobre os problemas da formação de uma identidade nacional e de um território brasileiro.¹⁹ É notório que a escrita do passado, principalmente pós-independência, assumiu um lugar de destaque no cenário intelectual brasileiro. Contudo, não devemos pensar que a necessidade de escrita da história nacional só se deu após a independência do Brasil. Como propõe João Paulo Pimenta: "la creación de una idea de *historia do Brasil*, con rasgos específicos com relación a una *historia de Portugal*, fue uno de los motores del desarrollo y viabilización del proyecto de la independencia".²⁰

O desenvolvimento deste trabalho poderá contribuir para uma melhor apreciação de como, antes da criação do IHGB, já existia uma gama de questões e interpretações sobre a constituição da identidade nacional, via narrativa sobre o passado, que, em alguma medida, foram continuadas

21

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1839. p.282.

22

ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p.112-113. No original: "[...] he had no longer the same motives, either for the exertion of his talents, or the concealment of his failings. Temptations were necessarily multiplied around him; men of integrity were as much as possible excluded from his presence; and the plain and simple language of truth and soberness, was superseded by the vilest adulation. [...] and erected a palace for her residence in the immediate vicinity of San Christovao. At the same time, his treatment of the unfortunate Empress was most unfeeling." In: ARMITAGE, John. *Op. cit.*, Vol. 1, p.200-201.

23

Ibidem, p.141. No original: "[...]that the unfortunate Empress, who was at this period far advanced in her pregnancy, was forthwith conveyed from the scene of their interview to a sick-bed, whence she never rose again, excepting to perform a short and painful pilgrimage to the Gloria Church, where vows were in vain offered up for her recovery." *Op. cit.*, p.264-265.

- e reconfiguradas - com a implementação do Instituto. Certamente, os escritos sobre o passado do Brasil produzido por estrangeiros forneceram grande impulso à existência do IHGB. Entre o final de 1830 e o começo de 1840 foi corrente o tratamento da história como o depósito de feitos "ilustres" e "grandes homens" que deveriam ser lembrados e tirados do esquecimento: desejava-se erigir a história gloriosa de uma nação. Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, primeiro secretário e fundador do Instituto, em uma de suas contribuições à *Revista*, reclama das inexactidões nos escritos sobre o Brasil, afirmando que eles "se têm propagado no mundo por escritores menos zelosos de nossa glória".²¹ O grande problema da escrita da história do Brasil por estrangeiros não dizia respeito apenas à incapacidade de conseguirem mostrar o Brasil em sua peculiaridade - já que seus autores não eram brasileiros - mas à própria falta de zelo pela dignidade que a história dessa nova nação em construção mereceria.

Uma característica marcante da *História do Brasil*, de Armitage, foi o relato da Independência brasileira como um processo em que os "conselheiros Imperiais" e a vida privada exerceram grande influência nas decisões de Dom Pedro I e, conseqüentemente, nos rumos da nova nação. Para letrados zelosos, talvez essa história não representasse de forma direta o desejo e a imagem do Brasil que tinham e que almejavam deixar para a posteridade. A narração de fatos da vida privada feita de forma sentimental possivelmente foi tida como característica negativa dessa história, na medida em que a inserção desses elementos poderia indicar um descaso com a dignidade nacional.

Armitage relata que, após conseguir a dissolução da Assembléia Constituinte, D. Pedro "[...] não tinha estímulos para exercitar os seus talentos, nem para encobrir as suas imperfeições: as induções se reproduziam por todos os lados; afastavam-se da sua presença os homens probos, e a linguagem simples e imparcial da verdade era ofuscada pela mais vil adulação". Nesse contexto reconheceu publicamente Domitila como sua concubina conferindo-lhe imediatamente o título de Marquesa de Santos, edificando "um palácio para sua residência, na vizinhança de S. Christovão. Ao mesmo tempo o seu tratamento para com a infeliz Imperatriz era o mais insensível".²² A vida privada de Dom Pedro e seu relacionamento conjugal são traçados de forma preliminar para, mais adiante, servirem como ponto central no desfecho das decisões políticas do Imperador. Por ocasião do desempenho insatisfatório da tropa brasileira na guerra em Montevideú, Dom Pedro resolveu encontrá-los na esperança de poder conferir novo vigor e estímulo aos seus soldados. Durante esta viagem, a Imperatriz ficou gravemente doente por causa de uma pancada desferida por seu esposo: "[...] a desgraçada Imperatriz, que se achava nessa ocasião muito adiantada na sua gravidez, foi conduzida logo do lugar da entrevista para o leito de dor, e só se ergueu para uma curta peregrinação à Igreja da Glória, onde se fazia debalde preces para a sua melhora".²³ Não bastassem os sofrimentos vividos pela Imperatriz advindos de um casamento sem amor e de uma gravidez abortada prematuramente por um ato inconseqüente de seu marido, Armitage continua o relato de sua morte admitindo que era:

[...] penoso, mesmo para um estrangeiro, o conhecer que seus últimos momentos foram amargurados por um insulto, que poderia mui bem ter-lhe sido poupado. Nas agonias da febre que precedera a morte, a Marquesa de Santos teve o cruel arrojo de apresentar-se para ser admitida à câmara da enferma. Esta exigência

24

ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p.141. No original: "It is painful even to the stranger to know, that her last moments were embittered by an insult, which might well have been spared. During the agonies of the fever prior to her decease, the Marchioness de Santos had the heartless effrontery to present herself for admittance to the sick-room. The demand naturally created some confusion in the antechamber, of which Her Majesty inquired the cause. She had hitherto borne the ill-treatment of Don Pedro with the most exemplary submission, but this last insult instantaneously called up in her bosom the proud spirit of the House of Austria, and she refused, in decisive and explicit terms, to receive the projected visit. Incensed beyond measure at the refusal, the Marchioness attempted to force her way into the chamber of the Royal Invalid, and would have succeeded, had it not been for the personal interposition of the Marquis de Paranogoa, the Minister of Marine, who planted himself on the threshold, and told her, "Tenha paciência Senhora Marqueza Vossamerce não pode entrar." – "Have patience, my Lady Marchioness, you cannot enter." Her Ladyship, in consequence, retired with many threats of vengeance on the entire Cabinet, some of which were shortly after carried into execution. Before the death of the Empress had taken place, the letters of the Marchioness, complaining bitterly of the treatment which she had met with in the Palace, were already far advanced on their way to Don Pedro". *Op. Cit.*, p. 265-266.

25

Tratamos por "sentimental" um conjunto de práticas que despertam no leitor simpatia em relação ao personagem histórico relatado. Sobre o surgimento desse tipo de literatura e algumas de suas conseqüências, vide: PHILLIPS, Mark Salber. *History, the Novel, and the Sentimental Reader*. In:_____. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

26

Sobre a preponderância da memória sobre a história na primeira metade do oitocentos brasileiro vide o célebre trabalho de GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial*. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro; Brasília: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

27

PHILLIPS, Mark Salber. *Op.Cit.*, POCOCK, John. David Hume and the philosophical history of England. In:_____. *Barbarism and Religion: narratives of civil government*. Vol 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.163-257.

28

PHILLIPS, Mark Salber. *Op.Cit.*, p.71-72.

29

Ibidem. p.158-159.

produziu naturalmente alguma confusão na antecâmara, sobre a qual Sua Majestade se quis informar. Até então havia ela suportado o mau tratamento de D. Pedro com a mais exemplar submissão, mas esse último insulto fez reviver no peito da Imperatriz a nobre dignidade da Casa de Áustria, e recusou em termos decisivos e explícitos receber a intentada visita. Enraivecida por esta denegação, a Marquesa tentou dirigir-se à câmara da augusta doente, e tê-lo-ia conseguido a não ser a interposição pessoal do Marquês de Paranaguá, Ministro da Marinha, que se postou à porta e lhe disse: "Tenha paciência, Senhora Marquesa, Vossa Excelência não pode entrar". Retirou-se, portanto, a Marquesa ameaçando vingarse de todo o Ministério, o que com efeito executou em parte pouco tempo depois. Ainda antes de falecer a Imperatriz, já a Marquesa havia escrito a D. Pedro queixando-se do mau tratamento que encontrara no paço.²⁴

Voltando à Corte, não para as exéquias fúnebres de sua esposa, mas indignado com as injúrias sofridas pela Marquesa, o Imperador trata de forma vulgar seus Ministros, que imediatamente pedem demissão de seus cargos. Essas descrições pessoais são estruturantes no livro de Armitage, visam legitimar o movimento que levou à abdicação e à Regência. D. Pedro I foi descrito como um monarca bélico e passional, despreparado para realizar o modelo da sociedade comercial proposta pelos ingleses.

A presença desses trechos "sentimentais" pressupunha um público leitor capaz de identificá-los e valorizá-los na narrativa.²⁵ O surgimento de um leitor e de uma literatura sentimental na modernidade não foi um fenômeno restrito às literaturas. Apesar da prosa, em geral, e do romance, em particular, serem espaços privilegiados para o desenvolvimento da sentimentalidade, essas experimentações cognitivas também aconteceram no plano da historiografia na medida em que houve a incorporação do vocabulário sentimental como possibilidade de interpretação da história. Para além da constatação da escassa delimitação do campo historiográfico na primeira metade do oitocentos brasileiro, que continua provocando diversos debates sobre a sobreposição da memória frente à história, propomos que existia também um desejo por leituras sentimentais emergido na sociedade Ocidental desde o final do século XVIII.²⁶ Essas experimentações são mais do que puro reflexo da falta de delimitação do campo historiográfico, constituem parte de uma nova necessidade que afetará profundamente a escrita da história. Tal fenômeno ainda não foi estudado de forma suficiente em relação ao Brasil, contudo, esse processo de subjetivação do indivíduo juntamente com os novos desafios lançados à historiografia já obtiveram ampla investigação para o contexto britânico setecentista.²⁷

A expansão do horizonte dos estudos históricos para além da esfera militar e política, e, principalmente, o interesse inglês em explorar a sociedade, o dia-a-dia do mundo do trabalho, os costumes e os sentimentos consolida-se como uma das mudanças historiográficas centrais estabelecida na modernidade.²⁸ Em sua *História da Inglaterra*, David Hume não acreditava que um bom estilo e imparcialidade seriam suficientes para garantir uma narrativa que contasse a história nacional, incorporando sincronicamente outros componentes ao relato do passado, como a simpatia, a filosofia da história, a atualidade, a vivacidade e a ironia.²⁹ Tal alargamento do horizonte historiográfico contribuiu de forma decisiva para a escrita da *História do Brasil* de Armitage, na medida em que apresentou como possibilidade bem sucedida a escrita da história nacional pela via da incorporação de novas temáticas à narrativa. Contudo, seria insuficiente pensar esse novo horizonte britânico sem ter consciência da importância

30

Para uma análise detida da proposta historiográfica de David Hume em relação à incorporação de práticas sentimentais ao relato histórico, vide: VARELLA, Flávia Florentino. David Hume e Jane Austen: o sentimento e a construção da moderna historiografia inglesa. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Abril/ Maio/ Junho de 2006, Vol. 3, Ano III, nº 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.

31

Ann Jessie Van Sant argumenta que a partir da re-contextualização do *pathos* pela moderna fisiologia do sistema nervoso, sua significação tradicional relacionada à **visão** foi combinada, completada e alterada pelo significado de **tocar**. A novidade seria o convite para o procedimento experimental – como a sensibilidade psicológica – e a centralidade do corpo, adquirida pela incorporação de aspectos fisiológicos para descrever a resposta psicológica. Dessa forma, a linguagem da sensibilidade diz respeito ao entendimento literal do processo da sensação, assim como de experiências psicológicas relacionadas ou correspondentes. Cf. VAN SANT, Ann Jessie. Preface. *Eighteenth-century sensibility and the novel: the senses in social context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

32

Sobre o surgimento desses fenômenos no contexto brasileiro, vide: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

33

KOSSELLECK, Reinhart. 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas. In:_____. *Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. p.314.

das releituras da obra do historiador latino Tácito; Hume re-significou práticas a muito inauguradas pela história taciteana.³⁰ A historiografia taciteana inovou produzindo um relato conciliador entre a tradição política historiográfica e a demonstração do caráter moral do personagem – função primeira da biografia. Acompanham a composição histórica o tema da adulação – com todas as dificuldades de governabilidade que acarreta – e a análise do Imperador pelo caráter dos conselheiros mais próximos. Uma re-apropriação deste conjunto narrativo se deu na *História da Inglaterra* em inúmeros aspectos, principalmente no que diz respeito ao novo arranjo descritivo do personagem realizado pelo historiador que deixou de utilizar-se das formulações retóricas clássicas relativas ao *pathos* para a apresentação da sensibilidade moderna. É notório que em Roma não existia a concepção de indivíduo – dotado de complexidade interior – que desembocou na descrição dos grandes homens tendo em vista os parâmetros morais de vício e virtude que os definiam enquanto passíveis ou não de imitação. O surgimento da concepção moderna de indivíduo alterou marcadamente a maneira pela qual as paixões humanas eram apresentadas pela historiografia, na medida em que o psicológico assume lugar de relevância no entendimento das ações humanas. No decorrer do setecentos britânico, houve uma reconfiguração da retórica antiga em relação ao *pathos* fazendo com que o olhar sobre o sofrimento, como estratégia para criar piedade e estabelecer a similaridade entre a observação patética e a observação investigativa do sofrer, ganhasse novo impulso pela fisiologia do sistema nervoso e pela psicologia, permanecendo, assim, como movimento auxiliar na produção de sensibilidade nos leitores.³¹

Não podemos esquecer que essas transformações na escrita da história estavam associadas ao processo geral de crise e transformação das sociedades Ocidentais, potencializado pelo desenvolvimento da imprensa e de novos leitores, o alargamento da esfera pública e a politização do discurso histórico.³² A incorporação do debate produzido em relação à modernidade, principalmente no que se refere às contribuições de Reinhart Koselleck, tem feito a história da historiografia contribuir de forma decisiva para uma compreensão menos anacrônica de nosso passado e das transformações ocorridas no oitocentos brasileiro. A modernidade, para Koselleck, apresenta-se como um novo modo de equacionar o tempo histórico, produzindo formas diversas de experimentar e comunicar o mundo. Dentro de um variado conjunto de mudanças, o distanciamento entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" caracteriza-se como fator de maior importância para o entendimento dos problemas que buscamos investigar. As experiências passadas, imaginadas, vividas ou mesmo transmitidas, compõem o "espaço de experiência"; por outro lado, a projeção do futuro baseada nessas experiências é o que constitui o "horizonte de expectativa". A modernidade caracteriza-se como o lugar no qual "a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então".³³

Essa diferença entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" produziu um efeito de central importância: a impossibilidade de aprender com o passado. A história deixa de figurar como um conjunto estável e contínuo de acontecimentos que podem ser repetidos e imitados

anacronicamente, para ser concebida como espaço de singularidade, cujo exemplo máximo dessa nova posição foram as narrativas historiográficas nacionais. A singularidade – da nação ou do indivíduo – movimenta esse novo campo discursivo que surge na modernidade. A interioridade passa a compor de forma constituinte e expressiva o indivíduo, e essa não é passível de imitação. O objetivo fundamental da narrativa passa da imitação da ação para a experiência – seja física ou psicológica – do relato que será processado internamente de forma única.

Dois contextos historiográficos parecem se mostrar de grande importância para compreender a estrutura formal da *História do Brasil* de John Armitage. Por um lado, tem-se o surgimento de uma teoria e de práticas sentimentais advindas da expansão do horizonte explicativo da ação humana, relativo à psicologia, que acarretou na ampliação do objeto histórico. Por outro lado, parece ter havido uma re-apropriação da linguagem e dos dilemas taciteanos que propiciou um novo caminho de análise histórica em que a incorporação de outras questões não estritamente políticas era possível. Esse novo horizonte de escrita da história utilizado para explicar o processo de Independência brasileiro, ao que tudo indica, não obteve a mesma recepção que a historiografia "sentimental" conseguiu na Inglaterra.

Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos *padres-políticos* no contexto de formação do Estado imperial brasileiro

Religion and Politics in the First Reign and Regency: the Role of Politician-Priests in the Formation of the Brazilian Imperial State

Françoise Jean de Oliveira Souza

Doutoranda em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

A pesquisa sobre a qual me debruço tem como fim analisar a atuação política do clero brasileiro no momento inicial de formação do Estado nacional, demonstrando como os chamados "padres-políticos" estabeleceram diálogos com os acontecimentos da época. Neste sentido, pretende-se, a partir da realização de uma prosopografia dos padres parlamentares, analisar a conformação desse peculiar segmento da elite brasileira e analisar as discussões levadas por estes à tribuna do poder legislativo, fornecendo, assim, uma pequena contribuição para o estudo da história do pensamento político brasileiro e do processo de formação do nosso Estado. O estudo abrange os anos que vão de 1822 a 1842. Esta escolha justifica-se por ter sido este período marcado, sobretudo, pelas discussões em torno da definição das linhas mestras da nova ordem que se formava, além de corresponder aos anos do regime monárquico em que a presença de sacerdotes no parlamento brasileiro fez-se maior e mais significativa.

Abstract

This research aims to analyse the political actuation of the Brazilian clergy in the early times of the Imperial Estate, showing the connection of those called priests-politicians to some events occurred during the period on focus. In this way, through a collective biography study of priests parliamentarians, this paper will analyse this peculiar sect of the Brazilian politician elite as well as their speeches raised in the parliament. This paper intends to be a contribution to the history of the Brazilian political thought and the formation of the Estate, from 1822 to 1842. The period studied was determined by the fact that this was the time when the debate about the new order was intensified, and also because these were the years during the monarchical era in which the highest proportions of priests in the parliament were observed.

Palavras-chave

Império do Brasil, religião, poder legislativo

Keywords

Brazilian Empire, religion, legislative power

Os anos transcorridos entre a emancipação política do Brasil e o término da experiência regencial caracterizaram-se, sobretudo, pelo processo de construção do Estado Nacional brasileiro. Naturalmente, esse processo trouxe consigo uma série de embates entre correntes de pensamentos e segmentos sociais que, pela primeira vez, assumiam a dianteira da política brasileira.

Um desses setores da sociedade que se fez fortemente presente nos debates políticos de então, assumindo relevante papel no processo de construção das bases do Estado imperial foi o clero. A estes religiosos que ganharam destaque na nossa história política, chamaremos aqui de padres-políticos.

No início do período monárquico, a presença de padres-políticos fez-se marcante na nossa história, compondo parte da elite política imperial. Dos 102 deputados gerais eleitos para a primeira legislatura brasileira, iniciada em 1826, 23 eram clérigos, representando 22,5% do total de cadeiras. Na segunda legislatura (1830-1833), os padres-políticos corresponderam a 22% dos deputados gerais; na terceira legislatura (1834-1837), 24% e na quarta legislatura (1838-1841) 16%¹. A partir daí, sua presença na Câmara dos Deputados tornou-se cada vez menos significativa. Fato similar pôde ser constatado no Senado para onde 13 padres foram eleitos entre 1826 e 1841, ao passo que, durante todo o Segundo Reinado, somente 4 padres conseguiram ascender a tão alto cargo político.

A considerável presença de elementos da igreja na política brasileira encontra várias explicações. A primeira vem da própria herança deixada ao Brasil pelos anos de dominação colonial. Nestes, em função da atrofia da estrutura burocrático-administrativa do Estado português na sua colônia americana, a autoridade religiosa fez-se mais presente junto à população local, principalmente do interior, comparativamente à presença da autoridade civil laica. Onde houvesse um ajuntamento de pessoas, erigia-se uma igreja. Aliás, a origem de grande parte dos povoados brasileiros dava-se em torno de um templo religioso, o que fazia da Igreja a primeira representante do poder público a fazer-se presente nas localidades mais distantes. Conseqüentemente, o padre, como uma autoridade capaz de mobilizar a população, acabava por assumir funções que extrapolavam as tarefas de natureza religiosa, ocupando o vazio de autoridade deixado pelo Estado. Mesmo depois da independência, quando a justiça então iniciava sua penetração no interior do país através dos juizes de paz, escrivães e delegados, o clero ainda se envolvia com vários problemas de natureza judiciária: resolvia desavenças, testemunhava, controlava o movimento migratório interno anotando os domicilianos nas paróquias, registrava doação, compra e venda de propriedades etc. Também não foram poucos os casos em que, diante da ausência de uma determinada autoridade pública, como, por exemplo, os capitães gerais, os bispos acabaram sendo consultados quanto às questões relativas à administração das capitanias.

Outra explicação para a conformação desse peculiar segmento da elite política brasileira reside na preeminência do clero entre os homens cultos do país. Cercado por uma população, em sua maioria, iletrada, o clero brasileiro acabou sendo solicitado a concorrer nas eleições, desde a vereança até as câmaras legislativas provinciais, nacionais e no senado. Vale lembrar a discrepância existente entre o nível educacional dos padres e o da massa de analfabetos que compunha o grosso da população. Não por acaso, em 1853, quando os deputados gerais do Império questionavam o exacerbado envolvimento dos empregados públicos com a política, eles

¹ Brasil, Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O Clero no parlamento Brasileiro*. Brasília: Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, vol.1 a 5.

2

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 1996. p.373.

3

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Brasília: Editora Campus, 1980. p.76.

4

FALCON, Francisco José Calasãs. *A época pom-balina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

5

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN:FAPERJ, 2003.

6

SOUSA, Francisco Belisário de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

tiveram de admitir que esta situação teve origem no fato de que, por volta de 1822, "seriam apenas a magistratura e o clero as únicas categorias cultas do país"². De maneira que, o maior letramento ostentado pelos homens da igreja e a liderança intelectual que acabavam por assumir fazia com que estes se apresentassem, principalmente aos residentes nas regiões mais afastadas e menos urbanizadas do Império, como os mais bem preparados para assumirem cargos de representatividade nacional.

Importante também é o fato de que, em razão do Padroado Régio, os padres terem sido, ao mesmo tempo, servidores da igreja e empregados públicos. E, como bem demonstrou José Murilo de Carvalho, o emprego público foi a ocupação que mais favoreceu e treinou para a tarefa de construção do Estado Imperial na sua fase inicial, isto é, de 1822 a 1850. O Estado foi o maior empregador do tipo de gente que foi levada ao poder público, aos cargos eletivos do legislativo e aos cargos do executivo³.

Acrescente-se a isto o fato de que um dos grandes efeitos da política pombalina no Brasil foi a formação de religiosos para os quais a atuação política se fizera natural, uma parte da vida eclesiástica. O Reformismo ilustrado português, inaugurado durante o governo do marquês de Pombal, foi marcado pela absorção de alguns princípios iluministas que levaram à adoção de uma política de reformas em questões pontuais, visando evitar o abalo das estruturas vigentes. Os teóricos executores dessa vertente reformista acreditavam que, mais do que nunca, o poder deveria centrar-se no governante, o que tornaria possível a efetiva promoção do desenvolvimento do Estado. Propugnavam, portanto, a modernização do Estado português sem um rompimento radical com as suas formas tradicionais⁴. De maneira que o iluminismo adotado pela reforma portuguesa foi essencialmente católico e cristão, tendo sido promovido, não por livres pensadores, como o foi na França, mas, por homens "ilustrados" da própria Igreja, particularmente, pelos Oratorianos. Esse fenômeno foi possível em função do caráter ambíguo do reformismo ibérico, que impôs uma absorção fragmentada e peculiar das luzes, conferindo-lhe um caráter pragmático. Isto porque o iluminismo mitigado português, do qual o Brasil independente foi herdeiro, não realizou por completo a obra de secularização da política, mas, ao contrário, tomou o clero secular como aliado, colocando-o a seu serviço⁵.

Finalmente, deve-se considerar que a presença de religiosos no parlamento foi potencializada pela própria carta constitucional de 1824 e o decreto de 26 de março do mesmo ano, que atribuíam aos párocos funções importantíssimas no processo de realização dos pleitos. O envolvimento dos sacerdotes com o processo eleitoral não só tornava mais natural a associação entre prática religiosa e prática política, como fornecia aos homens da Igreja os instrumentos de controle e manipulação das eleições.

De acordo com as regras vigentes, as eleições gerais e provinciais seriam indiretas, e em dois graus: a massa dos cidadãos votantes de cada paróquia se reuniria na igreja matriz e elegeria os eleitores. Em seguida, nas eleições de segundo grau, os cidadãos eleitores formavam o colégio eleitoral que, reunido nas cidades ou vilas, que eram "cabeças de distrito", elegiam os representantes da província e da nação⁶. Antes do início propriamente dito da eleição, cabia ao pároco afixar os editais de convocação dos votantes nas portas das suas igrejas. No dia marcado para as eleições paroquiais, os cidadãos votantes e eleitores eram reunidos na matriz onde o pároco celebrava uma missa e fazia uma pregação contemplando os objetivos daquela assembleia, o processo eleitoral. Era, portanto, pelas mãos de um sacerdote

e a partir de uma celebração religiosa que se iniciava, oficialmente, o pleito para a escolha dos membros do legislativo brasileiro. De maneira que, estabeleceu-se no nosso sistema eleitoral uma espécie de "simbiose entre o político-administrativo e o religioso, entre o temporal e o clerical, o profano e o sagrado"⁷. Vale dizer que não havia situação melhor para que o pároco indicasse os candidatos apoiados por ele ou pela Igreja, ou ainda, para se apresentar, ele mesmo, como o melhor candidato.

Contudo, a participação do clero não se limitou à abertura das eleições, tendo se mostrado também importante na aplicação das exigências legais de qualificação dos cidadãos votantes e eleitores. Como o recém formado Estado brasileiro não criara uma estrutura de pessoal e repartições necessárias à verificação da situação dos eleitores e votantes, ele teve que lançar mão da documentação e das informações controladas pela igreja. Somente os registros religiosos que estavam sob a posse do clero possibilitavam ao Estado obter as informações que interessavam para a realização das eleições, ficando a cargo dos párocos elaborar as listas dos eleitores qualificados a votar. Conseqüentemente, os párocos eram designados a participar das mesas eleitorais, esclarecendo as dúvidas de inclusão ou exclusão dos votantes, atuando como árbitro nas contendas das apurações e, conseqüentemente, assumindo um papel definidor dos resultados eleitorais.

Assim, tendo em vista que os limites entre o religioso e o civil eram estreitos no Brasil desde os tempos coloniais, o catolicismo não escapou das aspirações transformadoras que estavam em curso no processo de elaboração dos novos quadros da sociedade após a independência. Diante das novas perspectivas trazidas pelas discussões acerca do modelo de Estado a ser instaurado no Brasil, os padres-políticos eleitos aproveitaram a oportunidade para repensar a situação política da Igreja brasileira, na expectativa de inaugurar uma nova fase de sua história, marcada por uma tentativa de nacionalização da religião católica. Entre o clero, era também unânime a urgente necessidade de reformar a Igreja no que se refere à situação moral de seus membros. Além de insuficiente, mal remunerado e mal distribuído pelas paróquias, o clero brasileiro encontrava-se mal preparado em matéria religiosa e coberto por escândalos morais, colaborando para a heterodoxia do catolicismo no Império.

Todavia, se por um lado era comum a crença na necessidade de reformas, por outro, não havia um consenso acerca da direção a ser seguida por estas e nem por quem elas seriam conduzidas. Um dos maiores embates estabelecidos no seio do clero consistiu em definir se as reformas religiosas diziam respeito exclusivamente à Igreja ou se, ao contrário, deveriam partir e serem dirigidas pelo poder secular. Este embate refletia a própria indefinição acerca do relacionamento que vigoraria entre a velha igreja e o novo Estado que se formava. A grande quantidade de assuntos eclesiásticos discutidos pelo parlamento brasileiro durante o Primeiro Reinado e regências demonstra o tamanho dessa indefinição e o desejo por transformações⁸.

Sem pretender esgotar em esquemas fechados toda a variedade de posicionamentos político-religiosos existentes entre os padres-políticos, pôde-se perceber que, grosso modo, estes se dividiam em dois grupos que, embora não organizados oficialmente, optamos por chamar de "católicos liberais" e de "católicos conservadores". Estes grupos tinham, em padre Antônio Diogo Feijó e em Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, suas respectivas lideranças.

Na sociedade católica do século XIX, surgiu o que a historiografia nomeou de catolicismo liberal⁹. Esta corrente político-religiosa foi marcada por uma tendência progressista de adaptação da Igreja ao novo universo intelectual e às novas condições sociais que se impunham. Dentro desta perspectiva, os católicos liberais brasileiros pensaram e discutiram as questões eclesiais no âmbito do Estado Nacional que se formava. Estes religiosos tinham uma idéia bastante moderna das liberdades da Igreja brasileira em face da Igreja universal, sustentando a competência e a legitimidade da interferência do poder civil para examinar os assuntos constantes nas bulas papais. Deste modo, os católicos liberais estavam convencidos de que as reformas da Igreja deveriam ser levadas a efeito pelo governo, uma vez que os interesses da religião se fundiam com os do Estado.

Coube exatamente a estes padres encabeçarem, na Assembléia Geral, os projetos de reforma que buscavam enfraquecer a influência romana sobre a Igreja brasileira, tais como a proposta de extinção das ordens religiosas e a proibição da entrada de frades estrangeiros, uma vez que estes eram considerados como defensores das pretensões teocráticas do papa e, logo, uma ameaça à soberania brasileira. Quanto às questões relativas à organização interna da igreja propunham, além da abolição do celibato clerical, o alargamento da autoridade dos bispos em detrimento da do papa e, por sua vez, a diminuição da autoridade dos bispos em prol de uma maior participação do clero na administração diocesana. Chegaram a defender, inclusive, uma política característica de uma "democracia clerical", propondo mecanismos eletivos para a escolha dos clérigos, em detrimento da autoridade dos bispos.

Vale lembrar que em todos os momentos em que as discussões parlamentares resvalaram na questão da soberania nacional, quando, por exemplo, por ocasião dos debates acerca de quem deveria nomear os bispos brasileiros, se o imperador ou o Papa, os sacerdotes liberais, posicionaram-se claramente em favor do Estado, baseando-se na idéia explicitada por Feijó de que: "se a nação brasileira não tem a força e o poder necessário para promover sua prosperidade sem o consentimento da Cúria Romana, então não é independente, não é nação"¹⁰. Destas palavras de Feijó depreende-se a existência entre o clero liberal do que poderíamos chamar de Jansenismo tardio. O Jansenismo correspondeu ao nome dado à tentativa de reforma da Igreja católica desenvolvida na França do século XVII. Dentre seus vários projetos, defendiam o direito do rei de controlar uma Igreja nacional, concedendo o *placet* e ganhando independência em relação a Roma. Combatiam os jesuítas – considerados os maiores defensores do poder de Roma – e mostravam-se tolerantes para com os protestantes. Poderoso instrumento de afirmação nacional, o Jansenismo ajudou a sociedade moderna a romper com a universalidade atribuída à cristandade e que, até então, favorecia a hegemonia política da Igreja sobre os reinos europeus, bem como inspirou os Estados a uma política agressiva contra a Cúria Romana que, naquele contexto, apresentava-se como uma das grandes ameaças à soberania das monarquias européias.

Seguindo esta linha jansenista, percebe-se o despertar da consciência nacionalista entre o clero brasileiro, sendo esta marcada por uma tônica regalista. O sentimento patriótico assumiu uma conotação específica para estes padres, constituindo-se na luta por uma autonomia do Estado com relação à influência exercida pelo Vaticano. Esse jansenismo tardio assumido pelos sacerdotes liberais e que, para os seus opositores, parecia

11

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.45.

12

ver: ALMEIDA, Luiz Castanho de. *O Sacerdote Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1951. BARBOSA, Francisco de Assis. Síntese Histórica. IN: Brasil, Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O Clero no parlamento Brasileiro*. Brasília: Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978. vol 1. MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: vozes, 1972. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. DF: Editora Universidade de Brasília, 1980.

13

O termo conservadorismo comporta dois significados. Um primeiro, mais amplo, refere-se a um fenômeno mais ou menos universal, que pode ser entendido, também, como tradicionalismo, ou seja, a tendência a apegar-se a padrões e modos de vida já consolidados, antigos. O tradicionalismo pode ser considerado, portanto, como uma reação a deliberadas tentativas de reforma. O segundo significado – que é o utilizado no presente texto – refere-se a um fenômeno político claramente moderno, produzido por circunstâncias históricas específicas. Para melhor compreensão do termo conservadorismo, ver: MANNHEIM, Karl. O Significado do Conservadorismo IN: *Karl Mannheim*: Sociologia. Organizadora: Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Atica, 1982.

14

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

15

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformismo na Igreja do Brasil império*. SP: USP. Boletim n 17, 1977.

um contra-senso, era encarado por Feijó como algo natural, afinal, como demonstram suas palavras, "ser católico não era ser servil a Roma, mas discutir a disciplina eclesiástica no âmbito do Estado Nacional" 11.

Não foram somente os opositores contemporâneos aos padres liberais que demonstraram estranhamento frente às suas atitudes políticas. A historiografia da igreja, e, particularmente, os estudos voltados para os padres que se destacaram politicamente, consolidaram a crença de que os sacerdotes do início do XIX foram homens religiosamente equivocados e que, de tão envolvidos com as questões seculares, acabaram por negligenciar seus deveres espirituais¹². Em geral, estes padres são tomados como homens que optaram por abandonar a vida religiosa e a fé católica em favor de suas carreiras políticas. Politicamente, eles são descritos como subservientes ao governo em troca de cargos públicos, aceitando sem questionamento as investidas do Estado contra os tradicionais privilégios da Igreja. Nesta linha de raciocínio, o posicionamento político-religioso do clero liberal, encontraria explicação, não em seus princípios teológicos e filosóficos, mas, principalmente, em seus interesses políticos e econômicos pessoais.

É preciso, porém, romper com estas impressões que tendem a desconsiderar a convicção religiosa desses homens, levando em conta, exclusivamente, o seu lado político. Naquele contexto histórico, não havia uma clara cisão entre o mundo da política e da religião, ao contrário, os homens daquela época tinham uma forma muito própria de juntar os dois universos, uma vez que o terreno da moral e da religião era tido como de interesse público. Do mesmo modo, o serviço público era entendido claramente como uma forma de servir à Deus e à Igreja. Esta estranha simbiose fica clara quando, por exemplo, Feijó apresentou o projeto de Constituição Eclesiástica por ele elaborado, como uma natural continuidade das reformas inauguradas com a Constituição civil do Império. Portanto, a dedicação desses sacerdotes à política não pode ser entendida como uma conseqüente morte do homem religioso. Ao contrário, o entendimento das motivações que moviam os padres-políticos em suas batalhas públicas exige que estas sejam analisadas a partir de características que lhes são muito próprias, isto é, como fruto de uma elite política e religiosa que, embora muito próxima do Estado, não se prendia unicamente aos interesses deste, mas que, ao contrário, tinha sua compreensão do mundo e da política pautadas, dentre outras coisas, por suas convicções religiosas.

Em contraposição ao círculo liberal, havia na Igreja brasileira um segmento conservador. O conservadorismo¹³ foi um pensamento desenvolvido na Europa moderna como tentativa dos setores mais abalados pela Revolução Francesa de deter o processo desintegrador dos antigos valores. Esta corrente de pensamento fundamentou inúmeros e importantes projetos político-ideológicos do século XIX e XX. Em pleno século da ciência e do progresso, o conservadorismo defendeu, em linhas gerais, a descrença na razão, a compreensão dos direitos como determinados pela tradição e não como dados naturais, a idéia da subordinação das relações sociais ao principio da ordem e disciplina, a negação do individualismo em prol do coletivo, a crença na infalibilidade do Papa e a importância do mistério e do obscuro como base da vida social e política¹⁴.

Os católicos conservadores do Brasil, em consonância com o conservadorismo europeu, caracterizaram-se pela defesa do ultramontanismo, voltados para a Santa Sé na linha da centralização papal¹⁵. Dentro deste grupo, Dom Romualdo Antônio de Seixas emergiu como figura proeminente

do movimento de reforma católica que, na direção contrária ao proposto pela reforma dos liberais, visava a regeneração da Igreja segundo os moldes tridentinos. Isto quer dizer que muito embora não questionasse o direito do padroado régio, este segmento conservador impunha sérias restrições à interferência do Estado em assuntos da Igreja. Também, lutando pela criação de mais seminários no Brasil e adequando-os às diretrizes romanas, os católicos conservadores visavam, elevar o nível educacional do clero para que fosse possível corrigir as distorções existentes entre a prática católica e as doutrinas da religião, buscando uma maior ortodoxia. Também defendiam a presença das ordens religiosas no Brasil, uma vez que estas eram consideradas por eles como importantes guardiãs dos valores ortodoxos católicos e importantes combatentes dos inimigos da verdade divina, tais como os protestantes, os deístas, os maçons, os cientistas e os liberais; ou seja, todos aqueles que depositaram sua fé na razão individual.

Dom Romualdo e seu séquito de conservadores foram os que mais se interpuseram aos projetos reformistas que Feijó e seu grupo apresentavam na Assembléia Geral. Neste contexto, este grupo de padres políticos vislumbrou uma Igreja mais autônoma (mas não um Estado laico), questionou as atitudes do Estado (ainda que muitos deles possuíssem cargos dentro desse mesmo Estado), e lançou as primeiras sementes daquilo que mais tarde viria a ser a tão falada Questão Religiosa e a romanização¹⁶ da Igreja brasileira.

Cabe aqui uma pausa para uma breve, porém, importante, observação. Apesar da destacada atuação do segmento conservador da igreja dentro do parlamento, a historiografia do Império pouco reconheceu a importância desses religiosos para a formação do pensamento católico brasileiro. Negligenciando a existência de um grupo de católicos conservadores, ainda no início do século XIX brasileiro, a historiografia tendeu a focar os estudos relativos a crise entre Igreja e Estado apenas nos conflitos de 1872 e nos clérigos nele envolvidos, criando a falsa impressão de que, até então, as relações entre os dois poderes havia se dado sem maiores embates. Segundo o estudioso da igreja, é somente na década de 1870-80 que se processa o começo da reação católica contra a ingerência do Estado. Nas palavras de Antônio Carlos Villaça, renomado historiador do catolicismo brasileiro "...se quiséssemos escolher uma data e uma figura, escolheríamos a figura de Dom Vital e a data de 1873, isto é, a Questão Religiosa. É a primeira afirmação antipombalina – católica – da história espiritual do Brasil".¹⁷ Conseqüentemente, os conflitos religiosos dos anos 20 a 40 do Império, num dos "períodos de maior exaltação dos ânimos entre pensadores, clero e autoridades do Brasil"¹⁸ não mereceram a quantidade de estudos condizente com sua importância histórica.

Extrapolando o universo da Assembléia Geral e da Corte, o conservadorismo católico manifestou-se também, ainda que de forma heterodoxa, entre segmentos mais simples da população e do clero brasileiro. A Cabanada (1832-1836), por exemplo, movimento ocorrido no agreste de Pernambuco e Alagoas, foi marcada pela presença de discursos e objetivos declaradamente conservadores e absolutistas. Desfavoráveis à abdicação de Dom Pedro I e críticos mordazes das investidas do Estado contra a Igreja e Roma, denunciavam:

O benéfico e amante pai dos brasileiros espoliado! A religião santa de nosso Senhor Jesus Cristo deprimida e vilipendiada! (...) Os religiosos, esses sustentáculos da disciplina da mesma religião, esbulhados e insultados! A casa da mãe de Deus convertida em sinagoga de Pedreiros livres.¹⁹

16

Esforço de aproximação da prática católica com as diretrizes romanas, buscando o estabelecimento de uma maior ortodoxia católica.

17

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975. p.10.

18

PAIVA, Gilberto. Meados do século XIX: A Igreja no Brasil toma novos rumos. IN: *Fragmentos de Cultura. Instituto de Filosofia e teologia de Goiás*. Goiânia, V.9, n°3, p.543, maio-junho, 1999.

19

FREITAS, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.85.

20

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *O Parlamento Imperial, a Liberdade religiosa e as relações Estado-Igreja no Brasil (1823-1889)*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

21

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairos, 1979. p.7.

O discurso citado permite perceber que catolicismo e monarquia permaneciam ainda muito vinculados no imaginário social brasileiro. Principalmente nas regiões rurais, religião e monarquia conviviam de mãos dadas, numa aura de misticismo popular. Se pensarmos que durante o primeiro reinado e regências, o Brasil carecia de uma autêntica e difundida idéia de nação, o catolicismo emerge como um importante elo entre os membros do corpo social que se queria fundar, fornecendo sustentação à identidade e unidade nacional e à perspectiva de lealdade indispensável à ação do Estado. Desse modo, a manutenção de uma política agressiva em relação a Roma poderia não parecer uma boa estratégia diante da iminência de fragmentação do Império.

Esta talvez seja a explicação para o fato de que os projetos mais polêmicos defendidos pelos católicos liberais nunca chegaram a serem aprovados pela Assembléia Geral²⁰. De qualquer forma, a visão liberalizante e jansenista deste grupo deu o tom do relacionamento estabelecido entre a Igreja e o Estado brasileiro ao longo de todo o período monárquico. Dom Romualdo, por outro lado, se não conseguiu, ainda na primeira metade do século XIX, impor seu modelo de igreja reformada ao sabor tridentino, acabou por lançar o germe daquela que seria uma das mais importantes reformas pela qual passaria a igreja brasileira, reforma esta iniciada em meados do Segundo Reinado e consubstanciada na República. Seu discurso conservador, aliás, ajuda-nos a conhecer uma série de imagens e conceitos que colaboraram para a justificação do poder do Estado conservador implantado nos anos 30 do século XX. Segundo Roberto Romano, a aproximação da rede discursiva conservadora, presente desde o século XIX, das experiências políticas do século XX, permite-nos ver "o quanto certas idéias recentes lançaram raízes nos séculos passados, visando harmonizar razão e sentimento, orientando as manifestações teológico-políticas ou secularizantes que disputam até hoje a condução da nossa vida política"²¹.

A atuação do clero na política brasileira não se restringiu, contudo, aos debates religiosos. Ao contrário, ao longo dos vinte anos aqui estudados, os padres-políticos estiveram envolvidos nos principais acontecimentos da nossa história parlamentar: da constituinte de 1823, passando pela tentativa de instauração de uma nova Assembléia Constituinte em 1832, também conhecida como a "revolução dos Três Padres", à aprovação do Ato Adicional de 1834 até o golpe da maioria. Até o momento em que nos encontramos com a pesquisa, não foi possível ainda mapear de que maneira o clero se organizou dentro da embrionária estrutura político-partidária que começava a se formar. Ainda não sabemos também se os padres que compuseram o círculo liberal e o conservador mantiveram-se coesos quando os assuntos tratados no parlamento eram de caráter estritamente secular. Estas questões ainda estão por serem estudadas na pesquisa sobre a qual nos debruçamos. De qualquer maneira, já foi possível perceber que houve uma tendência de aproximação dos padres ao grupo político tradicionalmente chamado pela historiografia de liberais moderados. Isto, entretanto, não nos permite afirmar que o clero assumiu um posicionamento político homogêneo a ponto de se constituir numa "bancada clerical" dentro da Assembléia Geral. Ao contrário, entre os 84 padres eleitos no Primeiro Reinado e nas Regências, encontramos tendências políticas as mais diversas: de exaltados como o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, passando por liberais moderados como Feijó e seu séquito, até conservadores como o

padre Francisco Ferreira Barreto. Houve também aqueles como o pernambucano Venâncio Henrique de Resende que, à maneira de Bernardo Pereira de Vasconcelos e ao gosto da cultura política brasileira, caminhou de um extremo ao outro, ao sair dos campos de batalha da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador para assumir as fileiras do futuro Partido Conservador.

Importante destacar que padres do Império não tiveram sua prática política limitada aos espaços oficiais de poder vinculados ao Estado. Ao contrário, com o intuito de verem concretizados seus modelos de reforma religiosa, bem como, seus projetos políticos seculares, eles travaram suas batalhas políticas em muitos outros espaços, como no *front* das revoluções, na imprensa e nos diversos clubes associativos surgidos no período em questão.

É de conhecimento de todos o fato de muitos padres terem participado de revoluções ao longo da primeira metade do século XIX. Em um primeiro momento poder-se-ia pensar que esses padres revolucionários eram compostos somente por membros do baixo clero ou oriundos de segmentos sociais mais baixos, o que lhes tornariam líderes populares em potencial. Contudo, ao contrário disto, muitos foram os padres da alta política do império, como os membros da Assembléia Geral aqui estudados, que participaram destas revoluções. Do total dos padres-políticos pertencentes à Assembléia Geral, 29% participaram de alguma revolução, tendo sido presos e alguns exilados. Também José Murilo de Carvalho afirma que grande parte dos padres revolucionários era de origem rica. Muitos se envolveriam em revoluções por assumirem um liberalismo mais próximo aos fazendeiros, isto é, que se opõe à interferência do governo central em seus domínios²². Importante lembrar que, após sofrerem as repressões por parte do governo imperial, a quase totalidade desses padres revolucionários, no melhor exemplo da nossa cultura política da conciliação, reassumiu cargos representativos ou postos importantes dentro da estrutura política do Estado.

Importante também foi a atuação dos padres-políticos na imprensa. Esta atividade, aliás, acabou por configurar-se como uma extensão de suas atividades parlamentares, na medida que a imprensa tornou-se "um foro alternativo para a tribuna", onde se diziam coisas que não se ousava dizer na tribuna da Câmara ou do Senado²³, além de traduzir para um público leitor mais amplo o que ocorria em ambientes restritos, como o da Assembléia Geral. A partir das informações que foram levantadas até então, é possível afirmar que, no mínimo, 27% dos padres que tiveram assento no parlamento atuaram intensamente na imprensa, editando ou redigindo importantes periódicos brasileiros. Não foram poucos os padres políticos responsáveis por levar a imprensa às regiões mais distantes das províncias das quais se originavam. Também Isabel Lustosa, analisando a imprensa brasileira no início do XIX, percebe a presença constante de padres na redação de jornais, fenômeno este atribuído, em parte, à falta de profissionalização do jornalismo brasileiro. Analisando, por exemplo, a redação do *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada por funcionários públicos e sacerdotes, a autora afirma que esta era "uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro"²⁴. O significativo envolvimento dos padres-políticos com atividade da imprensa, além de reforçar seu desejo de participação política por meios outros que não somente os cargos eletivos,

22

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Brasília: Editora Campus, 1980. p.151.

23

Ibidem, p.44.

24

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.71.

ampliando o modo pelo qual interagiam com o mundo secular e faziam política, demonstra que esse segmento da elite política e religiosa brasileira compunha, também, parte da nossa elite intelectual.

Esta última constatação é corroborada pela presença de 44% de padres-políticos em 24 diferentes espaços de sociabilidade que surgiam no Brasil, e, em particular, no período regencial. Este último é marcado por diversas manifestações de surto associacionistas em decorrência da inquietação política, social e econômica gerada pela abdicação do imperador. Sociedades políticas, filantrópicas e culturais como a Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Sociedade Coluna do Trono e do Altar, as maçonarias e sociedades secretas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contaram com a significativa presença e liderança do clero brasileiro. Muito embora alguns desses espaços associativos não se apresentem explicitamente como detentores de objetivos políticos, como por exemplo, o IHGB, há, sem sombra de dúvidas, um caráter político subjacente a todos eles, uma vez que permitiam a aproximação estratégica entre os membros da elite política brasileira. A política, é importante lembrar, de maneira nenhuma constitui um fenômeno restrito ao Estado, ao contrário, mostra-se presente em relações desenvolvidas em várias instâncias sociais. Assim, no caso particular do clero, é possível inferir que sua presença em tais meios significava a maior possibilidade de articulação política e desenvolvimento de contatos estratégicos capazes de lhes garantir, não só a efetivação de seus projetos político-religiosos, como também a ascensão a altos cargos eclesiásticos.

O momento áureo da ação política do clero no parlamento e nos demais espaços de atuação política aqui apresentados foi se desfazendo a partir do Segundo Reinado. Enquanto os clérigos assumiram papéis de destaque na política brasileira ao longo das quatro primeiras legislaturas que cobrem o Primeiro Reinado e Regências, a partir de 1841 eles foram ocupando cada vez menos cadeiras no parlamento. Conseqüentemente, sua atuação na Assembléia Geral foi tornando-se apagada, com raros e pálidos discursos incapazes de inflamar o espírito de seus companheiros do legislativo, como se dera outrora.

Este fenômeno é conseqüência de vários fatores, dos quais destacamos três: o primeiro diz respeito ao próprio perfil da elite política brasileira que vai se transformando, a partir de 1870, quando os funcionários públicos perdem espaço no parlamento para os bacharéis e fazendeiros.

O segundo fator vincula-se às várias reformas eleitorais ocorridas ao longo do império e que afastaram, gradativamente, o clero das funções eleitorais, sendo substituídos por um corpo de funcionários civis laicos nomeados diretamente pelo Estado para desempenhar não só as tradicionais atividades exercidas pela Igreja na área eleitoral, como também as funções cartoriais: registro civil, casamento, óbitos, registros de imóveis etc. Ao se comparar as alterações na legislação eleitoral com os dados quantitativos referentes ao número de cadeiras ocupadas pelo clero no parlamento brasileiro, ao longo do século XIX, fica claro que o maior ou menor controle do processo eleitoral por parte do clero significou, em certa medida, maior ou menor possibilidade de vitória dos sacerdotes nas eleições gerais.

O último fator de explicação passa por questões internas à igreja católica. Ao longo do século XIX, foi ocorrendo uma progressiva inversão dos valores religiosos predominantes no interior do clero brasileiro. Os conservadores que, a princípio, encontravam-se em minoria, foram

25

MATA, Sérgio da. "JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte". *Revista de História Regional*. Vol 3. N 1, 1998.

ganhando força dentro da Igreja no Brasil, acompanhando o movimento internacional de Romanização das Igrejas católicas, encabeçado pelo papa Pio IX. Como conseqüência, tem-se o progressivo afastamento dos padres dos espaços oficiais de poder do Estado. O clero, agora, volta-se para as questões internas da Igreja, para o fortalecimento da instituição, para a melhor formação de seus membros, e, principalmente, para a luta em prol da ortodoxia católica. Envolvendo-se menos com as questões políticas seculares, embora nunca as tenham abandonado completamente, o clero brasileiro foi, cada vez mais, afastando-se da tribuna parlamentar e assumindo o púlpito, os seminários e a catequese como o lugar, por excelência, de sua manifestação pública. Realizando uma sublimação da política, a partir de um relativo afastamento do "mundo", o conservadorismo católico conseguiu uma erradicação quase que total da figura do padre político que foi, nas palavras de Dom Antônio Ferreira Viçoso, sétimo bispo de Mariana, a "grande peste do rebanho" que, por muito tempo, contaminou e enfraqueceu o corpo da Igreja²⁵.

Recebido para publicação em julho de 2008
Aprovado em outubro de 2008

almanack braziliense

resenhas



COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.)

De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2007

Por Alain El Youssef

André Nicacio Lima

Bruno Fabris Estefanes

MARTINS, Maria Fernanda Vieira

A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007

Por Ricardo Salles

PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores

D. João VI: Um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

Por Cláudia Maria das Graças Chaves

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.)

História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007. Vol. I (592p.) e Vol. II

Por Roberta Giannubilo Stumpf

Alain El Youssef

Mestrando em História
pela Universidade de São Paulo

André Nicacio Lima

Mestrando em História
pela Universidade de São Paulo

Bruno Fabris Estefanes

Mestrando em História
pela Universidade de São Paulo

COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.).

De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX.

São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007. 342p.

Nessa coletânea de artigos, originalmente apresentados no simpósio *De um Império a Outro, Conflito e Construção*, ocorrido no encontro da Anpuh, em 2005, percebem-se duas intenções. A primeira, explícita em seu subtítulo, é a de entender o processo histórico de formação do Estado nacional brasileiro, situando o seu cerne no século que vai de 1750 a 1850. A outra transparece na idéia de mudança contida em seu título. Ao proporem que o estudo da formação do Estado brasileiro exige o acompanhamento das transformações implicadas no movimento de um império (o português) a outro (o do Brasil), as organizadoras colocam-se em uma linhagem historiográfica que vem superando a idéia de que a unidade política derivou quase que naturalmente da "herança da colonização". Trata-se, em outras palavras, de se atentar para as peculiaridades da relação dialética entre permanências e mudanças no período de formação da nacionalidade brasileira, o que é realizado no livro por meio da reunião de estudos monográficos sobre diversos espaços, temporalidades, e dimensões da realidade.

Lembrada desde a Introdução, a necessidade de se "ultrapassar os estreitos limites da 'história regional'" e, com ela, a "visão dicotômica entre o 'centro' e as 'partes'" (p. 17) é uma preocupação marcante na obra, reafirmada em muitos dos artigos que a compõem. As diversas leituras das experiências coloniais enriquecem a percepção de que a colonização portuguesa na América resultou em um mosaico societário, político e identitário, assim como a de que esta diversidade se expressava mesmo décadas depois da Independência. Exemplo disso é a trajetória de Minas Gerais, analisada por Alexandre Mendes Cunha na perspectiva das diferenciações regionais e de suas implicações políticas. O reconhecimento das especificidades, neste caso, parte de uma "leitura da precocidade no processo de formação de uma base urbana nesse espaço, e do entendimento de que é exatamente esta base que viria a ser a responsável pela progressiva construção do espaço rural, e não o contrário" (p. 202). Trabalhando com as listas de votantes, o autor realiza ainda um levantamento da distribuição regional e das atividades econômicas dos eleitores mineiros. Com isso, oferece elementos para que se percebam as relações entre as dinâmicas regionais e a representatividade política na formação da província de Minas Gerais.

Também marcada pela precocidade urbana, a trajetória de Mato Grosso é analisada por Nauk Maria de Jesus da perspectiva das tensões regionais, expressas desde a criação da capitania e de sua sede, em meados do século XVIII. Os "boatos e sugestões revoltosas", que opunham colonos de Cuiabá - a primeira vila e o principal núcleo urbano do extremo oeste - ao reiterado esforço da Coroa em consolidar Vila Bela como capital mato-grossense expressam, além de um tensionamento entre espaços regionais, outro que opunha interesses engendrados na colonização àqueles que orientavam a política metropolitana. No caso de Mato Grosso, como no de Santa Catarina, analisado por João Rafael Moraes de Oliveira, é sobretudo a importância estratégica dessas capitanias que orienta a política portuguesa, sendo a condição de fronteira, nesses espaços, fator determinante na forma como se manifestou a crise da colonização lusa na América.

O reformismo e as dinâmicas regionais estão também no escopo de Ana Paula Medici, que analisou os conflitos que permearam o desenvolvimento da agricultura comercial na capitania de São Paulo entre 1782 e 1822. O caso paulista contrasta claramente com as situações periféricas do extremo oeste ou de Santa Catarina, pois, no decorrer dos Setecentos, "São Paulo transformou-se de região de fronteira à área de enraizamento de interesses ligados à produção e comércio de gêneros agrícolas, voltados tanto ao mercado americano quanto ao europeu" (p.257). Para revelar as disputas políticas e econômicas que permeavam esse processo, a autora valeu-se, sobretudo, dos relatos de quatro memorialistas, cujos traços biográficos nos mostram suas ligações com distintos grupos de poder locais, em nome dos quais escreviam defendendo novas formas de controlar a mão-de-obra, ocupar e cultivar a terra, além de dominar a estrutura comercial e fiscal. Esses grupos estavam cada dia mais interessados em estreitar as redes de comércio com o centro do Império, o que quer dizer que, a partir de 1808, os esforços de modernização das estruturas produtiva e governativa da capitania passaram a mirar a consolidação do estabelecimento da Corte em território americano.

Quanto ao processo de emancipação, tema clássico, mas sempre atual nas reflexões sobre a "nossa formação", vale destacar que um avanço muito importante da revisão historiográfica que guia os artigos do livro é perceber que a Independência não se limita aos eventos da Corte e que as diversas dinâmicas não podem ser reduzidas a "reações" ou a "localismos". Exemplar a esse respeito é o trabalho de André Roberto de Arruda Machado, que mostra como a incorporação do extremo norte da América lusa ultrapassou e muito os limites do marco de 1822, destacando que, até 1825, diversas alternativas políticas foram vislumbradas como um futuro possível pelos partidos do Grão-Pará, inclusive duas de importante repercussão que negavam a autoridade do Rio de Janeiro: a Confederação do Equador e a expectativa de reconquista da Província por Portugal. Frente ao vácuo de poder causado pelo rompimento com Lisboa e a incerteza das instruções vindas da Corte fluminense, a independência era vista como possibilidade de garantir projetos de futuro, e não apenas pelos grandes proprietários. A amplitude dos conflitos do Grão-Pará só pode ser compreendida sabendo-se que foi massiva a presença de tapuios, índios destribalizados que viviam pelas vilas e povoados da província, os quais lutaram igualmente em nome da "verdadeira causa da independência", fazendo dela a chance de elidir as estruturas que sustentavam a exploração compulsória de seu trabalho.

O texto de Argemiro Ribeiro de Souza Filho também destaca a violência envolvida na resolução dos conflitos da Independência, afirmando que "a consolidação do projeto de Estado imperial e centralizador na província baiana exigiram o enfrentamento das forças político-sociais e militares aí atuantes" (p.309). O autor concentra-se nos desdobramentos de um conflito de jurisdição entre os governos da Bahia e de Minas Gerais, no alto sertão baiano, cuja resolução "reitera a tese de que no Primeiro Reinado a autonomia provincial dependeu demasiadamente do poder central" (p. 308). Diante dessas diferentes dinâmicas políticas, o livro não nos deixa, porém, perder de vista que os acontecimentos que envolveram o Príncipe Regente e sua Corte foram cruciais para o desfecho provisório da crise aberta pelo constitucionalismo. Como aponta Vera Lúcia Nagib Bittencourt, em seu artigo sobre a *Viagem a Minas*, "o retorno de D. Pedro, com sua autoridade respaldada pelos arranjos acertados em Minas, era

passo fundamental para que as resistências no Rio de Janeiro pudessem ser controladas ou postas em situação de aceitar negociações" (p.239-240) – o que, por sua vez, era condição para que o "sistema do Rio de Janeiro" se consolidasse como opção política nas outras partes do Brasil

Além desta percepção da multiplicidade de dinâmicas políticas no processo de Independência, merece destaque no livro a questão das abrangências, preocupação do artigo de Maria Aparecida Silva de Sousa, *Independência e soberania nacional na América luso-espanhola*. Ainda que não se trate de um estudo comparativo ou de uma análise sistemática das influências recíprocas entre as experiências hispano-americana e luso-brasileira, o estudo permite perceber tanto algumas diferenças entre os processos, quanto o caráter geral da crise da qual emergiram cabildos e juntas, como bases institucionais e espaços de aprendizado político em períodos de rompimento entre metrópoles e colônias. Ainda sobre o período da crise da Independência, mas com preocupações distintas, o texto de Paulo Henrique Martinez busca compreender o "processo de acumulação primitiva de capital e de internalização dessa acumulação" (p.51) levada a cabo pelo Ministério dos Andradas. Ao se ater sobre um aspecto pouco explorado pela historiografia, o texto acaba iluminando o empenho incipiente do recém-criado Estado nacional brasileiro "em organizar e disciplinar a sociedade no aproveitamento do mundo natural" (p.62).

Destacam-se ainda os estudos sobre as negociações e os conflitos ocorridos durante a construção do Estado imperial, tendo como foco o papel que as elites regionais tiveram nesse processo. Para o caso mineiro, Andréa Lisly Gonçalves demonstra como (e por que) nas revoltas de 1831-32 e, sobretudo, na Revolta do Ano da Fumaça, em 1833, as elites mobilizaram ou deixaram de mobilizar a população liberta e escrava nas disputas entre caramurus e moderados. Outros autores, por sua vez, ressaltam que a história do período regencial não foi feita apenas de conflitos. Álvaro Antônio Klafke, ao investigar os artigos publicados n'*O Propagador da Indústria Rio-Grandense* entre 1832 e 1834, demonstra que, "em uma conjuntura local (especialmente), mas também nacional adversa às justificativas centralistas", o jornal da elite portuária da Vila do Rio Grande "tomava posição, permanente e intransigentemente, em favor da integridade imperial e da autoridade do governo monárquico" (p. 150). Tal constatação implica na existência de um grupo rio-grandense que, ao combater idéias autonomistas, defendia a proposta de um Estado imperial unificado.

A imprensa também serviu como fonte em outros dois artigos da coletânea. Ariel Feldman analisa *O Carapuceiro*, entre 1832-33, com o intuito de "trazer elementos que possam melhorar o entendimento da configuração específica assumida pelos espaços públicos da discussão política em Pernambuco" (p.313). O estudo permite perceber que a ampliação da esfera pública de tipo moderno não excluía as "formas de sociabilidade arcaicas", configurando o hibridismo desse espaço. Já Ivana Stolze Lima sustenta que as línguas africanas acabaram ocupando "um certo 'não-lugar' nas elaborações sobre a língua nacional" (p.77) e que mesmo presentes no universo lingüístico – por exemplo, na literatura e na imprensa – essas eram negligenciadas.

Sobre a dinâmica partidária no Segundo Reinado, há dois artigos. Erik Hörner atém-se a um dos confrontos entre legalistas conservadores e liberais paulistas no ano de 1842 e propõe questionar as opções de testemunhas e historiadores do evento, confrontando versões. Em oposição à interpretação que atribui aos rebeldes uma vergonhosa debandada, Hörner

mostra que pode ter ocorrido um recuo estratégico diante de notícias de outra frente de combate. No entanto, foi a versão da fuga que atravessou décadas de leituras do episódio, transformando-se em "fato histórico", o que deixa entrever a hegemonia que os conservadores construíam na política e na própria interpretação daquele tempo. Eide Sandra Azevêdo Abrêu, por sua vez, lança luzes sobre a década de 1860, abordando o projeto de descentralização defendido por Tavares Bastos. Encontra-se, em *A Província*, uma leitura da história do Império valorizando as reformas da década de 1830 e conferindo um caráter negativo à "reação" conservadora. O autor estabelecia, assim, um discurso sobre qual seria a verdadeira tradição liberal, ao mesmo tempo em que defendia um projeto civilizador, no qual as províncias tinham papel primordial e que se pretendia oposto ao que os conservadores vinham impondo.

De capitánias a províncias, de um Império a outro: se a idéia de uma herança natural está sendo superada, isso não deve obscurecer a importância que teve a apropriação do que os construtores do Estado imperial entendiam como um legado. Quanto a isso, o artigo de Helena Miranda Mollo sobre o "amálgama de tempo e espaço" na obra de Francisco Adolfo Varnhagen é uma contribuição fundamental. Percorrendo a *História Geral do Brasil* e os escritos de caráter geopolítico do autor – *Memorial Orgânico* (1849-51) e *A Questão da Capital - Marítima ou Interior?* (1877) –, a autora explora as concepções de tempo e espaço que orientavam a visão que o historiador tinha da trajetória brasileira: um território originado pela formação geológica, a "ilha-Brasil", cuja manutenção da unidade foi a grande tarefa da Monarquia na passagem do Império português para o brasileiro. Com isso, encontramos o que está na origem das armadilhas das quais os historiadores têm buscado se desvencilhar. A autora apresenta indícios reveladores do peso das contingências políticas da formação do Estado imperial no pensamento daquele que, tal qual Heródoto, buscava "a construção da identidade por meio da observação e construção de diferenças" (p. 116). Preocupações práticas e produções simbólicas que não podem ser separadas no processo de construção que, segundo o artigo de Ilmar Rohloff de Mattos que inspirou a organização do simpósio *De um Império a Outro*, teve como traço mais significativo uma *expansão para dentro*.

Valorizando sempre a *herança*, Varnhagen é surpreendido agindo como *construtor* exatamente quando se preocupa com a expansão do Império para dentro de suas fronteiras: são as comunicações com o interior, que formam "as veias e as artérias do Estado", são os indígenas entendidos como entrave, é a proposta de mudança da capital, visando uma distância menos desigual entre a Corte e as diferentes províncias. Enfim, é o que se poderia chamar de uma geopolítica interior, cujo objetivo parece ter sido o de fundir num Estado centralizado o que a princípio era um mosaico societário, político e identitário – este sim um legado cuja existência era forçoso negar naqueles momentos.

De um Império a outro é expressão de um amplo e diversificado esforço coletivo e, como tal, apresenta uma multiplicidade de verticalizações que, em seu conjunto, formam parte da matéria de cuja sedimentação depende a resolução do "enigma brasileiro".

Ricardo Salles

Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

MARTINS, Maria Fernanda Vieira.

A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 436p.

Originalmente uma tese de doutorado orientada por João Luís Fragoso no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ em 2005, *A velha arte de governar* foi agraciado com o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa do mesmo ano. O prêmio, que existe desde 1991, já laureou trabalhos consagrados na área das Ciências Humanas. Há, pelo menos duas boas razões para se acreditar que seja esse também o destino do livro de Maria Fernanda Vieira Martins: a tese ambiciosa e a pesquisa cuidadosa, ampla e detalhada que a ampara. Ingredientes de um bom trabalho de história, complementados por uma narrativa fácil e direta.

O objeto de *A velha arte de governar* é o segundo Conselho de Estado, estabelecido em 1842, dois anos após a maioridade de dom Pedro II, e que duraria até o final da monarquia em 1889. O Conselho era um órgão consultivo composto por membros vitalícios escolhidos pelo próprio monarca. De acordo com Maria Fernanda Vieira Martins, o Conselho, peça central no funcionamento do poder imperial, representaria a permanência das práticas coloniais ou tradicionais, "a velha arte de governar", no Estado monárquico. Tal permanência ocorria mesmo este Estado estando inserido em um "processo para o qual é inegável a influência dos modelos teóricos e das práticas liberais" (p.391). Estes modelos, que no livro parecem se impor aos agentes por uma necessidade do tempo, implicavam na centralização política e administrativa e em formas de Estado representativo. Diante desta agenda de modernização, os conselheiros, membros de uma elite genérica e não definida, que ora aparece no singular, ora no plural, viam-se diante de uma ambigüidade: queriam o novo, ou nele estavam inseridos, mas continuavam a atuar com suas práticas e redes tradicionais. A própria instituição do Conselho de Estado remontaria, em suas origens, em conselho semelhante presente na monarquia corporativa portuguesa do Antigo Regime. Os conselheiros do Império assemelhar-se-iam a um corpo de letrados conhecedores das práticas e das leis que imporia determinados limites ao poder do rei. Com tudo isso, contudo, é sempre ressaltado que não se deve deixar de lado o fato de que o Conselho nascia no momento de construção dos Estados nacionais, do liberalismo, de Benjamin Constant, etc.

A permanência e a força das tradições do Antigo Regime foram uma realidade do mundo europeu do século XIX, como já o sabemos desde Arno Mayer. É duvidoso, e não considero que o trabalho apresente evidências convincentes nesse sentido, que este tenha sido o caso do Conselho de Estado do Império do Brasil. A própria autora não é completamente taxativa quanto a isso. Neste ponto, é importante ressaltar um tom de ambigüidade que perpassa o livro inteiro: toda hora, há um "mas", um "entretanto", um "contudo". Maria Fernanda sempre chama a atenção para as permanências, para as tradições, para os indivíduos e famílias para, em seguida, ponderar que, no entanto, trata-se de processos novos, em curso no século XIX, de novas práticas de construção de um Estado nacional, de grupos sociais.

A mesma ambigüidade aparece com o emprego do termo elite, que é esvaziado de qualquer conteúdo histórico específico. Somente na *conclusão*

há um esboço de definição para o termo. "Partindo-se do pressuposto de que elites podem ser identificadas como tal porque têm sempre como objetivo assim se manterem, controlando ao máximo o capital, seja ele político, econômico, social, elas necessitam desenvolver estratégias e estarem atentas para fazerem as alianças mais convenientes a esse fim, e essa conveniência flutua de acordo com as conjunturas" (p.398). Seriam os indivíduos de tais elites que comporiam o Conselho de Estado, elemento fulcral do Estado imperial. Estes indivíduos estavam inseridos em redes familiares e sociais, na maioria das vezes que remontavam ao passado colonial, principal mas não exclusivamente, enraizados na região Sudeste, em particular no Rio de Janeiro. Do ponto de vista social e econômico, seus interesses estavam ligados às grandes finanças, ao grande comércio e às grandes fazendas escravistas, por ordem de importância. Tais indivíduos e redes, apesar de uma situação social semelhante, não se constituíam em um grupo homogêneo, mas perseguiriam objetivos relativamente autônomos na consecução de seus interesses que se entrelaçariam no espaço da Corte imperial e do Conselho de Estado. Ao mesmo tempo, os conselheiros, como membros de uma elite, ou elites – isso nunca fica claro – de um Estado nacional em construção, buscariam pautar suas práticas pelos parâmetros do liberalismo e do governo representativo vigentes no século XIX. Tal objetivo terminaria sendo minado pela inserção desses indivíduos e redes nas práticas sociais e linguagens políticas típicas do Antigo Regime. Até que ponto e com que implicações, ficamos sem saber.

O primeiro alvo dessa tese é a idéia de que o Estado imperial seria dominado por uma elite política, no sentido clássico do termo, empregado por José Murilo de Carvalho, de um grupo autônomo por formação e portador de um projeto próprio, que impõe esse projeto sobre o restante da sociedade, até mesmo contra os interesses da classe dominante dos fazendeiros e senhores de escravos, ainda que, neste caso, o processo passasse também por negociações de mão dupla. Através de exaustiva pesquisa, levantando e esmiuçando as conexões familiares e sociais de uma série, se não de praticamente todos os conselheiros, Maria Fernanda demonstra, de forma contundente, que estes tinham íntimas e múltiplas relações com a classe dominante através de uma vasta rede de interesses financeiros e econômicos comuns, relações pessoais, familiares e laços de clientela e alianças políticas.

Neste ponto, o livro aproxima-se bastante – ainda que não o reconheça – da vertente interpretativa do Estado brasileiro que genericamente podemos chamar de weberiana. De acordo com essa interpretação, na qual podemos situar os trabalhos clássicos, ainda que com importantes diferenças entre si, de Raimundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Uricoechea, o Estado imperial seria uma experiência patrimonialista. De fato, Maria Fernanda assinala e salienta a ação dos indivíduos e de suas redes de relações que, movidos por seus interesses próprios, principalmente financeiros, dariam continuidade a velhas práticas governativas da monarquia corporativa portuguesa, mesmo que no contexto de construção de um Estado nacional, como visto. Mas então, talvez para se diferenciar dessa vertente ou por conta de sua utilização de um arcabouço conceitual referido à micro-história italiana, especialmente a Giovanni Levi, e às concepções em voga sobre a monarquia corporativa portuguesa, onde desponta a figura de Manoel Hespanha, Maria Fernanda lança mão da concepção de

rede como algo além da mera apropriação privada e individual de posições no governo em proveito próprio.

Estudando o caso do visconde de Cruzeiro, ela relata os dilemas e as opções a que este estaria exposto diante dos debates da lei do Ventre Livre, em 1871. Espremido entre uma aliança com o chefe de gabinete conservador, o visconde de Rio Branco, que forçava a passagem da reforma no parlamento, em um ato típico do impulso modernizador inerente à tarefa de construção do Estado nacional, e suas lealdades com os saquaremas fluminenses que compunham suas relações clientelares, o visconde terminou por optar pelo primeiro. Com isso, comprometeu suas relações clientelares imediatas, mas granjeou o reconhecimento de Rio Branco e do próprio imperador. Do episódio, que merece atenção especial no livro, Maria Fernanda extrai elementos que corroborariam a marca específica de sua tese. Como ela coloca, "a noção de rede permite exatamente extrapolar o sentido de troca individual usualmente associado à idéia das práticas clientelares, quando se considera a inserção desses indivíduos em suas redes de relacionamentos, que por definição apresentam uma composição dinâmica, mutável, englobando setores distintos e variados, e onde, inclusive, os objetivos e interesses pessoais moldam-se e ajustam-se aos interesses coletivos bem como às diferentes conjunturas (grifos meus). As relações que essas redes retratam mostram uma realidade heterogênea, ambígua e dinâmica, e espelham as tensões características dos grupos e indivíduos nela envolvidos, mas garantem o espaço da ação individual, da liberdade de ação e reação a conjunturas específicas que permitem as transformações que se verificam nessas sociedades" (p. 225). Em seguida, cita Levi (*A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*), para quem, com o tempo, "...todas as estratégias pessoais e familiares tendem talvez a aparecer niveladas em um comum resultado de equilíbrio relativo. Mas a participação de cada um na história geral, na formação e modificação das estruturas sustentadoras da realidade social (grifos meus) não pode ser avaliada somente pelos resultados perceptíveis: no curso da vida de cada um, ciclicamente, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida quotidiana que tem o seu centro no uso estratégico das regras sociais". A partir daí se abririam conflitos e contradições que tenderiam à formação de equilíbrios instáveis, que, por sua vez, dariam lugar a novas rupturas. Desse modo, prossegue Maria Fernanda, as "redes familiares e as alianças, bem como o *uso estratégico das regras sociais* [grifos no original], concedem a essa relação um aspecto específico no qual as questões locais interagem permanentemente com aspectos mais gerais, influenciando os debates e a dinâmica política tanto na estrutura do Estado quanto na organização social" (p.226, grifos meus).

Dessa vez, o alvo é a tese do Estado imperial referido ao processo de formação da classe senhorial, de Ilmar Rohloff de Mattos. Antes de entrar nesse ponto, gostaria de colocar algumas perguntas que surgem do ponto de vista teórico-metodológico.

Como seria esta história se relatada do ponto de vista de Paulino Soares de Souza, filho, um dos que se opuseram a Rio Branco? E do ponto de vista do próprio Rio Branco, que liderou a aprovação da lei contra o voto majoritário das bancadas "cafeeiras" do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo? O que dizer do imperador? No primeiro caso, as redes clientelares apareceriam com toda sua força e não estaríamos diante dos dilemas do visconde de Cruzeiro. No caso de Rio Branco, talvez seu dilema fosse

o mesmo, com a diferença de que ele não estava inserido, ao menos da mesma forma que Cruzeiro, nas redes clientelares dos fazendeiros. No caso do imperador, a diferença seria extrema. Ele simplesmente não estava inserido em rede alguma e, portanto, não enfrentaria os mesmos dilemas de seus viscondes. No entanto, Dom Pedro, Rio Branco, Paulino e Cruzeiro respondiam, certamente de maneiras diferentes, como destaca Maria Fernanda, às mesmas questões colocadas pelas "estruturas sociais", pelas "conjunturas", a partir da "estrutura do Estado", inseridos em algum tipo de "organização social". As histórias de Dom Pedro, Rio Branco, Paulino e Cruzeiro não são histórias que se encontram forjando seus dilemas. Suas histórias são parte de uma mesma história. Seus dilemas, que são os mesmos para todos eles, ainda que encarados de ângulos distintos, se impõem a eles. As respostas que cada um deles dá são abertas, não são pré-determinadas, e sua interação faria, como fez, uma história que não estava dada de antemão. Isto é verdade, mas não quer dizer, entretanto, que pudesse resultar em qualquer história, que tudo fosse possível. Suas respostas, tanto quanto suas questões, mesmo que ainda estivessem por vir a ser e por criar novas estruturas sociais, conjunturas, transformando, assim, a própria estrutura do Estado e a organização social em que viviam, estavam contidas ou só poderiam ser pensadas, formuladas e praticadas em um determinado "espaço de experiências", com um "horizonte de expectativas", para empregarmos a fórmula consagrada de Koselleck, dado pela estrutura social da época histórica em que viviam. Mais ainda, seus dilemas, opções, escolhas, etc. só podem ser plenamente percebidos *a posteriori*, isto é, a partir dos seus "resultados perceptíveis" que terminaram por acontecer. A reconstrução das trajetórias só é possível depois dos caminhos trilhados.

Feita a ressalva, voltemos à questão da interpretação clássica sobre o Estado imperial como parte integrante do processo de formação da classe senhorial, que se formaria exatamente ao se forjar enquanto Estado. Para se diferenciar dessa tese – que, a meu ver, seu trabalho termina por reforçar – Maria Fernanda, ao traçar o perfil, as origens, os interesses, as redes, etc. dos membros da elite, destaca suas ligações primordialmente com o mundo dos negócios e apenas secundariamente com os fazendeiros escravistas do sudeste. As fazendas, a escravidão, seriam apenas um aspecto, e não o mais importante deles, dos negócios com os quais os conselheiros e suas redes estariam envolvidos. Por outro lado, ela também salienta que, assim como em relação à interpretação da elite política, a noção de classe senhorial também não se aplicaria porque as elites que ela trata não tinham homogeneidade entre si, não partilhavam de um único projeto, fosse em termos de interesses, fosse em termos regionais.

De meu ponto de vista, a tese não se sustenta. Em primeiro lugar, há uma subestimação do caráter – não homogeneizador, como Maria Fernanda quer, mas nem José Murilo de Carvalho, nem Ilmar Rohloff de Mattos consideram na verdade –, do Conselho de Estado. Para Ilmar, se tratava da direção política e intelectual exercida pelo "partido da coroa", onde se inseria o Conselho de Estado, sem prejuízo do fato de que as diferenças regionais, de grupo, de indivíduos, continuavam existindo, mas passavam a serem hierarquizadas, dirigidas. A despeito de suas origens e redes pessoais, os conselheiros, no Conselho, eram chamados a opinar e opinavam sobre questões mais gerais e buscavam estabelecer qual o melhor curso de ação a seguir tendo em vista os interesses do Estado. É esta dimensão que lança luz sobre os debates que travaram sobre a liber-

dade do ventre da mulher escrava, quando, apesar de suas diferenças (que não podem ser debitadas somente a seus diferentes interesses individuais), os conselheiros discutiam se a medida comprometeria ou não o apoio dos proprietários ao Estado. Apoio que era estimado por todos como fundamental para a estabilidade da ordem política. Avaliavam a conjuntura internacional, o alcance histórico dos processos abolicionistas que já haviam atingido outras partes da América e, fatalmente, atingiriam o Brasil. Preocupavam-se se a medida que consideravam acalmaria ou abriria as portas para a inquietação e a mobilização dos escravos. Perguntavam se aquele era o momento certo ou não para o governo tomar tal iniciativa.

Finalmente, a despeito da afirmação, mesmo que ambígua, em contrário, os resultados da pesquisa de Maria Fernanda, deixam claro a prevalência dos interesses senhoriais, isto é, os interesses dos donos de escravos, principalmente fazendeiros, sobre os comerciantes e financistas. Ser fazendeiro, querer sê-lo ou estar ligado a um ou mais deles era o traço comum, assim como a posse de escravos, da classe dominante e da maioria dos conselheiros. Ser comerciante, capitalista, etc., como muitos o eram, era importante, mas não era o ponto mais abrangente, o que contém o maior número de casos analisados.

Mas tudo isso são divergências interpretativas que, de modo algum, desmerecem *A velha arte de governar*. Pelo contrário, são suscitadas e alimentadas pela excelência da tese de Maria Fernanda Vieira Martins.

D. João VI: Um príncipe entre dois continentes.

São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 484p.

Traçar a trajetória política de D. João VI nos dois lados do Atlântico foi uma tarefa de fôlego, a qual Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa cumpriram muito bem. Mais do que uma obra biográfica, que tem o mérito de acompanhar o nascimento e morte (1767-1826) de um importante personagem de nossa história, esse livro nos apresenta, sobretudo, o plano e o contexto político de "um príncipe entre dois continentes".

Logo nas primeiras páginas os autores nos advertem que raros foram os monarcas que ocuparam um lugar de destaque no imaginário histórico como D. João VI. Sua trajetória foi incomum, ocupou um lugar para o qual não estava destinado, foi limitado em seus poderes, atravessou um oceano, tornou-se rei em um novo reino, enfrentou a revolução liberal, atravessou novamente o oceano, e jurou obediência à constituição portuguesa. Em Lisboa, sofreu um golpe de estado aplicado por seu próprio filho, d. Miguel e sua morte permaneceu envolta em mistérios e conspirações. D. João foi o último rei absoluto e viveu um tempo de intensas transformações políticas, inclusive do surgimento de uma nova esfera política, baseada na emergência de uma esfera pública que deu maior visibilidade aos seus atos. Nenhum monarca estivera tão exposto antes. As mais conhecidas imagens associadas ao "personagem" vêm, como admitem Pedreira e Dores, da historiografia portuguesa, que o apresenta sob um ponto de vista "liberal e até republicano". Oliveira Martins imortalizou a imagem de D. João VI com os frangos assados nos bolsos da casaca em seu clássico *História de Portugal* no final do século XIX. Os autores concordam que, ao fazer um ataque ao sistema, d. João passa a personificar todos os vícios da própria monarquia e por isso não o poupam na crueldade e no escárnio. O certo é que D. João já possuía uma imagem de um príncipe "pusilânime e irresoluto" ou mesmo de um "néscio", "fraco" e "alienado" entre os seus contemporâneos. Até mesmo entre aqueles que o apoiavam, mas que não deixavam de ver seus vícios de fraquezas; ou mesmo ver, na sua fraqueza, a incerteza. Ainda assim, viam na sua fraqueza uma sabedoria, como diria Oliveira Lima em sua obra biográfica sobre D. João VI de 1909. Pedreira e Costa afirmam que Oliveira Lima empreendeu um grande esforço para reabilitar a imagem de D. João durante o período republicano, mesmo no Brasil, onde seu prestígio ainda era relativamente considerável. Em Portugal, ou no continente historiográfico português, onde a obra de Oliveira Lima era desconhecida, nada se escrevia a respeito de D. João VI e este silêncio permaneceu até a retomada conservadora durante o período salazarista, segundo Pedreira e Costa.

Curiosamente, o vazio historiográfico em Portugal manteve-se nos últimos anos, mesmo em trabalhos acadêmicos. Na coleção, a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, D. João VI não figura nem como príncipe nem como rei. Ao contrário, no continente historiográfico brasileiro as referências a D. João sempre foram muito mais fartas e mais generosas. Oliveira Lima retomou o que já havia sido defendido por Adolfo Varnhagen, isto é, o papel fundamental de D. João na formação da nação brasileira. Este também é o tema das *Memórias sobre os benefícios políticos do Governo d'El-Rei D. João VI Nosso Senhor* de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.

A abertura dos portos, a elevação do Brasil à condição de reino, a permissão para manufaturas, a criação de estruturas viárias, a introdução dos principais órgãos de regulação da monarquia como os tribunais, Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordem, Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Real Academia Militar, Banco do Brasil, entre outros órgãos para organizar e institucionalizar a administração da sede monárquica no Brasil, constituem fatores relevantes da presença da família real no Brasil. Esse quadro de transformação histórica representa o fortalecimento do Brasil dentro do império Luso-brasileiro e foi magnificamente analisado no sétimo capítulo da obra "O príncipe no Brasil". A ênfase nessa perspectiva de forma positiva, representou na historiografia, a defesa do ponto de vista dos interesses brasileiros.

Esse mesmo ponto de vista, com algumas ressalvas, pode ser retomado em Maria Odila Dias, no estudo *Interiorização da Metrópole*, isto é, a interiorização dos interesses lusitanos em terras americanas e, de certa forma, o abandono dos interesses portugueses ou europeus propriamente ditos. O distanciamento da historiografia portuguesa de D. João VI, em seu contexto histórico, justifica-se nesta medida por sua associação aos interesses brasileiros ou mesmo pelo fato de ter sido o último rei absoluto que, no imaginário dos portugueses, teria arrastado Portugal para uma era de decadência e pobreza.

Não é intenção dos autores empreender uma obra de recuperação da imagem de D. João VI, mas, sem dúvida, ao constituírem um trabalho complexo de contextualização do tumultuado período em ele vive, restituem-lhe traços bem mais humanizados. Em determinada passagem sobre o acompanhamento da atividade governativa, os autores afirmam que os monarcas eram, em geral, figuras resguardadas por um cerimonial, tornando difícil saber exatamente a forma como eles intervinham nas questões governativas. Entretanto, D. João costumava, em situações extremas, fazer anotações de próprio punho em cartas diplomáticas, quando queria enfatizar sua posição. Os autores lembram que os reis não escrevem suas cartas, eles as mandavam escrever. Por isso a letra de D. João revelava pouca intimidade com a escrita. Através de passagens como essa, podemos observar facetas diferenciadas daquelas imagens burlescas e populares sobre D. João, vulgarizadas ainda hoje. Pedreira e Costa mostram, assim, algo que se julga relevante no trabalho biográfico, o não condicionamento e a contaminação das informações no exame de suas fontes. Analisam uma vasta fonte bibliográfica, incluindo memórias, correspondências e algumas fontes manuscritas de arquivos e bibliotecas de Lisboa e Rio de Janeiro. Realizam um trabalho de fôlego, principalmente pelo fato de conseguir aproximar os continentes historiográficos. Se em Portugal havia uma carência de referência sobre D. João, a obra de Pedreira e Costa, originalmente publicada em terras lusitanas, veio suprir essa lacuna. Essa obra fez parte de uma coleção de estudos biográficos sobre todos os monarcas portugueses, cujo projeto foi desenvolvido por equipes de investigadores portugueses vinculados à Universidade Católica Portuguesa. Desenvolvidos entre os anos de 2003 e 2006, estes trabalhos foram imediatamente publicados pelo Circulo de Leitores em Portugal. Neste ano de 2008, e em razão das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte ao Brasil, a obra de Pedreira e Costa foi adaptada para o português brasileiro e publicada entre nós. Sem dúvida, essa efeméride demonstra que o nome de D. João VI possui

grande relevância. Apesar de imensas distâncias, outra aproximação entre esses continentes historiográficos, menos visível talvez, sejam algumas das considerações de Oliveira Lima sobre as atitudes de D. João com as análises sobre o contexto político e econômico de Portugal empreendidos por Valentim Alexandre. Tratam-se de dois autores que claramente influenciaram o trabalho realizado por Pedreira e Costa. O primeiro, um historiador e diplomata brasileiro que viveu entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, crítico republicano e importante biógrafo de D. João VI; o segundo, um historiador português que tem se dedicado a estudos de história contemporânea e áreas coloniais de Portugal. Sobre este autor, Pedreira e Costa dizem que, através de sua obra, foi possível encontrar "um esforço equilibrado de interpretação crítica e discernimento do que foi a atuação própria do príncipe" (p.29).

Vejam no primeiro caso em que os autores dedicam longos trechos à análise de Oliveira Lima e deixam que ele "apresente" D. João. Já há a ressalva que a causa, isto é, o ponto de vista, é brasileiro. O capítulo intitula-se *Novo reino para o novo rei (1815-1821)* e a passagem é a seguinte:

As celebrações pela elevação do Brasil a reino, mesmo que a deliberação não tivesse originalmente esse objetivo, constituíram assim uma ocasião para, através da encenação do poder régio, estreitar os vínculos do príncipe D. João com os seus súditos, em particular com aqueles, para usar a saborosa expressão de Oliveira Lima, "que entravam a nutrir aspirações e manifestar opiniões. (p.308)

D. João tornou-se rei no Brasil e fortaleceu os corpos sociais e estruturas administrativas. A revolução de 1820, o regresso forçado, o constitucionalismo, assim como os episódios de Vilafrancada e "abrilada" colocaram à prova tantas vezes a já conhecida personalidade de D. João. Depois de reconhecido por novas virtudes em Portugal como a moderação e a clemência, o monarca voltava a dar sinais de extrema fraqueza. As malogradas manobras políticas de D. Miguel, no episódio conhecido como "abrilada", não são contidas por D. João.

A descrição do estado do rei feita por alguém que simpatizava com ele e a cuja sorte manifestamente se ligara não é lisonjeira e confirma, a uma derradeira vez, a incapacidade anímica de D. João perante as situações de extrema tensão. Não se tratava de inteligência – o que faltava ao rei não era a compreensão do que se passava –, e sim, ao que tudo indica de tibieza. Incapaz de fazer valer do seu estatuto, sobretudo se o isolavam dos que considerava serem os seus amigos. (p.413)

Os autores reconhecem na tibieza o principal vício do monarca como dizia Oliveira Lima: "Não havia em D. João VI indolência da inteligência, sim indolência da vontade", p. 24.

Por fim, o período que abarca a biografia de D. João VI coincide em boa parte com o período abordado por Valentim Alexandre em seu livro *Os Sentidos do Império* publicado em 1993 e refere-se à questão nacional e questão colonial nas últimas décadas do império Luso-brasileiro. Durante esse período as relações comerciais dentro do império Luso-brasileiro haviam crescido no final do século XVIII e a América portuguesa se tornara a região mais promissora do vasto território da monarquia lusitana. Entretanto, os primeiros anos do século XIX não se anunciaram muito benéficos para Portugal dentro dessa relação comercial. A balança pesava favoravelmente para o Brasil e a transferência da corte não aliviou as tensões

comerciais. Pelo contrário, até 1807 as importações portuguesas do Brasil atingiram o nível de 13,2 mil contos de réis e as reexportações de produtos brasileiros chegaram ao valor máximo de 15 mil em 1801. Por esses números não se podia dizer que havia crise, ou sinais dela, durante essa conjuntura e nem mesmo que havia um contrabando vigoroso ou suficiente para desequilibrar a expansão mercantil. A partir de 1807, no entanto, essa situação mudou drasticamente. O Bloqueio continental à Grã-Bretanha foi seguido de uma queda drástica no comércio de importações e reexportações dos produtos brasileiros em Portugal e isso tornou evidente a fragilidade desse arranjo o que resultou, em poucos anos, no fim do pacto baseado no sistema de proteção. A forte resistência do corpo mercantil de Lisboa à situação gerada pela abertura dos portos no Brasil e, principalmente, pelo tratado de amizade e comércio entre Brasil e Grã-Bretanha em 1810, gerou uma forte corrente opositora das novas políticas econômicas. Além disso, jornais e panfletos circularam em Portugal - também em Londres e Paris na imprensa de língua portuguesa -, difundindo opinião contrária à permanência da Corte no Brasil e à posição desfavorável assumida pelos negociantes portugueses dentro do império. O desenlace dessa situação não foi favorável à manutenção do império, pelo menos não da maneira como ele havia se organizado submetendo a antiga metrópole. O Projeto imperial ficou definitivamente perdido, restando ao rei retornar a Portugal e deixar seu herdeiro no Brasil. Já não havia garantias e era intenso o clima de animosidade.

Completa-se o quadro de aproximações dos continentes historiográficos. Assim, entre outros fatores, a obra de Pedreira e Costa publicada nos dois continentes pode nos dar o que refletir neste sentido. Podemos dizer que ela tem particular interesse para o público leitor brasileiro, pois é inegável para nós a compreensão das transformações que acontecem no Brasil a partir de 1808, com a chegada de D. João e sua corte, e que envolvem também a formação da nação e do Estado do Brasil.

Roberta Giannubilo Stumpf

Doutoranda em História pela
Universidade de Brasília

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.).

História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas.

Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007. Vol. I (592p.)
e Vol. II (696p.).

Com a publicação em dezembro de 2007, pela Editora Autêntica conjuntamente com a Companhia do Tempo, de *As Minas Setecentistas*, nos vemos diante da original iniciativa de Maria Efigênia Lage de Resende, professora aposentada da UFMG, de trazer ao público a Coleção *História de Minas Gerais*. Pode ser estranho falar em originalidade em se tratando de uma proposta tradicional – apresentar uma história geral das Minas – mas não o é se lembrarmos que as obras dessa natureza remontam há 50 anos. Desde então, a historiografia mineira trouxe à cena novos temas, nova metodologia e demonstrou uma especial atenção às fontes primárias. Porém, uma síntese da história da região ficou por se fazer. Daí essa obra, que reúne a produção historiográfica dos últimos 30 anos, ser mais do que bem-vinda.

Essa primeira parte da coleção, em dois volumes, conta com a participação de 41 profissionais quase todos vinculados a instituições de ensino e pesquisa do Estado de Minas. A colaboração de tantos pesquisadores, em grande parte nomes de destaque na historiografia mineira, permite que as mais diversas áreas da história da capitania sejam exploradas para um período bastante extenso: 1674-1808. Novos temas são abordados e mesmo os tradicionais são tratados à luz de um revisionismo historiográfico. Os organizadores, Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta, também professor da UFMG, ao optarem pela divisão da obra em eixos temáticos permitem que cada pesquisador se concentre nas suas áreas de pesquisa, apresentando, quase sempre, uma síntese de suas produções individuais, grande parte já publicada. No entanto, vale a pergunta: em que medida a colaboração de tantos nomes não dificulta que a obra tenha uma voz única, tal como encontramos nas histórias gerais produzidas há tantas décadas, as quais essa agora pretende "renovar"?

Na introdução desses dois primeiros volumes Resende se esforça para assegurar a organicidade da obra, como se a participação de tantos profissionais não compromettesse a sua unidade. De fato, algumas perspectivas analíticas permeiam todos os capítulos, como a recusa em entender a história das Minas colonial mediante a dicotomia colônia-metrópole ou mesmo de atribuir à produção aurífera uma hegemonia excessiva. A história da capitania é tratada com horizontes mais amplos daqueles que a restringem a uma parte da extensa colônia americana dedicada a enriquecer com o ouro os cofres reais. Há de se voltar para as suas singularidades, como sempre se fez, mas agora para evidenciar um dinamismo interno, não resultante, exclusivamente, das relações mantidas com Portugal ou com o mercado externo.

No entanto, é justamente nesse quesito, as peculiaridades da região, que os autores parecem se distanciar. É certo que o bilateralismo, outrora vigente nas análises, foi deixado de lado: as Minas já não são mais estudadas somente pelas suas particularidades ou, no extremo oposto, como um espelho do Reino. Como lembra um dos autores, o professor José Newton Coelho Meneses, "Minas Gerais é portuguesa, mas não é Portugal" (1º vol., p.378). Porém, ainda que os autores compartilhem da tese de que as características singularizantes coexistiam com aquelas que faziam da região uma colônia portuguesa, nem

sempre os temas trabalhados permitem evidenciar essa idéia. Pelo contrário, a coexistência se perde ao se privilegiar um desses aspectos.

Sendo assim, é as Minas singular que desponta nos capítulos dedicados à compreensão dos escravos ou naqueles relativos às questões produtivas, nos quais suas especificidades – como seu caráter urbano ou o predomínio numérico dos homens de cor – ganham destaque. A pesquisa sobre a mineração na capitania, por exemplo, dá embasamento para João Antônio de Paula, professor titular da Faculdade de Ciências Econômica da UFMG, afirmar que em Minas se desenvolveu "uma certa vida política e cultural em nada triviais no contexto colonial" (1º vol., p.378). Mas essa perspectiva é abandonada, por exemplo, no capítulo de Maria Beatriz Nizza da Silva, dedicado à formação de uma elite local mediante "o sistema de remuneração de serviços que caracterizou o Antigo Regime português" (1º vol., p.191). Aqui, evidentemente, o que importa frisar são as Minas portuguesas.

A questão, no entanto, é muito mais de ênfase do que de análises que se chocam. A singularidade das Minas está sempre presente, mesmo que nas entrelinhas, e quando está evidente já não é exageradamente exaltada, como na historiografia tradicional. Primeiro, porque a importância da história desta capitania não está somente no fato dela ser diferente. Afinal, todas eram portuguesas à sua maneira. Segundo, porque muito do que se dizia há 50 anos foi empiricamente refutado. Minas Gerais continua a se destacar por ter apresentado uma sociedade predominantemente urbana, com maior fluidez e possibilidades de ascensão social, mas tais características não a tornava democrática e passiva frente às qualidades que no Antigo Regime escalonavam os homens em degraus sociais. Minas é diversa, mas nem tanto, sendo preciso então reconhecer aquilo que a aproximava das demais capitanias e é isso que, com maior ou menor ênfase, procuraram os autores desta obra explicitar.

Não temos, então, a integridade da obra comprometida; ao menos nesse ponto. No entanto, outros acabam por prejudicar a sua unidade, esperada em qualquer publicação que se proponha a sistematizar o conhecimento. Primeiramente, uma falha editorial. As referências bibliográficas aparecem de formas distintas, o que demonstra que nem sempre as mesmas normas foram adotadas. Alguns autores citam as fontes historiográficas sem separá-las da documentação, isso quando há preocupação em mencioná-la. Evidentemente, que tal ponto poderá ser facilmente corrigido em uma segunda edição sendo, então, preferível passar a outros.

Ao dividir o livro em unidades temáticas, uma clara percepção da cronologia da história das Minas se perde e o século XVIII mineiro tende a se homogeneizar aos olhos do público leigo, desconhecedor dos distintos contextos vivenciados na capitania nesse período. Contextos que na visão da organizadora não impedem de tomar o Setecentos como uma época (1º vol., p.13), como se as permanências pudessem ser mais visíveis que as mudanças ocorridas nas Minas neste longo século que compreendeu, por exemplo, a descoberta de seu território, seu povoamento e a consolidação de uma nova sociedade, assim como o auge e declínio de sua principal produção, a aurífera.

Dessa vez são os próprios autores que vêm em socorro do livro: grande parte analisa seus temas tão específicos tratando-os cronologicamente, respeitando uma seqüência temporal, considerando os diferentes períodos desta longa época. Porém, mais uma vez, são os temas a oferecer os obstáculos, já que tal metodologia não pode ser adotada quando o objeto de estudo está restrito a um momento preciso desse "século XVIII e seus entornos" (1º vol., p.13).

Os atos de insubmissão dos vassallos mineiros correram todo o século e não há como discordar de Carla Maria Junho Anastásia que as Minas era "palco privilegiado de manifestações contrárias à política da Coroa Portuguesa" (1º vol., p.525.). No entanto, se o contrabando, por exemplo, foi uma prática constante, as "guerras, sedições e motins", título de uma das unidades, são especialmente relevantes para se entender a realidade mineira da primeira metade dessa centúria. Não é por outra razão que todos os capítulos dessa unidade analisam guerras e revoltas ocorridos até 1736, enquanto o ensaio de sedição de 1789 ganha uma unidade à parte, a última do livro. Nota-se, assim, que embora o Setecentos possa ser entendido como homogêneo, correspondendo em última instância ao período colonial, falar das Minas sem considerar as inúmeras variações ali sentidas no decorrer destes 150 anos é praticamente impossível, tanto assim que são essas o pano de fundo dos capítulos aqui apresentados. Essa conjugação de permanências e mudanças tornar-se-ia mais clara se a obra contasse com um capítulo introdutório no qual uma cronologia pudesse ser estabelecida *a priori*, sem que para tanto o leitor precise reunir informações dispersas no livro. Tarefa difícil aos poucos versados na História das Minas.

No entanto, o propósito de aproximar o público leigo do saber acadêmico, anunciado na introdução aos dois volumes, é respeitado em outros aspectos dessa obra. A preocupação em atrair os olhares pouco habituados nas livrarias às publicações de ciências humanas é facilmente notada nessa bela edição em capa dura, recheada de ilustrações, que se destaca nas prateleiras. O preço é pouco convidativo, mas quem puder arcar com ele se sentirá prestigiado com uma leitura fácil, avessa às questões teóricas e às notas de rodapé que se estendem ao infinito, comuns nas obras acadêmicas que afugentam os leitores não especializados. Mas há exceções que irão agradar o público acadêmico. O artigo de autoria de Marco Antônio Silveira (1º vol., p.147-168), um bom exemplo da historiografia mineira, destoa completamente, justamente porque propõe reflexões conceituais e se utiliza de longas notas e extensas citações de fontes primárias. Neste sentido, vemos que nem todos os artigos foram elaborados visando o mesmo leitor, dificuldade comum quando se deseja atingir públicos tão distintos.

De qualquer forma, mesmo os autores dos capítulos de maior acessibilidade revelam preocupação com o rigor acadêmico. O destaque dado à pesquisa documental é o melhor exemplo disso. São raros os colaboradores da obra que não se utilizam de fontes primárias, que não dêem destaque à análise empírica, como parece ser a tendência atual de nossa historiografia. Essa recorrência constante aos testemunhos de época tampouco compromete à clareza dos artigos, já que se buscou incorporá-los ao corpo do texto sem interromper o ritmo da leitura. Infelizmente, a reprodução de tais fontes nem sempre é acompanhada de uma análise que extrapole seu conteúdo mais imediato, que possa mostrar não só como se vivia, mas também explicar o porquê. Para se tomar um exemplo, a rica pesquisa documental apresentada por Flavio Marcus da Silva (1º volume, pp 359-376), em muito esclarece sobre os mecanismos de regulamentação do pequeno comércio pela Câmara de Vila Rica, mas pouco permite entender a relação dessa instituição local com o centro político, dentre outros tantos tópicos não trabalhados.

Um último aspecto merece aqui ser referido: se a proposta do livro é trazer ao público leigo de forma simplificada e cuidadosa as pesquisas acadêmicas mais recentes, que pesquisas são essas a que se deu atenção? Como já foi dito, muitos colaboradores há muito vêm realizando pesquisas

sobre os temas que mais uma vez lhes competem abordar, sendo natural, portanto, que se auto referenciem constantemente, e sejam também citados por seus pares. Trata-se de um saber já difundido, para além da Academia, porque grande parte dessas pesquisas já foi publicada. Porém, se o livro não traz grandes surpresas, no rico diálogo estabelecido com a historiografia tradicional ele revela a sua atualidade.

No entanto, ainda que os capítulos, em sua grande parte, sintetizem e simplifiquem um conhecimento já difundido, também aquele "originado de teses, dissertações e relatório de pesquisas" ganha "visibilidade", favorecendo assim que a publicação atinja um dos propósitos anunciados nas suas primeiras páginas (1º vol., p.14). Propósito mais do que justificado se lembrarmos que as Minas colonial é recorrentemente estudada pelos alunos de pós-graduação. Tais pesquisas, que representam o saber mais recente, estão citadas nas referências bibliográficas, em especial aquelas produzidas desde a década de 90 nas principais Universidades de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, embora em número muito mais reduzido do que as obras historiográficas já publicadas que, contam com a predileção dos autores.

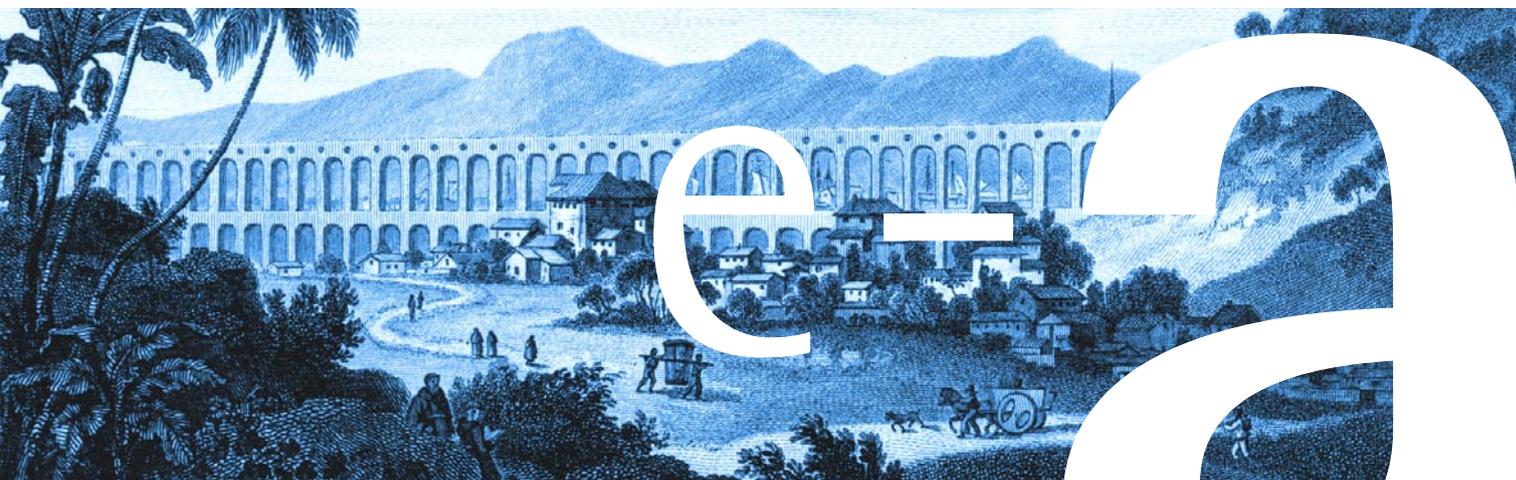
Mas a visibilidade dada a tais pesquisas recentemente concluídas não é uniforme. Em algumas unidades, como por exemplo, as que se dedicam ao tema da ciência e do trabalho, ou à inconfidência mineira, elas sequer são mencionadas. Talvez o relativo desinteresse entre os novos pesquisadores pelo primeiro explique essa ausência, mas o mesmo não acontece quando o assunto em pauta é o ensaio de sedição. No capítulo intitulado *Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira* os autores não estão atualizados com o que é produzido nos departamentos de pós-graduação, levando-os a repetir análises há muito concluídas, que não são referidas. Na parte dedicada à contabilização dos vocábulos dos Autos de Devassa que denotam os sentimentos de pertencimento político, por exemplo, Luis Villalta e André Pedroso Becho não fazem menção à minha pesquisa de mestrado, defendida na Universidade de São Paulo há 7 anos, na qual utilizei a mesma metodologia para realizar tal contagem, chegando a conclusões muito aproximadas.

Obviamente que muitos dos pontos fracos da obra aqui mencionados só são tidos como tais porque a impedem de atingir os objetivos anunciados em sua introdução. Também reconhecemos que muito se deve à própria grandiosidade da publicação que reúne tantos pesquisadores, a trabalhar sobre temas tão diversos para um período tão extenso. A síntese da história das Minas deveria ser mais do que a reunião de pesquisas monográficas, as quais muitas vezes não preservam a riqueza analítica das pesquisas anteriores, agora condensadas em tão poucas páginas. Com tantos colaboradores, o espaço destinado a cada qual é insuficiente principalmente quando esses não podem deixar de abordar "o estritamente necessário".

Tais ressalvas não reduzem a importância da publicação desses dois primeiros volumes da coleção *História de Minas Gerais*. Afinal, ela apresenta o leitor com artigos de autoria de pesquisadores renomados, que primam pela clareza e pela investigação cuidadosa das fontes documentais. Aos que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre as Minas colonial têm pela frente cerca de 1300 páginas onde encontrarão uma rica fonte de informação, que reflete a grande contribuição da historiografia mineira das últimas décadas. Não é pouco.

almanack braziliense

periódicos em revista



Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material

Análise Social

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CDHH)

Estudos Avançados

Estudos Econômicos

Hispanic American Historical Review

Luso-Brazilian Review

Nations and Nationalism

Novos Estudos Cebrap

Revista de História

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Revista Electrónica de Historia Constitucional

Revista Eletrônica de História do Brasil

Revista Histórica

Tempo

The American Historical Review

Topoi

Varia História

Anais do Museu Paulista
História e Cultura Material
N.2, Ano/V.14, jul-dez 2006

Responsável

Indara Mayer

Periódico

Anais do Museu Paulista
História e Cultura Material

Referência

Museu Paulista – Universidade
de São Paulo

ISSN

0101-4714

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/HomRevRed.](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=273)

[jsp?iCveEntRev=273](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=273)

(acesso livre)

Anais do Museu Paulista
História e Cultura Material
N.1, Ano/V.15, jan-jun 2007

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Os guardados da Viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar.**

O presente trabalho discute o tema da família no Império através do viés metodológico da micro-história e da análise da documentação íntima que pertenceu à família Ribeiro de Avellar, rica proprietária de terras, cafezais e escravos em Paty dos Alferes, Vale do Paraíba fluminense. A análise dos retratos fotográficos foi privilegiada, no intuito de refletir sobre os diferentes tipos de circulação das imagens e o ideal de família vigente.

Palavras-chave

famílias, império, Rio de Janeiro, memórias históricas, iconografia

Keywords

families, empire, Rio de Janeiro, historical memoirs, iconography

CAMPOS, Eudes. **A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais. Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de Autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863.**

Tomadas entre os anos de 1862 e 1863, as primeiras fotos paulistanas de Autoria de Militão Augusto de Azevedo são sempre evocadas por documentarem a vetustez, a precariedade e a letargia da cidade de São Paulo dos meados do século XIX. Nossa interpretação, no entanto, baseada na leitura de fontes primárias da época, propõe um sentido substancialmente oposto a esse. Entre os anos de 1850 e 1860, a arquitetura e os espaços urbanos de São Paulo já apresentavam significativas modernizações, que aparecem nas fotografias de Militão de Azevedo, hoje pertencentes ao acervo do Museu Paulista e também da Divisão de Iconografia e Museus, do Departamento do Patrimônio Histórico paulistano.

Palavras-chave

São Paulo, modernidade, iconografia

Keywords

São Paulo, modernity, iconography

Análise SocialN.188, V. XLIII, 2008

Responsável

Indara Mayer

Periódico

**Análise Social - Revista do
Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa**

Referência

**Lisboa, Universidade de Lisboa,
Instituto de Ciências Sociais**

ISSN

0003-2573

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://www.ics.ul.pt/
publicacoes/analisesocial/index.
htm](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/analisesocial/index.htm)**

(acesso aos sumários)

LIMA, Maria Luísa Pedroso de. Tragédia, risco e controle: uma releitura psico-social dos testemunhos do terremoto de 1755.

Este artigo analisa relatos sobre o que se passou a seguir ao terremoto que se fez sentir em Lisboa em 1755 e procura interpretá-los com os conceitos e teorias utilizados para compreender o pensamento leigo sobre o risco sísmico nos dias de hoje. Em particular, recorre-se a perspectivas psicológicas da percepção de riscos e da adaptação cognitiva, a alguns conceitos da teoria cultural e ao modelo da amplificação social do risco para ilustrar os processos de construção social de significado para o desastre. Salienta-se a funcionalidade destas interpretações em 1755, quer a nível individual de gestão do medo, quer a nível coletivo de reforço das identidades.

Palavras-chave

história das idéias, memórias históricas, Portugal, sociologia

Keywords

history of ideas, historical memoirs, Portugal, sociology

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CDHH)

Ano 5, 1º sem. 2007

Responsável

Indara Mayer

Periódico

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CDHH)

Referência

Ministério das Relações Exteriores – Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre de Gusmão
ISSN

1678-586X

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://chdd.funag.gov.br/](http://chdd.funag.gov.br/cadernos)

cadernos

(acesso livre)

NOVALES, Ana Frega. **Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830.**

O artigo reexamina os enfoques do enclave nacionalista do último trame de guerra entre as Província Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil que culminou com a convenção preliminar de paz ratificada em outubro de 1828 e que deu origem ao estado oriental. Além disso, propõe abordar o confronto desse novo Estado no marco dos processos de construção estatal na região platina, apresentando algumas linhas do trabalho para o estudo dos conflitos fronteiriços e a questão dos limites do Brasil.

Palavras-chave

revolta / rebelião, Império do Brasil, Banda Oriental/Cisplatina/Uruguai

Keywords

uprising / rebellion, Brazilian Empire, Banda Oriental/Cisplaine/Uruguay

OSÓRIO, Helen. **A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos.**

O artigo procura abordar efeitos da guerra e do movimento artiguista sobre a sociedade e economia da capitania do Rio Grande. Inicia com uma breve apresentação dos processos de independência no Rio da Prata e o do projeto artiguista, e prossegue com a apresentação de um painel das principais características econômico-sociais da capitania naquele momento. A seguir, trata da questão da escravidão no contexto da guerra e conclui com a apresentação de trajetórias individuais de sujeitos de origem lusitana/rio grandense que participam do movimento.

Palavras-chave

revolução, Rio Grande do Sul, Independência, escravidão

Keywords

revolution, Rio Grande do Sul, Independence, slavery

SOUZA, Susana Bleil de. **Brasil-Uruguai, uma articulação regional revisitada.**

No século XIX, boa parte das exportações rio-grandenses, principalmente as da fronteira, eram feitas através do porto de Montevideú, o que acarretava a descapitalização do estado. O fato de o Rio Grande do Sul ter apenas um porto para o comércio exterior, com uma barra baixa e perigosa, deixava a província em desvantagem frente ao porto do país vizinho, onde ancoravam navios de maior calado. Assim, o "alto comércio montevidense" dominava o comércio da fronteira, cujas cascas comerciais eram, muitas vezes, consignadas dos produtos europeus importados pelo porto oriental. As facilidades do trânsito, o crédito concedido aos comerciantes e pecuaristas brasileiros pelos comerciantes uruguaios e o contrabando realizado na fronteira terrestre e fluvial faziam da fronteira gaúcha uma área de articulação e interdependência com a economia mercantil e pecuarista do Uruguai.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, comércio, Banda Oriental / Cisplatina / Uruguai

Keywords

Portuguese America / Brazil, trade, Banda Oriental / Cisplatine / Uruguay

GRINBERG, Keila. **Escravidão e liberdade na fronteira entre o império do Brasil e a república do Uruguai: notas de pesquisa.**

O presente texto tem como tema geral o papel da escravidão nas relações internacionais estabelecidas entre o Brasil e o Uruguai ao longo do século XIX, já que o primeiro manteve o regime de trabalho escravo até o fim deste período, enquanto o segundo, após obter a independência política, em processo que envolveu tanto a Argentina quanto o próprio Brasil, aboliu a escravidão em 1842. Seus objetivos são analisar as fugas e as passagens de escravos na área das fronteiras, bem como os casos de reescravidão ocorridos na região; analisar as negociações e os conflitos diplomáticos entre os dois países, relativos à escravidão; analisar a forma como, ao longo da década de 1860, as ocorrências na região de fronteira foram utilizadas em ações de liberdade que, com base na lei de 1831, argumentavam dever ser libertado o indivíduo que houvesse pisado em solo livre. Com isto, pretende-se refletir sobre os significados do conceito de fronteiras e sua relação com as noções de território, cidadania e aquisição de direitos no Brasil oitocentista.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, território, Banda Oriental / Cisplatina / Uruguai, escravidão, cidadania

Keywords

Portuguese America / Brazil, territoriality, Banda Oriental / Cisplatine / Uruguay, slavery, citizenship

Estudos AvançadosV. 22, N. 62, janeiro/abril de 2008

Responsável

Indara Mayer

Periódico

Estudos Avançados

Referência

**São Paulo, Instituto de Estudos
Avançados da Universidade de
São Paulo**

ISSN

0103-4014

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://www.scielo.br/scielo.](http://www.scielo.br/scielo)**[php/script_sci_serial/pid_0103-4014/lng_pt/nrm_iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-4014&lng_pt/nrm_iso)**

(acesso livre)

BONAVIDES, Paulo. Reflexões sobre nação, Estado social e soberania.

Condensa este artigo, de início, o substrato idealista do conceito de nação. Emprega vocabulário de termos afins e usuais que, em geral, denotam o sentido utópico daquela expressão, de profundas raízes políticas e espirituais. Sem embargo de toda a complexidade conceitual e cognitiva, a nação continua sendo, em certa maneira, a força motriz do universo político de nosso tempo, como expressão de poder e de vida. Algumas reflexões aqui expandidas acerca das implicações de sua associação à temática do Estado social, da soberania e da federação têm em vista designadamente a realidade do Brasil, em seus elementos históricos, com abrangência de três épocas: a colonial, a monárquica e a republicana.

Palavras-chave

nação, Colônia, monarquia, república / republicanism, história política

Keywords

nation, Colony, monarchy, republic / republicanism, political history

HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas.

Este ensaio procura analisar a relação ente nação e religião entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, durante o processo Nation building que se verifica em várias nações européias. Propõe-se aqui uma análise comparada entre os casos de França, Itália, a parte checa do Império Austro-Húngaro e Alemanha. Dando conta das pesquisas mais recentes sobre a afirmação do nacionalismo nesse período, rebate-se a afirmação simplista de que o sucesso do nacionalismo dependeu do desmoroamento da religião do final do século XVIII.

Palavras-chave

religião, nacionalismo, império

Keywords

religion, nationalism, empire

O texto busca traçar a emergência e o desenvolvimento tanto do conceito de nação, de seus pioneiros formuladores, ao final do século XVIII e início do XIX, como Rousseau, Herder e Fichte, quanto de seus desdobramentos ao longo do século XIX, destacando-se, também, alguns processos concretos de constituição de nações, em particular os casos dos Estados Unidos, da Itália e da Alemanha. Ao final, discute-se a recepção da questão nacional por Marx e Engels.

Palavras-chave

nação, nacionalismo, história política

Keywords

nation, nationalism, political history

Pensar nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira exige um mergulho desde as raízes coloniais até a modernidade. Essa trajetória é marcada por descompassos, e desde o Estado Nacional até a sedimentação da nação e o sentimento de auto-estima com uma "identidade brasileira" transcorre-se mais de um século. Tanto o conceito de Brasil-nação quanto as versões nacionalistas jamais têm alta dramaticidade; as passagens históricas fundamentais - abolição, proclamação da República, Estado Novo - se sucedem com poucos traumas preliminares e, em seqüência, a trajetória opera uma rápida "conservatização". Do ponto de vista econômico, as forças produtivas se desenvolvem dinâmica e intensamente. Apesar da expansão demográfica, da ocupação territorial, da transformação e emergência de novos grupos sociais no campo e na cidade, é preservada a exclusão social de amplas frações da nacionalidade dos benefícios do dinamismo econômico. É ciclotímica a leitura dos nacionais de suas próprias características. A cultura, tanto das elites quanto a popular, fornece chaves para entender as mutações do pensar nacional em relação ao Brasil e o desdobramento de múltiplas características.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, nacionalismo, nação, identidade nacional

Keywords

Portuguese America / Brazil, nationalism, nation, national identity

Partindo da análise do significado político de Brasil e de brasileiro em documentos escritos por colonos em meados dos setecentos, o artigo aponta para a importância analítica do caráter desviante de variantes americanas da matriz societária portuguesa de tipo Ancien Régime. Trabalhando com os conceitos de memória e experiência, sustenta-se nele a idéia de que, por se tornarem assimétricas, as estruturas nacionais portuguesas dos dois hemisférios também se tornaram irreduzíveis a um mesmo enquadramento constitucional quando da instauração da conjuntura revolucionária do final dos anos vinte do século XIX.

Palavras-chave

identidade nacional, Colônia, Independência, escravidão

Keywords

national identity, Colony, Independence, slavery

Estudos EconômicosV.38, N.1

Responsável

Jurandir Forro

Periódico

Estudos Econômicos

Referência

**São Paulo, Fundação Instituto
de Pesquisas Econômicas –
FIEP/USP**

ISSN

0101-4161

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://www.econ.fea.usp.br/
novo2/publicacoes/estudos_
economicos](http://www.econ.fea.usp.br/novo2/publicacoes/estudos_economicos)**

(indisponível)

SOUZA, João Paulo A. de. Entre o Sentido da Colonização e o Arcaísmo como Projeto: A Superação de um Dilema através do Conceito de Capital Escravista-Mercantil.

Neste artigo, discute-se a proposta de Pires e Costa (1995, 2000) segundo a qual a economia brasileira no período escravista teria estado sujeita a uma forma específica do capital: o capital escravista-mercantil. Ela permite a superação da dicotomia entre o modelo interpretativo do Sentido da Colonização, proposto originalmente por Caio Prado Júnior, e o modelo do Arcaísmo como Projeto, proposto por Fragoso e Florentino (2001). O primeiro, por retratar a sociedade colonial como uma projeção imediata da expansão comercial européia, tem enfrentado dificuldades em acomodar as recentes evidências empíricas de que a economia colonial podia apresentar uma relativa autonomia, realizando acumulação endógena. O segundo, ao tentar de forma explícita acomodar essas evidências, acaba recusando a existência de um sentido da colonização tal como originalmente formulado. Para explicitar como o modelo do capital escravista-mercantil supera esse dilema, apresentamos uma analogia com o desenvolvimento da teoria do valor de Marx em *O Capital*.

Palavras-chave

historiografia, escravidão, Colônia, economia

Keywords

historiography, slavery, Colony, economy

Estudos EconômicosV.38, N.2

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial: novas evidências.

Utilizando a inexplorada herança documental de duas unidades fiscais da província de São Paulo, o registro de Rio Negro e a barreira de Itapetininga, este trabalho analisa a estrutura do sistema de comercialização de animais de carga – muares e cavalares – estabelecido entre as regiões sul e centro-sul do Brasil imperial. A análise cobre o período 1830-1869 e abrange diversos aspectos. Inicialmente, apresentamos as séries de volumes negociados compiladas, colocando-as em perspectiva com outras evidências estatísticas disponíveis. Passamos então a nos ocupar com a estrutura das tropas negociadas e com a distribuição de sua propriedade, atentando para a participação relativa de cada espécie de animal e para os níveis de concentração presentes no negócio. Finalmente, analisamos de forma sucinta os padrões de distribuição espacial das atividades relacionadas ao comércio de tropas, assim como as inter-relações entre os partícipes e as diversas possibilidades de inserção associadas a este complexo sistema de abastecimento.

Palavras-chave

São Paulo, Império do Brasil, grupos sociais, comércio

Keywords

São Paulo, Brazilian Empire, social groups, trade

O objetivo do trabalho é avançar na reflexão do próprio conceito de região, e mais especificamente de regionalização, pensando sua aplicabilidade e capacidade explicativa segundo uma perspectiva eminentemente histórica. Para tanto, são mobilizados estudos de campos diversos do conhecimento, particularmente da economia e da geografia em geral, postos a dialogar com a questão histórica e a historiografia pertinente. De um ponto de vista metodológico, apresenta-se bases para a produção de segmentações do espaço tendo por norte seu aspecto estrutural e funcional; não obstante, pensando em detalhe a questão histórica, busca-se articular essa funcionalidade analítica à necessidade de se tratar o espaço de forma não-anacrônica, buscando compreender tanto sua dinâmica própria a partir de fontes coevas, quanto o específico da transformação nas concepções do espaço no período analisado. Por fim é realizado um pequeno exercício aplicativo para Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave

Minas Gerais, espaços, historiografia, história econômica

Keywords

Minas Gerais, spaces, historiography, economic history

Hispanic American Historical ReviewV.88, N.2

Responsável

Marina Garcia de Oliveira

Periódico

Hispanic American Historical Review

Referência

Duke University – (Published in cooperation with the Conference on Latin American History of the American Historical Association)

ISSN

0018-2168 (impressa)1527-1900 (online)

Disponibilidade em meio eletrônico

<http://www.jstor.org/journals/00182168.html>

(acesso restrito)

IRIGOIN, Alejandra e GRAFE, Regina. Bargaining for Absolutism: A Spanish Path to Nation-State and Empire Building.

Cientistas sociais usaram a história da Espanha e de seu Império como um padrão contra a suposta superior eficiência das instituições Anglo-Saxônicas. Esse ensaio argumenta como as comparações são baseadas em uma descaracterização das regras espanholas na metrópole e na colônia. Por algum tempo, historiadores da Espanha e da América colonial espanhola enfatizaram que o sistema espanhol de governo era mais negociado que o absolutismo. Esse artigo confirma essa visão através da análise do sistema fiscal na colônia e na península. Os impostos não eram removidos para Madrid, em vez disso eram redistribuídos em todas as regiões. Isso foi um bom passo para a autonomia local na administração e na divisão dessa transferência de impostos intra-regionais. A coroa apenas controlou o sistema: ainda que atuou como um definitivo árbitro para o arranjo flexível que efetivou a distribuição da carga fiscal em todas as regiões coloniais e setores econômicos. Esse início explica a falta de desafios sérios ao longo dos 300 anos de regime imperial. A invasão de Napoleão na Espanha e a abdicação do rei causaram o maior choque para o sistema de redistribuição. A implosão do governo espanhol conduziu para o conflito sobre impostos e riquezas entre as partes constituintes do Império. A procura para legitimar a substituição do soberano consumiu o século seguinte na América espanhola pós-colonial. Um similar arranjo da falha constitucional, instabilidade política e pobre economia foi refletido na Espanha ao longo de todo o século XIX.

Palavras-chave

Espanha, Inglaterra, império, sistema fiscal, América espanhola

Keywords

Spain, England, empire, tax system, Spanish America

Baseado nos registros administrativos da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo e em julgamentos envolvendo casos de violência entre patrões e empregadas no espaço doméstico, esse artigo discute a emergência da moral consciente e discurso pedagógico sobre o trabalho doméstico ligado às várias representações da emancipação do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. O artigo discute os modos nos quais a emancipação escrava e a preparação para o trabalho livre tiraram a atenção de educadores religiosos e famílias da elite da cidade imperial de Petrópolis, e como a natureza das relações de trabalho na esfera doméstica constituem um ponto central de referência para a formulação da nascente retórica feminista. Essas novas retórica e prática, que se empenharam na definição e controle da lenta transformação do complexo cenário das hierarquias domésticas, emergiram da íntima articulação com o fim oficial da escravidão. Descrevendo o projeto de educação doméstica desempenhada pela Igreja católica em Petrópolis, enfatizei diversas tentativas de usar a força da lei para interpretar, regular e organizar o trabalho no espaço privado, indicando mostrar como o doméstico tornou-se um lugar de poder que foi objeto de interferência e controle de várias vozes e instituições do nascente Estado republicano.

Palavras-chave

educação, religião, Rio de Janeiro, moralidade

Keywords

education, religion, Rio de Janeiro, morality

Ao lado da reinterpretação da recente literatura sobre a história fiscal da Espanha e da América Espanhola ao longo dos séculos XVI ao XVIII, Irigoin e Grafe têm escrito a maior parte dos ensaios revisionistas que provavelmente mudarão o modo como os historiadores pensam sobre as relações fiscais intra-imperial e que promoverão uma importante produção a respeito das estratégias das elites locais dentro da estrutura imperial. Eles também demonstraram que a análise da dinâmica interna do Império Espanhol pode contribuir para os debates contemporâneos sobre os estudos comparativos dos Impérios do século XVIII. Numerosas facetas desse estudo correm contra muitos historiadores que reconstruíram o sistema de taxas dos Bourbons na América Espanhola. Uma leitura da literatura histórica produzida nas duas últimas décadas sugeriu que enquanto negociações políticas entre a monarquia espanhola e corporações privilegiadas e governo urbano foram importantes, seria um erro descontar a importância da coerção e da censura, tão essenciais e frequentemente utilizadas como instrumentos da coroa e do poder para manter o status quo. Esses foram instrumentos comuns na metrópole, mas não foram raramente aplicados com singular severidade na colônia. No caso da América Espanhola na segunda metade do século XVIII, a natureza da coerção e da brutal resposta para os protestos populares (particularmente revoltas contra as taxas) tem sido analisadas por numerosos historiadores, mas parecem ter menos importância no ensaio sobre essa discussão. Similarmente, isso é importante para notar que os mais recentes estudos históricos demonstram que as reformas fiscais desempenhadas pelo regime Bourbon em toda a América Espanhola são muito mais homogêneas e bem sucedidas na extração de um rápido aumento no nível de taxas de riquezas da população colonial que os autores pareciam sugerir.

Palavras-chave

Espanha, Colônia, América espanhola, sistema fiscal

Keywords

Spain, Colony, Spanish America, tax system

Em "Acordo para o absolutismo", Alejandra Irigoin e Regina Grafe argumentam três pontos de considerável interesse para os historiadores: o absolutismo político de Castela não se estendeu aos assuntos fiscais; as relações fiscais dentro da Espanha e de seu Império são caracterizadas pelo acordo, não dirigidos pela coroa; e as diferenças entre os sistemas fiscais imperiais da Espanha e da Inglaterra têm sido maiores do que são na realidade. O primeiro e o segundo ponto são colocados corretamente por simplificar os tratamentos da política fiscal da Espanha moderna, e repetem descobertas do absolutismo francês. Na prática, os monarcas absolutistas não foram autocratas. Eles precisavam de dinheiro para empreender a guerra e defender contra os rivais, e tiveram que trocar privilégios e monopólios no sistema de acúmulo de taxas e empréstimos. Irigoin e Grafe afirmam, entretanto, as diferenças entre as relações fiscais nos impérios britânico e espanhol. As instituições governamentais eram completamente distintas nos dois casos. Após 1688, a Inglaterra confiou no Parlamento para formular e aprovar medidas econômicas. Os mecanismos formais para que os interesses de diferentes grupos fossem articulados e mediados entre o Parlamento e o governo conduziram para resultados mais eficientes. Na Espanha, onde a coroa poderia nomear e revogar os direitos de propriedade sem ser controlada pelas instituições políticas formais, resultou em fraqueza fiscal e estagnação econômica. Essa brecha institucional refletiu também na implementação de política econômica nas suas colônias. Essa diferença pode ser uma pista importante para localizar a origem das diferentes trajetórias econômicas no fim do período colonial e no começo do período nacional.

Palavras-chave

Espanha, Inglaterra, império, sistema fiscal

Keywords

Spain, England, empire, tax system

Responsável

Marina Garcia de Oliveira

Periódico

Luso-Brazilian Review

Referência

**University of Wisconsin –
Madison, Dept. of Spanish and
Portuguese**

ISSN

0024-7413

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://muse.jhu.edu/journals/](http://muse.jhu.edu/journals/luso-brazilian_review/)**[luso-brazilian_review/](http://muse.jhu.edu/journals/luso-brazilian_review/)**

(acesso restrito)

As florestas do Brasil colônia têm fascinado o novo tópico de história ambiental. Desde With Brodoax and Firebrand (1995) de W.Dean, o assunto tem crescido tanto quanto as proposições e investigações de temas específicos. Em *Fruitless Trees* (2000), com a abertura em larga escala da incursão de assuntos sobre a indústria da madeira, S.W.Miller construiu uma teoria que associa as políticas florestais portuguesas com o desenvolvimento do setor madeireiro. O obstáculo desses postulados era que a estratégica conservação representada pela instituição das "madeiras de lei" – que visava salvaguardar as melhores árvores brasileiras para a construção e manutenção da Frota Real – foi vago e precariamente forçado, mas extremamente rígido em seu intento, resultando nas negativas conseqüências para o uso e desenvolvimento econômico das florestas. Esse artigo visa o debate desse assunto e contribuir para a melhoria do modelo. Nossa pesquisa trabalhou com documentos administrativos do fim do século XVIII e começo do século XIX do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, mas não confirmou a rudeza das políticas governamentais coloniais. Adicionalmente, isso também sugeriu que o cotidiano administrativo da floresta foi muito mais complexo que uma simples leitura da real prescrição poderia conduzir o pensamento. O esboço de E.P.Thompson nos descreve a instituição das "madeiras de lei" como uma prática que emergiu como um resultado dinâmico das relações sócio-políticas estabelecidas entre a burocracia da floresta – concebida como as peculiaridades sociais e ecológicas do ambiente no qual elas atuaram – e agentes econômicos privados (proprietários de engenho de açúcar, agricultores de subsistência, comerciantes) para os quais dirigir e ter acesso contínuo à carbonização e/ou não carbonização da madeira era crucial.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, Colônia, Santa Catarina

Keywords

Rio de Janeiro, Colony, Santa Catarina

Responsável

Marina Garcia de Oliveira

Periódico

Luso-Brazilian Review

Referência

**University of Wisconsin –
Madison, Dept. of Spanish and
Portuguese**

ISSN

0024-7413

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://muse.jhu.edu/journals/
luso-brazilian_review/](http://muse.jhu.edu/journals/luso-brazilian_review/)**

(acesso restrito)

Este artigo examina as carreiras de um pequeno número de homens de origem ou descendência africana que fizeram parte de uma elite militar do império português: comandantes da "Guerra Preta" e comandantes dos terços de tropas negras. O mais famoso deste grupo é o Marechal Henrique Dias, um "homem preto", plenamente reconhecido como um comandante chave nas lutas para expulsar os holandeses do nordeste do Brasil no século XVII. A instabilidade apresentada pelas lutas dos portugueses contra os holandeses, quilombolas, e populações indígenas no Brasil e na África no século XVII e no começo de século XVIII abriram estreitos caminhos de mobilidade social para os comandantes de cor que prestaram serviços militares significantes à Coroa. Alguns conseguiram títulos de nobreza e entraram para as mais exclusivas Ordens Militares como recompensa por seus feitos. Mas no começo do século XVIII, esta porta de entrada para tais ordens militares se fechou para os comandantes negros. Este artigo explora como a cor destes oficiais virou um motivo em si para justificar sua exclusão destes redutos da mais alta nobreza portuguesa e contempla suas implicações para a história das hierarquias de cor no mundo atlântico.

Palavras-chave

guerra, Colônia, poder militar

Keywords

war, Colony, military power

HAWTHORNE, Walter. **Being now, as it were, one family: Shipmate bonding on the slave vessel Emilia, in Rio de Janeiro and throughout the Atlantic World.**

Este artigo analisa a vida dos africanos num navio negreiro, o Emilia. O navio foi capturado pela fragata inglesa Morgiana em 1821 e levado ao Rio de Janeiro. No Rio, a comissão mista anglo-portuguesa condenou o navio pelo crime de comércio ilícito de escravos. Os africanos do Emilia ficaram na condição de "escravos livres" sob a custódia do governo local por um período de quatorze anos. Foram distribuídos entre instituições públicas e concessionários particulares para servir como "trabalhadores livres". Na prática suas experiências de trabalho foram semelhantes às de escravos. Depois de quatorze anos, um grupo dos escravos livres do Emilia voltou à África juntos. O artigo propõe que a identidade mais importante para reforçar as relações entre os africanos não foi uma identidade étnica, mas sim uma identidade nascida no Emilia, uma identidade de companheiros de viagem ("shipmates").

Palavras-chave

escravos, Rio de Janeiro, África

Keywords

slaves, Rio de Janeiro, Africa

Nations and NationalismV.13, N.1, jan. 2007

Responsável

Ana Priscilla Barbosa de Lucena

Periódico

Nations and Nationalism

Referência

Blackwell Publishing e**Association for the Study of****Ethnicity and Nationalism****(ASEN), ed. Anthony Smith**

ISSN

1354-5078 (impressa) 1469-**8129 (online)**

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://www.blackwell-synergy.](http://www.blackwell-synergy.com/servlet/useragent?func=showIssues&code=nana)**[com/servlet/useragent?func=sh](http://www.blackwell-synergy.com/servlet/useragent?func=showIssues&code=nana)****[owIssues&code=nana](http://www.blackwell-synergy.com/servlet/useragent?func=showIssues&code=nana)**

(acesso restrito)

BANTON, Michael. Max Weber on "ethnic communities": a critique.

Este artigo trata da publicação póstuma do rascunho de um ensaio sem título de Max Weber. Na tradução inglesa, foi dado o título de "Grupos étnicos". Na edição alemã das obras de Max Weber, o título foi "Comunidades Étnicas". Nesse manuscrito, Weber analisa como o sentimento de pertencimento foi socialmente construído e fundamentado no desejo de monopolizar poder e status. Em seguida, Weber determina o fim do uso do conceito de coletivismo, mas, na época em que foi escrito, os grupos foram tratados como entidades reais em lugar de usar o conceito de grupo como um apoio para explicação de behaviour. As ligações causais na formação dos grupos étnicos e na sua sustentação estiveram mais próximas de uma identificação subsequente a análise sociológica.

Palavras-chave

Europa, etnicidade, sociologia

Keywords

Europe, ethnicity, sociology

LAEGAARD, Sune. Liberal nationalism and the nationalisation of liberal values.

Este artigo considera se o apelo a 'valores nacionais' no discurso político pode ser considerado uma forma de nacionalismo. Este estudo sobre a aplicação de uma categoria de nacionalismo contesta as objeções de que valores políticos não podem constituir nacionalidade, ainda mais quando os valores em questão são liberais, como geralmente o são. Frente a esta oposição argumenta-se que o 'nacionalismo de valores liberais' pode, e em alguns contextos de imigração e europeização o fazem, demonstram os limitados 'mecanismos centralizados' que descrevem o nacionalismo. Essa característica de nacionalização de valores contém implicações tanto normativas como explanatórias, relacionadas com as questões de "nacionalismo liberal". Ambas as descrições de nacionalismo e de seus valores liberais contém implicações normativas e explicativas nas quais é encontrado o interesse pelo 'nacionalismo liberal'.

Palavras-chave

Europa, nação, nacionalismo, liberalismo, política / administração

Keywords

Europe, nation, nationalism, liberalism, politics / administration

O artigo investiga 63 sociedades patrióticas estabelecidas nos estados conglomerados da Dinamarca durante o século XVIII no momento anterior a formação das identidades coletivas. Nele é explicado como as chamadas sociedades patrióticas tiveram duas funções: uma externa relativa à própria sociedade e uma interna entre seus membros. Analisa também como os membros compreendiam o patriotismo e como eram divulgadas as idéias de solidariedade e cidadania nas grandes reuniões. O patriotismo do século XVIII é comparado ao do século XIX, e de que forma eram pensadas os diferentes conceitos de estado, língua e cultura nos debates. Por fim, demonstra como as duas idéias são correlatas, pois refletem a mesma tensão dialética entre o indivíduo, a sociedade e a comunidade no estado moderno.

Palavras-chave

patriotismo, Europa, cidadania, identidades

Keywordspatriotism, Europe, citizenship, identities

KAPLAN, Danny. What can the concept of friendship contribute to the study of national identity?

O presente artigo demonstra como foi entendida a identidade nacional e reavaliada a representação de afeição como um sentimento político. Embora estudos sobre o nacionalismo tenham sublinhado uma transformação nas relações pessoais mais próximas e a ligação entre pessoas distantes, eles enfraqueceram o reconhecimento dos sentimentos de afeição que poderiam fazer parte desse vínculo. Primeiro, compreendendo a teoria na filosofia política, o paradigma aristotélico de afeição cívica é conceitualmente aplicável na sociedade civil moderna baseada nas características como vontade, comprometimento e sentimento. Segundo, os estudos feministas têm delineado como um discurso implícito para a fraternidade entre homens foi historicamente fundamentada e realizada pelo contrato social moderno mediando às noções de patriotismo e nacionalismo. Por último, como contribuíram as redes de associações masculinas e as transformações na ambientação do sentimento coletivo na sociedade possibilitou um aumento da afeição como sentimento politicamente identificador. Conseqüentemente, a visão de afeição fraterna como uma relíquia das sociedades tradicionais foi estudada como o único aspecto do nacionalismo moderno.

Palavras-chave

identidade nacional, metodologia, política / administração, nacionalismo, patriotismo

Keywordsnational identity, methodology, politics / administration, nationalism, patriotism

Nations and NationalismV.13, N.3, jul. 2007

CHILOSI, David. Old wine in new bottles: civic nation-building and ethnic nationalism in schooling in Piedmont, ca. 1700–1861.

Genller equaciona o nacionalismo com a 'organização de grupos humanos, centralmente instruídos e unidades culturalmente homogêneas'. Como é argumentado pelas teorias sobre o nacionalismo, tanto as recentes quanto nas pesquisas menos recente, demonstraram que a modernização do ensino foi definitiva nesse processo. O objetivo desse artigo é duplo: o primeiro, demonstrar a duração do Ressurgimento no ensino do Piemonte tornando-se nacionalista; o segundo, demonstrar como ocorreu este caso. E sendo assim, serão discutidos: a) a modernização da educação refletindo o aumento do liberalismo *laisse faire*, industrialização e a emancipação da classe média; e b) a direção do Resurgimento revivendo o período pré-Idade Moderna com símbolos étnicos para o patriotismo legitimando a diferença da formação do estado sob as condições do individualismo.

Palavras-chave

Europa, nacionalismo, liberalismo, educação, patriotismo, ensino

Keywords

Europe, nationalism, liberalism, education, patriotism, teaching

Nations and NationalismV.14, N.2, abr. 2008

DRAKULIC, Slobodan. Whence nationalism?

Há acordo comum sobre a origem histórica do nacionalismo no período Moderno, e de sua posterior difusão em outras localidades. Ao contrário disto, há uma outra visão afirmando que o nacionalismo precede a modernidade, como nos casos da Inglaterra ou da França, nenhum deles eram moderno quando foi identificado as origens do nacionalismo. Além disso, alguns nacionalismos emergentes correram simultaneamente aos seus duplos ingleses ou franceses, com pouca evidência de terem sido criados por difusão. Tanto o pré como o proto-nacionalismos muitas vezes saltavam da resistência à conquista estrangeira, que põe na dúvida a hipótese de difusão, de invenção. Por isso, o autor sugere que o nacionalismo não tenha emergido em poucas sociedades, mas em muitas, e que foi engendrado por interações sociais, não por uma determinada formação social. Enquanto o nacionalismo emerge dentro da sociedade, a sua gênese ocorre em meio a grupos sociais e sociedades, fazendo-o então um produto das suas interações. Isto fá-lo utópicos, suas origens socialmente diversas, e o seu conceito interacional, não gestacional.

Palavras-chave

Antigo Regime, Europa, nacionalismo

Keywords

Ancien Régime, Europe, nationalism

Da morte de Byron em Missolonghi em 1824 à captura de D'Annunzio de Fiume da Itália em 1919, o nacionalismo e as lutas pela independência modificaram-se, tanto na literatura quanto na política. Byron foi seguido por uma série de poetas idealistas e mártires da liberdade nacional, mas a tensão internacional que culmina na Primeira Guerra Mundial expôs totalmente o lado intolerante, brutal do nacionalismo. D'Annunzio, como Byron, ambos os poetas expoentes, assim como líderes de guerra, foram figura-chave na transformação do nacionalismo democrático do século XIX no fascismo ditatorial do século 20. 'A ditadura lírica do poeta' em Fiume (1919–20) inspirou Mussolini na sua gana de poder em 1922, com conseqüências políticas de longo alcance. O poeta tornou-se o exemplo perigoso de um *Übermensch* (super-homem) Nietzscheano, acima da moralidade comum, predatória e moralmente irresponsável. Este artigo demonstra como o significado do nacionalismo foi em parte determinada e transformada pelos poetas, ilustrando seu papel como legisladores não reconhecidos pelo mundo.

Palavras-chave

guerra, Europa, nacionalismo, liberalismo, política / administração

Keywordswar, Europe, nationalism, liberalism, politics / administration

GRANT, Susan-Mary. Reimagined communities: Union veterans and the reconstruction of American nationalism.

A comemoração americana da União, morta, e o papel exercido no desenvolvimento do nacionalismo americano do pós-guerra é um tópico de crescente interesse. Os que sobreviveram, no entanto, freqüentemente são abandonados e ficam fora da discussão: as lembranças inquietantes da Guerra de Seceção, o papel dos veteranos na reconstrução do nacionalismo americano foi um tanto mais ambíguo do que historiadores fizeram-no parecer. Para traçar as linhas da identidade nacional americana depois a Guerra Civil, é necessário uma avaliação dos caminhos nos quais o veterano foi incorporado ou separado de casa durante a própria guerra e, depois, da sociedade pós-guerra. A evidência sugere que, em contraste com a ambigüidade que circunda o veterano, o morto possa ser de muitos modos, mais facilmente acomodado pelo novo discurso nacionalista que emerge da guerra. Posicionando o veterano no centro do debate sobre a guerra e sobre o nacionalismo, de fato, pode-se desafiar o mesmo conceito de uma comunidade imaginada que emerge de ou pelo conflito civil.

Palavras-chave

guerra, nacionalismo, identidade nacional, memórias históricas, conflitos

Keywords

war, nationalism, national identity, historical memoirs, conflicts

Novos Estudos CebrapV.78, jul. 2007

Responsável

Marina Garcia de Oliveira

Periódico

Novos Estudos Cebrap

Referência

**São Paulo, Centro Brasileiro de
Análise e Planejamento**

ISSN

0101-3300

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://www.cebrap.org.br/
revistane_home.htm](http://www.cebrap.org.br/revistane_home.htm)**

(acesso aos sumários)

CAMILO, Vagner. Mito e História em Iracema, p.169-189.

O presente ensaio pretende historiar certa tendência da recepção crítica mais recente de Iracema (1865) a centralizar o foco do debate em torno das relações entre mito e história. Também pretende definir um posicionamento perante a discussão, endossando ou questionando algumas das hipóteses inventariadas com argumentos que possam contribuir para o avanço do debate.

Palavras-chave

Segundo Reinado, império, literatura

Keywords

Second Reign, empire, literature

Novos Estudos CebrapV.79, nov. 2007

FRAGELLI, Pedro Coelho. O memorial de Aires e a abolição, p.195-208.

O artigo sugere que o Memorial de Aires, último romance de Machado de Assis, tem na convivência de classe do narrador seu princípio de composição fundamental. Procura-se demonstrar que, longe de ser obra de um escritor absenteísta, o livro registra uma visão desencantada da Abolição - mais lúcida e profunda que a dos apologistas do 13 de Maio.

Palavras-chave

Segundo Reinado, escravos, literatura

Keywords

Second Reign, slaves, literature

Apoiando-se em estudos historiográficos que a partir dos anos 1980 empreenderam uma ampla revisão da história social do trabalho no Brasil, o artigo apresenta algumas hipóteses sociológicas sobre a permanência de traços estruturais do passado escravista no processo de construção da sociabilidade capitalista no país. Esse legado compreenderia uma percepção rebaixada do trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro e mesmo do elemento nacional como trabalhadores, uma indiferença das elites quanto às maiorias pobres e uma hierarquia social extremamente rígida. Segundo o autor, esse quadro de inércia estrutural ditou os parâmetros gerais da reprodução do trabalho livre nos primórdios da ordem capitalista no Brasil.

Palavras-chave

escravos, escravidão, história social

Keywords

slaves, slavery, social history

Revista de História
N.156, 1. sem. 2007

Responsável

Indara Mayer

Periódico

Revista de História

Referência

**São Paulo, Univ. de São Paulo,
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, Humanitas**

ISSN

0034-8309

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://www.fflch.usp.br/dh/
dhrh/](http://www.fflch.usp.br/dh/dhrh/)**

(indisponível)

GOMES, Flávio e FERREIRA, Roquinaldo. **A miragem da miscigenação**, p.141-160.

Neste artigo abordamos alguns aspectos da natureza da sociedade escravista - na África e no Brasil - especialmente os significados da liberdade, cor, protesto entre os séculos XVII a XIX. Partimos de um diálogo crítico sobre as perspectivas de miscigenação, políticas de domínio e dinâmicas sociais nas sociedades escravistas e os desdobramentos para o seu funcionamento e mudança.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, escravos , África

Keywords

Portuguese America / Brazil, slaves, Africa

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia no século XVIII.**

O Artigo enfoca a questão dos aldeamentos missionários dirigidos pelos jesuítas na Bahia durante o período colonial e sua transformação em vilas na segunda metade do século XVIII. A análise da documentação revela uma preocupação excessiva do Estado Português com o aparato político e econômico estabelecido pelas ordens religiosas missionárias entre as populações indígenas ao longo de dois séculos de catequese e domínio.

Palavras-chave

Bahia, Colônia, religião, Império português

Keywords

Bahia, Colony, religion, Portuguese Empire

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ano 168, N.434, jan./mar.2005

Responsável

Indara Mayer

Periódico

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Referência

Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ISSN

0101-4366

Disponibilidade em meio eletrônico (indisponível)

MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. **Alguns elementos do debate francês sobre o reconhecimento da república do Brasil (1889-1890).**

O artigo tem a preocupação de analisar a produção francesa dos discursos sobre os significados de Império e república em relação ao Brasil e seu lugar na América Latina na passagem da monarquia para a república do Brasil. Também objetiva localizar disputas de representações e expressar a diversidade de temas que a construção de representações sobre a monarquia de Dom Pedro II.

Palavras-chave

imprensa, diplomacia, França, América portuguesa / Brasil

Keywords

press, diplomacy, France, Portuguese America / Brazil

VARELA, Alex. **A contribuição do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva para a constituição de redes de informação sobre o Reino Português (1780-1819).**

A trajetória histórica de José Bonifácio de Andrada e Silva caracterizou-se pela associação do seu perfil naturalista e homem público. Em Portugal, teve uma atuação de relevância na política de exploração mineira do reino, sobretudo quando ocupou o cargo de intendente geral das minas e metais do reino. Nessa instituição por meio de suas memórias científicas e cartas trocadas com os principais homens do governo, contribuiu para a constituição de redes de informação que ajudaria a conhecer de forma mais aprofundada e precisa todo o território português.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, história das ciências, Império português, mineração

Keywords

Portuguese America / Brazil, science history, Portuguese Empire, mining

**Revista Electrónica de Historia
Constitucional**

N.8, setembro / 2007

Responsável

Indara Mayer

Periódico

**Revista Electrónica de Historia
Constitucional**

Referência

Espanha, Universidad de Oviedo

ISSN

1576-4729

Disponibilidade em meio eletrônico

<http://hc.rediris.es>

(acesso livre)

PÉREZ, Antonio-Filiu Franco. **La cuestion americana y la constitución de Bayona (1808).**

A Constituição de Bayona de 1808 foi o primeiro texto constitucional espanhol que tentou articular as bases de um modelo de organização política colonial sob o princípio de igualdade territorial. O estudo destaca o tratamento especial dado por Napoleão ao problema americano em Bayona, e aos representantes dos territórios espanhóis do Ultramar em particular, visando obter o apoio dos deputados ultramarinos, a fim de neutralizar eventuais reivindicações de independência nestes domínios. Essas circunstâncias conduzem a uma espécie de relação simbiótica entre Napoleão e o grupo de representantes oriundos ultramarinos defendendo seus respectivos interesses nessa relação.

Palavras-chave

constituição, Espanha, América espanhola, idéias políticas

Keywords

constitution, Spain, Spanish America, political ideas

**Revista Electrónica de Historia
Constitucional**

N.9, setembro / 2008

MARTINÉ, Eduardo. **La importância institucional de la constitución de Bayona en el constitucionalismo hispanoamericano.**

Se trata de avaliar o impacto que o mundo hispanoamericano teve da chamada Constituição de Bayona, dada pelo Imperador Napoleão à Espanha e suas províncias ultramarinas, a partir da França. Se introduz com ela na Espanha e América o constitucionalismo e seu afluxo será amplamente sentido. Sem Bayona não haveria existido Cádiz. Foi um acontecimento e um exemplo que não podem ser ignorados.

Palavras-chave

América espanhola, constituição, Espanha, França

Keywords

Spanish America, constitution, Spain, France

**Revista Eletrônica de História
do Brasil**

V. 8, N.1 e 2, jan/dez. 2005

Responsável

Jurandir Forro

Periódico

**Revista Eletrônica de História
do Brasil**

Referência

**Universidade Federal de Juiz de
Fora**

ISSN

1519-5759

Disponibilidade em meio eletrônico

<http://www.rehb.ufjf.br>

(acesso livre)

SOUZA, Sonia Maria de. **Escravidão e campesinato: relações sociais entre cativos e homens livres.**

Este artigo procura analisar presença de uma força de trabalho escrava entre uma parcela da população, considerada camponesa no município de Juiz de Fora. Busca verificar a estrutura das posses, bem como analisar a possibilidade da existência da família escrava em seu interior. Por fim, analisa as relações sociais estabelecidas entre escravos e homens livres da região.

Palavras-chave

escravos, sociedade, grupos sociais, homens livres pobres

Keywords

slaves, society, social groups, poor free people

COSTA, Ana Paula Pereira. **Tecendo redes, construindo autoridade: notas preliminares acerca da formação de redes de reciprocidades entre oficiais dos corpos de auxiliares e de ordenanças e seus escravos.**

O presente trabalho tem por objetivo lançar algumas reflexões iniciais acerca da formação de redes de reciprocidade entre os oficiais de mais alta patente dos Corpos de Auxiliares e de Ordenanças presentes na Comarca de Vila Rica com seus escravos entre os anos de 1732 a 1835.

Palavras-chave

elites, escravos, Minas Gerais

Keywords

elites, slavery, Minas Gerais

RAMOS, Vanessa. **Alforrias eclesiásticas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1871).**

O trabalho tem como um de seus objetivos mais gerais apresentar, através das cartas de alforria, a especificidade da escravidão ministrada por clérigos católicos na cidade do Rio de Janeiro. Há na historiografia brasileira uma variedade de autores que buscaram identificar os padrões de alforria em diferentes regiões do país. Todavia, as alforrias "dadas" pelo clero católico, diluídas no conjunto das manumissões, não nos permitem perceber uma possível peculiaridade eclesiástica. Dessa forma, procuramos estabelecer especificamente os padrões de alforria do clero. Além de evidenciar as diferenças, no tocante à escravidão, entre as práticas do clero regular e do secular.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, império, religião, forros

Keywords

Rio de Janeiro, empire, religion, freedpeople

RANGEL, Ana Paula dos Santos. **A escolha do Cônjuge: o casamento escravo no termo de Barbacena (1781-1821).**

Procuraremos neste texto, através da pesquisa dos registros paroquiais de casamento para o Termo de Barbacena, estabelecer as características do comportamento conjugal de cativos e forros da região. O recorte cronológico vai de 1781 a 1821 e buscaremos aqui apresentar dados no que concerne ao padrão de escolha do cônjuge no que diz respeito ao estatuto jurídico, cor, naturalidade e procedência.

Palavras-chave

Minas Gerais, escravos, famílias, forros

Keywords

Minas Gerais, slaves, families, freedpeople

PERRAYON, Janaina. **Enlaces e redes: o compadrio nos casamentos de escravos da candelária.**

Na certeza de que o casamento é ocasião privilegiada para a construção de alianças, foram reunidos os registros de matrimônio que envolveram somente africanos na Freguesia da Candelária na primeira metade do séc. XIX, na tentativa de capturar possíveis redes sociais deles decorrentes. As relações dos nubentes com outros atores como seus senhores (ou ex-senhores) e suas testemunhas de casamento são consideradas, neste trabalho, fundamentais na reconstituição de parte do processo de socialização destes africanos.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, escravos , famílias, grupos sociais

Keywords

Rio de Janeiro, slaves, families, social groups

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Meninas e mulheres: as imagens das amas-de-leite no mercado de trabalho doméstico urbano do Rio de Janeiro 1830-1888).**

Dando prosseguimento a uma investigação mais ampla sobre amas-de-leite, relações de gênero e mercado de trabalho no Rio de Janeiro escravista do século XIX, propomos nesta comunicação abordar as características que organizavam e dinamizavam a ocupação das amas-de-leite presentes nos anúncios de jornais, no caso o Jornal do Commercio. Acompanhando perspectivas teórico-metodológicas mais recentes nos estudos sobre escravidão no Brasil levantamos questões a respeito de imagens construídas num cenário escravista urbano. Pensamos ainda no impacto deste discurso sobre a sociedade e suas conexões no cotidiano doméstico do século XIX. Representações, símbolos e significados diversos sobre as práticas das amas-de-leite, o papel social desempenhado, o cotidiano da ocupação vão sendo identificadas, assim como as classificações sócio-raciais processadas diante das relações senhor-escravo.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, império, escravidão, mulheres, fontes, comércio

Keywords

Rio de Janeiro, empire, slavery, women, sources, trade

SOBRINHO, Juliano Custódio. **Notas iniciais acerca de uma sociedade em formação: estrutura produtiva, demografia, e sociabilidade escrava ao sul da capitania das minas – Freguesia de Itajubá (1766-1810).**

No bojo das recentes pesquisas acerca do Sul de Minas, o presente artigo tem como objetivo apresentar alguns apontamentos em relação a produção, demografia e sociabilidade escrava, tendo como ponto de partida a Freguesia de Itajubá, no período de 1766 a 1810, tendo em vista sua ligação com freguesias vizinhas e com o termo, da qual pertencia, Campanha da Princesa.

Palavras-chave

Minas Gerais, escravidão, demografia

Keywords

Minas Gerais, slavery, demography

AMARAL, Alex Lombello. **Uma contribuição da nova história política ao debate sobre o "escravismo atípico" de Minas Gerais no século XIX.**

Ensaio sobre o problema da atípica escravidão em Minas Gerais do século XIX. As representações dos Liberais Moderados no jornal *Astro de Minas* (1827-1839), de São João del-Rei, sobre o escravismo.

Palavras-chave

Minas Gerais, escravidão, história política

Keywords

Minas Gerais, slavery, political history

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **Costumes, leis e justiça: o cotidiano escravista nas ações de liberdade.**

Os recentes estudos sobre escravidão no Brasil vêm revelando um cotidiano complexo, no qual escravos, libertos e homens livres vivenciaram situações das mais variadas. Por meio da análise de ações cíveis de liberdade nos é possível adentrar parte do cotidiano escravista no sertão norte-mineiro, ao longo do século XIX, mostrando como os agentes históricos do norte de Minas utilizavam-se das leis, dos costumes e da justiça na incessante luta pela liberdade.

Palavras-chave

escravos, legislação, império

Keywords

slaves, legislation, empire

NASCIMENTO, Washington Santos. **Escravidão, família escrava e mulheres forras no sertão baiano (século XIX).**

Neste trabalho, procura-se caracterizar e discutir a família escrava e as relações de poder entre forras e ex-senhores no sertão baiano da segunda metade do século XIX, mais propriamente no Arraial do Brejo Grande (atual Ituaçu), região Sudoeste da Bahia. Analisando a situação dos escravos naquela região percebe-se uma dinâmica diferente da existente no Recôncavo baiano, no que se refere a formação e mobilidade da família escrava e a luta das mulheres forras na justiça, contra seus ex-senhores, pela tutela de seus filhos.

Palavras-chave

Bahia, escravidão, famílias, mulheres, forros

Keywords

Bahia, slavery, families, women, freedpeople

MERLO, Patrícia M. S. **Escravarias antigas e sobrevivência africana: família escrava no Espírito Santo (1800-1830).**

Busca-se caracterizar os tipos de arranjos familiares estabelecidos no seio da comunidade cativa, no período que se estende de 1800 a 1830, em Vitória, capital da capitania – e depois província – do Espírito Santo. Os dados obtidos mostram que a relativa distância das grandes regiões agro-exportadoras e a predominância de pequenas e médias propriedades, colaboraram para a constituição dos diversos grupos compostos por escravos especializados ou dedicados à prestação de serviços urbanos. Por outro lado, a pequena taxa de africanidade em oposição à forte presença de escravos nascidos no Brasil, aponta para a existência de escravarias antigas, onde a lógica da família escrava já estava consolidada, ou seja a possibilidade de reposição natural de mão-de-obra cativa teria implicado no relativo equilíbrio entre os sexos. A presença de diferentes arranjos familiares, independentemente do tamanho das escravarias, assinala ainda, que a família escrava pode ser entendida como pré-condição para a melhoria da vida material e como centro em torno do qual orbitavam estratégias para a garantia de espaços de solidariedade ou mesmo projetos de liberdade.

Palavras-chave

escravos, Espírito Santo, famílias

Keywords

slaves, Espirito Santo, families

Revista Histórica

N. 30, abr. 2008

Responsável

Jurandir Forro

Periódico

Revista Histórica

Referência

**São Paulo, Revista Eletrônica do
Arquivo do Estado**

ISSN

1808-6284

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://www.historica.](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/)

**[arquivoestado.sp.gov.br/
materias/](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/)**

(acesso livre)

SILVA, Antônio Marcelo Jackson F. da. **Crise partidária e labirinto político no Brasil Império.**

O texto analisa o equilíbrio e o desequilíbrio político nas relações entre o Imperador D. Pedro II e as correntes ideológicas que atuavam dentro dos partidos políticos no império – em particular, a crise de 1868.

Palavras-chave

Império do Brasil, práticas políticas, poder moderador

Keywords

Brazilian Empire, political practices, moderating power

TempoN.22, jan.2007

Responsável

Jurandir Forro

Periódico

Tempo

Referência

**Niterói, Universidade Federal
Fluminense, Departamento de****História**

ISSN

1413-7704

Disponibilidade em meio eletrônico

<http://www.historia.uff.br/>**tempo/**

(acesso aos sumários)

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio.

Este artigo procura fazer um balanço historiográfico acerca da posição de historiadores que defendem o pressuposto de que as heranças culturais africanas estavam bastante vivas entre os escravos no Brasil, pelo menos até o fim do tráfico atlântico. Como ensaio, pretende também discutir se existiria um estado de guerra em terras brasileiras, oriundo das rivalidades na África, que impediria a formação de comunidades escravas.

Palavras-chave

escavidão, tráfico negreiro, identidades, historiografia

Keywords

slavery, slave trade, identities, historiography

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840.

A Cabanagem foi uma revolução social que dizimou a população amazônica e abarcou um território muito amplo. Contrastando com este cenário amplo e internacional, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os "patriotas" cabanos, ao longo do movimento, criaram um sentimento comum de identidade entre povos de etnias e culturas diferentes, que extrapolava estes ditames. Todo o processo é o objeto central deste artigo.

Palavras-chave

Amazônia, Império do Brasil, cidadania, revolta / rebelião, identidades

Keywords

Amazonia, Brazilian Empire, citizenship, uprising / rebellion, identities

Este artigo analisa a revolta ocorrida no teatro São Pedro de Alcantara, no Rio de Janeiro, em setembro de 1831. Trata-se de um movimento político promovido pela facção dos liberais exaltados, com participação de camadas sociais diversas. Situada no conjunto de outras ações semelhantes, verificadas no início do período regencial, é compreendida como um dos eixos de desenvolvimento de uma cidadania informal e de uma incipiente nacionalidade, construídas de baixo para cima, no âmbito de um emergente espaço público de ação política.

Palavras-chave

revolta / rebelião, Regência, cidadania

Keywords

uprising / rebellion, Regency, citizenship

Tempo

N.24, jan.2008

SOUZA, Adriana Barreto de. **A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro joanino.**

A intenção desse artigo é descrever a trajetória de um jovem oficial português, José Joaquim de Lima da Silva, para reconstituir, através de sua experiência institucional, as estratégias sociais pelas quais ele negociou concretamente sua prática como militar do Império português. O Exército setecentista não era uma instituição com alto padrão de racionalização. Em seus quadros, havia oficiais com carreiras construídas por diferentes meios. Essa pluralidade de formas de ser militar devia-se em parte ao monopólio que a Coroa detinha sobre a distribuição de patentes, vistas como mais um dos vários bens simbólicos distribuídos pelo monarca em remuneração aos serviços prestados por seus súditos. Com isso, a hierarquia do Exército tornava-se permeável à hierarquia social.

Palavras-chave

Exército, Império português, política / administração

Keywords

military power, Portuguese Empire, politics / administration

SLEMIAN, Andréa. **Entre a corte e a revolução: a atuação de um "negociante" na América sede do Império português.**

O artigo discute a trajetória de Manuel Luís da Veiga que, como comerciante em Portugal (seu território natal), investiu na instalação de uma fábrica em Pernambuco após a chegada da família real no Rio de Janeiro, tendo em vista as transformações que à época se processavam no Império português. O foco da análise centra-se no campo das sociabilidades políticas, com destaque para a atuação de Veiga na corte carioca e sua produção literária sobre economia política, entendendo-as como duas dimensões indissociáveis de sua prática social. Defende-se aqui que sua trajetória ilumina um mundo em profunda mudança nos seus paradigmas, impossível de ser sintetizado pelo estabelecimento de um padrão preciso de distinção entre o que era antigo e o que era novidade no início dos oitocentos.

Palavras-chave

Império do Brasil, Corte imperial, práticas políticas, Pernambuco, Rio de Janeiro

Keywords

Brazilian Empire, Imperial Court, political practices, Pernambuco, Rio de Janeiro

SCHULTZ, Kirsten. **Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821.**

Esse artigo desenvolve uma análise do processo ambivalente de transformação da capital colonial em corte real, verificado no final do período colonial no Brasil após a fuga da família real de Portugal para o Rio de Janeiro. Ao "metropolizar" a cidade, oficiais régios buscaram limitar a demonstração pública da presença da escravidão e redefinir as fronteiras físicas e sociais interpostas aos escravos africanos e afro descendentes, contingente que somava cerca da metade do total da população da cidade. Esses esforços foram, entretanto, limitados pela intensificação do uso do trabalho escravo e o apego dos oficiais a certos ideais coloniais acerca dos melhores meios para assegurar a ordem na cidade.

Palavras-chave

escravidão, Corte imperial, Rio de Janeiro, modernização

Keywords

slavery, Imperial Court, Rio de Janeiro, modernization

SCHWARTZ, Stuart B. **Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal.**

O texto trata das relações entre Portugal e Espanha em meados do século XVII, bem como do papel das colônias e do comércio atlântico da prata, do açúcar e dos escravos no fortalecimento do império português. Destaca a importância das estruturas imperiais globais e a centralidade do papel do império no quadro da restauração portuguesa. Por fim, enfoca a importância das colônias e em particular do Brasil nas mudanças que ocorrem ao longo do século.

Palavras-chave

comércio, escravos , Portugal, império

Keywords

trade, slaves, Portugal, empire

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa.**

Este artigo trata de conflitos entre o absolutismo e o constitucionalismo tanto em Portugal como no Brasil; a província Pernambuco, entretanto, enfrenta problemas entre o constitucionalismo defendido pelo regente Pedro, no Rio de Janeiro, e o constitucionalismo dos vintistas portugueses. Os revolucionários sobreviventes de 1817 retornam ao poder dentro de uma perspectiva constitucionalista, mas monárquica.

Palavras-chave

Pernambuco, Rio de Janeiro, Portugal, liberalismo

Keywords

Pernambuco, Rio de Janeiro, Portugal, liberalism

ABREU, Márcia. **Livros ao mar – Circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil.**

O objetivo desse artigo é analisar o impacto causado pela transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro sobre a circulação de obras de Belas Letras na cidade. A partir de 1808, não apenas se tornou possível publicar obras na América Portuguesa, como cresceu o comércio de livros, vindos de Lisboa e de diversos outros portos do mundo. Além disso, pela primeira vez obras impressas no Rio de Janeiro passaram a ser remetidas para comercialização em Lisboa.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, América portuguesa / Brasil, literatura, cultura, Portugal

Keywords

Rio de Janeiro, Portuguese America / Brazil, literature, culture, Portugal

The American Historical Review
V. .113, N.2, ago. 2008.

Responsável

Andréa Slemian

Periódico

The American Historical Review

Referência

Bloomington, Indiana (EUA),

Indiana University

ISSN

0002-8762

Disponibilidade em meio eletrônico

[http://www.historycooperative.](http://www.historycooperative.org/ahr/)

org/ahr/

(acesso restrito)

ADELMAN, jeremy. **An Age of Imperial Revolutions.**

O artigo propõe construir uma nova e ampla abordagem para o fenômeno já consolidado na historiografia como de fim dos impérios coloniais na América e formação das novas nações a partir das revoluções de Independência. Por meio, mas não só, da análise de autores que se debruçaram sobre a teorização da questão, ele propõe que, além da urgência em se abandonar definitivamente uma leitura "nacionalista" dos movimentos independentistas, tome-se a crise imperial na América como um processo distinto, ainda que correlato, com o da construção das nações e de suas respectivas nacionalidades. Nesse sentido, uma de suas idéias centrais é recuperar como a busca de alternativas políticas face à desagregação dos impérios tendia inequivocamente a referendar tentativas de reconstrução de suas estruturas, por mais que tenham desaguado na formação de novas unidades independentes.

Palavras-chave

revolução, Independência, América, nação

Keywords

revolution, Independence, America, nation

The American Historical Review
V. .113, N.4, out. 2008

GOSSE, Van. **"As a Nation, the English Are Our Friends": The Emergence of African American Politics in the British Atlantic World, 1772-1861.**

O artigo se propõe a estudar as orientações políticas afro-americanas na América inglesa entre às vésperas da revolução de Independência e o final da Guerra Civil como uma grande lacuna nos estudos para o período. Recupera e analisa como, nessas décadas, a Grã-bretanha e os valores políticos a ela atrelados eram vistos por todos os lados – desde os maiores defensores da escravidão até os mais ferrenhos abolicionistas – como decisivos na autorização dos afro-americanos enquanto atores políticos, sendo por eles constantemente evocados.

Palavras-chave

escravidão, Inglaterra, Estados Unidos, conflitos

Keywords

slavery, England, United States, conflicts

Topoi
N.1, 2006

Responsável
Indara Mayer

Periódico

Topoi

Referência

**Programa de Pós-Graduação
em História Social da UFRJ, Rio
de Janeiro: 7 Letras/CNPq**

ISSN

1518-3319

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/
topoi.htm](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi.htm)**

(acesso aos sumários)

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura.**

O artigo sugere o uso de conceitos e práticas relacionados à retórica como instrumento de análise para pensar a história intelectual do Brasil. História intelectual é tomada em sentido estrito, isto é, como a história de formas discursivas de pensamento, deixando de lado tanto a crítica literária como o que se tem convencido chamar de nova história cultural. Será feita, de início, breve descrição do estado da história intelectual no país. A seguir será discutida a tradição retórica herdada de Portugal. Ao final, serão sugeridas maneiras de usar esta tradição como chave de leitura para trabalhar textos brasileiros, sobretudo do século XIX.

Palavras-chave

história intelectual, metodologia, historiografia

Keywords

intellectual history, methodology, historiography

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX.**

O presente artigo discute dois diferentes projetos de constituição da escrita histórica no século XIX a partir especialmente da experiência francesa, importante modelo referencial para a constituição da disciplina no espaço acadêmico brasileiro. Ele apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada com acervos documentais franceses a partir da bolsa de pós-doutoramento concedida pela Capes no período 1999-2000.

Palavras-chave

historiografia, França, constituição, idéias políticas

Keywords

historiography, France, constitution, political ideas

FRAGOSO, João. **A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII).**

O artigo analisa a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro e de sua economia (séculos XVI e XVII). Ele parte do pressuposto de que tal formação se daria em um contexto marcado por dificuldades em Portugal e no seu Ultramar. Em meio a este cenário, os conquistadores utilizariam os velhos elementos, porém eficientes, da antiga sociedade lusa: a conquista (de homens e terras), o Senado da Câmara e o sistema de mercês. Como resultado deste processo, teríamos a formação de uma economia de plantation como derivação de uma hierarquia social e econômica que exclui parte dos colonos.

Palavras-chave

elites, Rio de Janeiro, Império português, história econômica

Keywords

elites, Rio de Janeiro, Portuguese Empire, economic history

Topoi
N.2, 2006

LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade: escravidão e significados da liberdade de trabalho no século XIX.**

O artigo aborda as ambigüidades que envolvem a noção de "liberdade de trabalho" no século XIX, partindo de uma discussão comparativa não apenas sobre a história e a historiografia da escravidão, mas abrangendo a história social, econômica e institucional do trabalho de um modo geral. Parte-se do princípio de que uma abordagem deste tipo permite formular de modo mais agudo uma interpretação sobre a experiência coletiva dos trabalhadores livres e escravos, evitando algumas das armadilhas do modelo de "transição" utilizado - muitas vezes acriticamente - pela historiografia no Brasil e nas Américas para explicar a relação entre sujeição e liberdade na esfera do trabalho. Algumas das questões levantadas na primeira parte do trabalho são articuladas na discussão de uma amostra de "contratos de locação de serviços" envolvendo ex-escravos e patrões, registrados nos cartórios de notas da cidade do Desterro entre as décadas de 40 e 80 do século XIX.

Palavras-chave

escravidão, historiografia, história social, homens livres pobres

Keywords

slavery, historiography, social history, poor free people

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **Las Casas, Alonso de Sandoval e a defesa da escravidão negra.**

A proposta do artigo é analisar a contribuição do dominicano Bartolomé de Lãs Casas, no século XVI, e do jesuíta Alonso de Sandoval, no século XVII, na construção do discurso legitimador e regulador do tráfico e da escravidão dos negros.

Palavras-chave

América espanhola, religião, escravidão

Keywords

Spanish America, religion, slavery

Topoi
N.3, 2006

CEZAR, Temístocles. **Varnhagen in movement: a brief anthology of an existence.**

O propósito deste artigo é delinear uma breve antologia da vida e obra do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que viveu principalmente fora do Brasil. A intenção é relacionar parte de sua extensa obra através de um olhar distante, como um efeito do seu movimento contínuo na busca de arquivos e documentos sobre a história e a geografia do Brasil encontrados no exterior. Além disso, há a intenção de ressaltar a relevância dos percursos investigativos como recursos cognitivos para escrever História num contexto caracterizado pela emergência desse campo como uma ciência e a pretensão de objetividade narrativa e imparcialidade dos historiadores.

Palavras-chave

historiografia, arquivo, história intelectual

Keywords

historiography, archive, intellectual history

JANCSÓ, István, e MOREL, Marco. **New perspectives on the French presence in Bahia in 1798.**

A análise da correspondência agora disponível do plano de invasão da Bahia, enviada pelo comandante naval Antoine-René Larcher à Direção da República Francesa, em 1797, lançou nova luz sobre os episódios da chamada Conspiração Baiana, tanto no que diz respeito à penetração social dos conspiradores, como no que diz respeito às tentativas de expandir a Revolução Francesa, fatores anteriormente desconhecidos pela historiografia.

Palavras-chave

Bahia, França, Marinha, memórias históricas

Keywords

Bahia, France, navy, historical memoirs

HERMANN, Jacqueline. **The King of America: notes on the late acclamation of D. João VI in Brazil.**

O presente artigo apresenta algumas possibilidades analíticas para a demora da decisão de aclamação de D. João VI no Brasil, ainda que o rei tivesse assumido o título de monarca após a morte de sua mãe, a Rainha D. Maria I, em 20 de Março de 1816. A decisão de realizar a aclamação da grandiosa cerimônia quase dois anos mais tarde tem de ser analisada em função da mudança no contexto europeu após a derrota de Napoleão, do restabelecimento das forças monárquicas, dos tratados através do Congresso de Viena, e no Brasil, dos novos perfis dos ministros de D. João nos anos finais de sua estada na América.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, monarquia, representações políticas

Keywords

Portuguese America / Brazil, monarchy, political representations

Varia HistóriaN. 36, jul / dez 2006

Responsável

Indara Mayer

Periódico

Varia História

Referência

**Belo Horizonte, Universidade
Federal de Minas Gerais,
Departamento de História,
Programa de Pós-Graduação em
História**

ISSN

0104-8775

Disponibilidade em meio eletrônico

**[http://www.fafich.ufmg.br/his/
revista.htm](http://www.fafich.ufmg.br/his/revista.htm)**

(acesso aos sumários)

DIEHL, Astor Antônio. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação.

Objetiva-se discutir algumas perspectivas de estudos nos campos das teorias da história e da historiografia, tomando como eixo os pressupostos para o diálogo entre tradição historiográfica e o conjunto de inovações verificadas nos estudos históricos atuais. A partir desse objetivo estabeleceremos dois aspectos para a estrutura do texto: o primeiro envolve a possibilidade da inserção de noções como a dos desejos e das subjetividades para a dimensão teórica e historiográfica; o segundo aspecto discute os sentidos dessa inovação, entendida a partir da noção cultura historiográfica e da plausibilidade do conhecimento histórico.

Palavras-chave

métodos, historiografia, metodologia

Keywords

methods, historiography, methodology

DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em raízes do Brasil: decifra-me ou te devoro.

Este artigo pretende analisar o uso das metáforas no livro Raízes do Brasil de Sergio Buarque de Holanda, com o objetivo de tomá-las não somente como artifício literário, mas como projeções históricas de longo alcance na formação da identidade nacional. As metáforas nessa obra devem ser vistas como chaves de entendimento de uma teoria da história do Brasil, que Sergio Buarque de Holanda procurou construir para dar conta do processo histórico da formação da sociedade brasileira. A partir do Título do livro, começamos a compreender as projeções de longo alcance dessas metáforas. Quando o Autor fala de raízes, de aventura, de desterro, de sementeira, de limites, de fronteiras e de cordialidade ele nos faz compreender o sentido de nossa história e de nossas desventuras.

Palavras-chave

historiografia, metodologia, identidade nacional

Keywords

historiography, methodology, national identity

BARROS, José D'Assunção. **História, espaço e tempo: interações necessárias.**

Este artigo busca esclarecer e discutir as relações entre "espaço", "tempo" e História. A ênfase é dirigida para as várias modalidades historiográficas para as quais adquirem uma significativa centralidade conceitos como o de espaço, região e território. A História Regional, a Geo-História, e as relações interdisciplinares entre História e Geografia são especialmente enfatizadas.

Palavras-chave

cartografia, regionalismo, territorialidade

Keywords

cartography, regionalism, territoriality

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **O governo protetor: a representação do poder político em cerimoniais régios portugueses (séc. XVIII-XIX).**

Ao inventariarmos as grandes celebrações da monarquia portuguesa, encontraremos algumas que são cerimoniais eminentemente religiosos. Dentre eles, há a procissão do Anjo da Guarda do Reino de Portugal (no terceiro domingo de julho), instituída no século XVI como celebração da realeza, das quais toda a Corte participava e eram realizadas por todo o reino português. Também as aclamações de Da. Maria I (1777) e D. João VI (1818) utilizam elementos de caráter religioso (símbolos e idéias). Estas celebrações colocam-nos a hipótese de uma série de articulações entre os procedimentos religiosos e o poder real. Em função do exame daquelas procissões e destes cerimoniais, procuramos esboçar uma imagem do rei português: um rei-protetor, detentor de um poder de salvação.

Palavras-chave

religião, memórias históricas, política / administração, monarquia

Keywords

religion, historical memoirs, politics / administration, monarchy

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana.**

Produzido entre os anos de 1799 e 1830, o epistolário de Simón Bolívar permite vincular a escrita de cartas, a memória e a historiografia. Este artigo pretende alcançar dois objetivos: 1) expor o projeto narrativo epistolar, considerando os vínculos citados; 2) avaliar as práticas sociais que possibilitaram, simultaneamente, a formação de uma comunidade afetiva entre oficiais, a partilha de um código de elite e a construção de uma memória para as nascentes repúblicas sul-americanas.

Palavras-chave

historiografia, memórias históricas, história social

Keywords

historiography, historical memoirs, social history

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, PINTO, Fábio Carlos Vieira e MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850.**

O artigo analisa a composição das famílias escravas em São José, comarca do rio das Mortes, hoje cidade Tiradentes, entre meados do século XVIII e meados do XIX. A partir de registros de inventários e de casamentos pretende reconstruir a composição das famílias de escravos. A conjugação das informações dessas duas fontes permite constatar a predominância de casamentos exogâmicos entre os cativos de São José, com uma baixa representatividade de casais compostos apenas de nativos.

Palavras-chave

escavidão, demografia, Minas Gerais

Keywords

slavery, demography, Minas Gerais

LUZ, Guilherme Amaral. **Produção da concórdia: a poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII).**

O objetivo deste artigo é traçar, em linhas gerais, os princípios retóricos, políticos e teológicos que acreditamos nortear a propaganda imperial portuguesa em seu contexto ultramarino na América. Nessa direção, propomos tomar a "produção da concórdia" como um eixo axiológico fundamental das representações políticas na América portuguesa. A relevância deste estudo está na consideração de instâncias (re)produtoras de valores éticos e políticos capazes de mediar os diversos pactos que se estabelecem entre súditos ultramarinos e coroa portuguesa na condução dos assuntos coloniais.

Palavras-chave

América portuguesa / Brasil, Império português, história política

Keywords

Portuguese America / Brazil, Portuguese Empire, political history

PASCOAL, Isaías. **José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político do liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais.**

Este artigo procura explicitar a trajetória política do Pe. José Bento Leite Ferreira de Mello. Após atuar em várias legislaturas como deputado, foi escolhido senador em 1834 pela Regência. José Bento foi, por mais de 20 anos, um dos mais importantes representantes políticos do sul de Minas. Sua ação foi ampla. Padre, vereador, jornalista, criador de Partido Liberal em várias vilas do sul de Minas, criador da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional, deputado e, finalmente, senador. Tornou-se o mais expressivo articulador político dos interesses da elite sul-mineira na Corte, ao mesmo tempo em que a engajava nos desafios da luta pela constituição do Estado Nacional brasileiro na versão desejada pelos liberais moderados.

Palavras-chave

liberalismo, Minas Gerais, história política

Keywords

liberalism, Minas Gerais, political history

- Os textos devem ser encaminhados por e-mail à Assistente Editorial da Revista (revea@usp.br) no formato "Word for Windows", digitados em letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, com as notas ao final de cada página.
- As citações e referências devem obedecer as normas descritas no site da revista, no item **"Normas de citação"**.
- As imagens, bem como as respectivas legendas (com referência completa de autoria e instituição detentora), devem ser numeradas em alfabeto grego, indicando sua posição no corpo do texto e enviadas em arquivos separados. Aos editores fica resguardado o direito de disponibilizar as imagens a cores ou em branco e preto, conforme conveniência da revista.
- Logo abaixo do título do texto, os autores devem indicar sua filiação e titulação acadêmica, com endereço completo para correspondência e endereço de e-mail.
- Todos os textos devem ser inéditos, escritos em português, francês, inglês ou espanhol e, no caso de artigos e informes de pesquisa, devem apresentar sempre título em português e inglês, acompanhados de resumos (de até 1.000 toques com espaço) e 3 a 6 palavras-chave também em português e inglês (além de uma terceira língua caso os textos sejam escritos em espanhol ou francês). As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas da lista de palavras-chave listadas no item "busca" da revista; caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não está contida na lista referida acima, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca (pedido que será avaliado pelos editores).
- Os "Artigos" devem conter entre 30 mil e 60 mil toques com espaço; os informes de pesquisa entre 15 mil e 35 mil toques (também com espaço); e as resenhas de 10 mil a 15 mil toques com espaço (as

resenhas não devem apresentar notas de rodapé, quando necessário a referência às páginas do livro resenhado devem estar entre parênteses no corpo do texto). Para a submissão de artigos os autores devem ser graduados, pré-requisito que não se aplica às resenhas e informes de pesquisa.

- Só serão aceitas resenhas de livros publicados há no máximo 4 anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.
- O "Fórum" é composto de textos previamente encomendados, pelos Editores e Conselho Editorial, a especialistas de renome.
- "Artigos, "Informes de Pesquisa" e "Resenhas" encaminhados ao *Almanack Braziliense* passarão por uma pré-seleção em que se avaliará a pertinência dos textos em relação à proposta temática da revista.
- Uma vez aceitos na pré-seleção, os "Artigos" e "Informes " de pesquisa serão encaminhados a pelo menos dois pareceristas (sejam eles os próprios Editores, membros do Conselho Editorial ou assessores *ad hoc*) que, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, podem recomendar a publicação (com ou sem sugestões, sendo que cabe ao autor acatá-las ou não), aprovar mediante reformulação (o que implica, após reformulação, reenvio do texto ao parecerista) e recusar a publicação. No caso de dois pareceres discordantes, o texto será enviado a um terceiro parecerista. Os pareceres têm caráter sigiloso e imparcial, uma vez que os nomes dos autores dos textos (e sua filiação institucional) não são divulgados aos pareceristas.
- As resenhas e textos do fórum passarão por uma avaliação, realizada pelos Editores ou membros do Conselho Editorial, quanto ao tratamento da temática abordada, clareza da redação e concordância com as propostas da revista.
- Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.
- Aos Editores é resguardado o direito de diagramar os textos conforme o padrão gráfico da revista.

e-a

- All manuscripts and other contributions should be forwarded by email to the Journal's Editorial Assistant at revea@usp.br in "Word for Windows", font Times New Roman, size 12, spacing 1,5, references at the end of each page.
- Quotations and references should follow the rules described in the Journal's "*Referencing system*", available at this section of the website ("**Editorial Guidelines**").
- Tables, graphics and images, as well as their respective descriptions (with complete reference to the authorship and copyright holder when concerning the use of images) should be indicated in the text in roman numbers and sent in a separate file. Tables, graphics and images will be made available in color or black and white, according to the discretion of the Editors and to the journal's convenience.
- The authors must indicate their institutional affiliation and academic title and add e-mail and a complete mailing address.
- All texts must be original and not previously published, written in Portuguese, French, English or Spanish. "*Articles*" and "*Research Reports*" must always present, both in English and Portuguese, its title, abstract (up to 1.000 characters with spaces) and a set of keywords (minimum 3; maximum 6) – if the text is written in Spanish or French, a third abstract must also follow. The keywords should preferably be taken from the Journal's standard list, which can be found at the "*Search*" section of this website; in case the author considers it necessary to use a keyword that is not on the list, he/she should request, through e-mail, its inclusion in the journal's search system. The request will be assessed by the Editors.
- "*Articles*" should contain from 30,000 to 60,000 characters with spaces; "*Research Reports*" must have between 15,000 and 35,000 characters,

also with spaces; "*Book Reviews*" should contain between 10,000 and 15,000 characters with spaces (reviews must not contain footnotes; if necessary, the pages of the book in review must be referenced in brackets in the text). Authors must hold an undergraduate degree in order to submit an "*Article*". The same requirement does not apply for the submission of "*Book Reviews*" and "*Research Reports*".

- The Journal accepts reviews of books published in the last 4 years at most, or books that have only recently been republished after being out of print for an extensive period of time.
- The "*Forum*" section compiles manuscripts by renowned specialists requested by the Editors and the Editorial Board.
- All texts sent to be published in the sections "*Articles*", "*Research Reports*" and "*Book Reviews*" undergo a pre-selection in order to establish their accordance to the Journal's editorial guidelines.
- Those articles and research reports that were pre-selected are then reviewed by at least two members of the Editorial Board, Advisory Board or *ad hoc* referees who, according to the subject matter, as well as clarity of writing and agreement to Journal rules, can deny its publication, indicate that it should only be published after a mandatory reformulation or approve it (suggesting or not some modifications, which the author may or may not undertake). The authorship and content of the referees are confidential. Manuscripts submitted will be published at the discretion of the Editorial Board.
- The Editors or members of the Editorial Board evaluate book reviews and texts sent to the "*Forum*" section in order to guarantee their accordance to the Journal's proposals, clarity of writing and the texts' subjects matter.
- The graphic patterns and layout of the manuscripts will also be defined at the discretion of the Editors.

e-a

Pede-se que todas as referências a (títulos e páginas de) livros, artigos, teses e afins não sejam feitas no corpo do texto, mas sempre completas como notas à parte indicadas no texto (ver "**Envie seu texto**"). Considerando que os textos do "**Fórum**", "**Artigos**" e "**Informes de pesquisa**" não apresentam bibliografia ao final, o Conselho Editorial, para facilitar a visualização e o acesso à informação, optou por não utilizar o chamado sistema Harvard de citação. Pede-se seguir, então, o padrão das próximas páginas.

Artigo em periódico

PALACIOS, Guillermo. Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820. *Revista de História*, São Paulo, n. 147, p. 71-108, 2. semestre 2002.

Livro completo

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Capítulo de livro

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias, 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000. p. 127-175.

Capítulo de livro (organizador é também o autor)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação. São Paulo: DIFEL, 1962. p. 9-39.

Tese (doutorado) ou dissertação (mestrado)

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889)*. 1995. 339f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

All quotations of pages and partial or complete references of books, articles, thesis, dissertations and such should not be written in the body of the text (see "Submission Guidelines"). Since the texts of the "Forum", the "Articles" and the "Research Reports" do not have a bibliography listed at the end, the Editorial Board has chosen not to use the Harvard System of references in order to ensure a better access to the information quoted by the authors. Thus, it is required that all references follow the system bellow.

Article in a Journal

PALACIOS, Guillermo. Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820. *Revista de História*, São Paulo, n. 147, p. 71-108, 2. semestre 2002

Book entirely written by one or more authors

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Chapter in a book organized by someone other than the author

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias, 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000. p. 127-175.

Chapter in a book (the organizer is also the author)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação. São Paulo: DIFEL, 1962. p. 9-39.

Thesis (PhD) or Dissertation (Master)

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889)*. 1995. 339f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

Direitos de Publicação

Almanack Braziliense é uma revista eletrônica de acesso aberto e gratuito que mantém on-line todos os números publicados.

Ao fornecerem textos para a presente revista os autores concordam em transferir os direitos exclusivos de reprodução dos textos, o que tacitamente implica a aceitação de todos os itens constantes do item "Envie seu texto".

Os autores se responsabilizam integralmente pelos direitos das imagens fornecidas.

Copyright Agreement

Almanack Braziliense is an electronic journal of open and free access that maintains all published issues on-line.

Authors transfer to Almanack Braziliense the exclusive rights of reproduction of submitted manuscripts, implying acceptance of all items listed in the "Submission" section.

The authors are fully responsible for the reproduction rights of the images they provide.

Editores / Editors

István Jancsó

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Monica Duarte Dantas

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Andréa Slemian

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Assistente Editorial / Assistant to the Editors

Ágatha Francesconi Gatti

Conselho Editorial / Editorial Board

André Roberto de Arruda Machado

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) - Brasil

Lucília Santos Siqueira

Pontifícia Universidade Católica (PUC) - Brasil

Márcia Berbel

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Brasil

Rafael de Bivar Marquese

Universidade de São Paulo (USP) - Brasil

Wilma Peres Costa

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil

Conselho Consultivo / Advisory Board

Ana Lucia Duarte Lanna

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Antonio Manuel Hespanha

Universidade Nova de Lisboa (UNL)-Portugal

Bert Barickman

University of Arizona -Estados Unidos

Carlos Marichal

Universidad Nacional Autónoma-México

Cecília Helena de Salles Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

David Reher

Universidad Complutense -Espanha

Denis Bernardes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)-Brasil

Eduardo Kugelman

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Eliana Dutra

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-Brasil

Fernando Antonio Novais

Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil

Flávio Saes

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Francisco José Calazans Falcon

Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)-Brazil

Geraldo Mártires Coelho

Universidade Federal do Pará (UFPA)-Brasil

Gildo Marçal Brandão

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Helga Piccolo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)-Brasil

Hendrik Kraay

University of Calgary-Canadá

Herbert Klein

Stanford University-Estados Unidos

Ida Lewkowicz

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca -Brasil

Ilmar Rohloff de Mattos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)-Brasil

Izabel Andrade Marson

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil

João Luís Fragoso

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)-Brasil

João José Reis

Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Brasil

Jorge Myers

Universidade Nacional de Quilmes-Argentina

Jorge Pedreira

Universidade Nova de Lisboa (UNL)-Portugal

José Carlos Chiamonte

Universidad de Buenos Aires-Argentina

José Reinaldo de Lima Lopes

Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Juan Carlos Garavaglia

École des Hautes Études en Sciences Sociales-França

Junia Ferreira Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-Brasil

Leila Mezan Algranti

Universidade Federal de Campinas (UNICAMP)-Brasil

Leslie Bethell
Oxford University-Inglaterra
Luiz Geraldo da Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)-Brasil
Marco Morel
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)-Brasil
Marcus Joaquim Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)-Brasil
Maria Armanda N. Arruda
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Maria de Fátima Silva Gouvêa
Universidade Federal Fluminense (UFF)-Brasil
Maria de Lourdes Viana Lyra
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)-Brasil
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Brasil
Maria Odila Leite da Silva Dias
Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)-Brasil
Matthias Röhrig Assunção
University of Essex-Inglaterra

Miriam Dolhnikoff
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Nuno Gonçalo Freitas Monteiro
Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa-Portugal
Richard Graham
Universidade of Texas, Austin-Estados Unidos
Silvia Hunold Lara
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
Stuart B. Schwartz
Yale University-Estados Unidos

Equipe de apoio / Staff

Claudio Cezar Corrieri

Design / design

Seção de Processamento de Imagens e Reprografia
IEB-USP / Section of Image design and Reproduction
services IEB-USP

Design gráfico / Graphic design

Dárkon V. Roque